

Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Lingüística

**O DISCURSO SOBRE A PESSOA IDOSA:
VOZES QUE FALAM E VOZES QUE CALAM**

SELENE MARINHO MACHADO

Brasília

2008

SELENE MARINHO MACHADO

**O DISCURSO SOBRE A PESSOA IDOSA:
VOZES QUE FALAM E VOZES QUE CALAM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de Grau de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Christina Diniz Leal

BRASÍLIA

2008

SELENE MARINHO MACHADO

**O DISCURSO SOBRE A PESSOA IDOSA:
VOZES QUE FALAM E VOZES QUE CALAM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de Grau de Mestre em Lingüística.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Christina Diniz Leal (Presidente – LIP/UnB)

Prof^ª Dr^ª Denize Elena Garcia da Silva (Membro Efetivo – LIP/UnB)

Prof. Dr. Vicente de Paula Faleiros (Membro Efetivo – UCB)

Prof^ª. Dr^ª. Marta Carvalho de Noronha Pacheco (Membro Suplente – Uniceub)

Brasília, 2008

AGRADECIMENTOS

A Deus. Sem Ele nada posso.

Ao meu Claudio e aos nossos filhos Paula, Diego e Clarissa, por me fazerem sentir amada mesmo quando eu não mereço.

À querida orientadora, Prof^ª Maria Christina, que, com competência, elegância e paciência, soube ser clemente em minhas hesitações, rigorosa em minhas displicências e incentivadora em meus progressos.

À Prof^ª. Denize Elena, autora da obra que abriu meus olhos para a beleza da análise do discurso, pelos ensinamentos, pelo incentivo e pela gentileza em aceitar o convite para compor a Banca desta dissertação.

Ao Prof. Vicente Faleiros, que me proporcionou conhecer o problema dos idosos pelo prisma da violência e que ora me dá a honra que integrar a Banca Examinadora do meu trabalho.

À Prof^ª. Marta Pacheco, pela disponibilidade em também compor a Banca da presente dissertação.

Aos professores e professoras Josênia, Izabel, Maria Luíza, Hildo, Ana Suelly e Guilherme e aos queridos e queridas colegas de pós-graduação, em especial ao Décio e à Tatiana, pela grata convivência nesses dois anos.

À Prof^ª. Regina, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade (NEPTI/UnB) e aos dirigentes e responsáveis pelas instituições visitadas – Pousada Crysantho Moreira da Rocha (da Casa do Ceará); Pensionato para Idosos (Retiro Vivência) e Lar Cecília Ferraz (a Casa do Vovô) –, pela receptividade e auxílio na realização das pesquisas.

Às pessoas que participaram da pesquisa, pela sinceridade e confiança.

Ao amigo Pedro Robson, incentivador entusiasta das minhas incursões acadêmicas.

Aos amigos e amigas que não desistiram de mim nesses tempos de ‘sumiço’.

A você, que lê esta dissertação, na esperança de que as minhas inquietações também se tornem suas.

A você, *mamãe*, que me ensina hoje uma nova e gratificante forma de amar.
A todas as pessoas idosas que, em seu 'silêncio', clamam por dignidade e amor.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	viii
CONVENÇÕES PARA AS TRANSCRIÇÕES.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 OS IDOSOS NO BRASIL.....	11
1.1 OS IDOSOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	11
1.1.1 A Política e suas Acepções.....	12
1.1.1.1 Política e moral.....	13
1.1.1.2 A Política como ética de grupo e o poder.....	14
1.1.1.3 A Política e as minorias.....	15
1.1.2 Leis e Políticas em prol da Velhice.....	16
1.2 QUALIDADE DE VIDA, DEPENDÊNCIA E VIOLÊNCIA.....	21
1.2.1 Perfil dos idosos no Brasil.....	21
1.2.1.1 Percepção da chegada da velhice.....	22
1.2.1.2 Idosos provedores.....	23
1.2.1.3 Longevidade feminina.....	24
1.2.1.4 Bisavós e bisnetos.....	24
1.2.1.5 Idosos asilados no DF.....	24
1.2.2 Violência contra a Pessoa Idosa.....	25
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	33
2.1 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA ADC.....	33
2.1.1 Teoria Social do Discurso.....	35
2.1.2 Posições Teóricas sobre a ADC.....	39
2.1.3 Intertextualidade.....	45
2.1.4 Modalidade e Avaliação.....	49
2.2 IDEOLOGIA E PODER.....	56
2.2.1 O Poder: relações de causa e efeito entre dominantes e dominados.....	57
2.2.1.1 Contra a força não há resistência?.....	57
2.2.1.2 Quem cala nem sempre consente.....	58
2.2.1.3 Constituição histórica do poder.....	58
2.2.1.4 O poder no discurso.....	60

2.2.2 Ideologia.....	62
2.2.2.1 Representação ideológica da ideologia.....	64
2.2.2.2. Ideologia pelo sujeito e para sujeitos.....	65
2.2.2.3 Aparelhos ideológicos do Estado.....	66
2.2.2.4 Ideologia e senso comum.....	66
2.2.3 Hegemonia.....	67
2.3 IDENTIDADE E MODERNIDADE.....	71
2.3.1 Identidade e Reflexividade.....	72
2.3.2 Identidade e Representação.....	75
2.3.3 Produção Lingüística da Identidade.....	76
2.3.4 Identidade e Performatividade.....	77
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	79
3.1 A PESQUISA QUALITATIVA.....	79
3.1.1 Entrevista Semi-Estruturada.....	84
3.1.2 Entrevista Narrativa.....	84
3.2 O MÉTODO DE ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC).....	86
3.2.1 A Contribuição de Lingüística Sistêmica Funcional.....	87
3.3. CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i> E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	90
3.3.1 A Noção de <i>Corpus</i>	91
3.3.2 A Construção do <i>Corpus</i>	92
3.3.2.1 Geração das informações e delimitação do <i>corpus</i>	92
3.3.2.2 Seleção do(a)s entrevistado(a)s.....	93
3.3.2.3 As entrevistas.....	94
3.3.3 As Notas de Campo.....	99
CAPÍTULO 4 - ANALISANDO O <i>CORPUS</i>	101
4.1 OS DIFERENTES DISCURSOS SOBRE IDOSOS.....	101
4.1.1 Textos que compõem o <i>Corpus</i>	101
4.2 A RELAÇÃO DO DISCURSO COM OUTROS MOMENTOS DA PRÁTICA E A CONSTRUÇÃO DOS SIGNIFICADOS ACIONAL, REPRESENTACIONAL E IDENTIFICACIONAL.....	105
4.2.1 Significado Acional.....	106
4.2.1.1 A terceira idade e a lei.....	107
4.2.1.2 Os idosos no foco da imprensa.....	108
4.2.1.3 Idosos sob o prisma de uma idosa.....	112

4.2.1.4 Idosos asilados: o olhar de quem cuida por ofício.....	113
4.2.2 Significado Representacional.....	117
4.2.2.1 A terceira idade e a lei.....	117
4.2.2.2 Os idosos no foco da imprensa.....	121
4.2.2.3 Idosos sob o prisma de uma idosa.....	122
4.2.2.4 Idosos asilados: o olhar de quem cuida por ofício.....	126
4.2.3 Significado Identificacional.....	128
4.2.3.1 A terceira idade e a lei.....	129
4.2.3.2 Os idosos no foco da imprensa.....	130
4.2.3.3 Idosos sob o prisma de uma idosa.....	132
4.2.3.4 Idosos asilados: o olhar de quem cuida por ofício.....	133
4.3 A .RELAÇÃO DOS DISCURSOS COM CRENÇAS, VALORES E IDEOLOGIA	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
BIBLIOGRAFIA.....	147
APÊNDICES.....	153
APÊNDICE A – Visita ao NEPTL.....	155
APÊNDICE B – Notas de Campo.....	157
ANEXOS.....	163
ANEXO A – Entrevista com D. Hilda.....	165
ANEXO B – Entrevista com a cuidadora Cida.....	169
ANEXO C – Entrevista com D. Dalva.....	171
ANEXO D – Entrevista com D. Mirian.....	175
ANEXO E – Entrevista com D. Deise.....	179
ANEXO F – Entrevista com D. Natália.....	181
ANEXO G – Entrevista com Marina.....	185
ANEXO H – Entrevista com Isabel.....	187
ANEXO I – Entrevista com D. Adélia.....	189
ANEXO J – Entrevista com D. Eli.....	193
ANEXO K –Entrevista com D. Sílvia e D. Lena.....	197
ANEXO L – Entrevista com D. Eni.....	199
ANEXO M – Entrevista com D. Francisca.....	204
ANEXO N – Entrevista com D. Adelina.....	207
ANEXO O – Entrevista com a enfermeira Edna.....	211
ANEXO P – Estatuto do Idoso.....	213

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Número de Idosos por Localidade, Instituições no DF e Atendimentos.....	25
QUADRO 2	Recontextualização da LSF na ADC.....	43
QUADRO 3	Aspectos da Análise Textual.....	44
QUADRO 4	Representação de Processos.....	89
QUADRO 5	..Geração de Informações (idosos).....	97
QUADRO 6	..Geração de Informações (cuidadores ou parentes).....	99

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Número e Porcentagem de Idosos por Sexo – Brasília.....	28
TABELA 2	Ocorrências e Vítimas de Violência Intrafamiliar de maiores de 60 anos, conforme tipo, em 2005.....	29
TABELA 3	Outros Tipos de Violência Registrados, em 2005.....	29
TABELA 4	Vítimas de Violência Intrafamiliar, 2005.....	29
TABELA 5	Ocorrências de Violência ao Idoso, no período de 2002 a 2004 - Brasília	30

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Concepção Tridimensional do Discurso – Fairclough (2001).....	36
----------	---	----

Brief Overview of PDF suite



Our patented PDF suite software is ideally suited for business professionals and home users. With PDF suite you can easily create, edit & view PDF files with a highly accessible user interface. Review, print, and securely distribute your PDF by email with a simple click.

Perform keyword searches within your PDF to quickly locate specific words or phrases.

PDF suite installs automatically in less than 2 minutes. Our user-friendly software is complete with a detailed user guide to help you master all PDF suite functions. Create PDF files from Word documents, Excel spreadsheets, PowerPoint presentations, image files, or Web sites, etc. Combine 322 unique formats into a single PDF file for integrative reports, business plans, marketing proposals, and slideshows, etc. PDF suite allows you to exchange information securely and view documents independently of the source application. PDF files can be read on any computer holding any free PDF reader software, thus offering universal access to users.

PDF suite is compatible with Windows (XP, Vista) & Adobe Acrobat to provide you with maximum flexibility in processing PDF files. With low system requirements, PDF suite requires very little disk space, allowing you to work with maximum system efficiency and speed.

A PDF suite key feature is its user-friendly Upper Menu:



The Upper Menu has seven main tabs:

- Home;
- Edit;
- Convert;
- View;
- Review;
- Options;
- Help.

Home tab

Select the Home tab to browse the following PDF functions: Open or Close a PDF document; Send a PDF file by email; Save your PDF file or click Save As to save PDF file to a new directory; Print a PDF file or change the Print Setup; Search PDF files; Zoom In or Zoom Out; change the viewing layout of any PDF page to the Single page view or the Facing page view; or choose the Fit Width option to optimize PDF viewing of any document.



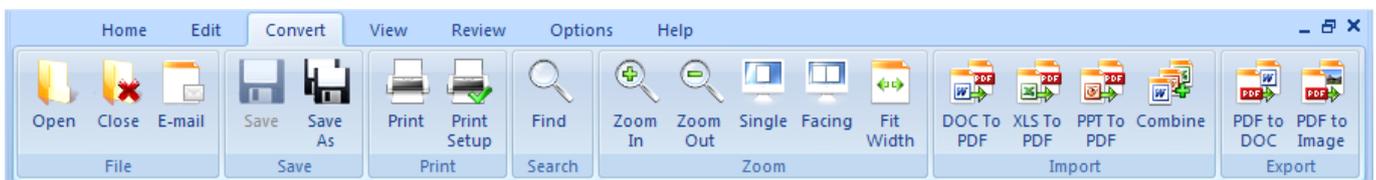
Edit tab

Select the Edit tab to browse the following PDF functions: Open or Close a PDF document; Send a PDF file by email; Save a PDF file or click Save As to save a PDF file to a new directory; Print a PDF file or change the Print Setup; Search PDF files; Navigate the page (Move PDF up or down, return to the previous page, or go to the next page; indicate the page you would like to work with); Move text (Copy, Move, Delete, Insert, or Edit text); modify image content (Move, Delete, or Insert desired images); or alter PDF pages (Insert, Move, or Delete desired pages).



Convert tab

Using the Convert tab, you will be able to Open, Close, Send PDF documents by email; Save and Save as; Print PDF files or change the Print Setup; Search PDF files; Zoom In or Zoom Out; change the viewing layout of any PDF page to the Single page view or the Facing page view; or choose the Fit Width option to optimize the viewing of any PDF document; import documents (DOC, XLS, PPT, to the PDF format; or Combine documents); you may also export PDFs to document & image formats (from PDF to DOC & Image formats).



Review tab

Select the Review tab to browse the following PDF suite reviewing functions: Open or Close a PDF document; Print a PDF file or change the Print Setup; Search PDF files; Zoom In or Zoom Out; change the page layout of any PDF page to the Single document view, the Continuous document view, the Facing

document view, or the Facing continuous document view; add Comments to the Previous page, to the Next page, or add a Sticky Note to the page.



Options tab

Select the Options tab to set the desired language of the program interface (English, French) or to make PDF suite your default application for viewing PDF files.



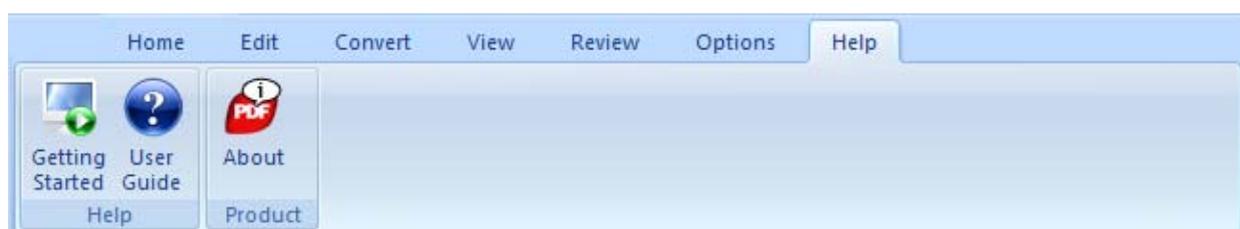
View tab

Select the View tab to browse the following PDF suite viewing functions: Open or Close a PDF document; Print a PDF file or change the Print Setup; Search PDF files; Zoom In or Zoom Out; change the page layout of any PDF page to the Single document view, the Continuous document view, the Facing document view, or the Facing continuous document view; finally, arrange the Page View by choosing to view the "Actual size" of the document, by clicking "Fit Page" to enlarge the page to the height of your window, or by clicking "Fit Width" to widen the page to the width of your window.



Help tab

Within the Help tab you may click on the "Getting Button" to get a brief overview of PDF suite functions; click on the "User Guide" button to read through our comprehensive User Guide; or select the "About" button for more information on the PDF suite product.



RESUMO

Esta pesquisa é originária de meu interesse pela questão social da pessoa idosa, que envolve uma experiência pessoal, familiar. Meu propósito é verificar a representação e as características identitárias da pessoa idosa, nos discursos do(a)s próprio(a)s idoso(a)s e de pessoas que convivem com ele(a)s e nos discursos sobre a pessoa idosa, presentes na imprensa e em dispositivos legais de proteção ao idoso. O suporte teórico-metodológico adotado é a Análise de Discurso Crítica (ADC), baseado principalmente em abordagens de Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (trad. 2001 e 2003), com ênfase nos significados acional, representacional e identificacional dos textos. O referencial teórico é composto, ainda, por: Thompson (1995) e Foucault (2004, 2006 e 2007), nas questões de poder e ideologia; Silva (2000), Giddens (2002) e Hall (2005) nas análises sobre identidade; Halliday (1985; 1994), Halliday & Hasan (1989) e Halliday & Matthiessen (2004), na abordagem sistêmico-funcional da linguagem; Koch (2005, 2006a e 2006b) nos aspectos de argumentatividade e modalidade; e Van Leeuwen (1997), nos modos de representação presentes nos textos. A metodologia utilizada para geração dos dados é a pesquisa qualitativa e os métodos empregados foram a entrevista semi-estruturada e a entrevista narrativa. O *corpus* da pesquisa é constituído de fragmentos de textos extraídos do Estatuto do Idoso e de matérias veiculadas pela imprensa, sobre a questão da violência contra idosos; e por narrativas de uma idosa asilada e de uma cuidadora profissional. A pesquisa revela características identitárias de dependência, fragilidade e opressão. Das análises realizadas é possível depreender que o discurso sobre idosos é, em grande parte, ideológico, por reforçar crenças e valores hegemônicos do mundo capitalista, que desqualificam as pessoas que perderam sua capacidade produtiva. Em que pese o Estatuto do Idoso estabelecer direitos e garantias para a pessoa idosa, suas prescrições não se realizam na prática em virtude da naturalização da inferioridade do idoso em relação aos mais jovens.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica (ADC), identidade, ideologia, idosos, violência.

ABSTRACT

This research is the result of my interest in the elderly social issue which involves a personal and family experience. One of its main purposes is to verify the representation and identity features of old people in their discourse as well as in the discourse of people who live with them, including the discourses which are presented by the press and established in the legal provisions to protect the elderly. The methodological and theoretical approach is what is known as the Critical Discourse Analysis (CDA), based mainly in approaches to Chouliaraki & Fairclough (1999) and Fairclough (1992 and 2003). Action, representation and identification will also be emphasized. The theoretical reference will be based also on Thompson (1995) and Foucault (2004, 2006 and 2007), in what power and ideology are concerned; Silva (2000), Giddens (2002) and Hall (2005) in analyzing identity; Halliday (1985;1994), Halliday & Hasan (1989) e Halliday & Matthiessen (2004), in Systemic Functional Linguistics approach; Koch (2005, the 2006a and 2006b), in what Modality and argumentation are concerned; and Van Leeuwen (1997), in considering the modes of representation which can be found in the text. The methodology used for data generation is the qualitative research and the methods are semi-structured and narrative interviews. The research material was extracted from the Elderly Law and from press news about the violence against elderly, and also from statements made by an old woman and by a caretaker. The research reveals identity characteristics of dependency, weakness and oppression. From the analyses we can conclude that the discourse about the elderly is, mostly, ideological, since it reinforces beliefs and hegemonic values of capitalism, which reduce the importance of people who lost their productive capacity. In spite of the Elderly Law establishing rights and guarantees to the elderly, its recommendations do not work in practice, because of the feeling that the elderly are inferior human beings in comparison to the young people.

Keywords: Critical Discourse Analysis (CDA), identity, ideology, the elderly, violence.

INTRODUÇÃO

*Envelhecer é, todavia, o único meio
que se descobriu para viver muito tempo.*

(Charles-Augustin Sainte-Beuve)

A alta modernidade vem trazendo mudanças de diversas ordens na organização das sociedades no mundo inteiro, em função, sobretudo, dos avanços tecnológicos, que revolucionaram as relações espaço-tempo, com implicações profundas nos conceitos de identidade dos indivíduos.

Dentre as diversas conseqüências da evolução tecnológica sobre as pessoas, merece destaque a transformação do perfil etário das sociedades, que se tornaram mais longevas, graças aos avanços no campo da medicina. Populações envelhecem, atualmente, em uma proporção jamais vista. Segundo o jornalista e Doutor em Filosofia Frank Schirrmacher, "só na China estarão vivendo em 2050 um número de idosos acima de 65 anos equivalente ao que vive hoje em todo o mundo" (SCHIRRMACHER: 2005), e os idosos passam a exercer influência não apenas nas questões sociais, mas também no destino político e econômico de quase todos os países do mundo, inclusive do nosso Brasil.

As discussões sobre as conseqüências do envelhecimento populacional se ampliam em fóruns institucionais e se concentram em questões econômicas e previdenciárias e/ou em casos explícitos de violência física e maus tratos denunciados pela mídia, mas ainda não dão a devida atenção a um problema silencioso que envolve as relações entre pessoas jovens/adultas e pessoas idosas: trata-se de um problema relativamente novo, decorrente da interseção de faixas etárias que, em passado recente, não ocorria com freqüência; ou seja, com uma expectativa de vida maior, o tempo de enfrentamento de dificuldades inerentes à velhice também se estende – tanto para os idosos, quanto para as pessoas que com eles convivem – e a sociedade ainda não está preparada para essa nova realidade.

A motivação para uma análise de discurso crítica envolvendo as representações da pessoa idosa foi baseada na observação do incremento populacional de pessoas da terceira idade (nas ruas, nas clínicas médicas, nas igrejas, nos estabelecimentos bancários e comerciais, etc.) e de notícias sobre abandono e maus-tratos contra idosos, veiculadas na mídia. Além disso, meu interesse pelo tema intensificou-se com a materialização desse

problema silencioso – e até então imperceptível aos meus olhos –, que foi a necessidade de acolher e cuidar de minha idosa mãe, depois de anos de afastamento. É nesse cenário que se situa a minha dissertação.

De acordo com o Plano de Ação Internacional sobre Envelhecimento, aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Viena/Áustria, no ano de 1982¹, o limite cronológico proposto para início da chamada terceira idade, tomou por base a média de idade da aposentadoria estabelecida na maioria dos países. A ONU, acompanhando a orientação da Divisão de População, estabeleceu a idade de 60 anos como o patamar que caracteriza o grupo idoso. A Política Nacional do Idoso acompanha esse patamar de 60 anos – que é adotado também pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A associação entre velhice e aposentadoria, baseada na idade média dos aposentados, remete a uma representação coletiva em que o idoso é visto como não mais produtor de bens e serviços e é, principalmente no mundo ocidental, excluído dos contextos sociais hodiernos, que são eminentemente baseados em critérios econômicos. Boa parte dos textos expostos na mídia retrata os idosos como "um fardo econômico para instituições sociais, para as gerações mais jovens e para os próprios descendentes", conforme ressalta a psicóloga e pedagoga Anita Liberalesso Neri, em sua análise de conteúdo de textos do jornal *O Estado de São Paulo* publicados entre 1995 e 2002 (NERI, 2003).

É oportuno salientar, contudo, que nem sempre a aposentadoria representa um rompimento com o mundo do trabalho. No Brasil, em especial, pressões econômicas, sociais e culturais concorrem para a permanência do idoso no mercado.

Aliás, é crescente o número de idosos que, com suas aposentadorias ou pensões, sustentam filhos e netos.

Contradizendo, portanto, esse estigma identitário de "fardo econômico", o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem de divulgar pesquisa que aponta o crescimento no Brasil do número de idosos que chefiam e sustentam famílias. Conforme a

¹ Vinte anos após, a ONU realizou em Madri, na Espanha, a II Assembléia Mundial do Envelhecimento, onde foi aprovado o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento 2002, com a participação de 159 países..

pesquisa, veiculada pela Agência Brasil em 1º de dezembro de 2006, "o número de idosos responsáveis por suas famílias aumentou 47% entre 1991 e 2000. Em 2000, das 9,9 milhões de pessoas com 65 anos ou mais, 6,4 milhões eram responsáveis pela própria família. Em 1991, o número de idosos chefes de família era de 4,3 milhões". Ainda segundo a pesquisa, em 2000, 690 mil netos e bisnetos viviam em famílias sob responsabilidade de seus avós e sem a presença dos pais. O número representa um aumento de 52,4% em relação a 1991. De acordo com o Instituto, "o movimento pode ser explicado pela inércia do envelhecimento populacional, assim como pelo aumento da idade a partir da qual os dependentes deixam seus lares, além das dificuldades financeiras".

No âmbito das relações pessoais dos idosos, a sociedade moderna impõe uma reorganização da vida familiar, novos acordos afetivos, novos espaços de convívio e de relacionamento fora do mundo do trabalho, novas rotinas e até a diminuição gradativa da jornada laboral. O impacto dessas novas relações aumenta e torna-se mais evidente na medida em que aumenta a idade cronológica, especialmente quando associada à debilidade física e/ou mental do idoso. É uma das conseqüências mais evidentes dessas novas relações pessoais é a solidão.

Faço aqui uma conexão entre a estimativa do IBGE, sobre o envelhecimento da população brasileira, e a solidão resultante das novas relações pessoais impostas aos idosos na sociedade moderna, citando um trecho de uma análise que avalia a trajetória da pessoa idosa até o isolamento:

Quando chega um determinado momento, o indivíduo vai perdendo seus papéis sociais e o trabalho não o aceita mais. Se nessa esfera não é aceito, ele também começa a perder o seu papel no âmbito familiar. O indivíduo começa a ser considerado inútil, um incômodo. Então, ele vai ser descartado em algum lugar. (SOUZA, 2006)¹.

Ainda sobre a questão do isolamento, Mário Soutomaior (1996)², inclui a dispersão da família entre as causas da solidão dos idosos. Segundo Soutomaior, é comum que os filhos cresçam e se casem ou se mudem para outras cidades, deixando a casa de seus pais. E quando morre um dos cônjuges a situação do(a) idoso(a) se complica ainda mais porque

¹ Jaime Luiz Cunha de Souza é professor de Sociologia e responsável pelo estudo que avalia a “**trajetória do idoso até o asilo**”, publicado no Boletim Beira do Rio, da Universidade Federal do Pará - edição de nov/2006.

² Mário Soutomaior. **Solidão, Velhice & Folclore**. Artigo publicado no Boletim n. 235, da Comissão Catarinense de Folclores – trimestre OUT a DEZ/1996

o(a) sobrevivente ficará em companhia de seus achaques, impossibilitado(a) de viver sozinho(a), e a solução será pedir a um filho que o(a) acolha ou, então, morar em um abrigo, onde se sentirá ainda mais só, imprestável, à mercê do abandono e do desprezo.

Abandono, agressões, maus-tratos, desrespeito são alguns dos problemas com os quais freqüentemente se deparam os idosos, e que tornam a velhice uma fase da vida em que predominam os sentimentos de solidão, medo, depressão e baixa auto-estima. Essa mudança quase abrupta de pessoa adulta ("produtiva") para a chamada terceira idade ("improdutiva") influencia fortemente a construção das identidades dos indivíduos. Tal influência pode ser percebida nos discursos correntes sobre problemas da terceira idade e nos discursos de idosos sobre si mesmos. Em diversas matérias veiculadas pela mídia, há certa naturalização da identidade dos idosos como pessoas oprimidas pelos mais jovens.

Temos, então, que o discurso desponta nessa conjuntura como elemento importante a ser investigado, tanto nos aspectos identitários do(a) idoso(a), em suas relações com o mundo, quanto nas alternativas levantadas nos discursos dos outros (não-idosos), envolvendo a terceira idade.

A partir da conjuntura descrita, identificam-se algumas questões relacionadas com a chamada terceira idade, no que concerne à identidade e ao espaço do(a) idoso(a) na sociedade e na família, à (in) capacidade de gerar dinheiro, além de questões sociais envolvendo abandono e maus-tratos. Ou seja, trata-se de um problema de múltiplas faces, que gera processos discursivos específicos no âmbito do universo das pessoas idosas.

A despeito da proteção expressa na Constituição Brasileira e no Estatuto do Idoso, vemos, na prática, de um lado, a Imprensa divulgando diariamente casos de abandono e maus-tratos praticados contra idosos por familiares, e de outro a sociedade civil organizada - Ongs, Pastorais religiosas, Núcleos Assistenciais etc., tentando suprir, de algum modo, a lacuna deixada pelo Poder Público e pelas próprias famílias.

Um bom exemplo desse trabalho voluntário é desenvolvido, com o apoio da Universidade de Brasília, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade (NEPTI), da UnB/DF, cujo propósito é oferecer à comunidade de idosos de Brasília oportunidade de acesso à aquisição e atualização de conhecimento, bem como desenvolver estudos e

pesquisas relacionados com a problemática da terceira idade, em seus aspectos físico, social, cultural e educacional. As ações do NEPTI são distribuídas em quatro vertentes principais:

- I. cursos e atividades destinados a idosos, estudantes e profissionais envolvidos com a terceira idade;
- II. estudos e pesquisas voltados para o conhecimento da população situada nesta faixa etária;
- III. participações em seminários, congressos, encontros, fóruns, simpósios, jornadas e demais eventos voltados para esse segmento da população, bem como integração do Núcleo com as diversas áreas de conhecimento da Universidade de Brasília e de instituições congêneres no país e no exterior;
- IV. publicação de livros, comunicações e artigos científicos sobre envelhecimento.

É importante ressaltar que a idéia básica do NEPTI não é ter um espaço exclusivo para os idosos, discriminando-os, mas sim ser um espaço para que os idosos, junto com as pessoas de outras faixas etárias, possam usufruir das ofertas da universidade.

Diversas universidades espalhadas pelo país possuem ou apóiam projetos semelhantes aos do NEPTI-UnB, como, por exemplo, o Programa de Estudos da Terceira Idade da Pontifca Universidade Católica - PUC do Paraná que desenvolve atividades relacionadas com o saber, o fazer e o lazer, possibilitando, assim, uma vida ativa aos mais velhos, pelas oportunidades de novos aprendizados e de convívio social. Outro exemplo que merece destaque é a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), criada em 1961, no Rio de Janeiro, por profissionais das áreas de medicina e de pesquisa científica que perceberam que, em um futuro muito próximo, o Brasil não seria mais um país tão jovem e, por isso, precisava preparar-se técnica e cientificamente para enfrentar o desafio de garantir qualidade de vida aos idosos. De acordo com seu estatuto, a SBGG¹ é uma associação civil, de caráter científico, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal congregar médicos e outros profissionais de nível superior que se interessem pela Geriatria e Gerontologia, estimulando e apoiando o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento científico na área do envelhecimento.

¹ Estatuto disponível em: www.sbgg.org.br/profissional/estatuto/index.asp

Ainda no Rio de Janeiro, podemos citar outro relevante programa, desenvolvido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com apoio da Prefeitura Municipal, que é a formação de "cuidadores de idosos". Trata-se de uma profissão ainda sem regulamentação específica, mas que vem ganhando vulto, tanto pela oferta de emprego por familiares de pessoas idosas, quanto pela procura, por parte de empregada(o)s doméstica(o)s, de cursos que a(o)s qualifiquem para o exercício da função.

Em São Paulo, a Associação Cultural Cidadão Brasil, em parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo e com diversos telecentros do estado, criou, em janeiro de 2006, o Portal Terceira Idade, cujo objetivo é levar informação, cultura e interatividade para o público-alvo da terceira idade.

O Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina NETI/UFSC possui projetos de inserção do idoso no contexto acadêmico e comunitário. A Universidade Federal de Pernambuco também promove um programa de educação permanente para idosos, por intermédio da Universidade Aberta à Terceira Idade-UnATI, onde são oferecidos cursos gratuitos a pessoas a partir de 60 anos, valorizando-se a aquisição de novos conhecimentos e práticas de convivência: Ioga, Educação em Saúde, Nutrição e envelhecimento, Navegando na Internet, Relaxamento Neuromuscular, Dança Recreativa, Italiano, Inglês, Grupos Interativos, Arte Criatividade, Natação, Origami, Pintura em Tela, Plantas Medicinais, Técnicas de Leitura e Memorização, alongamento, Biogenética, Educação Participativa e Canto e muitas outras atividades visando à integração e à melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Há dezenas de iniciativas similares, que poderiam ser aqui mencionadas; mas os exemplos apresentados me parecem suficientes para demonstrar que a questão do idoso emerge como um tema de suma relevância na atualidade.

A necessidade de um novo olhar sobre o envelhecimento deve ensejar estudos e pesquisas de caráter interdisciplinar sobre a identidade do(a) idoso(a), capazes de promover o desenvolvimento de políticas públicas e sua real aplicação prática, nas ações voltadas à terceira idade; e a Linguística, por meio da análise de discurso crítica, tem muito a contribuir nesse processo, uma vez que em tudo que se revela há discurso e o foco sobre o discurso afigura-se como um importante aliado na compreensão dos papéis sociais e das relações de poder.

Meu propósito neste trabalho é verificar características identitárias de pessoas idosas, nas suas práticas discursivas, nas práticas discursivas de seus familiares, de cuidadores, da imprensa e de documentos oficiais, investigando a representação do idoso e o funcionamento da ideologia nos discursos analisados.

Para tanto, procuro responder as seguintes questões de pesquisa:

1. Que aspectos discursivos caracterizam a identidade das pessoas idosas nos discursos analisados?
- 2) Que tipo de relação existe entre os discursos do Estatuto do Idoso, da imprensa, da sociedade e dos cidadãos idosos?
- 3) Que características dos diversos discursos contribuem para a percepção da identidade da pessoa idosa e sua relação com a sociedade?
- 4) De que maneira a ideologia se manifesta nesse discurso?

As bases teóricas por meio das quais procuro responder essas questões e fundamentar a pesquisa são a teoria social do discurso e a Análise de Discurso Crítica (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, trad. 2001, 2003) e os estudos de identidade na modernidade (Giddens, 2002; Hall, 2005; Silva, 2000). Apoio-me, ainda, nos conceitos de Thompson (2002) e Foucault (2004, 2006 e 2007) para verificar a convergência entre discurso, poder e ideologia, e nas categorias de Van Leeuwen (1997), para verificar os modos de representação dos atores sociais.

Para analisar os discursos, recorro às bases funcionais da linguagem desenvolvidas por Halliday (1985/1994), Halliday & Hasan (1989) e Halliday & Matthiessen (2004) e às proposições sobre argumentatividade e modalidade em Koch (2005, 2006a e 2006b).

A geração de dados segue a orientação metodológica da Pesquisa Qualitativa e sua operacionalização se dá por meio de entrevistas semi-estruturadas e narrativas. Como metodologia de análise, procuro conciliar a análise da relação do discurso com outros momentos, proposta no arcabouço de Chouliaraki e Fairclough (1999), com a abordagem de Fairclough (2003), que considera os três significados (acional, representacional e identificacional) que aparecem de forma interconectada no *corpus*.

Para construção do *corpus*, utilizei: trechos de artigos da Constituição da República Federativa do Brasil – 1988, da Declaração Universal de Direitos do Homem e do Estatuto do Idoso; trecho de matéria publicada em um jornal local; e trechos de entrevistas realizadas com uma idosa e com uma enfermeira que cuida de idosos¹.

O percurso (e os acidentes de percurso) em busca de uma amostra qualitativamente representativa para constituição do *corpus* e também nos processos de coleta e geração de informações (ver Capítulo 3) revelou aspectos importantes que merecem ser comentados.

O primeiro ponto a chamar minha atenção foi a proporção consideravelmente menor de idosos (sexo masculino) em relação às idosas, quer morando com parentes, quer nos asilos, razão pela qual optei por restringir a amostra a pessoas do sexo feminino. Outra constatação, que influenciou diretamente o desenho do *corpus*, foi a de que pessoas sexagenárias (homens e mulheres) física e mentalmente híidas não se consideram idosas, nem querem que os outros as considerem como tal e, portanto, não se dispuseram a dar depoimentos.

Uma característica pouco evidente nas análises, mas que se fez perceber nas matérias de jornal que pesquisei e nas entrevistas realizadas em asilos² diz respeito à indistinção entre classes sócio-econômicas nas representações das pessoas idosas, ou seja, as situações de maus tratos³ expressas (ou tácitas) nos discursos a que tive acesso, bem como a pecha de inútil, acometem pobres e ricos. Por esse motivo, a questão econômica não foi destacada.

A presente dissertação está organizada em quatro capítulos, além desta introdução, das considerações finais e dos elementos pré-textuais (dedicatória; agradecimentos; resumo; lista de ilustrações, quadros e símbolos; sumário) e pós-textuais (bibliografia, apêndices e anexos). O Capítulo 1 apresenta a conjuntura em que se inserem os idosos, aborda o conceito de política e suas acepções, dá um panorama sobre a proteção à pessoa idosa na legislação brasileira e reproduz dados e informações sobre a população de idosos no Brasil, inclusive no que tange à violência. O Capítulo 2 é dedicado à fundamentação

¹ A construção do *corpus* é detalhada no Capítulo 3 desta dissertação. A íntegra das entrevistas e do texto do Estatuto do Idoso está disponível na seção de anexos.

² Visitei três categorias de asilo: um asilo assistencial, mantido por uma entidade filantrópica; um asilo privado para pessoas de classe média; uma casa de hospedagem privada, para idosos de alto poder aquisitivo. (Vide detalhes no Capítulo 3)

³ Os conceitos de maltrato e de violência são discutidos no Capítulo 1

teórica, que se assenta no tripé das abordagens sobre a Análise de Discurso Crítica (ADC), nas reflexões sobre ideologia e poder e nas questões de identidade.

O Capítulo 3 fornece descrições e explicações sobre a metodologia de geração, de seleção e de análise dos dados, explicitando as razões para as escolhas da Pesquisa Qualitativa, como método de pesquisa, e da Análise de Discurso Crítica, como método de análise.

O Capítulo 4 reúne as análises do *corpus*, que enfocam os discursos sobre idosos em relação a outros momentos da prática, interpretando os significados acional, representacional e identificacional dos textos e a relação dos discursos com crenças, valores e ideologia. Nas considerações finais são retomados os principais resultados encontrados no processo de investigação e são apresentadas algumas reflexões sobre todo o percurso da pesquisa, sobre as análises e, também, sobre as possíveis contribuições deste trabalho em futuras discussões sobre problemas que afetam a população idosa.

CAPÍTULO 1

OS IDOSOS NO BRASIL

Em verdade, em verdade te digo que, quando eras mais moço, te cingias a ti mesmo, e andavas por onde querias; mas, quando fores velho, estenderás as mãos e outro te cingirá, e te levará para onde tu não queres.

(BÍBLIA, N.T. João, 21:18)

1.1 OS IDOSOS¹ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Junho de 1996. Vem à tona uma das maiores tragédias ocorridas em um hospital brasileiro, a Clínica Geriátrica Santa Genoveva, no Rio de Janeiro. Lá, mais de uma centena de idosos morreram em menos de três meses, por falta de tratamento adequado. As vítimas eram quase todas abandonadas pelas famílias. Não recebiam os cuidados necessários, nem mesmo os de higiene. Quartos fétidos, repletos de restos de comida, lençóis sujos de fezes e banheiros imundos foram algumas das situações amplamente denunciadas pela mídia, mas o problema mais grave detectado foi a péssima qualidade da água servida, que não era filtrada nem fervida. De acordo com matéria publicada pela revista IstoÉ, em 12 de junho de 1996, um exame descobriu que a água estava cheia de coliformes fecais e das bactérias *shigella* e *salmonella*². Constatou-se, segundo a Imprensa, que, em meio a tanta imundície, muitos velhinhos, a maioria deles subnutridos, acabaram infectados por essas bactérias e morreram...

Esse trágico episódio não foi o primeiro e, certamente, não será o último envolvendo pessoas idosas, mas, devido às suas proporções, o impacto negativo, com repercussão nacional e internacional, resultou na intervenção do Ministério da Saúde, na prisão preventiva de seis membros da direção da clínica, bem como no seu descredenciamento pelo Sistema Único de Saúde (Folha de São Paulo, 1996). Associada às

¹ O uso de linguagem que não discrimine nem estabeleça a diferença entre homens e mulheres é uma preocupação deste texto. Tanto é que procurei utilizar alternadamente os termos 'idoso', 'pessoa idosa' e 'terceira idade' sempre que possível. O uso do masculino genérico 'idoso' aparecerá com mais frequência, por ser uma opção inescapável em muitos casos (como, por exemplo, nas reproduções de textos legais). Mas fica o entendimento de que o genérico do masculino se refere a homem e mulher e que por trás do termo 'idoso' existem senhoras e senhores com rostos, histórias de vida, histórias, inserção social e direitos adquiridos.

² *Salmonella* e *Shigella* são microrganismos patogênicos responsáveis por infecções intestinais como desintéria bacteriana, febre tifóide e algumas intoxicações alimentares. São bactérias adquiridas através da ingestão de água e alimentos contaminados. (Fontes: www.scielo.br e www.saude.df.gov.br).

providências relacionadas à saúde, *lato sensu*, a tragédia da Clínica Santa Geneveva contribuiu para que as autoridades governamentais brasileiras intensificassem a mobilização em prol de políticas específicas para os idosos, até então relegadas.

Minha intenção ao mencionar o caso dessa clínica geriátrica é dar início às considerações sobre a percepção do problema da velhice e sobre o processo de negociação que se tenta estabelecer a partir dos diálogos e embates entre os sujeitos do problema (a sociedade, os movimentos sociais para a terceira idade e os próprios idosos) e os agentes das políticas (Estado e instituições) na busca por responsabilidade compartilhada.

1.1.1 A Política e suas Acepções

Norberto Bobbio, em seu Dicionário de Política (1993, pp.954-962) explica que a palavra ‘política’ deriva do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, por via de consequência, o que é urbano, civil, público e, segundo Bobbio, até mesmo o social. *Pólis* é, pois, a ‘Cidade’, entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos nascidos no solo da Cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis, a isonomia (igualdade perante a lei) e a *isegoria*¹ (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a Cidade deve ou não deve realizar).

Ao fazer uma retrospectiva histórica, Bobbio comenta que originalmente o termo ‘Política’ significava ‘ciência da pólis’, ou de ‘forma de saber mais ou menos organizado sobre as questões relativas ao Estado’ (tais como “física”, “química” etc.). De acordo com o cientista político, na modernidade o termo perdeu seu significado original, passando a ser usado para indicar a “*atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a pólis, ou seja, o Estado*”. (ibid.,p.954)

¹ Palavra do vocabulário grego, que significa o igual direito de falar, de ter voz. Originou-se na Grécia antiga, onde se governava pelo sistema da democracia direta e, em suas assembleias, os cidadãos ricos ou pobres tinham o igual direito a dar sua opinião. Os dicionários brasileiros não registram essa palavra, mas pode-se encontrá-la em dicionários portugueses.

1.1.1.1 Política e moral

Em suas análises, Bobbio aborda também a problemática da relação entre ‘Política e não-Política’ vinculando-a a um dos problemas fundamentais da filosofia política, que é o problema da relação entre Política e moral:

A Política e a moral estendem-se pelo mesmo domínio comum, o da ação ou da práxis humana. Pensa-se que se distinguem entre si em virtude de um princípio ou critério diverso de justificação e avaliação das respectivas ações, e que, em consequência disso, o que é obrigatório em moral, não se pode dizer que o seja em Política, e o que é lícito em Política, não se pode dizer que são impolíticas (ou apolíticas) e ações políticas que são imorais (ou amorais). A descoberta da distinção que é atribuída, injustificada ou justificadamente a Maquiavel (daí o nome de maquiavelismo dado a toda a teoria política que sustenta e defende a separação da Política da moral), é geralmente apresentada como problema da autonomia da Política. (ibid., p.960)

Para Bobbio, a autonomia da Política é o reconhecimento de que o critério segundo o qual se julga boa ou má uma ação política (lembrando-se que ação política é aqui entendida como uma ação que tem por sujeito ou objeto a *pólis*) não é o mesmo pelo qual se considera boa ou má uma ação moral. Entende o referido autor que uma ação é considerada moralmente boa ou má com base em uma norma tida como categórica, independentemente do resultado da ação, ou seja, deve-se fazer o que é considerado moralmente correto, aconteça o que acontecer. Já o critério de julgamento de uma ação politicamente boa ou má é pura e simplesmente o do resultado, isto é, deve-se fazer o que é preciso, a fim de que aconteça o que se deseja.

Esse pensamento acerca da ação política e as consequências que dele advêm são normalmente vinculados à máxima de Maquiavel, segundo a qual os meios serão sempre considerados honrosos e por todos louvados, quando se trata da defesa do Estado. No entanto, Bobbio assevera que a máxima maquiavélica não se aplica às ações morais que, para serem consideradas moralmente boas, hão de ser praticadas com o único propósito de cumprir o próprio dever.

De acordo com as assertivas de Bobbio, o universo da moral e o universo da Política se movimentam no âmbito de dois sistemas éticos diferentes, e muitas vezes até contrapostos, que seguem princípios diversos, conforme as situações em que os homens se encontram e agem. São personagens diferentes que atuam no mundo seguindo caminhos quase sempre destinados a não se encontrarem: de um lado está o homem com suas convicções individuais (o homem de fé, o profeta, o pedagogo, etc.), do outro, o homem de Estado, o condutor de homens (o político, o governante, etc.). Para o primeiro, o que conta

é a pureza de intenções e a coerência da ação com a intenção; para o segundo, o que importa é a certeza e os frutos dos resultados.

Bobbio complementa suas observações sobre política e moral recorrendo ao conceito clássico de virtude (disposição para o ‘bem moral’ em contraposição ao útil) e ao pensamento maquiavélico, segundo o qual a vida política e o homem público não deveriam buscar externamente a própria moralidade (seja em imperativos, seja em livros sagrados ou em tábuas de mandamentos). Para Maquiavel, a política é, pois, autonormativa, justificando seus meios em prol de um ‘bem maior’, qual seja, a estabilidade do Estado. Mesmo não sendo indiferente ao bem e ao mal, e ainda que valorize os princípios morais cristãos, o Príncipe compreende que aquilo que é ruim para o indivíduo particular (como a mentira, por exemplo), pode ser fundamental para o funcionamento da política.

1.1.1.2 A política como ética de grupo e o poder

Da proposição apresentada no subitem anterior, de que o que é obrigatório em moral não é necessariamente obrigatório em Política, deriva outra fórmula, que Bobbio denomina ‘ética de grupo’: *“o que é obrigatório para o indivíduo não se pode dizer que o seja para o grupo de que o indivíduo faz parte”*. (ibid., p.961)

Bobbio explica o significado de ‘ética de grupo’ utilizando o exemplo da violência. Quando o ato violento é praticado só pelo indivíduo ou pelo grupo social de que faz parte, isto é, quando se trata de violência pessoal, ela é geralmente condenada. Por outro lado, afóra em casos excepcionais, a violência das instituições geralmente é aceita. Uma das razões por que a violência individual não se justifica é, precisamente, o fato de que *“ela está, por assim dizer, protegida pela violência coletiva”* (ibid., p.162).

O contraste entre moral e Política, entendido neste subitem como contraste entre ética individual e ética de grupo, é utilizado por Bobbio para ilustrar e explicar a expressão ‘razão de Estado’, que *“é o conjunto de princípios e máximas segundo os quais ações que não seriam justificadas, se praticadas só pelo indivíduo, são não só justificadas como também por vezes exaltadas e glorificadas se praticadas pelo príncipe ou por quem quer que exerça o poder em nome do Estado”*. (ibid.,id.)

A Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, também se vincula ao conceito de Poder, no que tange à capacidade que um sujeito tem de influenciar,

de condicionar e/ou de determinar o comportamento de um outro sujeito. Segundo Bobbio (1993, p. 954), ‘poder’ tem sido tradicionalmente definido como “*consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem*” ou como o “*conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados*”. De acordo com o aludido autor, sendo um desses meios o domínio do homem sobre outros homens, o poder, por vezes, é definido como uma relação entre dois sujeitos (indivíduos ou grupos), dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina o comportamento.

1.1.1.3 A política e as minorias

Entre as diversas acepções da palavra ‘minorias’ a mais difundida é a relacionada ao critério matemático, numérico, ou seja, a condição do que é numericamente inferior a outro. Além desse significado mais geral, Houaiss¹ (2001, p. 1928) registra o significado antropológico e sociológico do verbete ‘minorias’, freqüentemente empregado no plural ‘minorias’, como:

subgrupo existente dentro de uma sociedade que se considera e/ou é considerado diferente do grupo maior e/ou dominante, em razão de características étnicas, religiosas, ou de língua, costumes, nacionalidade etc., e que, por essa razão, não tem os mesmos direitos e/ou as mesmas oportunidades que o grupo majoritário, ou é alvo de discriminação ou preconceito.

Diniz² (1998, p.283) também observa que as minorias são quase sempre associadas a essa noção de ‘inferioridade quantitativa’ (homossexuais, índios, deficientes, idosos, etc.).

O conceito de minoria adotado pelo Brasil para dar cumprimento às obrigações decorrentes do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais³ é, em linhas gerais, o de grupos distintos dentro da população do Estado, possuindo características étnicas, religiosas ou lingüísticas estáveis, que diferem daquelas do resto da população e, em princípio, numericamente inferiores ao resto da população, em posição de não dominância e vítimas de discriminação.

¹ HOUAISS, A. e VILLAR, M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

² DINIZ, M. **Dicionário Jurídico**. V.3. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

³ O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi adotado pela Assembléia-Geral das Nações Unidas para Ratificação e Adesão pela Resolução 2.200 (XXI), em 16 de dezembro de 1966, Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 226, de 12.12.1991, e assinado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. Entrou em vigor no Brasil em 24.2.1992. Promulgado pelo Decreto n.º 591, de 6.7.1992.

Acordos internacionais como o citado Pacto promovem a criação e a multiplicação de normas que coíbem a discriminação contra grupos minoritários. Apesar disso, observa-se que a violência e maus tratos contra algumas minorias sociais se perpetuam, assim como o abismo sócio-econômico que separa os grupos minoritários do resto da sociedade.

Um dos fatores que contribuem para a ocorrência dessa situação contraditória é o mascaramento da realidade social. Segundo o pesquisador e doutor em Psicologia Jorge Vala, (Vala, Brito & Lopes, 1998, 1999) a máscara do preconceito em relação às minorias pode assumir formas de expressão que não contrariam abertamente as normas e proibições vigentes e que, portanto, não impedem que discriminação continue existindo.

1.1.2 Leis e Políticas em prol da Velhice

Os idosos, como outras minorias, são objeto de discriminação e de dominação. Na medida em que não conseguem ocupar seu espaço político, outros grupos certamente o ocupam, aumentando o distanciamento dos idosos do processo político e trazendo repercussões graves para a conquista de sua cidadania.

Abro aqui um parêntese para lembrar que o conceito de velhice na sociedade capitalista ocidental não é o conceito de todas as sociedades, como afirma Loureiro (1998, p. 12), “*o tempo não é o mesmo para todos os povos, raças, culturas e homens*”. No modelo econômico neoliberal, que atribui importância exacerbada ao lucro, à produtividade, ao consumo, à eficiência, o idoso é, freqüentemente, considerado um inútil, um peso morto para a família e a sociedade, e um improdutivo para o Estado. Daí, o desprezo por ele e o desrespeito à sua dignidade.

Martinez (2005) ao analisar a legislação destinada à proteção do idoso, entende que os legisladores, ao redigirem os instrumentos legais, exprimiram o óbvio, mas que tal obviedade se fazia necessária diante da impossibilidade de muitos idosos, sozinhos, às vezes doentes e não raro abandonados pelos parentes, em enfrentarem as dificuldades decorrentes do descaso e das afrontas cometidas pelos adultos e pelos jovens.

Examinando-se cada um dos seus preceitos preambulares [...], nitidamente é perceptível o *animus* declaratório dos redatores, pretendendo enfatizar a presença do direito no campo jurídico, na esperança de que um dia seja observado pela população. (ibid., p.13).

A Política Nacional do Idoso (Lei Federal nº. 8.842, de 4 de janeiro de 1994), instrumento básico para o cumprimento das garantias previstas na Constituição Federal de

1988, foi regulamentada pelo Decreto Federal nº1.948, de 3 de julho de 1996, ou seja, um mês depois do escândalo da Clínica Santa Genoveva.

Há que se observar que a proteção ao idoso é objeto de assentamentos específicos em diversas leis brasileiras. Desde a promulgação da Constituição Cidadã em 1988 até a sanção da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso)¹, diversas leis contemplaram aspectos de proteção ao idoso, como, por exemplo, renda mensal vitalícia, prioridade nos atendimentos, prioridade no trâmite de processos, aposentadoria por idade, atendimento em juizado especial, estacionamento preferencial, gratuidade em transporte coletivo, preço de ingressos reduzidos para cinemas e teatros, entre outros.

O Estatuto do Idoso reuniu essa proteção dispersa nas leis em 118 artigos, consolidando o processo legislativo por meio do qual o Governo Federal buscou ressaltar a importância individual e social das pessoas idosas. Ele estabelece vários mecanismos de proteção, envolvendo os demais membros da sociedade e, com isso, procurando alertar e sensibilizar a sociedade como um todo para a necessidade de amparo aos idosos.

No âmbito desse Estatuto, os principais direitos do idoso encontram-se no art. 2º, que enumera os direitos fundamentais, inerentes a qualquer Ser Humano e não apenas à pessoa idosa (preservação da saúde física e mental, aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade) e, de maneira mais direta, no artigo 3º, que preceitua que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Ratificando o preceito legal supracitado, Martinez (2005, p.32), ressalta que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Martinez acrescenta, ainda, que o ideal seria que os programas de amparo fossem realizados na casa dos próprios idosos, em conformidade com a prescrição Constitucional que, em seu art. 230, § 1º, recomenda que os programas de amparo aos idosos sejam executados preferencialmente em seus lares. O renomado advogado constitucionalista Ives Gandra Martins (1998) corrobora esta posição ao dizer:

¹ A íntegra da Lei está disponível nos anexos.

Convenço-me cada vez mais de que manter o idoso em família e dar sentido de vida a seus últimos anos é a melhor terapêutica, que inclusive beneficia também filhos e familiares, pois sentirão que venceram seu egoísmo e comodismo para apreciar uma parte de seu tempo e recursos àqueles que antes deles cuidaram. (ibid., pp. 1040-1)

Outro tópico que merece destaque no Estatuto do Idoso é o que diz respeito à defesa física e moral, pois, complementarmente aos artigos antes mencionados, que falam dos direitos fundamentais dos idosos e das obrigações da sociedade e do poder público para com eles, procura disciplinar os atos autônomos direcionados contra os idosos e suas respectivas penalidades, que estão especificadas nos artigos finais e Disposições Transitórias do Estatuto sobre os quais discorrerei mais à frente.

O tema – Defesa Física e Moral – é tratado nos artigos 4º a 7º do Estatuto. Para fins de reflexão, pretendo me ater ao artigo 4º, que enumera no *caput* os comportamentos anti-sociais dos quais “nenhum idoso será objeto” (negligência, discriminação, violência, crueldade opressão) e sentencia que “todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”. Entretanto, ao analisar o *corpus* da minha pesquisa (apresentada no Capítulo 4 desta dissertação), pude constatar que tais comportamentos são de difícil caracterização. Negligência, por exemplo, pode ser o descuido ou a indiferença, mesmo que isso não afete a integridade física da pessoa idosa. Discriminação pode ocorrer indiretamente, por distinção negativa, favorecendo os mais jovens e deixando os idosos de lado no trabalho, lazer, etc. Violência, além da agressão física, pode ser o constrangimento moral. Crueldade pode ser agredir o idoso com palavras e gestos, ser intolerante e não reconhecer as limitações próprias da idade avançada. Opressão pode ser o abuso de autoridade, que cerceia o direito do idoso mediante constrangimento, humilhação, pressão psicológica, etc. Atentado pode ser negar aos idosos aquilo que lhes é de direito, impedi-los de realizar o que desejam. Todos esses comportamentos podem ocorrer tanto em ambientes externos, quanto dentro dos próprios lares, sem conseqüências observáveis por quem está alheio ao problema.

Outros temas relacionados aos direitos fundamentais, como emprego, saúde, previdência e assistência social estão amplamente contemplados no Estatuto. Deixo de comentá-los mais detidamente para não correr o risco de enveredar por caminhos sociológicos, desviando-me do foco lingüístico-discursivo do presente trabalho.

Interessa, contudo, abordar a questão da política de atendimento ao idoso, à qual o Estatuto também dedica um Título específico com noções sobre o como exercitar os

direitos estabelecidos nas Leis. O art. 46 indica que “*a política de atendimento ao idoso far-se-á por meio de conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*” e o art. 47 aponta as linhas de ação dessa política de atendimento tais como: serviços especiais de prevenção e atendimento a vítimas de negligência, maus-tratos, exploração e crueldade (embora ainda não exista uma ‘Delegacia dos Idosos’, é de se louvar a preocupação do legislador com a prevenção); serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência; proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos, que lhes garante atendimento jurídico institucionalizado, não só no Poder Judiciário como nas Procuradorias Estaduais, OAB, etc.; mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento ao idoso (por exemplo, em campanhas cujo resultado depende da atuação estatal, como a de vacinação contra a gripe).

Cabe realçar também os artigos 48 a 50, que tratam das entidades de atendimento ao idoso. O art. 48 cuida dos aspectos materiais e formais, isto é, dos requisitos básicos a serem cumpridos para instalação e funcionamento de entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso: oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; apresentar objetivos estatutários e planos de trabalho compatíveis com os princípios do Estatuto; estar regularmente constituída; e demonstrar a idoneidade de seus dirigentes. No art. 49 determina a adoção de princípios como preservação dos vínculos familiares, atendimento personalizado, manutenção do idoso em uma só instituição, participação do idoso em atividades comunitárias internas e externas, oferecimento de ambiente de respeito, dignidade e preservação da identidade do idoso.

Completando a disciplina das entidades, o art. 50 enumera as obrigações que, se forem descumpridas, sujeitarão a instituição a penalidades tais como advertência, fechamento da unidade e interdição do programa, bem assim à responsabilização civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos.

Dentre os deveres da instituição para com a pessoa idosa, destaco o que trata da situação de abandono. Quando um internado não recebe visitas, mesmo depois de tentativas de localização e contato com familiares, ficando caracterizado o abandono físico, material e moral, a entidade é obrigada a oficiar ao Ministério Público a situação de

abandono. O autor do delito (crime de abandono) estará sujeito à pena prevista no art. 98 do Estatuto:

Art. 98. Abandonar o idoso em hospitais, casa de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado: Pena – detenção de 6(seis) meses a 3(três) anos e multa.

Diversos outros atos, costumeiramente praticados em relação aos idosos, estão configurados no Estatuto como crimes sujeitos a sanções penais (artigos 96 a 109). Eis os de maior incidência:

- Discriminação – discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte ou a qualquer outro meio necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade (Pena – reclusão de seis meses a um ano e multa)
- Omissão de socorro – Deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa (Pena – detenção de seis meses a um ano e multa. A pena é aumentada de metade, se da omissão resultar lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resultar a morte)
- Exposição a perigo – Expor a perigo a integridade e a saúde física e psíquica do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado (Pena - detenção de dois meses a um ano e multa. Se com lesão corporal grave, reclusão de um a quatro anos. Se resultar a morte, reclusão de quatro a doze anos)
- Apropriação de patrimônio - desviar ou apropriar-se de bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhe aplicação diversa da de sua finalidade (Pena - reclusão de um a quatro anos e multa)
- Retenção de documento - reter o cartão magnético da conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento, com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida (Pena - detenção de seis meses a dois anos e multa)
- Depreciação injuriosa - exhibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informação ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa do idoso (Pena - detenção de um a três anos e multa)

- Indução perniciosa - induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente (Pena - detenção de dois a quatro anos e multa)
- Coação - coagir, mediante ameaça física ou de qualquer outro modo, o idoso a doar, contratar ou outorgar procuração (Pena - reclusão de dois a cinco anos).

Dos artigos do Estatuto comentados neste Capítulo extraí os trechos que integram o *corpus* da pesquisa, apresentado no Capítulo 3 de presente dissertação.

Para finalizar as considerações sobre as leis e políticas públicas direcionadas aos idosos, recorro ao art. 116 do Estatuto, que determina a inclusão de dados relativos à população idosa do País nos censos demográficos. É muito provável que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já venha apurando esses dados regularmente, mas com o referido art. 116, isso se torna obrigatório. Este é um dispositivo legal importante, que fornece aos governantes, aos formuladores das políticas e à sociedade uma visão numérica acerca do aumento da população de idosos no País, bem como sobre as suas condições de vida. Além disso, serve como instrumento complementar na estimativa dos recursos necessários para atender às crescentes demandas.

1.2 QUALIDADE DE VIDA, DEPENDÊNCIA E VIOLÊNCIA

1.2.1 Perfil dos Idosos no Brasil

Concluí a seção anterior salientando a importância de se manter um instrumento, que forneça aos governantes, aos formuladores das políticas e à sociedade uma visão numérica acerca do crescimento da população de idosos no País, bem como sobre as suas condições de vida. Se não, vejamos:

Em 12 de abril de 2006¹, a Comunicação Social do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou matéria sobre o perfil da população de idosos no País, com dados consolidados até o final de 2004. De acordo com o IBGE, a população brasileira está envelhecendo. As projeções populacionais das Nações Unidas para o ano de 2005, mencionadas pela matéria, indicavam o Brasil como um dos 10 países com maior

¹ Síntese de Indicadores Sociais 2004. Capítulo “Idosos”, da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) 2004. Disponível em www.ibge.gov.br.

população de pessoas de 60¹ anos ou mais. Conforme os dados apurados, em 2004, a proporção era de 25 idosos para cada 100 jovens.

Pelos números do IBGE, a distribuição por sexo do contingente de idosos no Brasil segue a tendência mundial apresentando, em 2004, um maior número de mulheres: para cada 100 mulheres idosas, havia 78,6 homens idosos. Essa proporção mantinha-se nas regiões mais desenvolvidas do País, sendo que no Sudeste a diferença se acentuava, principalmente no último grupo etário (maiores de 80 anos), onde havia somente 56,4 homens para cada 100 mulheres, indicando uma maior mortalidade masculina.

A proporção de idosos que moravam sozinhos representava, em 2004, 13% dos arranjos familiares. Entre as mulheres de 70 anos ou mais, 19,6% moravam sozinhas, enquanto entre os homens esse percentual atingia apenas 11,7%. A cobertura previdenciária (aposentados e/ou pensionistas) contemplava 77,4% da população de 60 anos ou mais (13,7 milhões de pessoas). No caso dos idosos de 70 anos e mais, essa proporção era superior a 90%. Em relação à distribuição por sexo, 78,6 % dos homens eram aposentados enquanto entre as mulheres a proporção não chegava a 55%, resultado da menor participação feminina no mercado de trabalho formal no passado. Um terço dos idosos ainda se encontrava ativo no mercado de trabalho, sendo essa situação mais freqüente entre os homens (43,9% contra 18,8% entre as mulheres).

Em 2004, as unidades unipessoais (um só morador) correspondiam a 10% das famílias. Essa modalidade, segundo o IBGE, tem apresentado tendência sistemática e contínua de crescimento. A maioria das unidades unipessoais era ocupada por pessoas de mais de 60 anos e, em especial, por mulheres.

1.2.1.1 Percepção da chegada da velhice

Antes de prosseguir com o detalhamento dos perfis das pessoas idosas, abro um parêntese para comentar a percepção da chegada da velhice pelos próprios, que, para fins de análise de discurso, é um elemento de grande relevância.

A Fundação Perseu Abramo, por meio de seu Núcleo de Opinião Pública, em parceria com o SESC Nacional e com o SESC São Paulo, realizou, em abril/2006, uma

¹ O parâmetro de idoso para as Nações Unidas é de pessoas com 60 anos ou mais (fixada com base na idade média de aposentadoria nos Países-Membros).

pesquisa¹ de cunho sociológico com idosos de diversas cidades brasileiras. Transcrevo a seguir parte das conclusões relativas à chegada da velhice:

A percepção da chegada da velhice está associada principalmente a aspectos negativos, tanto entre os idosos (88%), como entre os não idosos (90%). As **doenças** ou **debilidades físicas** são, para a maioria, o principal sinal de que a velhice chegou (opinião espontânea de 62% dos não idosos e de 58% dos idosos). O **desânimo**, a perda da vontade de viver, também é fortemente percebido como sinal de que se ficou idoso (citado por 35% dos idosos e por 28% dos não idosos) e ainda a **dependência física**, apontada como sinal de velhice por pouco mais de um quarto de ambos segmentos. Perguntada **como se sente** com a idade que têm, a maioria da população idosa responde positivamente (69%): [...] Se a velhice é preponderantemente negativa, mas a maior parte dos idosos sente-se bem, conseqüentemente a maioria não se sente idosa (53%). **Só a partir dos 70 anos a maior parte dos idosos brasileiros sente-se como tal.** [...]. A sensação de velhice, plena ou parcial, é partilhada gradualmente com o aumento da idade: por apenas 1/3 dos que estão entre 60 e 64 anos (31%), por pouco mais da metade dos 70 aos 74 anos (53%) e atinge sete em cada dez idosos que estão com 80 anos ou mais (71%).

1.2.1.2 Idosos provedores

Outra pesquisa do IBGE, também divulgada em 2006², apresenta dados que revelam que 64% dos idosos sustentam a família. Segundo o Instituto, são homens e mulheres com mais de 65 anos que dividem a moradia com os filhos, netos e até bisnetos, cujos dados levantados em 1991, representavam 688 mil pessoas e, em 2000, esse número subiu para 1,1 milhão.

Os aludidos estudos do IBGE revelam, ainda, que a participação dos idosos na vida econômica e financeira das famílias resulta de dois fatos: por um lado, devido ao crescimento da expectativa de vida dos brasileiros, já comentada anteriormente, por outro, os filhos estão deixando a casa dos pais tardiamente. Na mesma matéria, o IBGE aponta uma outra formação familiar que vem aumentando no Brasil, que é a de idosos com netos ou bisnetos morando na mesma casa. Essas novas formações familiares resultam de dificuldades financeiras, morte prematura de um dos pais ou, em maior escala, da dissolução familiar.

As novas formações familiares, comandadas pelos idosos, são também um convite à reflexão sobre o papel dos idosos na nova ordem econômica e social. Por um lado o modelo econômico global reduz as oportunidades de emprego e renda para a grande

¹ Pesquisa intitulada “Idosos no Brasil – Vivências, desafios e expectativas na 3ª idade”, coordenada pelo cientista político Gustavo Venturi e pela socióloga Marisol Recamán. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal>

² IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. **Síntese dos Indicadores Sociais 2000**. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

maioria da população jovem, por outro, parece que aos idosos do século XXI cabe a sobrecarga de provedores econômicos, através de suas aposentadorias.

1.2.1.3 Longevidade feminina

A longevidade feminina é reconhecida em todo mundo. Novamente com base em dados do IBGE, quando comparada ao sexo masculino, a mulher vive, em média, 7,6 anos a mais que os homens. No Brasil, esta diferença é mais acentuada em relação aos países desenvolvidos por conta das altas taxas de mortalidade infantil e da violência entre jovens rapazes.

No Distrito Federal, os números do IBGE mostram que a longevidade feminina bate recordes. As mulheres de Brasília têm uma expectativa de vida de 78,7 anos.

1.2.1.4. Bisavós e bisnetos

Aliada ao aumento da expectativa de vida, uma boa notícia do censo demográfico do IBGE¹ é a possibilidade de convivência entre gerações. Bisavós e bisnetos podem conviver por mais tempo. As casas onde residem netos ou bisnetos subiram 491%.² A Pesquisa aponta dois efeitos destas mudanças no universo familiar. O positivo é que elas podem proporcionar uma troca enriquecedora entre gerações. Mas também podem gerar conflitos, especialmente quando os espaços físicos são pequenos, precisando ser compartilhados e comprometendo o conforto.

1.2.1.5. Idosos asilados nos DF

Para dar uma idéia do contingente de idosos asilados em relação à população idosa de Brasília, tomo como base um estudo desenvolvido em 2003³, pela Universidade Católica de Brasília - UCB, em conjunto com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, destinado a apurar o nível de atividade física nas 'casa de repouso' e instituições

¹ A matéria foi publicada pelo IBGE em 2006, mas informa que os dados referem-se 2000.

² Segundo a pesquisa, em 1991, encontravam-se nesse perfil 688 mil pessoas. Em 2000, esse número subiu para 1,1 milhão.

³ A matéria foi publicada em 2003, mas informa que os dados referem-se ao censo demográfico de 2000.

filantrópicas (asilos). O estudo detectou a existência de 102 415¹ idosos, dos quais 756 eram assistidos por 11 instituições localizadas na região do DF:

QUADRO 1 Número de Idosos por Localidade, Instituições no DF e Atendimentos

DF (Plano Piloto e Cidades-Satélites)	Nº. TOTAL	Nº. DE INSTITUIÇÕES	Nº. DE ATENDIMENTOS
BRASÍLIA	19.382	2	110
CEILÂNDIA	16.779	1	24
TAGUATINGA	14.158	2	105
GAMA	8.379	1	153
GUARÁ	7.143		
SOBRADINHO	6.285	1	100
PLANALTINA	5.439		
SAMAMBAIA	4.165		
LAGO SUL	3.579	1	15
CRUZEIRO	3.292		
BRAZLÂNDIA	2.511		
NÚCLEO BANDEIRANTE	2.404	2	229
SANTA MARIA	2.028		
LAGO NORTE	1.800		
PARANOÁ	1.428		
RECANTO DAS EMAS	1.132		
SÃO SEBASTIÃO	1.123		
RIACHO FUNDO	757	1	20
CANDANGOLÂNDIA	631		
TOTAL - DF	102.415	11	756

FONTE: UCB

NOTA: Quadro extraído da Revista Digital Buenos Aires – Año 9 - Nº 62 - Julio de 2003

1.2.2 Violência contra a Pessoa Idosa

A definição de violência contra a pessoa idosa, apresentada pela Rede Internacional para a Prevenção dos Maus Tratos contra o Idoso, em 1995, e ratificada, em 2002, pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é a seguinte: “*o maltrato ao idoso é um ato (único ou repetido) ou omissão que lhe cause dano ou aflição e que se produz em qualquer relação na qual exista expectativa de confiança*”². Embora tal definição mencione ‘um ato (único e repetido)’, tal ‘ato’, como será demonstrado adiante, abrange abusos físicos, psicológicos, financeiros, abandono, negligência e outros tipos de maus tratos, que podem ocorrer simultaneamente. Para abordar tema tão sério e complexo, valho-me da “Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências”³, do Ministério da

¹ Os dados consolidados do censo – 2000 (site do IBGE) registram o total de 109.638 idosos no DF.

² Fonte: http://www.mj.gov.br/sedh/ct/cndi/eixos_tematicos.doc

³ Documento oficializado pela Portaria n.º 737/GM/MS, de 16/05/2001, publicada no Diário Oficial da União em 18/05/2001. Disponível em www.saude.gov.br/portal

Saúde (2001) e da obra de Faleiros¹ (2007), intitulada “Violência contra a pessoa idosa – ocorrências, vítimas e agressores”, que divulga pesquisa pioneira na abordagem dessa forma de violência, com o perfil das vítimas e dos agressores, coletados nas vinte e sete capitais do país.

Lembrando que o presente trabalho é de cunho lingüístico discursivo, reproduzirei aqui algumas das considerações apresentadas nas obras supracitadas e, quanto aos dados, restringirei os comentários ao âmbito do Distrito Federal.

Segundo Faleiros (ibid., p. 27) “*a violência é um processo social relacional complexo e diverso*”, presente na estruturação da própria sociedade, quer nas relações interpessoais, institucionais e/ou familiares quer nas relações econômicas e de poder, nas divergências e embates entre grupos e classes (dominantes e dominados). De acordo com o referido pesquisador, a sociedade se estrutura por poderes de sexo, gênero, etnia, além de poderes simbólicos, culturais, institucionais, profissionais, afetivos, e se organiza como relação contraditória de interesses, valores, estratégias, fundada na divisão de classes sociais e processos de dominação e exploração.

Faleiros prossegue em sua linha de argumentação, ressaltando que os conflitos de interesse, de saber e de poder ocorrem no âmbito macro-social e nas relações de “*mascamamento ou bloqueamento de saberes locais e marginais e também pela imposição do silêncio, do segredo e de dispositivos e de mecanismos que se exercem em níveis diferentes e domínios e extensões variadas, sem se reduzir à economia*” (Foucault, 1979, citado por Faleiros, ibid., p.28).

Para Faleiros, o conflito, o poder e a força precisam ser considerados na conceituação de violência, uma vez que esta acarreta a desestruturação da convivência e a dominação ou eliminação do outro e de suas possibilidades por meio da relação assimétrica de forças.

De acordo com o documento do Ministério da Saúde, ao qual me referi anteriormente, a violência contra pessoas idosas pode ser estrutural, ou seja, ocorre pela desigualdade social e é naturalizada nas manifestações de pobreza, de miséria e de

¹ Vicente de Paula Faleiros é assistente social, PhD em Sociologia pela Universidade de Montreal, professor dos Mestrados em Gerontologia e Psicologia da Universidade Católica de Brasília - UCB e pesquisador associado sênior da Universidade de Brasília – UnB.

discriminação; interpessoal, nas relações cotidianas; e institucional, quando envolve a aplicação das políticas sociais e a ação ou omissão das instituições assistenciais.

O citado documento apresenta as diversas categorias e tipologias estabelecidas internacionalmente para designar os modos mais frequentes de violência contra idosos. Dentre eles, destaco o da violência familiar, por entender que o envolvimento afetivo potencializa as conseqüências dos maus tratos.

De acordo com os dados do Ministério da Saúde, os abusos e maus tratos que se reproduzem por choque de gerações, por problemas de espaço físico e por dificuldades financeiras são particularmente preocupantes, pois costumam ser endossados/reforçados por um viés do senso comum que considera a velhice como decadência e os idosos como descartáveis. Este tema é de extrema relevância pelo fato de que, na maioria dos casos, a pessoa idosa é cuidada por familiares e, em conseqüência dos maus tratos praticados por familiares, muitos idosos passam a sofrer depressão, alienação, desordem pós-traumática, sentimento de culpa e bloqueio mental (negação consciente ou inconsciente) em relação às ações que os vitimam.

Na mesma linha, o professor Vicente Faleiros (2007, p. 33) assevera que as relações de violência são acobertadas estruturalmente em “conluio de silêncio”¹ e identifica o medo como sendo a outra face da violência, que leva as pessoas a silenciarem sobre as agressões que sofrem ou presenciam. Sobre a violência nas relações interpessoais, Faleiros observa que tanto na convivência externa quanto nas relações intrafamiliares e domésticas há, simultaneamente, “*uma cumplicidade e um medo que se impõem pelo autoritarismo do agressor ou pelo medo e pelo simbolismo ou imaginário de uma confiança entre vítima e agressor*”. (ibid., p.35)

A pesquisa organizada, coordenada e divulgada pelo professor Faleiros (2007) apresentou a violência em três grandes dimensões, não excludentes entre si:

- violência sociopolítica (discriminação, furto, roubo, lesões, acidentes de trânsito, estelionato, homicídio, assalto, perturbação da paz, assédio moral, ameaça, estupro, negação de transporte)

¹ Faleiros (ibid., p.33) emprega a expressão “conluio de silêncio” em vez de “pacto de silêncio” (expressão usual), por entender que os pactos são acordos explícitos entre as partes envolvidas e os conluios não.

- violência intrafamiliar (violência física, violência psicológica, negligência e abandono, violência financeira, violência sexual, violência simbólica¹)
- violência institucional (mau atendimento, falta de contrato ou desrespeito aos contratos, condições inadequadas, falta de acesso, abandono, extorsão, chantagem, negativa de atendimento, atraso excessivo no atendimento, desrespeito à prioridade legal, falta de paciência para se ouvir a pessoa idosa, devolução para casa sem explicação, humilhação por ter incontinência ou alguma perda física ou mental, infantilização, hostilização, falta de escuta, falta de respeito, abuso financeiro, negligência em medicamentos, negligência em limpeza, negligência em atenção, negligência na alimentação, negligência em cuidados especiais)

A pesquisa desenvolvida pelo professor Vicente Faleiros é de extrema relevância, pois fornece elementos detalhados que permitem aos envolvidos (o poder público, a sociedade como um todo e a pessoa idosa de per si) traçar/visualizar o mapa da violência contra idosos no País, contribuindo, assim, para a (re)formulação de políticas públicas e para mudanças comportamentais. Tendo em vista o enfoque discursivo da minha dissertação, apresentarei, apenas a título de ilustração, alguns resultados extraídos da pesquisa de Faleiros, relativos à região de Brasília, onde se circunscrevem as entrevistas por mim realizadas.

TABELA 1 – NÚMERO E PORCENTAGEM DE IDOSOS POR SEXO - BRASÍLIA

Idade	Masculino	Feminino	Número	% da população
60 – 64 anos	19.995	22.117	42.112	2,1
65 – 69 anos	12.188	14.791	26.979	1,3
70 – 74 anos	8.223	10.487	18.710	0,9
75 e mais	8.310	13.527	21.837	1,1
Total	48.716	60.922	109.638	5,3

FONTE: IBGE, Censo 2000

NOTA: Extraída de FALEIROS, V. **Violência Contra a Pessoa Idosa**, Brasília: Universa, 2007, Tabela 205, p.321

¹ Faleiros (ibid., p.47) define a ‘violência simbólica’ como “o exercício e difusão de superioridade fundada em mitos, símbolos, imagens [...] e o estabelecimento de regras, crenças, valores que ‘obrigam o outro a consentir’ ou aceitar”.

TABELA 2 – OCORRÊNCIAS E VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR DE MAIORES DE 60 ANOS, CONFORME TIPO, EM 2005

Tipos	2005	%
Psicológica	661	45,53
Física	191	13,15
Financeira	188	12,95
Negligência	412	28,37
Total de denúncias	1.452	100,00

FONTE: Gerência de Valorização do Idoso/Pesquisa Violência contra o Idoso

NOTA: Extraída de FALEIROS, V. **Violência Contra a Pessoa Idosa**, Brasília: Universa, 2007, Tabela 209, p.324

TABELA 3 – OUTROS TIPOS DE VIOLÊNCIA REGISTRADOS, EM 2005

Tipos	2005	%
Perdido/desaparecimento	46	34,59
Saúde	68	51,13
Estado	13	9,77
Auto-negligência	6	4,51
Total de registros	133	100,00

FONTE: Gerência de Valorização do Idoso/Pesquisa Violência contra o Idoso

NOTA: Extraída de FALEIROS, V. **Violência Contra a Pessoa Idosa**, Brasília: Universa, 2007, Tabela 210, p.325

TABELA 4 – VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR 2005*

Sexo	60-69	70-79	80 e +	Total	%
Masculino	181147	65	393	39,37
Feminino	253222	130	605	60,63
Total434369	195	998	100,00
%	43,49	36,97	19,54	-	100,00

FONTE: GVI/Pesquisa Violência contra o Idoso

* No período de 2002 a 2004, a porcentagem de mulheres vitimizadas foi em média 66,1%, conforme dados de Freitas (2005)

** O número de vítimas não coincide com o número de ocorrências

NOTA: Extraída de FALEIROS, V. **Violência Contra a Pessoa Idosa**, Brasília: Universa, 2007, Tabela 211, p.325

TABELA 5 – OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA AO IDOSO, NO PERÍODO DE 2002 A 2004 - BRASÍLIA

Tipo de violência	2002	2003	2004	Total	%
Psicológica	30	151	354	535	39,08
Física	18	104	210	332	24,25
Financeira	9	76	172	257	18,77
Negligência	7	73	165	245	17,90
Total de denúncias	64	404	901	1.369	100,00

FONTE: FALEIROS, V. *Violência Contra a Pessoa Idosa*, Brasília: Universa, 2007, Tabela 215, p.329.

Complementando este panorama sobre a violência contra idosos, destaco alguns dos comentários feitos pelo pesquisador Faleiros acerca dos dados do Distrito Federal (ibid., p.329):

- Tanto no período de 2002 a 2004, como em 2005, há predominância da violência psicológica [...]. A leitura das ocorrências foi feita por equipes diferentes, mas que seguiram os mesmos critérios, o que não exclui interpretações diversas dos relatórios. No entanto, a constatação de violência psicológica nas denúncias é predominante em todo o período.
- A maioria das vítimas é do sexo feminino, constatando-se a porcentagem de 67% de mulheres de 2002 a 2004 e de 60,63% em 2005 [...]
- A maioria significativa dos agressores é composta por filho e filhas [...].

Em síntese, o melhor padrão de vida do Distrito Federal não exclui por si mesmo nem a violência intrafamiliar nem a violência sociopolítica, cujas causas não estão sendo aprofundadas nesta pesquisa, que tem caráter exploratório.

Para encerrar este capítulo compartilho com o(a) leitor(a) algumas reflexões que, de certa forma, envolvem questões lingüísticas. Quando se fala na “dependência dos idosos” é necessário atentar para duas concepções distintas que a expressão carrega, mas que, em geral, são tratadas indistintamente pelo senso comum. A primeira delas, de caráter econômico, é a que caracteriza a pessoa idosa como um ônus para a sociedade.

Andréa Lopes (2003) assina artigo intitulado “Dependência, Contratos Sociais e Qualidade de Vida na Velhice”, no qual, entre outras questões, aborda a dependência econômica do idoso, lembrando que uma das medidas de dependência mais utilizadas nas pesquisas é a ‘razão de dependência demográfica (população total / população em idade

ativa)¹, que, segundo a autora, é arbitrária, uma vez que seus critérios consideram apenas a variável da idade cronológica, assumindo *a priori* que as pessoas com idade superior à convencionalizada como idade produtiva são dependentes por não participarem da produção de bens e serviços na economia. Segundo Camarano e El Ghaouri (1999)², citadas por Lopes (ibid., p. 130), “(...) o indivíduo dependente é aquele que é incapaz de prover, por seus próprios meios, suas necessidades de consumo ou o exercício dessas atividades.”

A referida autora argumenta que há outros fatores agregados à idade que precisam ser considerados para o estabelecimento de critérios mais bem definidos de dependência, tais como sexo, condição de atividade e nível educacional, além das diversas experiências e condições de vida em um determinado período. Por exemplo, o fluxo intenso de apoio entre pais e filhos adultos evidencia o ônus que recai sobre os idosos, os quais, muitas vezes, têm que arcar com o sustento parcial ou total dos familiares.

O outro enfoque da dependência é mais complexo e de difícil mensuração, pois diz respeito à dependência física e afetiva. Embora capazes de prover seu sustento, muitos idosos padecem de certas debilidades físicas, a maioria delas inerentes à própria idade, que fazem com que dependam do auxílio de terceiros para realizar atividades funcionais, da vida diária (tomar banho, comer, sentar, levantar, caminhar ir ao banheiro, etc.). Dessas limitações, nem sempre bem aceitas pelos próprios idosos e pelos que os cercam, resulta uma das características identitárias mais marcantes da velhice nos dias atuais, que é a baixa auto-estima. Essa característica de identidade dos idosos – baixa auto estima – é potencializada pelas situações de violência de que muitos deles são vítimas e pelo sentimento afetivo que esses idosos nutrem pelas pessoas que os agredem, uma vez que grande parte da violência contra idosos ocorre nos próprios lares. Quando agredidos por familiares, os idosos sentem-se impotentes e perplexos e não conseguem esboçar qualquer reação ou buscar ajuda.

Retomarei as questões de identidade no Capítulo 2, seção 2.3. “Identidade e Modernidade”.

¹ Razão de dependência dos idosos = $(\text{Pop}_{65+} / \text{Pop}_{15-64}) * 100$. Disponível no site do IBGE: <http://www.ibge.com.br>

² Camarano, A. A. & El Ghaouri, S. K.. Idosos brasileiros: que dependência é essa? In: A.A. Camarano (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. RJ: IPEA, 1999, pp. 281-304.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresentarei as bases teóricas nas quais fundamentei esta dissertação. Primeiramente, discorrerei de maneira breve sobre a análise de discurso crítica e seu percurso histórico. Em seguida, abordarei, mais detidamente, a Teoria Social do Discurso e utilizarei as abordagens de Fairclough como eixo principal da teoria no presente trabalho. Mencionarei também enfoques de teóricos e analistas críticos de discurso, de reconhecido saber, para os quais, a despeito de algumas diferenças de abordagem, todo discurso é estruturado por dominação. Para encerrar o capítulo, apresentarei um sumário de diversos aspectos da análise textual, tratados por Fairclough em sua obra de 2003.

2.1 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA ADC

Os anos setenta representaram um importante período histórico para a Lingüística que, até então, não associava o discurso às relações de poder, dando pouca ênfase aos conceitos de ideologia e poder e às transformações resultantes das lutas de poder.

A partir da década de setenta, desenvolveu-se uma forma de análise de discurso e de texto que identificava o papel da linguagem na estruturação das relações de poder na sociedade. Wodak (2001, p.5), citando Chomsky (1957)¹, salienta que, até então, a maioria das pesquisas lingüísticas focava os aspectos formais da língua vinculados à competência lingüística dos falantes e que teoricamente poderiam ser extraídos de situações específicas de uso da linguagem.

Segundo Wodak (ibid., pg. 6), o termo lingüística crítica (*critical linguistics*) foi usado em 1979, por um grupo de pesquisadores, entre os quais Roger Fowler e Gunther Kress, em obra intitulada *Language and Control* (Linguagem e Controle)². Estes autores estavam particularmente interessados nas correlações entre a estrutura lingüística e a estrutura social e pretenderam demonstrar, com suas análises, que os grupos e as relações sociais influenciam o comportamento lingüístico e não-lingüístico dos sujeitos.

¹ Chomsky, N. (1957) *Syntactic Structures*. s-Gravenhage: Mouton.

² Fowler et al. (1979) *Language and Control*. London: Routledge and Kegam Paul . Acrescento que *et al.*, nesta referência de Wodak, corresponde aos seguintes autores :Hodge, B., Kress, G. e True, T.

A obra teve grande repercussão entre pesquisadores e lingüistas que se interessavam pela relação entre o estudo do texto e os conceitos de poder e ideologia.

Emilia Ribeiro Pedro (1997, p. 22) também já havia recorrido à lingüística crítica para reiterar o entendimento de que diferentes usos lingüísticos implicam compreensões específicas e que a variação em tipos de discursos está inseparavelmente atrelada a fatores econômicos e sociais. Por isso mesmo, segundo a autora, as variações lingüísticas expressam as diferenças sociais estruturadas que estão na sua origem.

Pedro (ibid., pp. 22-23), nomeia alguns inspiradores da Análise de Discurso Crítica – Marx, Adorno, Habermas, Gramsci, Althusser, Foucault, Pêcheux – e destaca autores que, no âmbito da lingüística, construíram um tipo de análise do discurso apoiada na análise de categorias como a frase ou mesmo unidades menores do que a frase – Halliday e Hasan (1976)¹, Kress (1982, 1989), Halliday (1989). (ibid., p. 32).

Posteriormente, na virada da década de oitenta para a década de noventa, diversas obras de teóricos e lingüistas críticos, como os já citados Wodak (1989), Fairclough (1989) e Kress (1990), entre outros, concorreram para “*aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas por outras*” (Fairclough, 1989, citado por Pedro, 1997)², trazendo para a lingüística a perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC)³.

Duas obras que merecem destaque pelas importantes contribuições que trouxeram a essa nova corrente na Lingüística – a ADC - são “*Language and Power*”, de Norman Fairclough, e “*Language, power and ideology*” de Ruth Wodak, ambas publicadas em 1989. Em 1992, Fairclough, em sua obra “*Discourse and Social Change*”⁴, apresentou os fundamentos de sua Teoria Social do Discurso, sobre a qual discorrerei a seguir.

¹ Segundo Emília Pedro, foi a partir da gramática funcional de Halliday, presente na obra de Halliday e Hasan (1976), que surgiu o interesse pelos elementos de estruturação textual, em especial os elementos de coesão.

² Transcrição de Emilia Pedro (1997, p.22) da assertiva de Fairclough (1989, p.17), extraída da obra *Language and Power*. Londres: Longman, 1989.

³ A Análise de Discurso Crítica abarca vários construtos teóricos, alguns dos quais serão salientados no desenvolvimento deste capítulo.

⁴ As citações e referências a esta obra são, doravante, extraídas da tradução de 2001, coordenada por Izabel Magalhães, “*Discurso e Mudança Social*”

2 1.1. A Teoria Social do Discurso

Ao usar o termo ‘discurso’, Fairclough (2001) considera o uso da linguagem como uma forma de prática social e não apenas como uma atividade individual ou como um reflexo de situações diversas. Para o referido teórico, o discurso é tanto um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre as outras pessoas, quanto um modo de representação. Além disso, todo discurso implica uma relação dialética entre a prática social e a estrutura social, sendo esta última uma condição e um efeito da primeira.

Fairclough (ibid., p.91) afirma, ainda, que o discurso é moldado e restringido pela estrutura social, no sentido mais amplo e em todos os níveis, e ressalta seu papel constitutivo:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas uma representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.

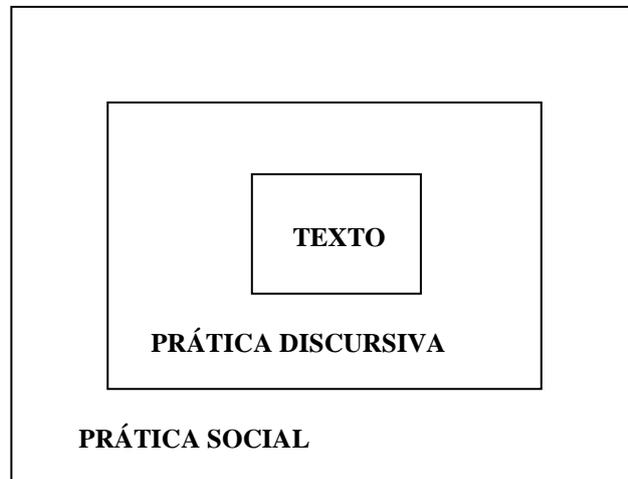
Alguns efeitos construtivos do discurso apontados por Fairclough merecem destaque, pois permeiam as análises efetuadas no presente trabalho. Um deles é a contribuição do discurso para a construção de ‘identidades sociais’ e posições de ‘sujeitos’ para os sujeitos sociais e os tipos de ‘eu’; em seguida, vem a contribuição do discurso para a construção das relações sociais entre as pessoas e, também, para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses três efeitos correspondem, respectivamente, a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso, às quais Fairclough denominou: ‘função identitária’, ‘função relacional’ e ‘função ideacional’.

De acordo com a teoria de Fairclough (ibid., p.92), a função identitária diz respeito aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso; a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas; e a função ideacional, aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações.

Para trabalhar com o discurso, Fairclough (ibid., pp. 100-101) apresenta a concepção tridimensional, ou seja, apresenta o discurso em três dimensões, explicitando

que qualquer evento discursivo pode ser considerado, simultaneamente, um texto, uma prática discursiva e uma prática social.

FIGURA 1 – Conceção Tridimensional do Discurso - Fairclough (2001)



Essa concepção tridimensional, aplicada à análise de discurso, permite avaliar as relações entre mudança discursiva e mudança social, relacionando-as com as instâncias textuais.

O ‘texto’, primeira dimensão da concepção tridimensional de Fairclough, é a dimensão que trata dos aspectos lingüísticos e envolve os seguintes itens: vocabulário (lexicalização), gramática, coesão e estrutura textual. O vocabulário trata de palavras isoladas; a gramática, das palavras organizadas em orações e frases; a coesão, da ligação entre orações e frases; e a estrutura social, de todas as características organizacionais dos textos.

A segunda dimensão, prática discursiva, envolve processos de produção, distribuição e consumo textual. De acordo com Fairclough, a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais. Como exemplo de forma particular de produção de textos em contextos sociais específicos Fairclough (ibid., p.106) cita o ‘artigo de jornal’, que é produzido por meio de rotinas coletivas, por um grupo de membros que estão envolvidos em diferentes estágios da produção: no acesso às fontes, quando se trata de reportagens das agências de notícia; na transformação dessas fontes na primeira versão da reportagem; na decisão sobre o espaço do jornal (página, caderno etc.) em que a reportagem será publicada e na edição final da reportagem.

A prática discursiva está baseada na tradição interpretativa ou microssociológica de levar em conta a prática social como algo que as pessoas produzem e apreendem, por meio de procedimentos compartilhados. Trabalha com a produção do texto (interdiscursividade e intertextualidade manifesta); com a distribuição do texto (cadeias intertextuais); e com o consumo do texto (coerência). Quando se trata da prática discursiva, devem-se considerar os aspectos sociais e institucionais envolvidos na produção e consumo de textos¹:

O objetivo é especificar as práticas sociais de produção e consumo do texto, associadas com o tipo de discurso que a amostra representa (...) O texto é produzido (consumido) individual ou coletivamente? (Há estágios distintos de produção? As pessoas do(a) animador(a), autor(a) e principal são as mesmas ou diferentes?) Que tipos de efeitos não-discursivos possui esta amostra? (ibid., p.284.).

Prática social é a terceira dimensão da concepção tridimensional de Fairclough (1992, p.94)². De acordo com o autor, a prática social tem diversas orientações (econômica, política, cultural, ideológica) nas quais o discurso pode estar implicado. Entretanto, o maior interesse de Fairclough está no discurso como prática ideológica, porque, como tal, constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo nas relações de poder.

Consoante o entendimento já expresso em Chouliaraki & Fairclough (1999), Fairclough, em seu artigo “*The Dialectics of Discourse*” (2001a) diz que a vida social pode ser vista como redes interconectadas de práticas sociais de diversas espécies (econômica, política, cultural etc.). Ao se referir à ‘prática social’ Fairclough a entende como uma forma relativamente estável de atividade social (Ex: aulas, noticiários de TV, refeições em família, consultas médicas). Toda prática é uma articulação de diversos elementos sociais existentes em uma configuração relativamente estável e o discurso está sempre incluído. Para Fairclough, toda prática social inclui os seguintes elementos, dialeticamente relacionados:

- Atividade produtiva
- Relações sociais
- Meios de produção

¹ Goffman (1981), citado por Fairclough (2001, p. 107), sugere uma distinção entre ‘animador(a)’, a pessoa que realmente realiza os sons ou as marcas no papel; ‘autor(a)’, aquele(a) que reúne as palavras e é responsável pelo texto; e ‘principal’, aquele(a) cuja posição é representada pelas palavras.

² Faço referência à obra original apenas para respeitar a cronologia. Utilizei a tradução de 2001, coordenada por Izabel Magalhães, “Discurso e Mudança Social”.

- Semiótica
- Tempo e espaço
- Consciência (percepção)
- Valores culturais
- Discurso

Para Fairclough (2001, p.117) o discurso como prática social tem como principal objetivo trabalhar ideologia e hegemonia. O aludido teórico entende que as ideologias são significações da realidade – o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais – construídas em diversas dimensões das formas e sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação. Ele ressalta, ainda, que ideologia é uma propriedade tanto de estruturas nas ordens dos discursos, quanto de eventos. *“É uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos.”* (ibid., p.119).

Quanto à hegemonia, Fairclough (2001, p.122), citando Gramsci (1971), diz que é a peça central da análise que Gramsci faz do capitalismo ocidental e da estratégia revolucionária na Europa Ocidental. Hegemonia, para Fairclough, é muito mais uma construção de alianças do que simplesmente a dominação de classes subalternas.

O conceito de hegemonia adotado por Fairclough (2003, p.218)¹, engloba o pensamento expresso por outros teóricos:

Um modo particular (associado a Gramsci) de conceituar poder e a luta por poder nas sociedades capitalistas, que enfatiza como o poder depende mais do consentimento ou aquiescência do que apenas da força e, ainda, a importância da ideologia. Discurso, incluindo a dominação e naturalização de determinadas representações (por exemplo, a transformação econômica ‘global’) é um aspecto significativo da hegemonia e da disputa pelo discurso de luta hegemônica. (Forgacs 1988, Gramsci 1971, Laclau e Moufle 1985)

Mais à frente, dedicarei um tópico teórico especificamente à Ideologia e às relações de poder e luta hegemônica. Aqui, neste momento, meu objetivo é discorrer, um pouco mais, sobre a visão de lingüistas de expressão que, com suas teorias, contribuíram para a consolidação da Análise de Discurso Crítica e, em especial, a visão de Fairclough sobre a

¹ Tradução minha para a citação extraída da versão original.

ADC, enquanto ciência crítica destinada a identificar os problemas que as pessoas enfrentam em razão de suas formas particulares de vida social e, também, destinada a desenvolver recursos para que as pessoas possam encarar e superar tais problemas.

2.1.2 Posições Teóricas sobre a ADC

Devido aos diferentes enfoques seguidos por analistas críticos do discurso, a ADC vem sendo entendida e aceita não como um método único, mas como um método que tem consistência em vários planos.

A despeito de algumas diferenças na abordagem, os lingüistas críticos vêem a linguagem de modo diverso daquele que caracteriza a concepção dominante na chamada lingüística autônoma. Por exemplo, Fairclough (1987), citado por Pedro, (1997, p. 21) considera a lingüística autônoma um modo ‘a-social’ de estudar a linguagem, que nada tem a dizer sobre as relações entre linguagem, poder e ideologia. Esse entendimento de Fairclough é compartilhado por teóricos como Gunther Kress, Emilia Pedro, Ruth Wodak e Lilie Chouliaraki, para os quais a diferença de abordagem reside exatamente na dimensão ideologia de construção do sujeito e, por conseguinte, na constituição do discurso.

Há consenso entre esses teóricos e analistas críticos do discurso acerca dos conceitos indispensáveis em toda a ADC, quais sejam: o conceito de Poder, segundo o qual o discurso é estruturado por dominação; o conceito de História, uma vez que todo discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, situado no tempo e no espaço; e o conceito de Ideologia, segundo o qual as estruturas de dominação são legitimadas por ideologias de grupos dominantes.

Como a ADC se propõe a estudar a linguagem como prática social e, para tanto, considera o contexto como fator determinante, a linguagem é, nessa perspectiva, um meio de dominação e de força social, servindo para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente.

Em artigo intitulado . “*What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments.*”¹, Ruth Wodak (2001) define a ADC como uma disciplina

¹ As transcrições referentes a esse artigo foram extraídas da tradução para o Português, “*Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimento*”, publicada na revista **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n. especial. RS: PPGCL/Unisul, 2004.

que se ocupa, fundamentalmente, de análises que dão conta das relações de dominação, discriminação, poder e controle, na forma como elas se manifestam através da linguagem:

O poder envolve relações de diferença, particularmente os efeitos dessas diferenças nas estruturas sociais. A unidade permanente entre a linguagem e outras questões sociais garante que a linguagem esteja entrelaçada com o poder social de várias maneiras: a linguagem classifica o poder, expressa poder, e está presente onde há disputa e desafio ao poder. O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo. A linguagem constitui um meio articulado com precisão para construir diferenças de poder nas estruturas sociais hierárquicas. (Wodak, 2004, p.4)

A maioria dos analistas críticos concordam com a concepção de Kress (1985b) citado por Fowler (2004, p.2)¹ de que “discursos são conjuntos de afirmações sistematicamente organizadas que dão expressão aos significados e valores de uma instituição”. Os pressupostos básicos sobre discurso e ADC estão articulados na obra de Kress citada por Wodak (2004, p.3), dentre os quais se destacam os seguintes:

- Linguagem é um fenômeno social.
- Não apenas indivíduos, mas também instituições e grupos sociais têm significados e valores específicos, que são expressos na linguagem de modo sistematizado.
- Textos são unidades relevantes da linguagem em comunicação.
- Leitores/ouvintes não são receptores passivos em suas relações com os textos.
- Há semelhanças entre a linguagem da ciência e a linguagem das instituições e assim por diante (Kress, 1989).

Kress, concentra seu foco na ‘economia política’ dos meios de comunicação representacionais; isto é, na tentativa de entender como as diversas sociedades valorizam diferentes modos de representação e como elas usam esses diferentes modos de representação. Entre os aspectos centrais do trabalho de Kress, Wodak (ibid., id.) destaca a busca pelo entendimento de como se dá a formação do Ser Humano individual, como um indivíduo social em relação aos recursos representacionais disponíveis.

¹ Conceito de Discurso apresentado por Kress G. In: **Linguistic processes in sociocultural practice**. Victoria: Deakin University Press, 1985b, p. 6-7. Conforme citação em FOWLER, R. Sobre a Lingüística Crítica. In: **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, número especial. RS: PPGCL/Unisul, 2004.

Os aspectos acima descritos estão presentes e devem ser considerados nos textos mais simples e cotidianos. Estes aspectos e um conjunto de objetivos abertamente políticos servem para distinguir a ADC de, por exemplo, outros tipos de análise do discurso.

Chouliaraki & Fairclough (1999) elaboram e explicam diversos avanços na ADC, mostrando não apenas como a estrutura analítica para investigação da linguagem em relação ao poder e à ideologia se desenvolve, mas também como a ADC é útil para desvendar a natureza discursiva da maioria das mudanças sociais e culturais contemporâneas.

Para que se possa compreender o momento discursivo é necessário observar a articulação não só dos vários momentos dentro de uma prática, como também a relação entre diferentes práticas e, ainda, de que forma os sujeitos podem posicionar-se dentro dessas práticas. Da articulação dessas práticas com muitas outras de múltiplas posições sociais resultam inúmeros efeitos sociais.

As práticas incluem também um elemento reflexivo. Segundo Chouliaraki e Fairclough (ibid., p. 26), em toda prática há um aspecto discursivo e as construções discursivas das práticas são partes daquilo que as práticas significam. Além disso, as práticas podem depender dessas construções para sustentar relações de dominação; dessa forma, a reflexividade funciona ideologicamente e se tornou um traço cada vez mais importante da vida social especialmente nas sociedades da modernidade tardia¹.

A reflexividade na modernidade tardia desponta, pois, como uma das maiores influências sobre o dinamismo das instituições modernas e como um fenômeno global, que altera a natureza da vida social cotidiana, fazendo emergir nos indivíduos identidades múltiplas e mutáveis. Nesse sentido, o "eu" torna-se, cada vez mais, um projeto reflexivo (como a sociedade o vê? Como o próprio indivíduo se vê?).

A obra de Chouliaraki & Fairclough (1999) destaca que a ADC é considerada não só como teoria, mas também como método para análise de práticas sociais, das quais o discurso é um momento. O arcabouço analítico proposto por Chouliaraki & Fairclough bem como a representação esquemática do método de análise da ADC apresentada por Fairclough (2003) serão devidamente comentados mais à frente, no capítulo metodológico.

¹ Modernidade tardia é uma terminologia adotada por Giddens (2003) para indicar os princípios dinâmicos presentes na realidade atual. O mesmo que 'alta modernidade'.

A principal contribuição da obra 2003 de Fairclough está na ampliação do diálogo teórico entre a ADC e a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de Halliday (1985), que considera a linguagem como prática social, em que os participantes constroem significados, dependendo das circunstâncias históricas, culturais, sociais particulares em que estão envolvidos. De acordo com a linguística sistêmico-funcional, as condições de produção, o contexto em que o texto é produzido, os participantes da interação nesse contexto e o modo como os participantes organizam o texto para a comunicação irão influenciar as redes de significados que compõem os diferentes tipos de textos.

Halliday descreve três macrofunções da linguagem: 1) função Ideacional, que se refere à representação da experiência e está vinculada a processos, eventos e ações; 2) função Interpessoal, relativa aos significados contidos nos processos de interação social e 3) função Textual, que cuida dos aspectos do sentido, estrutura e gramática do texto. Todavia, Fairclough (2003) prefere utilizar o termo ‘significado’ para caracterizar o que Halliday chama de ‘função’ e propõe uma articulação entre essas macrofunções de Halliday e os conceitos de gênero (modos de agir), discurso (modos de representar) e estilo (modo de ser):

Eu também entendo que os textos são multifuncionais em certo sentido, embora de uma modo um pouco diferente, de acordo com a distinção entre gêneros, discursos e estilos como os três principais modos em que o discurso figura como parte da prática social – modos de agir, modos de representar, modos de ser. Em outras palavras: a relação do texto com o evento, com o mundo físico e social e com as pessoas envolvidas no evento. Entretanto, eu prefiro falar em três grandes tipos de significado em vez de funções. (ibid., p.27)¹.

Os três tipos de significado a que se refere Fairclough são: o significado *acional*, o significado *representacional* e o significado *identificacional*. Para o teórico (ibid. id.), *representação* corresponde à função *ideacional* de Halliday e *ação* se aproxima ao que Halliday chama de função *interpessoal*, embora com mais ênfase no texto como um modo de (inter)ação em eventos sociais.

Halliday não distingue uma função específica que tenha a ver com *identificação*. Grande parte do que Fairclough caracteriza como significado *identificacional* está contida na função *interpessoal* de Halliday. Já no que concerne à função *textual*, é Fairclough que não faz esta distinção, preferindo incorporá-la (a função textual) no significado *acional*.

¹ Tradução minha.

Para operacionalizar a articulação entre as macrofunções de Halliday e os conceitos de gênero, discurso e estilo, Fairclough (2003) tomou como ponto de partida a modificação da teoria em Fairclough 1992¹, que propõe as funções relacional, ideacional e identitária. Quanto à função textual, embora incorporada em sua obra de 1992, Fairclough (2003) rejeita a idéia de uma função textual separada e prefere incorporá-la ao significado acional, como mencionei no parágrafo anterior.

Resende e Ramalho (2006, p.61) sintetizam o desenvolvimento dessa perspectiva multifuncional da linguagem em um quadro de recontextualização da LSF na ADC², que reproduzo a seguir:

QUADRO 2 – Recontextualização da LSF na ADC

LSF (Halliday, 1991)		ADC (Fairclough, 1992)		ADC (Fairclough, 2003)
F. Ideacional	→	F. Ideacional	→	S. Representacional
F. Interpessoal	→	F. Identitária	→	S. Identificacional
	→	F. Relacional	→	S. Acional
F. Textual	→	F. Textual	→	

Fonte: Resende e Ramalho, 2006, p.61

Trazendo mais uma centelha para os neófitos em ADC, Fairclough (2003) traça e sumariza os diversos aspectos da análise textual e formula um elenco de perguntas, cujas respostas devem ser extraídas do texto analisado.

A seguir, apresento esses aspectos sintetizados em um quadro, em forma de tópicos, e destaco algumas das indagações que foram norteadoras das análises no presente trabalho:

¹ Citei aqui o ano da publicação original apenas para respeitar a cronologia. Conforme esclarecimento em nota anterior, as citações e referências a esta obra são, doravante, extraídas da tradução de 2001, coordenada por Izabel Magalhães, “Discurso e Mudança Social”.

² Por ser uma reprodução fiel do quadro, mantive a relação entre as funções apresentada por Fairclough na obra de 1992 (trad. 2001), embora eu não a aborde em profundidade neste capítulo.

QUADRO 3 – Aspectos da Análise Textual

Tópicos	Indagações
Eventos sociais	De que evento social e de que cadeia de eventos sociais o texto faz parte? O texto é parte de uma cadeia ou rede de textos?
Gênero	O texto está situado em uma cadeia de gênero? O texto é caracterizado por uma mescla de gêneros? Que gêneros o texto delinea e quais são suas características (em termos de Atividade, Relações Sociais e Tecnologias de Comunicação)?
Diferença	Que combinações de cenários caracterizam a orientação para a diferença no Texto? a) uma abertura, aceitação ou reconhecimento da diferença; b) uma acentuação da diferença, conflito, polêmica, disputa, poder; c) tentativa de solucionar ou superar a diferença; d) foco na solidariedade; e) consenso, normalização e aceitação de diferenças de poder)
Intertextualidade	Que outras vozes e textos são incluídos? Quais os que são significativamente excluídas? Onde outras vozes estão incluídas e quais são excluídas? Essas outras vozes são diretamente (literalmente) ou indiretamente citadas? De que modo essas outras vozes são expressas em relação à voz do autor e em relação a elas mesmas, entre si?
Suposições	Quais os pressupostos existenciais, proposicionais e/ou valorativos presentes no texto?
Relações semântico-gramaticais entre sentenças e orações	Quais são as relações semânticas predominantes (causais – razão, conseqüência, propósito; condicionais; temporais; aditivas; adversativas/concessivas)?
Trocias, funções discursivas, e modulações gramaticais	Quais os tipos predominantes de trocas (de atividade ou de conhecimento) e funções da fala (enunciado, questão, demanda, oferta)? Quais os tipos de enunciado existentes (fatos, predições, hipóteses, avaliações)? Qual é o modo gramatical predominante (declarativo, interrogativo, imperativo)?
Discursos	Que discursos estão delineados no texto e como são construídos? Existe uma mescla significativa de discursos? Quais são os traços característicos dos discursos (relações semânticas entre palavras, metáforas, suposições)?
Representações de eventos sociais	Que elementos dos eventos sociais representados são incluídos ou excluídos e, dentre os elementos incluídos, quais são os mais salientados? Como os processos estão representados? Quais são os tipos de processo predominantes (material, mental, verbal, relacional, existencial)? Como os atores sociais são representados (ativos/passivos, pessoais/impessoais, nomeados/classificados, especificados/genéricos)? De que modo o tempo, o espaço e a relação espaço-tempo são representados?
Estilo	Que estilos são delineados no texto e de que forma eles são interligados? Existe uma mescla significativa de estilos? Quais os traços mais característicos dos estilos (linguagem corporal, pronúncia, vocabulário)?
Modalidade	Como o autor está comprometido em termos de verdade (modalidade epistêmica) ou em termos de obrigação e necessidade (modalidade deontica)? Em que medida as modalidades são categóricas (asserção, negação etc.) e/ou em que medida elas são modalizadas (com marcadores explícitos de modalidade)? Quais são os marcadores de modalização (verbos, advérbios etc.)?
Avaliação	O autor se compromete com que valores (em termo de o que é desejável ou indesejável)? Como os valores são percebidos – como declarações avaliativas, declarações com modalidades deonticas, declarações com processos mentais afetivos, ou valores assumidos?

Tratarei agora, com maior aprofundamento, dos aspectos de intertextualidade de modalidade e de avaliação, pela importância e utilidade dos mesmos nas análises discursivas que serão apresentadas adiante, no capítulo analítico.

2.1.3 Intertextualidade

A noção de relações intertextuais não é algo recente. Ela surgiu no século passado, na década de 20, quando o teórico russo Mikhail Bakhtin levantou a questão de que o discurso não se constrói sobre ele mesmo, mas é elaborado em vista do outro, ou seja, um texto não subsiste sem outro texto. Seja por atração, seja por rejeição, sempre ocorrerá um diálogo entre duas ou mais vozes (ou discursos).

Partindo da premissa de que o fenômeno dialógico é universal e perpassa todos os discursos, relações e manifestações humanas, Bakhtin passou a ser um dos teóricos mais preocupados em desenvolver e consolidar o conceito de dialogismo em suas obras. Ao dizer que *“um locutor não é o Adão bíblico perante objetos virgens”*, Bakhtin (2000, p. 319) defende que o objeto de um discurso se torna, inevitavelmente, o ponto de encontro entre as opiniões de interlocutores imediatos, numa conversa informal sobre qualquer acontecimento cotidiano, ou entre as visões de mundo, as tendências, as teorias, etc., no âmbito da comunicação. Segundo Bakhtin, o enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca desse objeto. Qualquer alusão ao enunciado do outro outorga à fala um aspecto dialógico que nenhum tema constituído puramente pelo objeto poderia conferir-lhe.

Com base no dialogismo de Bakhtin, Julia Kristeva (1974) utilizou o termo intertextualidade para denominar o cruzamento que se estabelece entre textos na constituição de qualquer obra. É de Kristeva o difundido conceito de intertextualidade: *“todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto”*. (ibid., p.64)

O entendimento de Fairclough (2001, p. 170) a respeito da intertextualidade é o de que ela é um complicador para os processos de interpretação textual, pois, para que os textos façam algum sentido, os intérpretes precisam encontrar formas de combinar os diversos elementos do texto em um ‘todo coerente’. Fairclough diz ainda que a intertextualidade e as relações intertextuais, constantemente mutáveis no discurso, são

centrais para a compreensão dos processos de constituição do sujeito, e acrescenta que isso se dá em uma escala de tempo biográfica, durante a vida de um indivíduo, e para a constituição e a reconstituição de grupos sociais e comunidades.

Essas leituras ou interpretações ‘coerentes’ dos vários elementos intertextuais presentes em um texto são, segundo Fairclough (ibid., 172), geradas simultaneamente por suas várias dimensões de significado, ideacional e interpessoal. Para o autor, mais do que sujeitos do discurso, os intérpretes são também sujeitos sociais, com experiências sociais particulares acumuladas que vão afetar o modo de interpretação dos textos. A capacidade para leitura crítica, por exemplo, não é igual para todos os intérpretes em todos os contextos interpretativos. Leituras resistentes podem desarticular, em diferentes graus, a articulação intertextual de um texto.

As interpretações resistentes são um modo de luta hegemônica quanto à articulação dos elementos intertextuais. Embora elas tipicamente levem a processos de produção textual que projetam a luta hegemônica em formas mais explícitas, isso nem sempre ocorre, e é importante levar em consideração as formas pelas quais os intérpretes interpretam os textos, para que se possa avaliar adequadamente sua eficácia política e ideológica. (ibid., p.173).

Fairclough (2003) reafirma e explicita que a intertextualidade de um texto é a presença nele de elementos de outros textos (e, portanto, potencialmente outras vozes além da do próprio autor), os quais podem ser relacionados (apoiados, rejeitados, etc.) de diversas formas. A princípio, Fairclough nos convida a perceber que, para qualquer tipo de texto, há sempre um conjunto de outros textos e de vozes potencialmente relevantes incorporadas ao texto, ainda que muitas vezes não seja possível identificá-los com precisão. Mesmo assim, Fairclough ressalta a utilidade analítica de se perceber esses elementos de intertextualidade, mesmo que de forma rudimentar e, para tanto, sugere que se parta dos seguintes questionamentos: “*quais textos e vozes estão incluídos, quais estão excluídos e que ausências significativas há no texto?*” (ibid., p. 47)

A forma mais comum de intertextualidade, segundo Fairclough (2003) é o relato (*reported speech*) - oral ou escrito. Quando um pronunciamento, um escrito ou um pensamento de uma pessoa é relatado por outra pessoa, dois diferentes textos, duas diferentes vozes emergem compondo um diálogo com novas perspectivas, objetivos, interesses etc. Ele afirma que há sempre uma espécie de tensão entre o que de fato acontece e o que está sendo relatado e salienta que um relevante contraste presente no ato de se relatar algo se dá entre os relatos que pretendem conferir credibilidade (normalmente

com citações diretas, entre aspas, para reproduzir fielmente o que foi dito ou escrito) e os que não têm tanta preocupação com a fidedignidade (normalmente em discurso indireto).

Para os propósitos do presente trabalho, é útil lembrar que, em obra anterior, Fairclough (2001, p.153) opta pelo uso do termo ‘representação de discurso’ em lugar de ‘discurso relatado’, para tratar da questão da intertextualidade manifesta, ou seja, quando se recorre explicitamente a outros textos específicos em um texto. O autor justifica tal opção dizendo que: (1) o termo ‘representação de discurso’ capta melhor a idéia de que, quando se ‘relata’ o discurso, necessariamente se escolhe representá-lo de um modo em vez de outro; e (2) o que está representado não é apenas a fala, mas também sua organização discursiva, assim como diversos outros aspectos do evento discursivo (suas circunstâncias, o tom em que as coisas foram ditas, etc.).

Ainda sobre o relato, Fairclough (2003, p.49) distingue quatro formas de relatos, que são de extrema relevância para a análise da intertextualidade: relato direto (entre aspas, reproduzindo literalmente o que foi dito ou escrito. Ex: Ela disse: “Ele chegará por agora”); relato indireto (sumário daquilo que foi dito ou escrito, sem copiar o outro discurso e sem o uso de marcas de citação nem oração de relato. Ex: Ela disse que ele chegaria naquele momento); relato indireto livre (um meio termo entre discurso direto e indireto. Apresenta algumas mudanças de tempo verbal, como ocorre no discurso indireto, e dêixis típicas do relato direto, mas sem a oração de relato. É um recurso muito utilizado na linguagem literária. Ex: Ela lançou o olhar através da janela. Ele deveria estar lá agora. Ela sorriu para si mesma.); e narrativa de um ato de fala (relata o tipo de ato de fala sem relatar seu conteúdo. Ex: Ela fez uma previsão).

A noção de intertextualidade como presença contínua de diversos textos é reforçada por diversos outros teóricos, como, por exemplo, Fiorin e Savioli (2003, p.13), que afirmam que nenhum texto é peça isolada, nem a manifestação da individualidade de quem o produziu. Para os referidos autores, todo texto é produto de criação coletiva. Isto é, a voz de quem o produziu se manifesta ao lado de um coro de outras vozes, concordantes ou discordantes, que, em algum momento, já trataram do mesmo tema.

Koch (2005; 2006) também trata a intertextualidade como um recurso de extrema relevância para a construção do sentido, pois compreende as diversas maneiras pelas quais a produção ou recepção de um texto se desenvolve, segundo o conhecimento de outros

textos por parte dos interlocutores. Em sua obra de 2006, Koch reafirma que a intertextualidade constitui um dos grandes temas a que se tem dedicado a Linguística Textual e assevera que a presença do outro naquilo que dizemos ou escrevemos é inevitável.

Ao discorrer sobre intertextualidade, a referida autora parte da distinção entre intertextualidade em sentido amplo e intertextualidade em sentido restrito, esclarecendo que a intertextualidade em sentido amplo, condição de existência do próprio discurso, pode ser aproximada do que, sob a perspectiva da Análise do Discurso, se denomina ‘interdiscursividade’. (2005, p.60)

Intertextualidade em sentido estrito (ou restrito) é o que a autora considera como sendo a relação de um texto com outros textos previamente existentes, ou seja, com outros textos efetivamente produzidos. Segundo Koch (2006, p. 145), “*a intertextualidade stricto sensu ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva dos interlocutores*”.

Na mesma obra, Koch (ibid., p. 146) aborda alguns aspectos relevantes da intertextualidade em sentido restrito, como, por exemplo, a ocorrência da ‘intertextualidade explícita’, ou seja, quando no próprio texto é feita menção à fonte do intertexto, Isso acontece nas citações, referências, menções, resumos, resenhas, traduções, na argumentação por recurso de autoridade e, ainda, em situações face a face, nas retomadas do texto de outrem, para encadear sobre ele ou contradizê-lo.

Em se tratando de intertextualidade implícita, Koch (ibid. id.) ressalta que, de maneira geral, o que ocorre é que o produtor do texto introduz um intertexto alheio, sem qualquer menção da fonte – quer para seguir-lhe a orientação, quer para contradizê-la –, acreditando ou esperando que o leitor/ouvinte seja capaz de reconhecer a presença do intertexto, pela ativação do texto-fonte em sua memória discursiva. Entretanto, a percepção desse recurso depende do grau de conhecimento do leitor, podendo até passar despercebida e, por conseguinte, comprometendo a compreensão do sentido. Ainda assim, independentemente do modo como as relações intertextuais, as referências de um texto a outro, são ou deixam de ser percebidas, elas serão sempre parte integrante do acervo de conhecimentos e de manifestações culturais das pessoas.

Por tudo que foi dito até aqui, não há como refutar o caráter dialógico da linguagem humana que, sob o prisma da construção dos sentidos, constitui-se de vozes de diversos enunciadores – concordantes ou discordantes – na composição de todo e qualquer texto.

2.1.4 Modalidade e Avaliação

No subitem anterior, tratei da questão da ‘intertextualidade’ e do caráter dialógico da linguagem humana, isto é, da inevitabilidade da presença de vários discursos na construção de qualquer objeto de discurso. Neste item, focalizarei a ‘modalidade’ e a ‘avaliação’, que são duas características textuais importantes para que se perceba em que medida os participantes se comprometem com o que dizem, ou seja, com seus textos.

Fairclough, em sua obra de 2003, dedica um capítulo específico à modalidade e à avaliação e, em seu preâmbulo, ressalta que tanto a modalidade quanto a avaliação serão vistas em termos de comprometimento dos autores com o que consideram verdadeiro e necessário (modalidade), e em relação ao que é desejável ou indesejável, bom ou ruim (avaliação). Para Fairclough, “*o modo como as pessoas se comprometem nos textos denota uma parte importante de como elas se auto-identificam, a textura das identidades.*” (ibid., p. 164, tradução minha)

Do mesmo modo que lancei mão de consagradas teorias analíticas para comprovar que um texto não subsiste sem outro texto, tomarei como base as asserções de célebres teóricos para demonstrar que, pelo fato de a modalização exprimir o ponto de vista do sujeito, pode-se dizer que ela está presente na grande maioria dos textos, de modo expreso ou perceptível em maior ou menor grau.

Primeiramente, é necessário ter-se em conta que a modalização é o fenômeno pelo qual o locutor expressa sua adesão ao texto, é um processo que designa a atitude do sujeito em relação a seu próprio enunciado, ou seja, é a expressão do modo como um determinado sujeito defende seu ponto de vista.

Fairclough (2001) aponta a modalidade como um meio para identificar o comprometimento do falante com aquilo que ele diz. Explica o citado autor (ibid. p.199) que, dada uma proposição qualquer, há vários graus de comprometimento, mais categóricos ou menos, mais determinados ou menos, contra ou a favor. Por exemplo, é possível afirmar, categoricamente, que ‘a terra é plana’ ou pode-se negar

peremptoriamente essa afirmativa: ‘a terra não é plana’. Mas há outros níveis de comprometimento menos categóricos, tais como: ‘é possível que a terra não seja plana’, ‘a terra é mais ou menos plana’, ‘provavelmente a terra é plana’, ‘dizem que a terra é plana’, ‘acho que a terra não é plana’ e assim por diante. Segundo o referido teórico, qualquer enunciado desse tipo indica o grau de afinidade com a proposição e tem, portanto, a propriedade da modalidade.

Entretanto, Fairclough (ibid., p.200) adverte que as implicações da modalidade vão além do comprometimento do(a) falante ou do(a) escritor(a) com suas proposições e associa o uso da modalidade a alguma forma de poder. Ele esclarece que os produtores indicam comprometimento com as proposições no curso das interações com outras pessoas e que é difícil separar a afinidade que expressam com as proposições de seu senso de afinidade ou solidariedade com os interagentes.

Nesse sentido, Fairclough (ibid., p.201) argumenta que expressar alta afinidade pode ter pouca relação com o comprometimento de alguém com uma proposição, mas muita relação com um desejo de demonstrar solidariedade, e pondera que a baixa afinidade com determinada proposição pode não refletir falta de conhecimento ou de convicção, mas sim falta de poder. Para o teórico, as relações de poder condicionam a expressão de alta afinidade com uma proposição e a modalidade no discurso é a interseção entre a significação da realidade e a sua representação. Fairclough acrescenta que, sob o prisma da lingüística sistêmica-funcional, a modalidade seria a interseção entre as funções ideacional e interpessoal da linguagem. .

Para Charaudeau & Maingueneau (2006, p. 334), “*as modalidades são facetas de um processo mais geral de modalização, de atribuição de modalidades ao enunciado, pelo qual o enunciador, em sua própria fala, exprime uma atitude em relação ao destinatário e ao conteúdo de seu enunciado*”. De acordo com os citados autores, a modalização é crucial para a análise do discurso que, por definição, lida com enunciações pelas quais os locutores, ao mesmo tempo, instituem uma determinada relação com outros sujeitos falantes e com sua própria fala.

Maingueneau diz que, em termos de análise de discurso, não basta levantar as marcas lingüísticas. É preciso colocá-las em relação aos processos globais de estruturação do discurso (tipos e gêneros de discurso, contexto, interdiscurso, etc.): “*é preciso*

estabelecer relação entre o estudo das marcas lingüísticas da modalização e os fatores que exercem coerções sobre a situação de comunicação específica do discurso considerado.” (ibid., p. 337)

Reunindo conceitos de Halliday, Verchueren, Hodge e Kress, Fairclough (2003, p. 166) define modalidade (*modality*) como a conexão que o texto estabelece entre o autor e as representações, ou seja, o nível de comprometimento do autor com o que é dito, em relação à verdade e/ou à necessidade.

Além disso, Fairclough reporta-se à distinção que faz entre as quatro principais funções do discurso relacionadas a trocas¹ – duas associadas às trocas de conhecimento (declarações, perguntas) e duas relacionadas às trocas de atividade (procura, oferta) – para assinalar que a questão da modalidade pode ser vista como a questão do envolvimento das pessoas com suas declarações, perguntas, ofertas ou procuras. O ponto importante a se destacar é que existem várias formas de fazer cada uma dessas trocas com níveis diferentes de envolvimento, e Fairclough sintetiza esses níveis da seguinte maneira (ibid., pp.167-8, tradução minha):

• **Troca de conhecimentos (modalidade ‘epistêmica’)**

Declarações: envolvimento do ‘autor’ com a verdade

Afirmação: A janela está aberta.

Modalização: A janela pode estar aberta.

Negação: A janela não está aberta.

Perguntas: o autor provoca o comprometimento dos outros com a verdade.

Positivas, não modalizadas: A janela está aberta?

Modalizadas: A janela poderia estar aberta?

Negativas, não modalizadas: A janela não estava aberta?

• **Troca de atividade (modalidade ‘deôntica’)**

Exigência: envolvimento do ‘autor’ com a obrigação/necessidade

Ordem formal: Abra a janela!

Modalização: Você deveria abrir a janela.

Proibição: Não abra a janela!

Oferta: envolvimento do autor com o ato

Garantia: Eu abrirei a janela.

Modalizada: Eu posso abrir a janela.

Recusa: Eu não abrirei a janela.”

¹ “Uma ‘troca’ é uma seqüência de dois ou mais ‘turnos ou ‘movimentos’ conversacionais com falantes alternando-se, em que a ocorrência do movimento 1 leva à expectativa do movimento 2, e assim por diante – com a ressalva de que o que é ‘esperado’ nem sempre ocorre.” (Fairclough, 2003, p. 106, tradução minha).

Fairclough (ibid., p.168) enumera como principais marcadores típicos da modalidade os verbos modais ou ‘de ligação’: poder, parecer, dever, estar, etc. Todavia, no caso das declarações, as situações modalizadas são, segundo o teórico, apresentadas como aquelas que se situam entre afirmações e negações, as quais geralmente são expressas com declarações positivas (Ex.: ‘o conflito é visto como criativo) ou negativas (Ex.: ‘o conflito não é visto como criativo’), sem verbos modais (de ligação) e outros marcadores. De acordo com o teórico, tudo isso está incluído na ampla categoria da modalidade, cuja abrangência vai além dos casos explícitos de modalização, isto é, além dos casos nos quais há um marcador explícito de modalidade.

Koch (2006a) também dedica atenção especial às modalidades do discurso, para a qual a relação entre enunciados é freqüentemente projetada a partir de certas relações de modalidade. Koch trata a questão sob o ponto de vista da pragmática lingüística e considera que as modalidades são parte da atividade ilocucionária, pois revelam a atitude do falante diante do enunciado que ele produz.

O recurso às modalidades permite, pois, ao locutor marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento com relação ao que é dito [...] possibilita-lhe, também, deixar claros os tipos de atos que deseja realizar e fornecer ao interlocutor ‘pistas’ quanto às suas intenções; permite, ainda, introduzir modalizações produzidas por outras ‘vozes’ incorporadas ao seu discurso, isto é, oriundas de enunciadores diferentes¹; torna possível, enfim, a construção de um ‘retrato’ do evento histórico que é a produção do enunciado. (ibid., p. 86)

As principais modalidades, aquelas tradicionalmente reconhecidas segundo Koch, são as modalidades ‘deônticas’ (ligadas à conduta e às normas), epistêmicas (relativas às crenças e conhecimentos) e aléticas (relacionadas à existência, ao valor de verdade das proposições).

Na obra intitulada “Introdução à Lingüística Textual”, Koch (2006b) apresenta a modalização como um processo que marca as articulações na progressão textual e descreve os ‘articuladores metadiscursivos’ como marcadores que servem para introduzir comentários ora sobre a forma ou modo de formulação do enunciado, ora sobre a própria enunciação. Concentrarei minha atenção sobre os ‘modalizadores’, que, a meu ver, são os marcadores/articuladores metadiscursivos de maior relevância para o presente trabalho.

Koch (ibid., pp.135-139) organiza os modalizadores, de duas maneiras: modalizadores *stricto sensu*, aqueles que expressam as modalidades que costumam ser

¹ Nota inserida pela autora, no texto original: “É a este fenômeno que Ducrot (1980) denomina polifonia”.

objeto de estudo da lógica e da semântica (epistêmicas, deônticas, aléticas); e modalizadores *lato sensu* (axiológicos, atitudinais e atenuadores).

Segundo a autora, os modalizadores epistêmicos revelam o engajamento e/ou comprometimento do sujeito falante, isto é, expressam o grau certeza ou probabilidade com relação aos fatos enunciados, e os deônticos indicam obrigatoriedade ou facultatividade, ou seja, o grau de imperatividade ou facultatividade atribuído ao conteúdo proposicional. O terceiro tipo básico de modalizadores, os aléticos, diz respeito à necessidade ou possibilidade da própria existência dos estados de coisas no mundo e são pouco comuns em textos da língua natural, por se confundirem com os epistêmicos ou com os deônticos. Na prática, “*ou nos referimos ao conhecimento que temos a respeito dessa existência ou à sua obrigatoriedade/facultatividade*”. (ibid., 135)

Tomo alguns exemplos de modalizadores *stricto sensu* citados pela autora:

Modalizador epistêmico: “*Evidentemente, a divisão social do trabalho, associada aos direitos de propriedade e mediada pelo dinheiro, é uma maneira um tanto engenhosa de organizar a produção (...)*”¹

Modalizador deôntico: “*É indispensável que se tenha em vista que, sem moralidade, não pode haver justiça social*”

Modalizador alético: “*É impossível não se comover com essas lúcidas palavras de Nilo Ouriques (...)*”²

Quanto aos modalizadores *lato sensu*, Koch esclarece que os ‘axiológicos’ expressam uma avaliação dos eventos, ações, situações a que o enunciado faz menção. Exemplo: “*Ainda não se sabe ao certo quem matou Toninho do PT. Inexplicavelmente, o caso foi dado como encerrado e não se falou mais nisso.*” (ibid., p.138). Os modalizadores ‘atitudinais’ ou ‘afetivos’ são aqueles que encenam a atitude psicológica com que o enunciador se representa diante dos eventos de que fala o enunciado: “*Desgraçadamente, nem sempre se pode confiar nas notícias veiculadas pela grande imprensa.*” (ibid., id.). Há, ainda, os modalizadores que funcionam como ‘atenuadores’, ou seja, que servem para preservar as faces dos interlocutores: “*Talvez fosse melhor pensar em modificar o atual estatuto, que, ao que me parece, apresenta algumas lacunas que poderão criar problemas futuros.*” (ibid., id.).

¹ Nota da autora no texto original: Marcelo Manzano, “Eu e o mundo”, *Caros Amigos*, n.º. 54, set. 2001.

² Idem: “Nildo Ouriques, o reitor necessário em Santa Catarina”, *Caros Amigos*, n.º. 78, set. 2003, p.43.

Para concluir o item sobre Modalidade, acrescento breves comentários sobre modalizadores que se apresentam sob forma de oração. Na obra de 2006a, Koch dedica um capítulo às “Orações Modalizadoras”, no qual examina algumas expressões modalizadoras de enunciados que possuem estrutura oracional e, por este motivo, são analisadas por vários gramáticos e lingüistas como ‘orações principais’ em relação a outras consideradas ‘subordinadas’. Para Koch, entretanto, com base na teoria da linguagem que leva em conta a enunciação, modalizadores são “*todos os elementos lingüísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso.*” (ibid., p. 136)

A autora salienta que, do ponto de vista sintático, certos modalizadores se apresentam sob forma oracional, identificando o tipo de ato que o locutor pretende produzir: ‘ordem’, ‘promessa’, ‘declaração’, ‘pergunta’, ‘aviso’. Em alguns casos, esses modalizadores, podem ser expressos ou implícitos, sem alterar o conteúdo proposicional da oração. Koch demonstra que tais expressões não fazem parte do conteúdo proposicional, exatamente pelo fato de poderem ser omitidas, como também de aparecerem como orações justapostas, intercaladas ou pospostas, como nos seguintes exemplos: “*Eu aviso: não compartilharei com essa farsa.*”, “*Não compartilharei – eu aviso – com essa farsa.*” e “*Não compartilharei com essa farsa. {é um aviso}.* Em outras situações, as orações modalizadoras indicam o grau de engajamento do locutor com relação ao conteúdo proposicional ou o estado psicológico do locutor diante dos fatos veiculados no enunciado. Exemplos: “[*É evidente (claro, indubitável...)*] *que Pedro está enganado.*”, “[*É possível (provável...)*] *que o jornalista tenha razão.*” “[*É lamentável que*] *ele seja um delator.*” (ibid., p. 137)

Ainda em relação à oração modalizadora, Koch ressalta que, em alguns casos, ela pode ser substituída por advérbios ou locuções atitudinais, como felizmente, lamentavelmente. Ex: “[*É lamentável que*] *ele seja um delator.*” ou “*Lamentavelmente, ele é um delator.*”

Para tratar de avaliação, tomarei como base os conceitos de Fairclough (2003), que utiliza o termo ‘avaliação’ em um sentido mais geral, de modo a incluir diversas formas de expressão, implícitas ou explícitas, por meio das quais os autores se comprometem com determinados valores. O autor distingue e agrupa essas formas de expressão nas seguintes

categorias: declarações avaliativas; declarações com modalidades deônticas; declarações com verbos de processos mentais afetivos; pressuposições de valor. (ibid., p. 171)

As declarações avaliativas, nos casos mais óbvios, referem-se a declarações sobre o que é desejável ou indesejável e têm em sua constituição palavras que deixam explícitos tais sentimentos: ‘bom’, ‘ruim’, ‘maravilhoso’, ‘terrível’, etc. Todavia, as declarações de juízo de valor também podem estar relacionadas à importância que se dá a algo, à sua utilidade e assim por diante. Por meio dos exemplos *‘este é um livro importante’* e *‘este é um livro inútil’*, Fairclough (ibid., p.172) estabelece implicações com o sentimento de desejabilidade e indesejabilidade. Quando alguém diz que o livro é ‘importante’ estabelece uma auto-evidência de que ele é ‘desejável’.

Fairclough prossegue em sua argumentação, dizendo que as declarações podem, ainda, ser relativas no que se refere ao discurso. Por exemplo, quando se diz que *‘ela é uma comunista’*, pode-se considerar que esta declaração tem juízo de valor, mas apenas para um tipo específico de discurso. Muitas outras palavras que figuram nesses tipos de declaração têm, segundo o autor, significados complexos que incluem juízo de valor – ‘corajoso’, ‘covardemente’, ‘honesto’, ‘desonesto’. É difícil dissociar a imagem de uma pessoa ‘honesta’ ou ‘corajosa’ da imagem de uma ‘boa pessoa’, entretanto, em contextos específicos, tais avaliações podem assumir diferentes conotações e *“suas implicações avaliativas podem ser subvertidas (ex.: ‘bons soldados são vistos pelo senso comum como covardes’)”* (ibid., id.)

De acordo com White¹, citado por Fairclough, a avaliação efetiva-se em uma ‘escala de intensidade’. Os adjetivos e advérbios de juízo de valor, bem como os verbos referentes a processos mentais afetivos mesclam-se em conjuntos semânticos de termos, dentro de uma escala que varia entre baixa e alta intensidade. Fairclough apresenta alguns exemplos dessas escalas de intensidade, como: *‘eu gosto/amo/adoro este livro’*, *‘este livro é bom/maravilhoso/fantástico’* ou, ainda, *‘os soldados mataram/ massacraram os habitantes do povoado.’* (ibid., pp.172-3)

A segunda categoria de avaliação proposta por Fairclough agrupa as declarações com modalidade deôntica, que são de caráter de obrigação e estão ligadas à de juízo

¹ Fairclough (2003) faz referência à obra de White (2001), intitulada *An introductory tour through appraisal theory*, Appraisal Website (www.grammatics.com/appraisal).

de valor. Para ilustrar esta modalidade, Fairclough apresenta uma fala de Tony Blair: *‘Os valores nos quais acreditamos devem refletir nas nossas ações no Afeganistão’*, e assevera que ele, Blair, quer dizer que, de um modo geral, agir com base em valores é algo desejável, é uma boa coisa a ser feita. (ibid., p.173). Ainda nesta segunda categoria de declarações, o referido teórico distingue aquelas em que as avaliações são de caráter subjetivo, expressas com processos mentais afetivos (*‘gosto deste livro’*, *‘detesto este livro’*) ou com processos relacionais onde o atributo é afetivo (*‘este livro me fascina’* e *‘este livro é fascinante’*).

As pressuposições de valor, terceira categoria de avaliação, conforme Fairclough, contemplam os casos que não possuem marcadores de avaliação claros como nos casos anteriores (declarações de juízo de valor, modalidades deônticas e verbos referentes a processos relacionais). Os valores encontram-se inseridos em uma esfera muito mais profunda do texto.

Se nós usarmos a metáfora da ‘profundidade’, estarão um estágio ‘abaixo’ as avaliações que são desencadeadas nos textos por meio de palavras como ‘ajuda’: por exemplo, se eu escrevo *‘este livro ajuda...’*, qualquer expressão que vier depois de ‘ajuda’ será uma avaliação positiva (por exemplo, *...ajuda a ‘clarear o debate sobre globalização’*). Em um nível ainda mais profundo, estão os valores que não são ‘acionados’ do mesmo modo, mas dependem da pressuposição de uma familiaridade compartilhada com sistemas de valores implícitos, entre o autor e o intérprete [...] dizer que a coesão social é uma fonte de eficiência e adaptabilidade implica que é algo desejável, de acordo com o discurso neoliberal, segundo o qual eficiência e adaptabilidade são bens primários (ibid., p. 173)¹.

Para encerrar este tópico, reitero que minhas considerações acerca da ‘avaliação’ estão baseadas nas proposições de Fairclough (2003), cujo texto é posicionado pelo próprio autor dentro de um sistema valorativo do capitalismo contemporâneo. Entretanto, minhas reflexões conduzem-me à conclusão de que as proposições do teórico são aplicáveis a qualquer outro momento histórico e a quaisquer situações e contextos. Em termos de avaliação, todos os envolvidos em um discurso estão explícita ou implicitamente posicionados dentro de um sistema de valores.

2.2 IDEOLOGIA E PODER

Nesta seção discorrerei sobre o poder, sua conceituação, sua constituição histórica, as relações de causa e efeito entre dominantes e dominados e a relevância das questões de poder para a análise de discurso crítica.

¹ Tradução minha.

Há muito a história vem nos mostrando que o poder político tem como base a opressão da classe proletária em nome da manutenção da estrutura de mercado de capital, esteio das sociedades capitalistas, o que nos leva a indagar: como pode tal poder, ter força suficiente para manter essa classe proletária alienada de tal forma, que os fazem concordar em apenas sobreviver num contexto que lhes é adverso?

2.2.1 O Poder: relações de causa e efeito entre dominantes e dominados

Estamos habituados a ouvir e a aceitar que o poder é um tipo de força unilateral que se impõe sobre os mais fracos e contra o qual nada podem fazer. Ou seja, o conceito de 'poder' como sinônimo de 'força' (física, intelectual, econômica, política, etc.) está tão impregnado no inconsciente coletivo, que raramente é contestado ou mesmo questionado. Mais do que isso, a História nos mostra que esse comportamento em relação ao poder vem sendo replicado e reforçado através dos tempos.

2.2.1.1 Contra a força não há resistência?

Os discursos correntes sobre o 'poder' por meio da 'força' fazem parte do nosso cotidiano. Tal constatação é corroborada pelo conhecido adágio, "contra a força não há resistência."

Contudo, um olhar mais atento sobre o poder e suas relações descortinará características e efeitos que vão muito além da imposição pela força (mormente a força bruta) que é apenas um – o mais evidente, talvez – dentre os diversos instrumentos a serviço do poder.

Segundo Michel Foucault (2004), o poder não é um objeto natural, não pode ser tratado como “mercadoria”, como algo que se possui, perde ou compartilha. Não existe para ele uma natureza do poder. Ao contrário, Foucault considera o poder como uma prática social, constituída historicamente. O poder está associado a práticas, técnicas e procedimentos e, portanto, só surge quando exercitado.

Em suas asserções teóricas, Foucault utiliza o termo "genealogia" para explicar a inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, de modo que a reativação dos saberes locais seja capaz de fazer frente à hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder:

A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição de saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico." (*ibid.*, p.172)

2.2.1.2 Quem cala nem sempre consente

"Quem cala consente": eis mais um adágio que garante a manutenção do entendimento comum sobre o poder que os 'detentores do poder' exercem sobre os 'subjugados', entendimento este que Foucault (*ibid.*, p.173) rechaça, argumentando que o silêncio do adversário não deve ser tomado como prova de que lhe metemos medo. Para Foucault, um dos princípios metodológicos, táticos, que se deve ter em mente é o de que o silêncio do adversário também pode ser o sinal de que nós de modo algum lhe metemos medo.

2.2.1.3 Constituição histórica do poder

Inspirado na teoria dos aparelhos repressivos de Althusser (1980), para quem o Estado seria uma espécie de máquina de repressão que permitia que as classes dominantes (no séc.XIX, classe burguesa e proprietários de terras) assegurassem a sua dominação sobre a classe operária para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia, isto é, do capitalismo, Foucault (2004) postula que nas sociedades modernas (do séc. XIX até os dias atuais) há, por um lado, uma legislação, um discurso e uma organização do direito público articulados em torno do princípio do corpo social¹ e da delegação de poder; e por outro lado, um sistema minucioso de coerções disciplinares que garanta efetivamente a coesão deste mesmo corpo social. O exercício do poder, segundo Foucault, se dá dentro dos limites de um direito de soberania e um mecanismo de disciplina.

Quanto à conceituação, Foucault (2004, p. 169) aponta uma dicotomia, que divide o poder em uma base jurídica e outra economicista: consoante a teoria jurídica, o poder é algo que *cada* um detém e que cederia total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania; a hipótese economicista, que é a marxista, de acordo com Foucault, adota a funcionalidade econômica do poder como diretriz conceitual e vê no poder o papel de manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe (*ibid.*, p. 174-175).

¹ O corpo social a que se refere é constituído por sanções normalizadoras e técnicas de vigilância, por uma organização do espaço das instituições que permite uma visão total de seus elementos.

Todavia, Foucault prefere não acompanhar essas teorias (jurídica e economicista), por descreverem o Poder através de seus resultados e não naquilo que é o seu substancial, e estarem direcionadas pelo discurso científico a um fim específico de manutenção e legitimação de uma ordem estabelecida. Ele afirma ser o Poder um tipo de ação, que só tem existência e pode ser definido enquanto exercido. *"Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força."* (ibid., p.175)

Ainda nesta tensão acerca do poder e de seus mecanismos de retroalimentação, Foucault apresenta duas possibilidades de interpretar o poder: 1) esquema jurídico do contrato-opressão - o poder seria um bem passível de ser transigido ou alienado tal qual em uma relação contratual. O poder político seria virtualmente o objeto de uma relação jurídico-contratual, que teria na opressão o fruto da "quebra", da transgressão dos termos do contrato, um abuso; 2) esquema dominação-repressão - sedimenta o poder como uma teia de relações de força estabelecidas no corpo social, que teriam na repressão um desdobramento natural das relações de dominação.

O conceito de poder foucaultiano se situa em algum lugar entre o direito e a verdade. Foucault procura estudar o modo pelo qual o poder se exerce, o "como do poder", ou seja, tenta compreender os mecanismos do poder balizados entre os limites impostos de um lado pelo direito, com suas regras formais delimitadoras, e de outro pela verdade, cujos efeitos produzem, conduzem e reconduzem novamente ao poder.

Para analisar o poder, Foucault, adota algumas precauções metodológicas, dentre as quais merece destaque a idéia de que o poder se exerce em uma espécie de cadeia na qual os indivíduos sempre estão, seja em posição de exercer o poder, seja em posição de serem submetidos a ele. O poder é algo que circula incessantemente sem se deter exclusivamente nas mãos de ninguém: potencialmente, todos são, ao mesmo tempo, detentores e destinatários do poder. *"O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu"*. (ibid., p. 184-185).

Foucault discorda, também, da análise descendente do poder, isto é, que parta de cima, do alto (do soberano, por exemplo) para baixo. Para ele, deve-se fazer uma análise

ascendente do poder, que parte de seus mecanismos mais elementares da sociedade (família, vizinhança...) até chegar àqueles gerais, globais. Foucault não busca compreender o poder pela via das instituições estatais, mas sim através de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos - e não gerais ou globais - de poder.

São os mecanismos de exclusão, os aparelhos de vigilância, a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinqüência, é toda essa micro-mecânica do poder que representou um interesse para a burguesia a partir de determinado momento (...) A burguesia não se interessa pelos loucos, mas pelo poder; não se interessa pela sexualidade infantil, mas pelo sistema de poder que a controla; a burguesia não se importa absolutamente com os delinqüentes nem com sua punição ou reinserção social, que não têm muita importância do ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e reformam o delinqüente. (ibid., p.185)

Outra precaução relevante na análise foucaultiana acerca do poder é a de afastar-se das compreensões ideológicas do poder e substituir, no lugar das ideologias, os saberes. Segundo Foucault (ibid., p.186), o que está na base do poder não são as ideologias, mas instrumentos de formação e acúmulo de saber. Isto é, o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação aparelhos de saber que não são construções ideológicas.

De acordo com Foucault (ibid., id.), para se estudar o poder é necessário colocar-se fora do modelo do Leviatã, ou seja, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pelo Estado. O referido teórico entende, ainda, que o poder deve ser estudado a partir de técnicas e táticas de dominação.

2.2.1.4 O poder no discurso

As questões de poder são de extrema relevância para a Análise de Discurso Crítica (ADC). Como ela é a base teórica deste trabalho, essencial se faz buscar o entendimento de uma das principais autoridades em ADC, Norman Fairclough, acerca do poder no discurso. Fairclough (1989), explica a relação entre língua e poder, afirmando que a língua é essencialmente envolvida com o poder, e que a luta pela língua pode manifestar-se ela própria como uma luta entre tipos de discurso ideologicamente diversos. Segundo Fairclough, "*O que está em questão é o estabelecimento ou manutenção de um tipo de discurso como dominante em um dado domínio social e, conseqüentemente, o estabelecimento ou manutenção de determinadas pressuposições ideológicas como consensuais.*" (ibid., p.90, tradução minha)

Um aspecto sobre o poder, salientado por Fairclough (1989, p.48), e que será importante para a nossa análise no presente trabalho, diz respeito à falsa concepção de dominação baseada em impressões exteriores. Como exemplo, Fairclough menciona o gênero discursivo da entrevista, no qual os entrevistadores geralmente partem do pressuposto de que os entrevistados estão familiarizados com as formas dominantes de condução de entrevistas. Dessa forma, as contribuições dos entrevistados são, também, interpretadas no pressuposto de que eles – os entrevistados – são capazes de entender e de responder à questão, em conformidade com as convenções dominantes. Assim, se um(a) entrevistado(a) responde a uma questão de forma considerada pobre, fraca ou irrelevante, concluir-se-á que ele(a) não possui os conhecimentos ou experiência requeridos, ou que não quer cooperar e assim por diante. Fairclough complementa o raciocínio lembrando que um(a) entrevistado(a) poderá ser recusado em empregos ou ter outros benefícios e direitos negados em decorrência de falsas impressões exteriores baseadas na insensibilidade e na supremacia cultural.

Ainda ao discorrer sobre as relações de dominação entre tipos de discurso, Fairclough faz alusão à expressão antilinguagem, cunhada pelo lingüista Michael Halliday, que se refere a um tipo de discurso que se contrapõe ao da língua-padrão. Segundo Fairclough as antilinguagens são construídas e utilizadas como alternativas conscientes aos tipos de discurso estabelecidos ou dominantes. Como exemplos, Fairclough cita a linguagem própria do submundo do crime ou os dialetos de minorias (étnicas ou sociais) que não seguem a língua-padrão ou os que são praticados por comunidades de classes trabalhadoras em grandes cidades, entre outras formas de linguagem.

Até aqui, os exemplos dados de poder e dominação no discurso referem-se a relações discursivas face a face, mas é de suma importância que abordemos também a questão do poder no discurso mediato, isto é, naquele que não tem relação direta com seus destinatários – a mídia (televisão, rádio, jornais, revistas etc.). Ao focar os meios de comunicação de massa – *mass-media* –, Fairclough (1989, p.49) argumenta que as relações de poder envolvidas no discurso da mídia não aparecem muito claramente e envolvem o que ele chama de *hidden relations of power*, ou seja, relações de poder escondidas. Diferentemente dos discursos face a face, cuja interação dos participantes é alternada entre produtores e intérpretes dos textos, os discursos da mídia são desenhados

para audiências massivas (leitores, ouvintes, telespectadores), completamente desconhecidas; em outras palavras, o discurso que a mídia produz é endereçado a um "destinatário ideal", seja ele leitor, ouvinte ou telespectador. Ainda segundo Fairclough, no que concerne às relações de poder, pode-se dizer que *"os produtores dos discursos na mídia exercem poder sobre os consumidores na medida em que aqueles têm direitos individuais sobre a produção e, portanto, podem determinar o que deve ser incluído ou excluído, como um evento deve ser representado e até mesmo as posições dos sujeitos de suas audiências"*. (ibid., p.50, tradução minha)

O poder no discurso se manifesta expressa ou tacitamente de diversas formas, as quais poderíamos continuar exemplificando à exaustão. Contudo, os exemplos dados parecem-nos suficientemente significativos para o entendimento de que o poder é exercido e praticado claramente no discurso, mas que também existem relações de poder não evidentes, por trás do discurso. Em ambos os casos, o poder não é um atributo permanente de qualquer pessoa ou grupo social. Ao contrário, aqueles que detêm o poder em um determinado momento precisam constantemente reafirmá-lo ou o perderão para aqueles que não detêm o poder, mas que estão sempre tentando conquistá-lo; ou seja, o poder é conquistado, mantido e perdido no curso das lutas sociais.

2.2.2 Ideologia

A palavra ideologia foi criada no começo do século XIX para designar uma "teoria geral das idéias". Segundo Althusser (1980), foi Karl Marx quem começou a fazer uso político dela quando escreveu um livro junto com Friedrich Engels intitulado *A ideologia alemã*.

A divisão social do trabalho, iniciada na família, prossegue na sociedade e, à medida que esta se torna mais complexa, leva a uma divisão entre dois tipos fundamentais de trabalho: o trabalho material de produção de coisas e o trabalho intelectual de produção de idéias. No início, essa segunda forma de trabalho social é privilégio dos sacerdotes; depois, torna-se função de professores e escritores, artistas e cientistas, pensadores e filósofos.

Para Marx, citado por Althusser (ibid., 73), a ideologia é uma construção imaginária. Ela é constituída por *"resíduos diurnos da única realidade pela e positiva, a*

da história concreta dos indivíduos concretos, materiais, produzindo materialmente a sua existência”.

A ideologia surge, então, como crença na autonomia das idéias e na capacidade de as idéias criarem a realidade.

Bobbio (1993, p. 585), cita várias espécies de ideologia: a da burguesia, da comunidade de trabalho, para todos, a totalitária, a tutelar etc. Ao discorrer sobre as diversas acepções da ideologia, o referido cientista político apresenta um conceito importante para esta pesquisa, segundo o qual a ideologia é uma forma discursiva de ocultação, orientada para a legitimação de uma prática que não pode ser explicitamente assumida pelo grupo social ou pela facção que nele detém o poder, sem a quebra de seus vínculos de pertencimento e poder.

Fairclough (2001, p.117) conceitua ideologia como:

significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção e reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Pensamento semelhante é encontrado em Thompson (citado por Fairclough, 2001) de que determinados usos da linguagem e de outras 'formas simbólicas'¹ são ideológicos, ou seja, servem em circunstâncias específicas para estabelecer ou manter relações de dominação. De acordo com a concepção proposta por Thompson (2002), a análise da ideologia se interessa primeiramente pelas maneiras como formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Estudar ideologia é, pois, *estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.* (ibid., p.76).

Para Thompson, a posição das pessoas dentro de contextos socialmente estruturados confere a elas diferentes quantidades e diferentes níveis de acesso a recursos disponíveis:

A localização social das pessoas e as qualificações associadas a essas posições, num campo social ou numa instituição, fornecem a esses indivíduos diferentes graus de 'poder', entendido neste nível como uma capacidade conferida a eles socialmente ou institucionalmente, que dá poder a alguns indivíduos para tomar decisões, conseguir seus objetivos e realizar seus interesses." (ibid., p.80)

¹ Thompson define "formas simbólicas" como um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos.

Segundo Thompson, a dominação ocorre quando as relações estabelecidas de poder são "sistematicamente assimétricas". O autor distingue cinco modos de operação gerais da ideologia e indica algumas das maneiras como eles podem estar ligados, em circunstâncias particulares, a estratégias de construção simbólica, que servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder: 1) a legitimação (racionalização, universalização e narrativização); 2) a dissimulação (deslocamento, eufemização, tropo); 3) a unificação (standardização e simbolização da unidade); 4) a fragmentação (diferenciação e expurgo); e 5) a reificação (eternalização, naturalização e nominalização).

Considerando o objeto da presente pesquisa, destacam-se, dentre os cinco modos gerais de operação da ideologia citados por Thompson: a *fragmentação*, na qual relações de dominação podem ser sustentadas por meio da segmentação simbólica de indivíduos e grupos. Uma das estratégias de construção simbólica da fragmentação é a *diferenciação*, cujo objetivo é enfatizar as diferenças e divisões entre pessoas e grupos. Outro modo de operação considerado relevante é o da *legitimação*, mormente quanto à estratégia de *racionalização*, por intermédio da qual é construída uma cadeia de raciocínio, que objetiva defender ou justificar relações e instituições sociais e angariar apoio; e quanto à estratégia da *universalização*, em que acordos institucionais do interesse de alguns são apresentados como se servissem aos interesses de todos. Finalmente, cabe destacar a *reificação*, por meio da qual as relações de dominação são estabelecidas e sustentadas permanentemente como se fossem naturais; a estratégia típica de construção simbólica da *reificação*, que interessa a este estudo, é a *naturalização*.

2.2.2.1 Representação imaginária das relações entre pessoas: o pensamento de Althusser

Para abordar a tese central sobre a estrutura e o funcionamento da ideologia, Althusser (op. cit.) propõe duas teses. Na primeira delas, " *a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência*"(ibid., p.77). Segundo essa tese, o que é representado na ideologia não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem.

A outra tese proposta por Althusser (ibid., p.83) diz que " *a ideologia tem uma existência material*". Uma ideologia existe sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas. Esta existência é material.

Um exemplo prático de ideologia enquanto relação imaginária com relações reais e sua existência material é o da Fé: alguém que crê em Deus, é cristão, age como tal, vai à Igreja, ajoelha-se, reza, confessa...

Althusser (ibid., 86) ressalta que a *representação ideológica da ideologia* é obrigada a reconhecer que todo o 'sujeito' dotado de uma 'consciência' e crendo nas 'idéias'¹ que a sua 'consciência' lhe inspira e as quais aceita livremente, deve 'agir segundo as suas idéias'; deve inscrever nos atos de sua prática material (práticas) as suas próprias idéias de sujeito livre.

2.2.2.2 Ideologia pelo sujeito e para sujeitos

Diz Althusser que só existe ideologia para sujeitos concretos, e que tal destinação da ideologia só é possível pelo sujeito; *"a categoria de sujeito só é constitutiva de toda a ideologia, na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) 'constituir' os indivíduos concretos em sujeitos."* (1980, p.94).

O referido autor argumenta, ainda, que todos nós – seres humanos – somos sempre já sujeitos e, como tais, praticamos ininterruptamente os rituais do reconhecimento ideológico que nos asseguram que somos sujeitos concretos, únicos, inconfundíveis e insubstituíveis. A ideologia funciona de tal forma que transforma indivíduos em sujeitos, por meio de uma operação que Althusser chama de interpelação.

...com base no tipo da mais banal interpelação policial (ou não) de todos os dias: 'Eh, você!'. Se supusermos que a cena teórica imaginada se passa na rua, o indivíduo interpelado volta-se. Por esta simples conversão física de 180 graus, torna-se sujeito. Por que? Porque reconheceu que a interpelação se dirigia efetivamente a ele e que era de fato ele o interpelado (e não outro). (id)

Inspirado nos conceitos de Althusser, Fairclough (2001) apresenta três importantes asserções sobre ideologia. A primeira delas é a de que a ideologia tem existência material nas práticas das instituições, que abre o caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. A segunda diz que a ideologia interpela os sujeitos e que conduz à concepção de que um dos mais significativos 'efeitos ideológicos' no discurso: a constituição dos sujeitos (Ex: pessoa que ascende a um cargo e passa a maltratar os antigos colegas, agora subordinados). Por último, os 'aparelhos ideológicos de estado' (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos

¹ Idéias – "atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que relevam as idéias desse sujeito" (Althusser, 1980).

delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente.

2.2.2.3 Aparelhos ideológicos do Estado

Retomando a teoria de Althusser (1980), que inspirou Fairclough em suas asserções sobre ideologia, o Estado é uma espécie de 'máquina de repressão que permite às classes dominantes (no séc.XIX, classe burguesa e proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (capitalismo). Althusser considera importante distinguir o Poder de Estado e o Aparelho de Estado: o Aparelho de Estado compreende dois corpos: o corpo das instituições que representam o Aparelho repressivo de Estado (Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc.), e o corpo das instituições que representam os Aparelhos ideológicos de Estado.

Algumas realidades se apresentam ao observador imediato sob forma de instituições distintas e especializadas, as quais Althusser denomina de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). São eles: O AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas); o escolar (escolas públicas e particulares); o familiar; o jurídico; o político (partidos); o sindical; o da informação (Imprensa, rádio e TV); o cultural (Letras, desportos, artes). Os AIE não se confundem com o Aparelho (repressivo) de Estado.

2.2.2.4 Ideologia e senso comum

Como nos lembra Althusser (1980) a ideologia é mais efetiva quando suas práticas são menos visíveis. Na mesma linha de raciocínio, Fairclough (2001) comenta que as ideologias embutidas nas práticas discursivas são relativamente estáveis e eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de senso comum. Entretanto, Fairclough defende que a propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque ela tem características de 'transformação'. Para ele, quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica.

Nesse contexto, Fairclough (2001) discorda da teoria althusseriana, por julgar que a mesma exagera a constituição ideológica dos sujeitos, e conseqüentemente, subestima a capacidade de os sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes. Fairclough

não aceita a concepção de Althusser de 'ideologia em geral' como forma de cimento social que é inseparável da própria sociedade.

Fairclough (2001) também nos alerta para a ausência de consciência sobre ideologia. Na opinião do referido teórico, não se deve pressupor que as pessoas têm consciência das dimensões ideológicas de sua própria prática. As ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas. Mesmo quando nossa prática pode ser interpretada como resistência, contribuindo para a mudança ideológica, não estamos necessariamente conscientes dos detalhes de sua significação ideológica.

Com base nas assertivas dos teóricos aqui aludidos, a conclusão a que se pode chegar é a de que nem todo discurso é plenamente ideológico. As ideologias emergem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação (de classe, de gênero social, de grupo cultural, etc.). à medida que as pessoas são capazes de transcender tais sociedades, são capazes também de transcender a ideologia.

2.2.3 Hegemonia

O conceito de hegemonia é relevante para nós, neste trabalho, posto que é nas lutas por hegemonia que o poder reside e é em alianças – incorporações de grupos subordinados e na geração de consentimento – que os modos de dominação se fundamentam, o que implica dizer que as hegemonias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas nos discursos.

De acordo com Fairclough (2001, p. 91), os discursos contribuem para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem. Assim, os significados e os sentidos das palavras empregadas entram em disputas dentro de lutas mais amplas, uma vez que, *“as estruturas particulares das relações entre as palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia”* (ibid., p. 105).

Outro importante aspecto salientado por Fairclough diz respeito à construção de alianças, mencionadas no início deste bloco, e à integração. Para ele, a hegemonia vai além da dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. (ibid., p.122)

Fairclough (ibid., p. 126) chama a atenção para o fato de que a maior parte dos discursos se sustenta na luta hegemônica em instituições particulares (família, escolas, tribunais justiça etc.) e não em nível da política nacional, ou seja, os protagonistas não são classes ou forças políticas ligadas de forma relativamente direta a classes ou a blocos, mas professores e alunos, a polícia e o público ou mulheres e homens.

O conceito de hegemonia é peça central na teoria de Gramsci (1988)¹. Para Gramsci, a hegemonia atua não só sobre a estrutura econômica e a organização política da sociedade, mas também sobre as orientações ideológicas – sobre o modo de pensar - dos indivíduos ou grupo de indivíduos. Gramsci supera o conceito de Estado como sociedade política (ou aparelho coercitivo que visa adequar as massas às relações de produção) e distingue duas esferas no interior das superestruturas. Uma delas é representada pela sociedade política, conjunto de mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos ligados às forças armadas e policiais e à aplicação das leis. A outra é a sociedade civil, que designa o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias, compreendendo o sistema escolar, os partidos políticos, as corporações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e cultural, etc.

No sentido gramsciano, hegemonia é a uma forma de dominação política de uma classe, ou fração de classe, sobre os demais grupos de uma sociedade. Essa forma de dominação só ocorre quando a classe ou fração dominante consegue ir além de sua estreita esfera de interesses corporativos; ou seja, quando é capaz de fazer concessões – dentro de certo limite – aos demais grupos subalternos, incorporando parcialmente os seus interesses. Assim, uma situação de hegemonia expressa a força (capacidade de dominação) da classe dominante e a sua capacidade de liderar – intelectual, moral, ética e culturalmente – os

¹ GRAMSCI, A. (1988). *A Gramsci reader: selected writings - 1916-1935*. (David Forgacs, org.). London: Lawrence and Wishart.

demais grupos sociais. Daí resulta o entendimento acerca do exercício da hegemonia de Gramsci, e no qual Fairclough (2001) se baseia, como uma combinação de coerção e consentimento; o que, em outras palavras, pode ser entendido como o estabelecimento de um amplo consenso na sociedade.

Segundo Fairclough (2001), o conceito de hegemonia fornece ao discurso uma forma de analisar a prática social à qual ele (discurso) pertence em termos de relações de poder; quer dizer, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes, e fornece, também um modelo – uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso vigentes. Para o autor, "*Isso fortalece o conceito de investimento político das práticas discursivas e, já que as hegemonias têm dimensões ideológicas, é uma forma de avaliar o investimento ideológico das práticas discursivas*" (ibid., p. 126).

2.3 IDENTIDADE NA MODERNIDADE

*No espelho não é eu, sou mim.
 Não conheço mim, mas sei quem é eu, sei sim.
 Eu é cara-metade, mim sou inteira.
 Quando mim nasceu, eu chorou, chorou.
 Eu e mim se dividem numa só certeza.
 Alguém dentro de mim é mais eu do que eu mesma.
 Eu amo mim.
 Mim ama eu.*
 (Rita Lee)

A identidade é um aspecto que não poderia deixar de ser abordado, pois está intrinsecamente ligada aos grandes temas da ADC, propostos por consagrados teóricos e analistas, tais como Fairclough, que emprestam as bases teóricas nas quais me apoiei para desenvolver este trabalho.

Como foi dito na subseção 2.1.2 deste capítulo teórico, Fairclough (2001, 2003) entende que qualquer evento discursivo é simultaneamente: um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. Ao propor essa concepção tridimensional do discurso, Fairclough (2001) clarifica que a dimensão textual preocupa-se com aspectos lingüísticos de textos (escritos ou falados); a dimensão da prática discursiva enfoca os modos de interação, especificando a natureza dos processos de produção e interpretação textual (tipos de discurso); e a dimensão da prática social é voltada para “*questões de interesse da análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos referidos anteriormente*” (ibid.,p.22). O discurso é, portanto, determinado pelas estruturas sociais, mas também determina a constituição dessas estruturas (identidades sociais, relações sociais entre as pessoas e sistemas de conhecimento e crenças).

A abordagem de Chouliaraki & Fairclough (1999) sobre análise de discurso é ampliada em Fairclough 2003 e baseia-se no postulado de que a língua é uma parte irreduzível da vida social e está dialeticamente conectada a outros elementos (também da vida social), de tal modo que não se pode considerar a primeira sem levar em conta a segunda.

Na referida obra de 2003, Fairclough (ibid., p 160-3) discute as identidades sob o aspecto discursivo das formas de ser (estilos) e explica que o indivíduo é formado por

traços que o identificam (como fala, como escreve, como olha, como se move, e assim por diante). Estilos, segundo o autor, estão ligados ao processo de identificação, de como as pessoas se identificam e são identificadas pelas outras.

Considerando-se, então, que todo discurso provém de um indivíduo que tem traços identitários específicos, que o localizam na vida social e que posicionam a ele e a cada um dos seus interlocutores de modo singular no discurso, fica patente a ligação da temática das identidades com a ADC.

O enfoque sobre identidade neste trabalho tem estreita ligação com a modernidade tardia¹ e o novo sentido de identidade que a acompanha, qual seja, o processo de busca da identificação do ‘eu’, marcado pelas intervenções e transformações ativas que as condições sociais da modernidade impõem a todos.

Sempre que me deparo com o tema ‘identidade’, me vêm à mente os versos de Rita Lee, em epígrafe, pois, de certa forma, sintetizam o fenômeno da *reflexividade* do ‘eu’, cada vez mais presente na modernidade e que será comentado a seguir.

2.3.1 Identidade e Reflexividade

Giddens (2002), ao estudar o sentido da sociedade em que vivemos, aprofunda-se na questão da identidade nos dias atuais. Para caracterizar essa contemporaneidade, o autor utiliza indistintamente os termos ‘alta modernidade’ ou ‘modernidade tardia’, pois os considera mais adequados do que a terminologia usual, ‘pós-modernidade’, para caracterizar que os princípios dinâmicos da modernidade ainda estão presentes na realidade atual. Ou seja, para Giddens, a alta modernidade é uma ordem pós-tradicional que não rompe com os parâmetros da modernidade propriamente dita, mas, sim, acentua as suas características fundamentais.

Uma das características mais óbvias que separa a era moderna de qualquer período anterior é seu extremo dinamismo. O mundo moderno é um “mundo em disparada”: não só o *ritmo* da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a *amplitude* e a *profundidade* com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores (ibid., p.22. Aspas e grifos no original).

¹ **Alta modernidade** ou **modernidade tardia**: a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade. (Giddens, 2002, p.221). Ver nota 1, na p.43.

Em razão desse dinamismo, o referido autor prefere empregar o termo globalização para expressar aspectos relacionados à interseção entre presença e ausência e ao entrelaçamento das relações sociais à distância com situações locais. Para Giddens, embora a globalização não seja um processo atual (a identidade vem sofrendo transformações desde os tempos antigos e continua em constante modificação até os tempos atuais), o surgimento de ordens globalizadas faz com que o mundo em que vivemos hoje seja diferente do de épocas anteriores. Na atualidade, “*A globalização unifica a comunidade humana como um todo*” (ibid., p.207)

Dando seqüência às suas argumentações sobre o dinamismo da modernidade, Giddens classifica tal caráter dinâmico em três elementos (ou conjuntos de elementos) que influenciam a vida social moderna: a separação de tempo e espaço, os mecanismos de *desencaixe*¹ e a reflexividade institucional.

A separação tempo e espaço, segundo o autor, é uma característica que está e sempre esteve presente em todas as culturas. Não se pode pensar em uma sociedade em que os indivíduos desconheçam ou desconsiderem o sentido de presente, passado e futuro. A grande diferença entre as eras pré-modernas e os dias atuais é que a organização social moderna propicia uma coordenação imediata e precisa das ações praticadas ou vividas por pessoas que estão fisicamente distantes, isto é, o ‘quando’ e o ‘onde’ dessas ações estão diretamente conectados. A mediação do lugar, presente na pré-modernidade, deixa de existir.

O processo de esvaziamento do tempo e espaço é, segundo Giddens, determinante da segunda influência do dinamismo da modernidade, que é o *desencaixe* das instituições sociais. Os mecanismos de *desencaixe* retiram a atividade social dos contextos localizados e reorganizam as relações sociais através de grandes distâncias espaço-temporais. Eles são representados por ‘fichas simbólicas’ (meios de distanciamento tempo-espaço) e ‘sistemas especializados’ (sistemas de competência técnica e/ou profissional, não apenas nas áreas tecnológicas, mas também em outras relações sociais), que organizam todos os aspectos da vida social na modernidade.

¹ Giddens utiliza a metáfora do *desencaixe* em deliberada oposição ao conceito de “diferenciação” adotado por alguns sociólogos para contrastar sistemas sociais pré-modernos e modernos. (Giddens, 2002, p.24).

Para o referido autor, o dinheiro constitui o principal exemplo de ficha simbólica, uma vez que por seu intermédio é possível retardar o tempo e assim separar as transações de um local particular de troca.

Embora todas as formas maiores de sistema social pré-moderno tenham desenvolvido a troca monetária de uma forma ou de outra, a economia monetária se torna muito mais refinada e abstrata com o surgimento e amadurecimento da modernidade. O dinheiro põe entre parênteses o tempo (porque é um meio de crédito) e também o espaço (pois o valor padronizado permite transações entre uma infinidade de indivíduos que nunca se encontraram fisicamente). (ibid., p. 24)

A reflexividade é a terceira fonte de dinamismo da modernidade e deve ser distinguida do conceito regular de monitoramento reflexivo das ações, inerente a toda atividade humana. A reflexividade da modernidade implica a organização e a transformação das práticas sociais modernas à luz do conhecimento constantemente renovado sobre estas próprias práticas. Para Giddens (ibid., p.26), nas condições da modernidade reflexiva, conhecer não significa ter certeza, nem mesmo nos domínios centrais da ciência natural. Em outras palavras, o conhecimento na alta modernidade está aberto a revisões, recebendo influências das práticas sociais e influenciando as mesmas.

Ao aprofundar-se em suas considerações sobre a globalização, Giddens aborda as transformações da auto-identidade e salienta que a redução/eliminação do distanciamento tempo-espaço decorrente da modernidade tardia é tão significativa que, *“pela primeira vez na história humana, ‘eu’ e ‘sociedade’ estão inter-relacionados num meio global”* (ibid., 37). Para ele, embora as ansiedades e as inseguranças que nos afetam hoje em dia também ocorressem em ou outras épocas; o conteúdo e a forma dessas ansiedades e inseguranças não são mais os mesmos, em razão do dinamismo e das mudanças nos mecanismos de confiança e nos ambientes de risco. As experiências na modernidade globalizada envolvem múltiplas mudanças e adaptações na vida cotidiana. Em tais circunstâncias, os indivíduos se sentem inseguros e se apegam à tradição. Os indivíduos resistem localmente à globalização e, simultaneamente, não podem desconsiderá-la.

Giddens lembra que as transições nas vidas das pessoas sempre demandaram a reorganização psíquica. No passado, estas reorganizações se davam por meio de “ritos de passagem” e as mudanças de identidade eram claramente indicada (por exemplo, quando um adolescente se tornava adulto). Entretanto, na alta modernidade, *“o eu alterado tem que ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social”*. (ibid., p.37). Ao discorrer sobre a trajetória do ‘eu’, Giddens reitera que

reflexividade do ‘eu’ é contínua e a cada momento – ou pelo menos em intervalos regulares – o indivíduo é impelido a se perguntar sobre os acontecimentos (O que está acontecendo agora? O que estou pensando? O que estou fazendo? O que estou sentindo? Etc.) e sobre como pode usar aquele momento para mudar.

Outro teórico que discute a questão da identidade na pós-modernidade é Stuart Hall (2005). Para ele, também, a identidade não nasce com o indivíduo e sim é construída ao longo do tempo. Identidade é, pois, um processo de construção que se desenvolve “*a partir do nosso ‘exterior’, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por ‘outros’.*” (ibid., p.39).

Assim como Giddens, Hall também faz diversas reflexões sobre a identidade cultural na modernidade tardia e sobre como as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas pelo processo de globalização. Sempre lembrando que a globalização não é um fenômeno recente, Hall (ibid., p.69) descreve algumas de suas conseqüências sobre as identidades culturais. Uma delas diz respeito à possibilidade de ‘desintegração’ das identidades nacionais, devido ao crescimento da homogeneização cultural. Outra possível conseqüência apontada por Hall é o ‘reforço’, das identidades nacionais ou locais pela resistência à globalização. Finalmente, o referido autor evidencia a possibilidade de ‘novas’ identidades – híbridas – estarem tomando o lugar das identidades nacionais em declínio.

2.3.2 Identidade e Representação

Com base no pensamento de Hall (2005, p.71), tem-se que a identidade está profundamente envolvida no processo de representação: “*Assim, a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma com as identidades são colocadas e representadas*”.

Woodward (2000) define a representação como um processo cultural que estabelece identidades individuais e identidades coletivas. Segundo a referida autora, a representação engloba os sistemas simbólicos pelos quais os significados são produzidos e que tornam possível o que somos e o que podemos vir a ser.

Ainda de acordo com Woodward (ibid., p.17), os lugares a partir dos quais as pessoas podem exprimir seus pensamentos e se posicionar são construídos pelos discursos e pelos sistemas de representação.

2.3.3 Produção Lingüística da Identidade

Não há como discorrer sobre identidade sem associá-la à linguagem. A linguagem é componente central nos processos sociais de construção da identidade.

Tadeu Silva (2000, p.74) discute a questão identidade em oposição à diferença, ou seja, a identidade é aquilo que se é e a diferença é aquilo que o outro é, mas ambas guardam um relação estreita de dependência: assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Ao lado dessa interdependência, ambas (identidade e diferença) são produções lingüísticas, isto é, são criadas por meio de atos de linguagem. *“Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais”* Como atos lingüísticos que são, a identidade e a diferença se sujeitam a algumas propriedades que caracterizam a linguagem em geral e só fazem sentido inseridas em uma cadeia de diferenciação lingüística (“ser isto” significa “não ser aquilo”, “não ser aquilo outro” e assim sucessivamente). (ibid., p.76-77).

Assim, prossegue Silva (ibid., p.78), a identidade e a diferença só podem ser compreendidas dentro dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Elas não são elementos da natureza mas sim determinadas pela cultura e pelos sistemas discursivos simbólicos que a compõem.

A identidade e a diferença são relações sociais, o que significa dizer que sua definição discursiva e lingüística está sujeita a relações de poder. Para Silva (ibid., p.81), a identidade e a diferença não convivem em harmonia; elas são disputadas, impostas. *“O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder”*. Algumas marcas dessa presença do poder são: as de inclusão/exclusão (“estes pertencem”, “aqueles não”); as de demarcação de fronteiras (“nós” e “eles”); de classificação (“bons e maus”, “puros e impuros”, “desenvolvidos e primitivos”, etc.); e de normalização (“nós somos normais” e “eles são anormais”).

O processo de normalização é, para Silva, uma das marcas mais sutis de manifestação de poder na identidade e na diferença, pois toma como parâmetro uma

identidade específica, eleita arbitrariamente, em relação à qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Por conseguinte, a identidade tida como ‘normal’ é a única desejável e todas as demais são avaliadas de forma negativa. O referido teórico salienta que a força da identidade normal é tão grande que ela passa a ser percebida não apenas como *uma* identidade, mas sim como *a* identidade, e dá como exemplo o fato de que ‘ser branco’, em uma sociedade de supremacia branca, não é considerado uma identidade étnica ou racial. O mesmo se dá em relação à sexualidade: é a homossexual que é ‘sexualizada’ e não a heterossexual, e assim por diante. “*A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade*” (ibid., p.83).

Na subseção anterior, apresentei o conceito de Woodward sobre representação. Seguindo a mesma linha, Silva (ibid., p.89) entende que a identidade e a diferença estão ligadas a sistemas de representação e que, por meio desta, se vinculam a sistemas de poder. Nas palavras de Silva, “*Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade*” (ibid., p.91).

2.3.4 Identidade e Performatividade

Fazendo coro com os teóricos Judith Butler e J.A.Austin, Silva discorre sobre os conceitos de performatividade. Como proposição inicial, Austin (1998, citada por Silva, ibid., p.92-3) postula que há determinadas proposições da linguagem (proposições performativas) que não se restringem à descrição de um estado de coisas, pois, ao serem proferidas, fazem com que algo aconteça. Em síntese, as proposições performativas são aquelas cuja enunciação é indispensável para que se chegue ao resultado anunciado (Ex: “Eu vos declaro marido e mulher”, “Prometo que entregarei sua encomenda amanhã”).

Entretanto, Silva também chama a atenção para o conceito de performatividade, ampliado por Butler (1999, citada por Silva, ibid., p.92), que inclui os casos em que sentenças meramente descritivas acabam funcionando como performativas e, como tal, contribuem para definir ou reforçar a identidade que, aparentemente, está apenas sendo descrita.

Assim, por exemplo, uma sentença como “João é pouco inteligente”, embora pareça ser simplesmente descritiva, pode funcionar – em um sentido mais amplo – como performativa, na medida em que sua repetida enunciação pode acabar produzindo o “fato” que supostamente apenas deveria descrevê-lo. (ibid., p.93)

No intuito de estabelecer uma conexão entre os princípios teóricos sobre identidade e o meu objeto de pesquisa, concluo este capítulo, deixando para reflexão um episódio relatado por Elias¹ (2001), em seu texto “Envelhecer e Morrer” (ibid., p. 79) acerca de uma conferência de um físico consagrado, a que foi assistir na Universidade de Cambridge. Elias conta que o conferencista era um homem muito velho, entrou no recinto arrastando os pés. Naquele momento, Elias se surpreendeu pensando: “Por que ele arrasta os pés assim? Por que não pode caminhar como um ser humano normal?” e, na mesma hora, reformulou o pensamento: “Não pode evitar, é muito velho”. Justificando a reação juvenil ao comportamento de um velho, Elias ressalta que ela é típica da espécie de sentimento que a visão dos velhos suscita em pessoas saudáveis nos grupos de “idade normal”², haja vista que a maioria das pessoas mais jovens não tem base de experiência própria para imaginar o que ocorre quando os músculos ficam flácidos, quando as juntas enrijecem. Segundo Elias, este é apenas um dos muitos exemplos de como a experiência das pessoas que envelhecem não pode ser entendida *“a menos que percebamos que o processo de envelhecimento produz uma mudança fundamental na posição de uma pessoa na sociedade e, portanto, de todas as suas relações com os outros”* (ibid., p. 83).

¹ Norbert Elias, sociólogo alemão de grande destaque no séc. XX. Aborda a relação indivíduo/sociedade de modo a estabelecer uma tensa e dinâmica interação entre eles.

² Elias (2001, p.79) explica que usou deliberadamente a palavra “normal” para ressaltar que os outros, os grupos de “idade normal”, muitas vezes têm dificuldade em se colocar no lugar dos mais velhos.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

Métodos quantitativos e qualitativos são mais que apenas diferenças entre estratégias de pesquisa e procedimentos de coleta de dados. Esses enfoques representam, fundamentalmente, diferentes referenciais epistemológicos para teorizar a natureza do conhecimento, a realidade social e os procedimentos para compreender esses fenômenos.
(Filstead, 1979)

No presente capítulo, discorro sobre os caminhos percorridos para a realização desta pesquisa. Primeiramente, apresento a metodologia e os instrumentos utilizados para a geração dos dados. Em seguida abordo a metodologia utilizada para análise dos textos, qual seja a Análise de Discurso Crítica (ADC). Por fim, descrevo as ações realizadas para construção do *corpus* do trabalho, relatando, inclusive as razões para as minhas escolhas.

3.1 A PESQUISA QUALITATIVA

Para desenvolver o trabalho de campo, utilizei a metodologia de pesquisa qualitativa, pela perspectiva interpretativa da realidade em estudo.

De acordo com Bauer, M. & Gaskell, G. (2005), a pesquisa qualitativa atende à necessidade de aprofundamento nas percepções do entrevistado. O estímulo não estruturado é capaz de levantar informações ligadas ao subconsciente das pessoas, como as emoções, motivações, necessidades, atitudes e valores sem o disfarce da racionalização. Isto permite ao pesquisador compreender o fenômeno como um todo, desde o sentimento expresso formalmente até o subjetivo que está por trás das ações exteriorizadas pelo sujeito. Por seu caráter exploratório, a pesquisa qualitativa é uma metodologia que permite um melhor entendimento do contexto social em que o problema da pesquisa está inserido.

Os referidos teóricos (ibid., p. 17-18) utilizam a analogia a um jogo de futebol para exemplificar de que forma é possível analisar uma situação social, em que estão envolvidos o *campo de ação* e o *campo de observação (ingênua ou sistemática)*. O *campo de ação* é composto pelos atores - os jogadores de futebol, 11 de cada lado, cada qual em um determinado papel e todos com o propósito de ganhar o jogo, e os árbitros - o juiz e os bandeirinhas. O *campo de observação ingênua* é constituído pelos espectadores, torcedores

dos respectivos times ou curiosos, que assistem aos acontecimentos no campo e experimentam a sensação de ser parte do próprio jogo, como se eles estivessem jogando. Por exemplo, sempre que um jogador cai em uma disputa pela bola, os torcedores daquele time interpretam a queda como uma falta, enquanto que para os torcedores do time adversário a queda foi normal ou foi uma encenação para ‘cavar’ a falta.

Para concluir a exemplificação, Bauer & Gaskell (ibid., p. 18) descrevem o *campo de observação sistemática*, que é a situação do pesquisador que, como tal, não tem interesse específico em nenhum dos times, mas sim em questões afetas ao futebol (como modalidade desportiva, por exemplo). Os citados autores ressaltam ainda que o pesquisador deve tomar alguns cuidados para evitar seu envolvimento direto: um deles é concentrar-se na relação sujeito/objeto, dentro de um contexto mais amplo, e perguntar como os acontecimentos se relacionam às pessoas envolvidas:

A partir desta posição, podemos relacionar três formas de evidência: o que está acontecendo no campo, as reações dos espectadores, e a instituição do futebol como um ramo do esporte, dos negócios ligados aos divertimentos ou ao comércio. Evitar um envolvimento direto exige precauções: a) uma consciência treinada das conseqüências que derivam do envolvimento pessoal; e b) um compromisso em avaliar as observações de alguém metodicamente e em público.

A pesquisa social apóia-se, pois, em dados sociais – dados sobre o mundo social, construídos através de texto, imagens e materiais sonoros – que são o resultado de processos de comunicação (informal ou formal).

Ao comparar a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa, Bauer & Gaskell (ibid., p.22) dizem que a primeira (pesquisa quantitativa) é considerada *hard*: lida com números e usa modelos estatísticos para explicar os dados; e a segunda (pesquisa qualitativa), considerada *soft*, evita números e lida com interpretações das realidades sociais.

Todavia, os autores ressaltam que é um equívoco pensar que a pesquisa quantitativa chega a suas conclusões automaticamente, sem enfrentar problemas de interpretação, pois os dados não falam por si mesmos, ainda que sejam processados com modelos estatísticos sofisticados. O que ocorre é que o prestígio ligado aos dados numéricos possui um grande poder de persuasão, para conferir credibilidade pública, para servir como instrumento didático, para servir como padrões de revisão de produtos, etc. Sem pretender imitar a pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa necessita desenvolver *equivalentes funcionais* às vantagens didáticas e práticas da pesquisa numérica (clareza de procedimentos, discurso

elaborado sobre o processo de investigação). “*A fim de reforçar a autonomia e a credibilidade da pesquisa qualitativa, necessitamos procedimentos e padrões claros para identificar uma boa prática e uma prática ruim, tanto através de exemplos, como de critérios abstratos*”. (ibid., p. 27).

Outro aspecto importante a ser observado são os elementos retóricos da pesquisa social. Bauer & Gaskell (ibid., p. 28) destacam que a análise retórica compreende o que eles chamam de ‘os três mosqueteiros da persuasão’: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. O *ethos* diz respeito a referências explícitas e implícitas na situação do falante, que conferem legitimidade e credibilidade ao discurso; o *pathos* corresponde ao apelo e reconhecimento dado à audiência, a fim de convencer pelo lado emocional; e o *logos* que são os argumentos, os elementos racionais empregados. Toda a apresentação de resultados de uma pesquisa é um conjunto desses três elementos, uma vez que o objetivo de qualquer pesquisador é convencer seus pares, os políticos, as agências de financiamento etc. da veracidade e da importância de suas descobertas.

Bauer & Gaskell (ibid., p. 35) salientam que também se deve levar em consideração a recepção dos resultados da pesquisa pelo público pretendido (ou talvez não pretendido), como parte da “situação total da pesquisa” e dão como exemplo que os achados de pesquisas sobre o consumo de álcool podem possuir diferentes significações, dependendo do emprego que lhes seja dado (Por exemplo, divulgação na imprensa sobre o aumento/redução do consumo de bebidas alcoólicas, uso como parte de uma campanha de saúde pública contra o alcoolismo, estratégias de marketing de uma cervejaria, etc.).

Outros conceituados teóricos também tratam da pesquisa qualitativa, dentre os quais destaco Denzin, N. & Lincoln. Y (2006), que, em sua obra intitulada “O planejamento da Pesquisa Qualitativa – teorias e abordagens”, explicam que a pesquisa qualitativa atua dentro de um campo histórico complexo, em momentos diversos, e que, para o pesquisador qualitativo, cada um desses momentos tem um significado diferente.

Os referidos autores (ibid., p.23) distinguem a pesquisa qualitativa da pesquisa quantitativa pela ênfase que a primeira dá à construção social da realidade, pela relação entre o pesquisador qualitativo e o objeto de estudo, pelas limitações situacionais que interferem na investigação, e pelo caminho que os pesquisadores qualitativos percorrem,

buscando soluções para problemas que salientam o *modo* com a experiência social é criada e adquire significado.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador utiliza diversos métodos para a coleta de *materiais empíricos*¹ – que vão desde a entrevista até a observação direta, passando pela análise de documentos, objetos, registros culturais, experiências pessoais, etc. – que delineiam a rotina e os momentos problemáticos na vida das pessoas.

Considerando o contexto da ADC, a Pesquisa Qualitativa se mostra um instrumento de pesquisa adequado, pois é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Denzin & Lincoln (ibid., p.17) confirmam tal adequação ao dizer que a pesquisa qualitativa:

Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Denzin & Lincoln (ibid., p.19), citando Flick (1998), asseveram que a multiplicidade de métodos é inerente à pesquisa qualitativa. Tendo em vista que a realidade objetiva nunca pode ser captada e uma vez que somente por meio de suas representações é possível conhecer algo acerca da realidade, a pesquisa qualitativa se vale de múltiplos métodos (ou ‘triangulação’) na tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno pesquisado.

Cohen & Manion (1983) definem triangulação como o uso de dois ou mais métodos de coleta de dados no estudo de algum aspecto do comportamento humano. Segundo os autores, no sentido original e literal, triangulação é uma técnica de mensuração física: navegadores marítimos, estrategistas militares e pesquisadores, por exemplo, costumavam usar diversos marcadores de localização nos seus esforços para localizar com precisão um ponto específico ou objetivo. Por analogia, as técnicas de triangulação nas ciências sociais procuram mapear, ou explicar mais abrangentemente, a riqueza e a complexidade do comportamento humano, estudando-o a partir de diversos pontos de vista.

¹ Denzin, N. & Lincoln. Y (2006, p. 39) usam o termo *materiais empíricos* para o que normalmente (nas pesquisas quantitativas, por exemplo) se descreve como *dados*.

Flick (2004, p. 237), recorrendo a Denzin (1989), distingue quatro tipos de triangulação: a *triangulação dos dados* (uso de diferentes fontes de dados); a *triangulação do investigador* (diferentes observadores ou entrevistados); a *triangulação da teoria* (abordagem de dados por meio de vários pontos de vista teóricos); e *triangulação metodológica* (por exemplo, a combinação de um questionário com uma entrevista semi-estruturada). Flick cita, ainda, o argumento em favor da triangulação, de Glaser e Strauss (1967), de que qualquer método pode ser bom para geração de idéias, e uma combinação de métodos é, provavelmente, a melhor opção.

Com base na orientação dos referidos autores, e entendendo que a combinação de métodos seria adequada neste estudo, utilizei a estratégia de triangulação, ou seja, a inserção de diferentes fontes de dados, observadores e entrevistados e a combinação de entrevistas semi-estruturadas e narrativas para ampliar as referências e “olhares” sobre certa realidade social investigada.

Outro aspecto importante que orientou minha pesquisa desde a escolha da amostra até a forma utilizada para apresentar os resultados foi a preocupação ética. Conforme esclarece Leal (2002, p. 172), há diversos aspectos de natureza ética que devem ser considerados nos caminhos da pesquisa. Entre eles, estão o respeito e a preocupação ética em não manipular as pessoas envolvidas, nem tratá-las como meros “fornecedores de dados” Para a autora (ibid., 183),

A observação dos princípios éticos nas diferentes etapas da pesquisa poderá permitir que se trabalhe com mais segurança, pois o(a) pesquisador(a) terá sempre a consciência da responsabilidade de seu trabalho, dos efeitos que possa ter nos sujeitos envolvidos, contará com a participação destes e se preocupará com os resultados.

As pessoas envolvidas na pesquisa não foram meros informantes ou objetos de estudo e sim participantes ativos, cujos direitos de participação voluntária e de liberdade de expressão, bem como a preservação da identidade e o respeito à dignidade humana nortearam todas as entrevistas realizadas.

Na seqüência, especificarei, dentro da metodologia de pesquisa qualitativa, os métodos utilizados para coleta de materiais empíricos e de geração de informações.

De acordo com George Gaskell (Bauer & Gaskell, 2005, p. 64), a entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados largamente utilizada nas ciências sociais

empíricas. A entrevista qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação ao comportamento das pessoas, em contextos sociais específicos. Para Gaskell (ibid., 66), existem alguns aspectos centrais das entrevistas – tanto as individuais quanto as grupais – que incluem a preparação e o planejamento, a seleção dos entrevistados e a escolha das técnicas de entrevista adequadas. Esses aspectos foram observados na presente pesquisa e serão detalhados a seguir.

3.1.1 Entrevista Semi-Estruturada

Diversas técnicas e modalidades de entrevistas podem ser empregadas em uma pesquisa qualitativa. A primeira técnica utilizada é a entrevista do tipo semi-estruturado, com um único respondente (entrevista individual ou de profundidade).

Segundo Flick (2004, p. 89), as entrevistas semi-estruturadas vêm sendo amplamente utilizadas porque geram a expectativa de que os pontos de vista dos entrevistados sejam mais expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto (no qual, apesar de se observar um roteiro, podem ser feitas perguntas adicionais para esclarecer e/ou contextualizar as questões) do que através de um instrumento padronizado (por exemplo, um questionário)

De acordo com Bauer & Gaskell (2005, p. 82), uma entrevista individual ou de profundidade deve durar no máximo noventa minutos e, antes de ser iniciada, deve haver uma conversa aberta e descontraída entre entrevistador e entrevistado, na qual serão explicados os objetivos e a dinâmica da entrevista, inclusive no que diz respeito à necessidade e à finalidade de se gravar a sessão. Todos esses cuidados foram adotados por mim.

3.1.2 Entrevista Narrativa

A outra técnica de entrevista aplicada nesta pesquisa foi a entrevista narrativa (EN). Bauer & Gaskell (ibid., p. 93) explicam que essa modalidade de entrevista visa a encorajar e estimular um entrevistado¹ a apresentar, em uma narrativa espontânea, uma história sobre

¹ Embora Bauer e Gaskell postulem que o entrevistado na EN seja chamado de “informante”, preferi usar os termos “entrevistado” e “pessoa entrevistada” e “narrador” por entender que caracterizam melhor sua interação no processo.

algum acontecimento importante de sua vida, no contexto social da pesquisa. A tarefa do entrevistador é fazer com que o entrevistado conte a história da área de interesse em questão como uma história consistente. O objetivo dessa modalidade de entrevista é reconstruir acontecimentos sociais a partir do ponto de vista do narrador, o mais diretamente possível. A entrevista narrativa “*é considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas*” (ibid., p.95).

Segundo os citados teóricos (ibid., p. 103), esta técnica substitui o esquema pergunta-resposta, que define a maioria das situações de entrevista, e é particularmente útil nos casos que reproduzo a seguir:

- a) projetos que investigam acontecimentos específicos, especialmente assuntos "quentes";
- b) projetos nos quais variadas "versões" estão em jogo. Grupos sociais diferentes constroem histórias diferentes, e as maneiras como elas diferem são cruciais para se apreender a dinâmica plena dos acontecimentos.
- c) projetos que combinem histórias de vida e contextos sócio-históricos. Histórias pessoais expressam contextos sociais e históricos mais amplos, e as narrativas produzidas pelos indivíduos são também constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos, nos quais as biografias se enraízam.

Ao lado das entrevistas em profundidade, a entrevista narrativa mostrou ser um instrumento bastante eficaz para os fins desta pesquisa, pois privilegia e realça o que é ou foi vivenciado por quem conta a história.

3.2 O MÉTODO DE ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC)

Como método de análise dos dados coletados, utilizei o arcabouço de análise de discurso crítica (ADC), descrito por Fairclough (2003) e já discutido amplamente em Chouliaraki & Fairclough (1999), que consideram a ADC como teoria e, também, como método de análise da relação entre discurso e prática social. Em sua obra de 2003, Fairclough ratifica o esquema metodológico de 1999 para a realização de uma análise de discurso crítica e ressalta a importância de se combinar recursos teóricos e analíticos das ciências sociais com a ADC.

Ao apresentar o arcabouço da ADC, Chouliaraki & Fairclough (1999, p.59) admitem haver esboçado diversas versões prévias do referido modelo e salientam que a nova versão fornece as linhas-mestras a serem observadas como estágios na ADC. Entretanto, reconhecendo a complexidade do modelo, os referidos teóricos transigem quanto ao estrito cumprimento da seqüência proposta e/ou de todos os estágios estabelecidos e orientam para que se faça a escolha das etapas em função dos propósitos analíticos.

Uma vez que a presente pesquisa se propõe a analisar o discurso sobre idosos nas políticas públicas e na mídia, investigando até que ponto esses diversos discursos se coadunam com a prática, optei por incluir no arcabouço de Fairclough (2003, p.209) a conjuntura, constante na versão de 1999, em Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 61). O arcabouço fica, então, constituído dos cinco estágios que comento a seguir.

O primeiro estágio do modelo focaliza um *problema social* relacionado a aspectos semióticos. A opção de começar com um problema social em vez da convencional “questão de pesquisa” é, segundo Fairclough, a mais adequada à intenção crítica dessa abordagem. Os casos de violência contra idosos veiculados constantemente pela mídia em contraposição aos depoimentos das idosas nas entrevistas, negando a ocorrência de maus-tratos são reveladores da existência de um problema social, constituindo-se, portanto, na primeira etapa metodológica desta análise de discurso crítica.

Cabe salientar que, a partir dessa opção, a análise da conjuntura envolvendo os idosos (contexto histórico, político, cultural e social) foi a primeira ação nesta ADC e norteou a identificação dos obstáculos.

No segundo estágio, *identificam-se os obstáculos a serem resolvidos* por intermédio da análise: da rede de práticas na qual o discurso em foco se situa; da relação do discurso com outros elementos dentro da(s) prática(s) envolvida(s); e do discurso propriamente dito (ordem do discurso/análise estrutural e análise interacional/textual, tanto a discursiva quanto a lingüística) O objetivo aqui é entender como o problema se apresenta e de que forma ele está arraigado no modo como a vida social está organizada, focalizando os obstáculos para sua solução.

Para Fairclough (2003, p.210), o foco principal da ADC está neste segundo estágio do modelo, em especial na análise lingüística de textos, na análise da interdiscursividade e nos aspectos da ordem de discurso. Esses aspectos foram analisados nos discursos sobre idosos produzidos por terceiros e pelas próprias idosas entrevistadas. Considerei, ainda, a interação dos significados: acional, examinando o gênero discursivo e a intertextualidade; representacional, por meio da significação das palavras, da interdiscursividade e da representação dos atores sociais; e identificacional, observando as categorias analíticas de modalidade e avaliação. Essas análises propiciaram a percepção dos primeiros contornos em relação à construção identitária dos idosos.

O terceiro estágio leva em conta *se a ordem social (rede de práticas) 'precisa' do problema*, isto é, se aqueles que se beneficiam daquele modo da vida social têm interesse em que o problema não seja resolvido. Com base nessas premissas e refletindo criticamente sobre cada passo da análise, procurei considerar até que ponto trazer à baila o problema social que a terceira idade representa pode interessar à sociedade e, principalmente, aos chamados 'idosos'.

No quarto estágio do arcabouço metodológico a tarefa é *identificar os possíveis modos de ultrapassar os obstáculos*. Fairclough considera este estágio como complemento crucial ao segundo estágio. Deve-se observar aqui a incompletude da conjuntura e analisar novas possibilidades de transformação no modo como a vida social está organizada no momento. Nesta pesquisa, analiso as influências da lei (Estatuto do Idoso), do aumento da expectativa de vida, dos atuais arranjos familiares, da organização dos espaços, da conjuntura econômica, etc. na transformação das identidades dos idosos.

O quinto e último estágio do modelo propõe a *reflexão crítica sobre a análise*. Esta proposta reflexiva vai ao encontro das imposições da modernidade tardia e deve ser exercitada por todo pesquisador em relação à própria análise.

3.2.1 A Contribuição da Lingüística Sistêmica Funcional

Conforme foi visto no Capítulo 2, uma das principais preocupações da ADC é abordar a linguagem como prática social. Porém, como o próprio Fairclough destaca (ibid., p.210), o método da ADC não fornece, por si só, todas as categorias analíticas e procedimentos envolvidos nas práticas sociais. Muitas das categorias analíticas utilizadas

por Fairclough têm origem na Lingüística Sistêmica Funcional (LSF) de Halliday (1994), uma eficaz ferramenta para análise dos textos, porquanto se ocupam das relações da língua, como um todo, com as diversas formas de interação social.

Em 2003, Fairclough reelabora essa visão sistêmica funcional hallidiana e propõe os três significados (acional, representacional e identificacional).que estão presentes de forma interconectada nos textos.

Fairclough (ibid., p. 135), focaliza a oração e o seu significado representacional, tomando por base a proposta de Halliday (1994), segundo a qual as orações são compostas de três elementos principais: os processos, os participantes e as circunstâncias. Os processos são normalmente realizados por verbos; os participantes, por sujeitos e objetos desses verbos; e as circunstâncias, pelos diferentes elementos adverbiais. Por exemplo, em “*A família mantinha a idosa em cativo*” existe um processo (‘mantinha’), dois participantes (‘a família’, ‘a idosa’) e uma circunstância (‘em cativo’).

Para ambos os teóricos, qualquer realidade experiencial que se pretenda construir projeta duas dimensões: a experiência exterior e a experiência interior. Na perspectiva hallidiana, a experiência exterior é o que experimentamos como um processo que ocorre no mundo que nos rodeia (*processos materiais*: ações e eventos). Os processos materiais se realizam por meio de verbos de ação – tais como *fazer, causar, realizar, construir*. – Ex: “*E daí, eu vim para cá*”.

A experiência interior são os processos que têm lugar em nosso mundo interior (*processos mentais*: nossa consciência, nossa imaginação, como *pensar, sentir, gostar, acreditar, ver* etc.). Ex: “*De bebê, de criança, todo mundo gosta*” .

Há, ainda, um terceiro tipo de processos: *processos relacionais*. Esses processos estabelecem uma relação entre entidades, identificando-as ou classificando-as, ou seja, “*relacionam um fragmento da realidade a outro*” (Halliday, 1994, p.107). São caracterizados por verbos (de ligação) que indicam atributos, identificações ou posse entre duas entidades, tais como *possuir, ser, estar*.. Ao estabelecer relações, esses processos contribuem para designar categorias e reforçar estereótipos. Ex: “*Eu estou satisfeita pelo que resolveu*”.

Esses três processos (materiais, relacionais e mentais) são, segundo Halliday, os principais processos (ou processos básicos) do sistema de transitividade de uma língua, mas há outros processos intermediários (ou combinados) utilizados para representar nossas experiências e que também serão considerados em minhas análises (*processos comportamentais*, que se situam entre os processos materiais e os mentais. Ex.. “*E eu canto música antiga*”; *processos verbais*, localizados entre os processos mentais e os relacionais Ex: “*É chato eu falar assim, mas não posso omitir*”; e *processos existenciais*, situados entre os materiais e os relacionais Ex.: “*Há muita coisa que eu gostaria de mudar*”).

Para melhor visualização, o quadro apresentado a seguir resume os processos identificados por Halliday e utilizados na análise das representações desta pesquisa. Os exemplos foram extraídos das entrevistas:

QUADRO 4 – Representação de Processos

Tipos de Processos	Principais ou básicos	Materiais (fazer, causar, realizar, construir, etc.). Ex: “E daí, eu <i>vim</i> para cá”.
		Relacionais (ser, estar, parecer, ficar, tornar-se, possuir, ter, pertencer). Exemplos: 1. “Eu <i>estou</i> satisfeita pelo que resolveu.” (relação intensiva). 2. “Eu <i>tenho</i> um filho e duas netas”. (relação possessiva) 3. “Então eu <i>preferi ficar</i> aqui do que <i>desalojar, ficar apertada</i> ”. (relação circunstancial)
		Mentais (pensar, sentir, entender, acreditar, ver, ouvir, gostar, odiar, etc.). Ex: “De bebê, de criança, todo mundo <i>gosta</i> ”.
		Verbais (falar, dizer, conversar, pedir, criticar, explicar, etc.). Ex: “É chato eu <i>falar</i> assim, mas não posso omitir”.
	Intermediários ou combinados	Comportamentais (atuar, respirar, tossir, rir, chorar, cantar, etc.). Ex: “E eu <i>canto</i> música antiga”
		Existenciais (haver, existir, aparecer, etc.). Ex: “ <i>Há</i> muita coisa que eu gostaria de mudar”.

Acrescentei aos meus instrumentos analíticos as proposições de Theo Van Leeuwen (1997) que, baseando-se na gramática funcional de Halliday, relaciona os atores sociais ao contexto sócio-cultural. Às vezes, esse relacionamento entre atores e sociedade aparece no discurso de modo incongruente com a prática social. A proposta de Van Leeuwen consiste em relacionar os aspectos sociais na representação dos atores antes de analisar lingüisticamente o modo como são apresentados, uma vez que, para o autor, o significado não está na língua e sim na cultura: “*o significado é inerente à cultura e não à língua e não pode ser associado a uma semiótica específica.*” (ibid., p.171). A língua tanto pode representar o papel dos atores sociais de modo impessoal, como pode personalizá-lo, por meio de imagens, por exemplo.

Ainda na perspectiva de Van Leeuwen, as categorias de representação dos atores sociais pertencem a uma rede de sistemas lingüísticos distintos e complexos que contempla tanto aspectos léxico-gramaticais como figuras retóricas. Esses sistemas lingüísticos no discurso passam por transformações através de processos que envolvem o apagamento, a reestruturação e a substituição da consistência lingüística. A partir do conhecimento desses processos de transformação dos sistemas lingüísticos é possível perceber a representação dos atores sociais e identificar os papéis sociais no discurso.

Basicamente, o modelo teórico de Van Leeuwen bifurca-se na identificação dos agentes **excluídos** e **incluídos**, decompostos em diversas categorias de representação dos atores sociais, algumas delas nitidamente perceptíveis em discursos sobre os idosos, como a *genericização* (os participantes específicos são ‘espécimes daquelas classes’); a *identificação relacional* (que representa os atores sociais em termos de relação pessoal, de parentesco, de trabalho etc.); a *identificação física* (que destaca atributos físicos para classificar os atores sociais); a *agregação* (usada para regulamentar a prática e para produzir uma opinião de consenso); a *avaliação* (que qualifica os atores sociais como maus ou bons, amados ou odiados, admirados ou lamentados, etc.), entre outras.

3.3 CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Na presente pesquisa, textos de lei e de matéria jornalística confrontados entre si e com narrativas de pessoas entrevistadas foram a base para as minhas análises discursivas e sociais. Nas seções subseqüentes detalharei o caminho percorrido para a construção do *corpus* e desenvolvimento da pesquisa.

3.3.1 A Noção de *Corpus*

A palavra *corpus* (latim; plural *corpora*) significa simplesmente corpo. Nas ciências históricas, significa coleção de textos; um corpo de uma coleção completa de escritos; ou o conjunto completo de literatura sobre algum assunto.

Outra definição de *corpus* vem de Barthes¹, citado por Bauer & Gaskell (ibid., p.44): "uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar". Barthes estende a noção de *corpus* de um texto para qualquer outro material de função simbólica.

Corpora, no sentido lingüístico, são coleções de dados de linguagem que servem para vários tipos de pesquisa. Um *corpus* lingüístico é "um material escrito ou falado sobre o qual se fundamenta uma análise lingüística" (Oxford English Dictionary, 1989) ou, ainda, textos, falas e outros tipos considerados mais ou menos representativos de uma linguagem que são geralmente armazenados como um banco de dados eletrônico.

Bauer & Gaskell (*op.cit.*) explicam que os *corpora* são estruturados a partir de vários parâmetros, tais como o canal (falado ou escrito), a temática (arte, família, religião, educação, etc.); a função (persuadir, expressar, informar etc.). Quanto à extensão, o tamanho do *corpus* é uma questão menos relevante. O que merece mais atenção, segundo os referidos autores, é a sua representatividade. Um *corpus* bem construído deve incluir um suficiente espectro de texto dentro da população alvo, onde esta é compreendida como significando uma coleção de materiais textuais demarcada, isto é, rigidamente definida, a partir de diferentes contextos. Estas variações são também chamadas de registros, gêneros ou funções, e diferem de acordo com variáveis situacionais e temáticas. Enfim, as decisões sobre os textos que devem ser incluídos em um *corpus* são arbitrárias.

Os citados lingüistas sugerem um procedimento por etapas para a construção do *corpus*. Primeiramente, faz-se uma seleção preliminar e, em seguida, analisa-se essa variedade. Por fim, deve-se ampliar o *corpus* de dados até que não se descubra mais variedade. Algumas regras para seleção qualitativa, apresentadas por Bauer & Gaskell auxiliam sobremaneira o pesquisador na construção do *corpus*. Uma delas é proceder por etapas (selecionar, analisar, selecionar de novo).

¹ Barthes, R. (1967). **Elements of Semiology**. New York: Hill and Wang, The Noonday Press [tradução do original francês, 1964].

As sugestões mais significativas de Barthes¹, citado por Bauer & Gaskell (id.), para o delineamento do *corpus*, e que podem ser úteis para a seleção qualitativa, são: Relevância – os materiais em um *corpus* têm apenas um foco temático, apenas um tema específico; sincronicidade – um *corpus* é uma interseção da história. Os materiais a serem estudados devem ser escolhidos dentro de um ciclo natural; eles devem ser sincrônicos. O ciclo normal da mudança irá definir o intervalo de tempo dentro do qual um *corpus* de materiais relevantes e homogêneos deve ser selecionado.

3.3.2 A Construção do *Corpus*

Na condição de pesquisadora qualitativa, meu principal interesse é o discurso sobre a tipificação da variedade de representações das pessoas no seu mundo vivencial. Essas representações devem ser entendidas como relações sujeito-objeto particulares, ligadas a um meio social. Nas palavras de Bauer & Gaskell (2005, p.56):

As maneiras como as pessoas se relacionam com os objetos no seu mundo vivencial, sua relação sujeito-objeto, é observada através de conceitos tais como opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades ideologias, discurso, cosmovisões, hábitos e práticas.

Embora não se possa considerar como exaustivas as informações coletadas, busquei reunir textos representativos e complementares entre si, contendo discursos sobre a pessoa idosa. Um critério no qual procurei me basear para a construção do *corpus* da minha pesquisa foi o da “saturação”, que, conforme Bauer & Gaskell (ibid., p.59), “*é o critério de finalização: investigam-se diferentes representações, apenas até que a inclusão de novos estratos não acrescente mais nada de novo*”.

3.3.2.1 Geração de informações e delimitação do *corpus*

Com o objetivo de verificar as características identitárias da pessoa idosa nas práticas discursivas dos próprios idosos, de terceiros e de documentos oficiais, selecionei, para esta pesquisa, diferentes tipos de texto: três trechos extraídos de textos legais (da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Constituição da República Federativa do

¹ Barthes, R. (1967). **Elements of Semiology**. New York: Hill and Wang, The Noonday Press [tradução do original francês, 1964].

Brasil – 1988 e do Estatuto do Idoso – Lei 10.741/2003)¹; um trecho extraído de matéria sobre idosos, publicada no Correio Braziliense, em 06/04/2006.²; e, ainda, para delimitar o *corpus* da pesquisa, segundo o princípio da triangulação (explicitado na seção 3.1), utilizei duas narrativas extraídas de entrevistas que realizei, durante os meses de agosto e dezembro/2007, com mulheres idosas (que vivem sozinhas, com familiares ou em asilos), e com familiares e cuidadoras³ de pessoas idosas.

Cabe esclarecer que minha opção por utilizar somente duas narrativas deveu-se à semelhança e recorrência das manifestações nas entrevistas realizadas. Por limitação de espaço e de tempo, preferi utilizar trechos completos de duas entrevistas – que reúnem as características mais significativas da identidade e da representação dos idosos – em vez de pinçar exemplos dispersos em todas as entrevistas realizadas.

3.3.2.2 Seleção do(a)s entrevistado(a)s

Retomando as orientações de Bauer & Gaskell (ibid., p.68), segundo os quais “ a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”, situei minha amostra de idosos entre mulheres, com idade igual ou superior a 70 anos. A escolha do sexo feminino foi em razão da própria disponibilidade, ou seja, nas três instituições de idosos que visitei, a esmagadora maioria dos asilados (cerca de 80%) eram mulheres. E, ainda, como se tratava de entrevista voluntária, obtive maior aceitação por parte das senhoras, tanto entre os asilados quanto entre os idosos que residem sozinhos ou com familiares. Outro fator que contribuiu para a definição de informantes do sexo feminino foi o de que, em relação à violência contra idosos, mulheres são mais atingidas

¹ Nos três documentos, as escolhas dos textos foram feitas dentre os artigos que abordam os direitos e garantias fundamentais e os direitos e deveres individuais e coletivos. A íntegra do Estatuto do Idoso está disponível na seção de anexos.

² A escolha foi feita entre 10 matérias relacionadas ao tema, veiculadas pela mídia impressa e pela Internet, no período compreendido entre setembro/2005 e setembro/2007.

³ O Ministério do Trabalho e Emprego reconhece a **ocupação** de ‘cuidador de idosos’ (acompanhante de idosos, cuidador de pessoas idosas e dependentes, cuidador de idosos domiciliar, cuidador de idosos institucional, *Gero-sitter*) como integrante da classificação de profissionais que cuidam de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida. Esta classificação não compreende os técnicos e auxiliares de enfermagem. Fonte: www.mte.gov.br

do que homens, conforme observa Alves (2001)¹, que atribui esse fato ao número maior de mulheres do que de homens idosos na população brasileira. Do mesmo modo, o perfil das vítimas de violência contra as pessoas idosas consolidado por Faleiros (2007, p.364) não deixa dúvida de que a maioria das vítimas são mulheres:

Pelos dados tabulados não há dúvida (...) de que a maioria das vítimas são mulheres, e de forma significativa, pois, em 17 capitais, mais de 60% das vítimas são realmente as mulheres. No Rio de Janeiro as mulheres vitimizadas atingem 79,50%; e, em Belo Horizonte, 78,18%. Em Teresina as vítimas mulheres estão na proporção de 58,42%, ou sejam em 71% das 24 capitais, onde há informação a respeito, existe o registro de que mais de 50% das vítimas são mulheres.

A delimitação da idade (igual ou superior a 70 anos), em que pese o disposto no Estatuto do Idoso, que regula os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, resultou de um fato curioso, para o qual, enquanto leiga, nunca havia me dado conta: não encontrei pessoas sexagenárias hígdas que se dispusessem a responder à pesquisa na qualidade de “idoso”. Nessa faixa etária, a maioria das pessoas com as quais conversei ainda possui autonomia física (quase todas têm alguma atividade laborativa e não se sentem – nem querem ser caracterizadas – como pessoas idosas). Nos asilos, as poucas pessoas que encontrei com idade inferior a 70 estão asiladas por problemas físicos ou mentais (AVC, Mal de Parkinson, Alzheimer etc.)

Nas instituições de idosos visitadas (uma assistencial, para pessoas carentes, e duas pagas, sendo uma de grande porte e uma com capacidade para no máximo 10 idosos), realizei 6 (seis) entrevistas com senhoras asiladas – 2 (duas) em cada instituição. Entrevistei, também, 2 (duas) idosas não asiladas (uma que vive com familiares e uma que mora sozinha), 2 (dois) familiares de pessoas idosas, 2 (duas) cuidadoras domiciliares e 4 (quatro) cuidadoras de idosos asilados. No total, foram realizadas 16 (dezesesseis)² entrevistas.

3.3.2.3 As entrevistas

As primeiras entrevistas foram realizadas com idosas que vivem com a família ou sozinhas, as quais me foram indicadas por colegas e amigos. Conversei primeiramente com os respectivos familiares e, em seguida, como as próprias idosas, para que todos tivessem clareza quanto aos objetivos da pesquisa. Algumas das pessoas idosas contatadas não se dispuseram a participar. Com as que concordaram, marquei dia e hora para as visitas em

¹ Andréa Moraes Alves é Mestre em Sociologia pelo IUPERJ e Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional.

² As transcrições de todas as entrevistas estão disponíveis na seção de anexos.

suas respectivas residências (fiz somente uma visita a cada entrevistada, e o período das entrevistas oscilou entre 30 e 60 minutos). Antes de apresentar os instrumentos de pesquisa, pedia permissão para utilizar o gravador de voz, esclarecendo que as gravações seriam apenas para meu uso e que não haveria, no trabalho, menção a nomes ou a quaisquer outros elementos de identificação das entrevistadas (ninguém obistou o uso do gravador). Em seguida, explicava que iria fazer as perguntas, mas que elas teriam inteira liberdade de só responder o que desejassem. Como se tratava de pesquisa semi-estruturada, complementada por uma narrativa, as idosas se expressaram livremente, sem que houvesse necessidade de muitas intervenções de minha parte. Na qualidade de ouvinte, procurava sinalizar meu interesse pelas falas, por meio de gestos faciais, sorriso, aceno de cabeça, além dos reforços lingüísticos de marcadores conversacionais, como ‘ahn’, ‘hum’, ‘sei’, ‘certo’, ‘é mesmo?’, etc. Ao término de cada entrevista, estabelecia o compromisso de compartilhar análises e resultados da pesquisa com as entrevistadas. Nas duas entrevistas que selecionei, nessa etapa, para integrar o *corpus* da pesquisa, estávamos presentes apenas eu e a entrevistada, e não houve interrupções ou interferência de terceiros.

A segunda etapa da pesquisa se deu nos asilos. Após contato prévio com os dirigentes para solicitar autorização para desenvolver o trabalho, marquei as datas e horários das visitas e repeti os mesmos procedimentos adotados nas entrevistas anteriores. Entretanto, houve algumas diferenças que merecem ser mencionadas, haja vista que podem ter influenciado em alguma medida as respostas dadas: 1) as entrevistadas foram indicadas pela gerência das Casas, após consulta prévia às respectivas famílias; 2) as entrevistas foram todas acompanhadas por terceiros (gerente, assistente social ou cuidadora) e, em alguns casos, realizadas em espaço aberto e sob a observação de outros asilados.

Um incidente a ser salientado é que uma das idosas selecionadas pela instituição e que, a princípio, havia concordado em participar das entrevistas, se recusou a fazê-lo depois que me viu gravando a entrevista anterior e não mais concordou em participar, mesmo com o meu compromisso de não utilizar o gravador. Em contrapartida, outras pessoas manifestaram vontade de participar, mas não pude entrevistá-las porque não obtive autorização para tal.

Concluídas as entrevistas com as idosas asiladas, entrevistei cuidadoras, dos respectivos asilos¹. Nos dias subsequentes, entrevistei mais duas cuidadoras domiciliares e dois familiares de idosos, sempre repetindo os procedimentos de esclarecimento adotados nas entrevistas anteriores. Coincidentemente, todas as pessoas entrevistadas eram do sexo feminino.

Uma vez que apenas pequenos trechos de algumas entrevistas foram selecionados para constituir o *corpus*, apresento uma breve descrição das pessoas entrevistadas², para que se tenha uma visão geral do perfil da amostra:

Idosas:

- Dalva, 92 anos, asilada na “Casa do Vovô”.
- Mirian, 81 anos, asilada na “Casa do Vovô”.
- Eni, 74 anos, asilada na “Casa do Ceará”.
- Adelina, 83 anos, asilada na “Casa do Ceará”.
- Adélia, 76 anos, asilada no “Retiro Vivência”.
- Eli, 85 anos, asilada no “Retiro Vivência”.
- Natália, 78 anos, mora sozinha.
- Hilda, 87 anos, mora com familiares.

Cuidadoras:

- Deise, 51 anos, cuidadora de idosa em domicílio.
- Francisca, 48 anos, cuidadora de idosa em domicílio.
- Edna, enfermeira responsável pelo abrigo de idosos da “Casa do Ceará”.
- Silvia, gerente do “Retiro Vivência”.
- Lena, proprietária do “Retiro Vivência”.
- Cida, técnica de enfermagem e gerente da equipe de cuidadores da “Casa do Vovô”.

¹ No Retiro Vivência foram entrevistadas 2 (duas) cuidadoras, simultaneamente. A entrevista iniciou-se com a gerente do estabelecimento, mas, no transcurso da conversa, a proprietária do local juntou-se a nós e também concordou em ser entrevistada, enriquecendo a coleta de informações para a pesquisa.

² Os nomes verdadeiros foram substituídos por fictícios, a fim de preservar a identidade das colaboradoras.

Parentes:

- Marina, 22 anos, solteira, mora com os pais. Dividia o quarto com a avó materna, que veio a falecer dias depois da realização da entrevista.
- Isabel, 56 anos, separada, filha única de idosa asilada.

Para obter opiniões das participantes em diferentes perspectivas e receber comentários, conforme as convicções e pensamentos particulares acerca do mesmo tema, elaborei um roteiro de questões a serem formuladas para cada grupo: idosas, cuidadoras e familiares. A maior parte das questões foram abertas, de modo a evitar respostas ‘sim’ e ‘não’ e, para as idosas, inseri alguns itens lúdicos de completamento de frases, no intuito de descontraí-las antes da pergunta final, que era uma questão narrativa e que deu margem a que extravasassem um pouco mais suas emoções. Veja nos quadros a seguir os instrumentos que serviram como guia das entrevistas.

QUADRO 5. Geração de Informações (idosos)

Entrevistado(a):	Local:	Data/hora
<u>Perfil do (a) entrevistado(a)</u>		
() asilado(a) amigos	() mora só	() mora com familiares ou amigos
1. Dados pessoais:		
Nome:		
Idade: Educação/Instrução:		
Profissão/ocupação (atual e anterior):		
Religião/Crenças:		
<u>I. Entrevistas semi-estruturadas</u>		
1) A senhora se considera uma pessoa idosa? E o que é ser idoso(a)? Quais as características que uma pessoa deve ter para ser considerada idosa?		
2. Estatuto do idoso –direitos e violações		
1) A senhora conhece o Estatuto do Idoso?		
2) A senhora costuma ter atendimento especial para idosos? Onde?		
3) Depois dos 60 anos, a senhora já foi maltratada, desrespeitada ou sofreu algum tipo de violência? Qual? (onde aconteceu, quem fez, que idade tinha a pessoa)		
4) (se a resposta à pergunta nº 3 for afirmativa). A senhora chegou a contar para alguém (em casa ou fora de casa)? Para quem?		

- 5) Alguma vez tentaram enganar a senhora ou tentaram apropriar-se ou desviar os seus bens, benefício ou qualquer outro rendimento, por ser idosa? (quem, o que e quando)
- 6) A senhora tem alguma fonte de renda própria, sua? O seu dinheiro é suficiente para o seu sustento? A senhora ajuda financeiramente em casa ou a terceiros
- 7) A senhora guarda objetos de recordação, cartas, fotos, documentos pessoais, etc.? A senhora tem um lugar só seu para guardar essas coisas?
- 8) A senhora precisa de algum tipo de ajuda de outra pessoa? (Ex: fazer comida; tomar banho; vestir-se; ir à rua – ao banco, ao mercado). E normalmente quem a ajuda?
- 9) Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades de uma pessoa idosa? E quanto às coisas materiais: finanças, moradia, remédios, a senhora imagina que a pessoa idosa tenha esse tipo de dificuldade? E a senhora já conseguiu medicamentos gratuitos ou utiliza, já teve acesso a algum programa que forneça medica/mentos?

3. Relações familiares e de amizade

- 1) Com quem a senhora mora?
- 2) Aproximadamente com que frequência a senhora recebe ou vai visitar parentes?
- 3) Independentemente de morar junto, a senhora ajuda a cuidar de netos? De que maneira?
- 4) Onde a senhora costuma encontrar os amigos? (casa, igreja, bingo, clube, academia; grupos de convivência)

4. Tempo livre e lazer

- 1) O que você gosta de fazer quando tem algum tempo livre, ou seja, fora de suas obrigações diárias (mesmo que faça só de vez em quando)?
- 2) A idade a impede de fazer hoje algo que gostaria de fazer como lazer (dançar, jogar, ir ao cinema, ler, etc.)?
- 3) Quais as atividades regulares de lazer que a senhora pratica (assistir TV, ouvir música, jogar cartas, ir ao cinema, ler, bordar, tricotar, etc.)?
- 4) Quais as atividades físicas que a senhora pratica (caminhada, natação, hidroginástica, bicicleta ergométrica, fisioterapia, alongamento, etc.).
- 5) A senhora faz algum trabalho voluntário? (Se "sim") Qual? (creche, instituições de caridade, hospital igreja, etc.)? (já fez, fazia, costumava fazer? Considere a partir dos seus setenta anos
- 6) A senhora sabe que pessoas com mais de 60 anos têm 50% de desconto nos teatros, cinemas, shows? (Se "sim") Já utilizou/utiliza esse benefício?

5. Completamento de frases *

Eu vou iniciar algumas frases, e peço que a senhora complete com a primeira palavra ou idéia que lhe vier a cabeça, tá bom?

- 1) Eu gosto de...
- 2) Eu não gosto de...
- 3) Meu maior medo é...
- 4) Sinto falta de...
- 5) Eu acredito em...

II. Entrevista narrativa

Me conte a sua história: o que mudou na sua vida depois que a senhora se tornou idosa?

Muito obrigada pela entrevista. Eu volto depois, com o resultado do trabalho, tá?

*Adaptado do instrumento original "Técnica de Completamento de Frases", em GONZÁLEZ REY, F.L.; MITJÁN MARTÍNEZ, A. *La personalidad, su educación y desarrollo*. Habana: Pueblo y Educación, 1989.

QUADRO 6. Geração de Informações – cuidadores (ou parentes)

Entrevistado (a):	Local:	Data/hora:
<input type="checkbox"/> cuidador (a) profissional em residência e/ou hospital <input type="checkbox"/> cuidador(a) profissional em abrigo e/ou asilo <input type="checkbox"/> familiar ou amigo(a)		
1) A pessoa idosa enfrenta problemas? Na sua opinião, quais são os maiores problemas dos idosos?		
2) As pessoas que lidam com idosos enfrentam problemas? Na sua opinião, quais são os maiores problemas das pessoas que lidam com idosos?		
3) Qual é a sua rotina (para com o idoso)?		
4) Tem algo que queira acrescentar?		
Muito obrigada pela entrevista. Eu volto depois, com o resultado do trabalho!		

Outro procedimento adotado ao finalizar cada entrevista, foi o de agradecer a participação e, já com o gravador desligado, perguntar se a entrevistada desejava acrescentar algum comentário ou solicitar algum esclarecimento adicional, conforme recomendam Bauer & Gaskell (2005, p.84).

As gravações das entrevistas foram transcritas com o cuidado de substituir os nomes reais por pseudônimos, a fim de resguardar a identificação das entrevistadas.(Ver anexo).

3.3.3 As Notas de Campo

Na pesquisa qualitativa, as notas de campo são de extrema importância. Segundo Bogdan & Biklen (1994, p.50):

As notas de campo são um relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa, quando reflete sobre os dados de um estudo qualitativo. O conteúdo das notas de campo são descritivos e reflexivos. A parte descritiva representa o esforço do investigador para registrar objetivamente os detalhes que ocorreram no campo, incluindo as falas, os gestos, as imagens, descrevendo pessoas, ações e conversas observadas, reconstruções de diálogos, relatos de acontecimentos particulares, descrição de atividades. A parte reflexiva é quando se apreende o ponto de vista do observador. São as reflexões do observador sobre os acontecimentos, suas idéias, preocupações e emoções geradas na experiência.

Durante todo o processo de geração de informações – dos contatos iniciais à realização das entrevistas, procurei anotar tudo o que me foi possível captar e que poderia, de algum modo, me auxiliar na seleção dos dados para análise. Essas anotações se

mostraram essenciais, pois funcionaram como “peças de composição de um mosaico” que se desenhava a partir das gravações transcritas e das notas descritivas dos ambientes, dos perfis (aparência, porte, atitudes) das pessoas envolvidas.

Além disso, essas notas de campo contemplam minhas reflexões, enquanto pesquisadora e, indubitavelmente, influenciaram a seleção e o modo como os fatos foram descritos.

As anotações eram feitas em manuscrito, imediatamente após o término de um contato ou de uma entrevista (muitas vezes dentro do carro, nos estacionamentos, para não correr o risco de me esquecer de algum detalhe importante). Posteriormente, todas as notas de campo foram digitadas e estão disponíveis na seção de apêndices.

CAPÍTULO 4

ANALISANDO O CORPUS

“A identidade de idosos se constrói pela contraposição à identidade de jovens.”

(Mercadante, 1996)¹

4.1 OS DIFERENTES DISCURSOS SOBRE IDOSOS

No capítulo anterior descrevi de que forma constituí o *corpus* desta pesquisa, explicitando as razões para as minhas escolhas (seção 3.3). Neste capítulo, a partir do *corpus*, analiso os diferentes discursos sobre pessoas idosas — extraídos de textos legais, de reportagens da mídia impressa e eletrônica e de relatos produzidos por pessoas que convivem mais estreitamente com idosos (parentes e/ou cuidadores² profissionais) — e de pessoas idosas (relatos de mulheres idosas residentes com a família e asiladas).

4.1.1. Textos que compõem o *Corpus*

Nesta subseção, apresento os fragmentos selecionados para a construção do *corpus*, de modo a facilitar o acompanhamento pelo(a) leitor(a) dos textos utilizados. Transcrevo e numero os textos na ordem em que serão comentados (do Texto I ao Texto VI) e, dentro de cada texto, as linhas recebem numeração seqüencial para auxiliar o (a) leitor (a) na localização dos exemplos. Cabe lembrar que a íntegra dos textos está disponível na seção de anexos.

Texto I

(Trecho da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso):

[...]

- (1) *Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa*
- (2) *humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei,*
- (3) *assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e*
- (4) *facilidades para preservação de sua saúde física e mental e seu*
- (5) *aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.*

¹ Elisabeth Frohlich Mercadante é Doutora em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

² Vide Nota 3, na página 93.

[...]

- (6) *Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência,*
 (7) *discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus*
 (8) *direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.*

Texto II

(Trecho da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948).

- (1) ***A Assembleia Geral proclama***
 (2) ***a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos***
- (3) *como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com*
 (4) *o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em*
 (5) *mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por*
 (6) *promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas*
 (7) *progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu*
 (8) *reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos*
 (9) *dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua*
 (10) *jurisdição.*
- (11) ***Artigo I.*** *Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e*
 (12) *direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos*
 (13) *outros com espírito de fraternidade.*
- (14) ***Artigo II.*** *1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as*
 (15) *liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer*
 (16) *espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra*
 (17) *natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.*
- (18) ***Artigo III.*** *Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança.*
- (19) ***Artigo IV.*** *Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e*
 (20) *o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.*
- (21) ***Artigo V.*** *Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo*
 (22) *cruel, desumano ou degradante.*
- (23) ***Artigo VI.*** *Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares,*
 (24) *reconhecido como pessoa perante a lei.*
- (25) ***Artigo VII.*** *Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção,*
 (26) *a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer*
 (27) *discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento*
 (28) *a tal discriminação.*
- [...]

Texto III

(Trecho da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

[...]

(1) *Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:*

[...]

(2) *IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor,*

(3) *idade e quaisquer outras formas de discriminação.*

[...]

(4) *Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,*

(5) *garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a*

(6) *inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à*

(7) *propriedade, nos termos seguintes: [...].*

(8) *- ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;*

[...]

Texto IV:

(Trecho de matéria de jornal – Publicada no Correio Braziliense, 06/04/2006).

(1) ***Desrespeito aos mais velhos***

(2) ***Mais de mil idosos brasilienses sofreram algum tipo de violência em 2005,***

(3) ***quando um caso foi registrado a cada sete horas e meia. Especialistas***

(4) ***querem ampliar proteção***

(5) *Isabel Fleck*

(6) *Da equipe do Correio*

(7) *A violência contra o idoso no Brasil ainda é um drama velado.*

(8) *A vítima geralmente sofre calada, por medo e vergonha de que o agressor —*

(9) *na maioria dos casos um filho ou neto — seja punido pelos maus-tratos.*

(10) *As agressões podem ser de natureza física, psicológica e até financeira.*

(11) *Negligência e abandono também são considerados maus-tratos por colocar os*

(12) *idosos em situação de risco. “O que aumenta mais a cada ano é a violência*

(13) *psicológica. Muitas vezes os familiares fazem questão de deixar claro que o idoso*

(14) *é um problema dentro de casa. Isso se agrava mais porque a vítima não sabe como*

(15) *cobrar respeito”, explica a psicóloga da GVI, Maria das Graças Magalhães.*

[...]

(16) *A maior parte das denúncias ainda são feitas no anonimato. No caso de Walter*

(17) *(nome fictício), 80 anos, os vizinhos telefonaram ao SOS Idoso para contar a*

(18) *precariedade da vida levada pelo aposentado junto aos parentes. Depois disso,*

(19) *o idoso foi encaminhado a um asilo no Núcleo Bandeirante, onde ele mora hoje.*

(20) ***Negação***

(21) *Segundo os relatos dos denunciantes, era tanto descaso que um mau cheiro*

(22) *exalava da casa onde Walter morava. “Meu genro me ameaçava, eu comia*

- (23) *fora de hora, esqueciam de me dar remédios. Estou bem melhor aqui. Só penso*
 (24) *em voltar para casa se ele sair de lá”, afirma o idoso, que precisa de*
 (25) *cuidados especiais desde que sofreu um derrame no ano passado.*
 (26) *Walter, porém, é exceção. A maioria dos idosos protege a família. Vânia (nome*
 (27) *fictício), 83, é um exemplo disso. Os vizinhos do apartamento onde ela morava*
 (28) *sozinha há cerca de três meses ligaram para a polícia e denunciaram o abandono e*
 (29) *a negligência dos parentes. Denúncia comprovada, ela foi para o mesmo abrigo*
 (30) *que acolheu Walter. Vânia, porém, nega os meses de sofrimento. “Morava com*
 (31) *minha filha e me mudei para o apartamento porque meu genro me olhava com*
 (32) *cara feia. Sentia muito medo de ficar sozinha lá à noite, de entrar ladrão”, resume.*

Texto V:

(Trecho de entrevista com idosa asilada)

(Casa do Vovô – D. Mirian¹ 81 anos)

Me conte a sua história: o que mudou na sua vida depois que a senhora se tornou idosa?

- (1) *Mudou exatamente a maneira de viver, de se instalar, de...as dificuldades...são*
 (2) *muitas...o velho fica sobrando, né?! As residências são pequenas e o velho...nem*
 (3) *sempre tem lugar pra ele. Quando eles acharam que eu não podia mais morar*
 (4) *sozinha, me trouxeram para Brasília. Mas logo que meu filho casou, teve filho, e*
 (5) *áí ficou difícil... Dois quartos ... ficava muito, né?... Ia ter que mudar as coisas*
 (6) *da casa, né. Áí a gente pensou aqui na Casa do Vovô. E daí eu vim pra cá.*
 (7) ***(E a senhora está satisfeita?)*** *Humm... eu estou satisfeita pelo que resolveu, né,*
 (8) *mas não como solução...uma...porque não tem jeito. O mal das residências hoje*
 (9) *é que são feitas pequenas... dois quartos... já não comportam mais...então eu preferi ficar*
 (10) *aqui do que desalojar, ficar apertada...*

Texto VI

(Trecho de entrevista com Edna, a enfermeira responsável pelo abrigo da Casa do Ceará)

- (1) *Há muita coisa que eu gostaria de mudar... Por exemplo, eu penso nesse espaço*
 (2) *de convivência até mesmo para que as famílias possam trazer seus idosos para*
 (3) *passar o dia aqui e virem buscar eles no fim da tarde, para irem para casa!*
 (4) *Porque, eu nem sei se deveria dizer isso, mas as famílias abandonam muito... Eu*
 (5) *penso até em acabar com esse negócio de festas de confraternização com as*
 (6) *famílias. Teve uma recentemente, no “dia do idoso”, e já está tudo preparado*
 (7) *para o Natal. Áí, as famílias vêm, trazem uns pratinhos, uns presentinhos, ficam*
 (8) *umas horinhas e vão embora. E os velhinhos ficam aqui, mais tristes que antes...*
 (9) *As famílias tinham é que levá-los para passar o Natal, o aniversário, as festas,*
 (10) *em casa! Depois trás de volta, ora, tudo bem... Mas não é isso que acontece... É*
 (11) *muito triste! As coisas são assim: de bebê, de criança, todo mundo gosta, acha*
 (12) *bonitinho...mas o velho ninguém quer... Às vezes eu chego em casa muito*

¹ Nome fictício, para preservar a identidade da entrevistada.

- (13) *deprimida, pesada... e eu fico até questionando se é isso mesmo que eu quero*
 (14) *pra minha vida, pra minha carreira... Eu vejo esses velhinhos, esperando*
 (15) *umavizita, querendo um abraço, um carinho... A gente tenta dar carinho a eles,*
 (16) *mas não é a mesma coisa que um parente, um filho, um neto... Você nem tem*
 (17) *idéia de como uma visita como a sua deixa elas alegres! Que elas podem*
 (18) *conversar, falar das coisinhas delas. É muito bom. O dia parece que fica todo*
 (19) *mais animado (**Eu vou voltar mais vezes!**). É chato eu falar assim, mas não*
 (20) *posso omitir: eles ficam abandonados, jogados mesmo...*
 (21) *E a maioria só sai daqui quando morre...*

4.2. A RELAÇÃO DO DISCURSO COM OUTROS MOMENTOS DA PRÁTICA E A CONSTRUÇÃO DOS SIGNIFICADOS ACIONAL, REPRESENTACIONAL E IDENTIFICACIONAL

Início os procedimentos de análise tomando por base o método de análise da ADC, discutida no Capítulo 3. Conforme foi salientado na seção 3.2 e seguindo os pressupostos metodológicos e as reflexões propostas por Chouliaraki & Fairclough (1999), que orientam para que se faça a escolha das etapas em função dos propósitos analíticos, entendo que, para chegar a analisar as práticas e tentar descortinar a relação do discurso com outros momentos das práticas nas quais os idosos se inserem, é preciso, primeiramente analisar o discurso propriamente dito.

Na discussão do modelo tridimensional de ADC proposto por Fairclough (2001, p. 35-36) temos que a prática discursiva faz a mediação entre o texto e a prática social. Então, para se chegar à relação do discurso com outros momentos da prática social, é necessário que eu analise primeiro a estrutura dos textos, verificando as categorias analíticas propostas pelo referido autor, que são o *vocabulário*, a *gramática*, a *coesão* e a *estrutura textual*.

Conforme comentado no capítulo teórico (seção 2.1), um ponto importante acerca das práticas sociais na perspectiva de Fairclough (2003) é que elas articulam o discurso enquanto linguagem com outros elementos sociais não discursivos (ação, interação, relações sociais etc.). Essas articulações dos elementos dentro das práticas envolvem, também, crenças, valores e questões de poder que serão analisadas mais adiante.

Além disso, ao se desenvolver uma ADC, é essencial observar a relação de todos esses elementos dentro da prática, com o discurso em seus significados de ação,

representação e identificação. Procuo fazer isto conciliando a análise da relação do discurso com outros momentos, proposta no arcabouço de Chouliaraki e Fairclough (1999), com a abordagem de Fairclough (2003).

Uma das maneiras de agir e interagir discursivamente é por meio da fala ou da escrita, *como parte da ação*, e se materializa por meio de diferentes gêneros ('significado acional'). Nesta pesquisa, estão presentes três tipos de gêneros discursivos, que são os textos de lei, a reportagem e as entrevistas.

O discurso figura, também, nas *representações* ('significado representacional'), que sempre são partes de práticas sociais — representações do mundo nos textos, representações de outras práticas sociais, representações reflexivas da prática em questão — e na *identificação* ('significado identificacional'), que se preocupa com os aspectos discursivos dos *modos particulares de ser*, caracterizados pelos estilos, por marcas de identificação pessoal, isto é, as *identidades*. As representações da pessoa idosa são aqui analisadas pelas escolhas lexicais, pelos processos¹ verbais e pelas categorias de inclusão, exclusão, classificação e generalização². No que diz respeito ao processo de identificação, são observadas as relações intra-familiares, o modo como os idosos se auto-identificam, como identificam outros idosos e como são identificados pelas outras pessoas e, ainda, pela forma como expressam seus enunciados em termos de juízo de valor (*avaliação*), o que, às vezes, envolve delicadas questões de cunho ético e moral.

Todos esses elementos de discurso estão presentes de forma interconectada nos textos. Porém, por razões analíticas serão, na medida do possível, tratados separadamente.

4.2.1 Significado Acional

Ao investigar a prática social em que se situam as pessoas idosas, identifiquei três *estruturas genéricas* nos textos que compõem o *corpus* da pesquisa, que são o texto de lei, o jornalístico e o relato de experiências vividas apresentados nas narrativas das entrevistadas.

¹ Termo empregado na abordagem sistêmica- funcional' de Halliday (1994).

² Categorias de representação dos atores sociais propostas por Van Leeuwen, (1996).

4.2.1.1 A terceira idade e a lei

O primeiro texto analisado (**Texto I**) é composto por trechos de artigos da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso¹, que será a base legal observada na presente dissertação.

O texto pertence ao gênero “lei”, que, segundo os aspectos tipológicos agrupados por Schneuwly & Dolz (2004, p. 121)², objetiva descrever ações e regular comportamentos, por meio de instruções, prescrições e afirmações categóricas.

O Estatuto do Idoso, além de prescrever ações que visam à proteção dos direitos da pessoa idosa, estabelece punições para quem venha a descumpri-las.

O tempo verbal predominante é o presente do indicativo, aqui caracterizado como ‘presente durativo’, “*indicando ações e estados permanentes ou assim considerados, como seja uma verdade científica, um dogma, um artigo de lei*” (Cunha e Cintra, 2007, p.448). O presente durativo é o tempo característico de textos legais, como se pode observar no exemplo:

(Linhas 1-2) “*Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana*”.

Entretanto, é freqüente em textos legais o uso do futuro do presente simples para reforçar uma asserção anterior:

(Linha 6-8) “*Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei*”.

O Estatuto do Idoso é orientado pela Constituição Federal, que estabelece os direitos humanos fundamentais (**Texto III**) e pelos direitos universais humanos, proclamados pela Organização das Nações Unidas (ONU), na “Declaração Universal dos Direitos do Homem” (**Texto II**). Na recontextualização dessas diretrizes maiores, o Estatuto do Idoso busca respaldo em diretrizes internacionais e na Carta Magna do País,

¹ Embora costumeiramente não se faça menção à Lei, o instrumento legal conhecido e divulgado como o “Estatuto do Idoso” foi instituído pela Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003.

² Conforme Schneuwly & Dolz (2004, p. 121) os agrupamentos não são estanques e não é possível classificar um gênero, de maneira absoluta.

por meio da *intertextualidade*, revelando, assim, o posicionamento político harmônico da legislação brasileira em relação ao ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, que foi traçado pela ONU. O texto do Estatuto do Idoso indica os modos como devem atuar os agentes públicos (assistentes sociais, fiscais, policiais, etc.) para dar proteção, segurança e garantia de exercício de direitos aos idosos; além disso, o referido Estatuto estabelece regras de conduta para as instituições que abrigam idosos, fixa penalidades a serem aplicadas aos que violarem os direitos da pessoa idosa.

Tanto as diretrizes maiores da ONU, reiteradas na Carta Magna, quanto essas normas e diretrizes legais específicas do Estatuto do Idoso têm o objetivo de ensejar mudanças envolvendo todos os segmentos da sociedade, de modo que reflitam positivamente na qualidade de vida das pessoas (neste caso, das pessoas idosas). Eis aí o *significado acional* do discurso no Estatuto do Idoso, que procuro demonstrar por meio dos exemplos abaixo, que comparei, grifando as expressões semelhantes nos três textos mencionados:

(**Texto I**, linhas 1-2) “Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”. [...] (linhas 6-7) “Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão”.

(**Texto II**, linhas 14-15) “Artigo II 1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie”. [...] (linhas 21-22) “Artigo V. Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.

(**Texto III**, linha 4) “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. [...] (linha 8) “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”.

4.2.1.2 Os idosos no foco da imprensa

O **Texto IV**, “Desrespeito aos mais velhos”, foi publicado pelo jornal *Correio Braziliense*, em 6 de abril de 2006. Situado na ordem de discurso da “Imprensa”, pertence ao gênero textual “reportagem assinada”.

Na reportagem, a autora denuncia uma prática social que não é evidente, mas que ocorre com frequência: os maus tratos contra idosos. Com essas denúncias e relatos de casos de violência, a jornalista busca mobilizar a opinião pública a cobrar punições contra os agressores e impelir o Estado a adotar medidas efetivas de proteção à pessoa idosa. Eis aí o significado acional do discurso. Recorrendo mais uma vez aos aspectos tipológicos agrupados por Schneuwly & Dolz (op. cit.) o texto em questão discute um problema social controverso e situa-se entre o *relato* (representação pelo discurso de experiências vividas, situadas no tempo) e a *argumentação* (sustentação, refutação e tomada de posição). A estrutura predominante (pré-gênero¹) é a “argumentativa”, com forte carga de persuasão. A opinião da autora da matéria, para a qual busca a adesão dos leitores, está expressa em afirmações categóricas, caracterizadas pelo verbo *ser*, no presente do indicativo, conforme se observa nos exemplos:

(Linhas 7-9) “A violência contra o idoso no Brasil ainda é um drama velado. A vítima geralmente sofre calada, por medo e vergonha de que o agressor — na maioria dos casos um filho ou neto — seja punido pelos maus-tratos”.

(Linha 26) “Walter, porém é exceção. A maioria dos idosos protege a família.”

Note-se que o tempo verbal empregado pela autora (presente do indicativo), é o tempo do comentário. Conforme assevera Koch (2002, p.36) “comentar é falar comprometidamente”. Nessa reportagem, a autora denuncia a existência de violência contra o idoso como uma prática que ocorre em profusão, e não apenas como casos isolados, por meio de expressões como “geralmente”, “na maioria dos casos”, “a maior parte das denúncias” “a maioria dos idosos”. De acordo com a teoria de Koch, é possível afirmar que esses elementos intercalados na exposição funcionam como operadores argumentativos utilizados pela jornalista para levar o leitor a concluir que a violência contra o idoso é, de fato, um comportamento habitual, sem que haja a necessidade de demonstrar sua veracidade.

¹ Conceito de Swales (1990), resgatado por Fairclough (2003, p.68-70) para designar categorias mais abstratas, como, por exemplo, as narrativas, que transcendem redes particulares de práticas sociais e que participam na composição de diversos gêneros situados. Fairclough utiliza o termo ‘gênero situado’ para definir gêneros que são específicos de redes de prática particulares, como, por exemplo, ‘entrevista etnográfica’.

Outras expressões, carregadas de opinião, demonstram a orientação argumentativa da autora e constroem um pano de fundo para que o leitor adira à proposição defendida. A seleção lexical da jornalista leva o(a) leitor(a) à percepção dos aspectos negativos denunciados na matéria. Por exemplo, os substantivos empregados pela autora identificam a pessoa idosa como *vítima* e o parente como *agressor*; o contexto em que vivem esses idosos é descrito como *drama*; e o processo mental atribuído na matéria à pessoa idosa é o *sofrimento*. Além disso, ao dizer que a violência contra o idoso *é um drama velado*, que a vítima *sofre calada*, que as denúncias são feitas *no anonimato*, que Walter *é exceção* (por denunciar o genro) e que a maioria dos idosos *protege* o agressor (normalmente, segundo a autora, um membro da família), a jornalista chama atenção para o fato de a violência contra a pessoa idosa não ser *visível*. Uma das causas dessa *invisibilidade* apontadas na matéria é o *silêncio* dos idosos em relação aos maus tratos

(Texto IV, linhas 7-9) “A violência contra o idoso no Brasil ainda é um *drama velado*. A vítima geralmente sofre *calada*, por *medo* e *vergonha* de que o agressor – na maioria dos casos um filho ou neto – seja punido pelos maus-tratos”

Orlandi (2003, p. 30-31) faz diversas considerações sobre o silêncio e aprofunda-se na discussão sobre o que denominou ‘*política do silêncio*’ ou ‘*silenciamento*’. Nesta classificação, a referida autora engloba tudo o que considera “tomar” ou “tirar” a palavra: obrigar a dizer, fazer calar, silenciar, etc. Tomando como objeto de reflexão o discurso, Orlandi (id.) afirma que o silêncio é a matéria significante, por excelência e que, diante do mundo, o ser humano está ‘condenado’ a significar (com ou sem palavras). “*O silêncio é o real do discurso*”.

Considerando tais premissas, entendo que o *silêncio* dos idosos, caracterizado na reportagem (**Texto IV**), tem um forte significado acional porque a “não-ação” mascara a existência da violência e, com isso, dificulta ou impede a aplicação dos dispositivos legais de proteção ao idoso.

Além da voz da própria jornalista, verifica-se a presença direta e/ou indireta das vozes alheias, envolvidas no mesmo evento, marcando a presença da *intertextualidade*: a jornalista emprega verbos *dicendi*¹ (Ex.: ‘explica’, ‘afirma’, ‘resume’) e faz citações diretas

¹ Cunha e Cintra (2007, p. 636) explicam que, no plano formal, um enunciado em discurso direto é marcado, geralmente, pela presença de verbos *dicendi* (como: dizer, afirmar, ponderar, sugerir, perguntar, indagar) ou expressões sinônimas, que podem introduzi-lo, arrematá-lo ou nele se inserir.

(entre aspas), para indicar a introdução da fala de uma psicóloga especializada em gerontologia. Este é um recurso de *argumentação por autoridade*, ou seja, visa a reforçar a opinião expressa no artigo, por meio do testemunho de uma autoridade no assunto. A autora da matéria utiliza, ainda, relatos de idosos, que vão ao encontro do ponto de vista que quer fazer prevalecer. Esta é uma estratégia que indica que o enunciador não é responsável pelo enunciado, mas sim que ele (o enunciador, neste caso, a jornalista) está se apoiando em outro discurso. Normalmente, a forma adotada nas reportagens pela Imprensa não é “eu digo isto”, mas sim “X disse isto” De acordo com Maingueneau (2006, pp. 172-173), esse fenômeno denomina-se ‘discurso citado’. Maingueneau acrescenta que, além do ‘discurso citado’ em sentido estrito, o enunciador pode modalizar a própria enunciação, utilizando uma estratégia de modalização que pode incidir sobre a validade com conteúdo asseverado, isto é, “*apresentando-a como segunda em relação a um outro discurso*”. A essa estratégia o referido autor chama de ‘modalização em discurso segundo’, (Ex.: “*Ele está doente, se eu puder acreditar no Lucas*”)

Os dois fragmentos de textos reproduzidos a seguir contêm exemplos de ‘citação direta’, com o uso de aspas (“*Meu genro me ameaçava...*”) e com o emprego de verbos *dicendi* (“*explica a psicóloga...*”, “*Afirma o idoso...*”); e enunciados ‘modalizados em discurso segundo’ (“*os familiares fazem questão de deixar claro que o idoso é um problema dentro de casa...*”). Neste último caso, a afirmação da jornalista sobre o idoso ser um problema dentro de casa é modalizada pela expressão que remete a outro discurso (dos familiares), ou seja, tal afirmação caracteriza-se, ela mesma, como segunda, dependente desse outro discurso:

(Linhas 13-15) “[...] ‘*Muitas vezes os familiares fazem questão de deixar claro que o idoso é um problema dentro de casa. Isso se agrava mais porque a vítima não sabe como cobrar respeito*’, explica a psicóloga da GVI, Maria das Graças Magalhães Freitas.[...]”

(Linhas 21-25) “[...] Segundo os relatos dos denunciantes, era tanto descaso que um mau cheiro exalava da casa onde Walter morava. ‘*Meu genro me ameaçava, eu comia fora de hora, esqueciam de me dar remédios. Estou bem melhor aqui. Só penso em voltar para casa se ele sair de lá*’, afirma o idoso, que precisa de cuidados especiais desde que sofreu um derrame no ano passado”.

4.2.1.3 Idosos sob o prisma de uma idosa

No **Texto V**, o gênero discursivo é a ‘entrevista semi-estruturada’ e o pré-gênero do trecho analisado é a narrativa¹. de uma senhora de 81 anos de idade, D. Mirian², asilada na Casa do Vovô, que fala das mudanças em sua vida depois que se tornou uma “idosa”.

O discurso de D. Mirian representa suas experiências verdadeiras, situadas no tempo. Na distinção tipológica de Schneuwly & Dolz (op.cit.), este tipo de discurso enquadra-se no gênero *relato de experiência vivida*.

O texto apresenta uma estrutura híbrida, onde a narradora utiliza tempos verbais do “mundo narrado”, tais como o pretérito perfeito do indicativo (*mudou*), e verbos conjugados no presente do indicativo (*são, fica*), que é o tempo do “mundo comentado”. Com isso, além de descrever momentos de sua vida (como era antes), D.Mirian dá uma ‘pista’ de como sua vida é agora, comentando, de maneira impessoal, as dificuldades da pessoa idosa. O trecho abaixo exemplifica o que digo:

(Linhas 1-2) “Mudou exatamente a maneira de viver, de se instalar, de...as dificuldades...são muitas...o velho fica sobrando, né?!”

A única voz explícita no texto, é a da própria entrevistada. Todavia, pode-se perceber a *interdiscursividade* quando a entrevistada reproduz discursos do senso comum (que não são dela, tanto que ela não fala de si) que alegam falta de espaço e residências pequenas e que identificam pejorativamente as pessoas idosas pela figura genérica “velho”. Essa interdiscursividade pode ser observada no exemplo abaixo:

(Linhas 2-10) “As residências são pequenas e o velho...nem sempre tem lugar pra ele. [...] O mal das residências hoje é que são feitas pequenas...dois quartos...já não comportam mais...então eu preferi ficar aqui do que desalojar, ficar apertada...”.

Nos exemplos acima, é interessante notar, também, as estratégias metadiscursivas presentes na seleção lexical de D. Mirian. Dentre essas estratégias, a que mais se sobressai é a da *reformulação mitigadora*, que ocorre sob forma de correção, reparos ou adendos para solucionar imediatamente dificuldades de verbalização do falante, no curso da fala

¹ Vide Capítulo 3, seção 3.1.2 – Entrevista Narrativa.

² Nome fictício, para preservar a identidade da entrevistada.

(Koch, 2006, p.122). Por meio dessa estratégia, a idosa procura caracterizar a falta de espaço como a única razão de ela ter ido morar em um asilo. Essa caracterização se evidencia por meio da reiteração:

- 1) do adjetivo ‘pequenas’ (“*As residências são pequenas*”; “*...são feitas pequenas*”);
- 2) dos processos materiais (“*o velho fica sobrando*...”; “*já não comportam mais*”; “*desalojar*”; “*ficar apertada*”; “*nem sempre tem lugar pra ele*”).

Vale destacar, ainda, que a expressão ‘nem sempre’ em “*nem sempre tem lugar pra ele*” funciona como uma espécie de lítotes¹, como opção atenuante ao uso do advérbio ‘nunca’.

A partir do discurso sob o prisma da D. Mirian é possível vislumbrar o posicionamento da pessoa idosa em relação aos incômodos da velhice. O *significado acional* presente na fala da entrevistada se dá, em relação aos outros, pela ação de ‘retirar o próprio peso das costas dos familiares’ e, em relação a ela mesma, pela mudança de vida, que gera a perda do próprio espaço (*lato sensu*) — privacidade, liberdade para ‘ir e vir’, gerenciamento do lar, autonomia, independência. Sob a justificativa de que os espaços são reduzidos, há uma ação naturalizada pela sociedade de afastar os idosos do convívio com a família, quer seja delimitando/restringindo os espaços em que a pessoa idosa pode se movimentar livremente, quer seja colocando-a em um asilo. Veja um exemplo:

(Linhas 9-10) “*...então eu preferi ficar aqui do que desalojar, ficar apertada*”.

4.2.1.4 Idosos asilados: o olhar de quem cuida por ofício

Seguindo o padrão adotado para as entrevistas, o **Texto VI** também é extraído de uma entrevista semi-estruturada com uma enfermeira que é responsável pelo abrigo para idosos, da Casa do Ceará. Edna, a enfermeira, é uma mulher jovem (entre trinta e trinta e cinco anos, aproximadamente) e está à frente do asilo há seis meses².

O discurso de Edna no fragmento de texto analisado tem como mote a questão formulada por mim — “*A pessoa idosa enfrenta problemas? Na sua opinião, quais são os maiores problemas dos idosos?*” — cuja resposta resulta em uma mescla dos gêneros

¹ Conforme Houaiss e Villar (2001), lítotes ou litotes é a figura de linguagem que ocorre quando se diz menos para significar mais. É a afirmação de alguma coisa pela negação de seu contrário.

² Entrevista realizada em 27/12/2007. Íntegra na seção de anexos.

relato de experiência vivida e texto de opinião, segundo a distinção tipológica de Schnewly (op.cit.). A estrutura predominante (pré-gênero) é a argumentação, pois, mesmo nos trechos em que a enfermeira relata situações vividas, as suas escolhas lexicais demonstram uma forte carga de sentimento e opinião, que transcendem o simples relato. Por exemplo, Edna utiliza em sua fala os pronomes indefinidos ‘*uns/umas*’ antepostos a uma enumeração de substantivos acrescidos do sufixo ‘-inho(a)’ e flexionados em número (plural) ‘*pratinhos*’, ‘*presentinhos*’, ‘*horinhas*’.

Cunha e Cintra (2007, p. 198), citando Silvia Skorge (1958), explicam o valor afetivo dessas formas ‘diminutivas’:

O emprego dos sufixos diminutivos indica ao leitor ou interlocutor que aquele que fala ou escreve põe a linguagem afetiva no primeiro plano. Não quer comunicar idéias ou reflexões, resultantes de profunda meditação, mas o que quer é exprimir, de modo espontâneo e impulsivo, o que sente, o que o comove ou impressiona — quer seja carinho, saudade, desejo, prazer, quer, digamos, um impulso negativo: troça, desprezo, ofensa.

No contexto da fala em que são empregados, esses sufixos perdem sua capacidade de identificar tamanho, e os substantivos enumerados (‘*uns pratinhos*’, ‘*uns presentinhos*’, ‘*umas horinhas*’) assumem valor de pouco caso das famílias para com seus idosos. Na seqüência da fala, a enfermeira emprega novamente o sufixo ‘-inho’ para se referir aos idosos (‘*velhinhos*’), desta feita como o sentido valorativo de carinho e compaixão:

(Linhas 7-8) “*Aí, as famílias vêm, trazem uns pratinhos, uns presentinhos, ficam umas horinhas e vão embora. E os velhinhos ficam aqui, mais tristes que antes...*”

A voz de Edna é a única voz explícita no texto: ela relata algumas práticas das famílias, fala de sua experiência profissional e pessoal, enquanto cuidadora de idosos, e de seus desejos e projetos em relação ao abrigo. Observados sob o enfoque dos processos hallidianos, esses três momentos da fala da entrevistada são evidenciados nas orações, por meio de diferentes processos, como se vê nos exemplos a seguir:

(Linhas 7-8) “*Aí, as famílias vêm, trazem uns pratinhos, uns presentinhos, ficam umas horinhas e vão embora. E os velhinhos ficam aqui, mais tristes que antes...*”

Os verbos grifados no período acima projetam a experiência exterior (processos materiais) das famílias — com seus movimentos efêmeros de ‘*vir*’, ‘*ficar*’ (“*umas*

horinhas”) e ‘*ir*’ (embora) — e as experiências dos idosos, que são exteriores e interiores; isto é, os idosos *ficam* (processo material) no asilo e *ficam* (processo relacional, de relação intensiva) tristes.

Na seqüência da análise, destaco trechos da fala de Edna acerca de sua experiência profissional e pessoal. A entrevistada constrói suas orações por intermédio de processos materiais, mentais, relacionais e combinados, como demonstram os trechos que reproduzo a seguir. No primeiro exemplo, Edna descreve a experiência exterior “*chego em casa*” (processo material) que é, ao mesmo tempo, um processo relacional intensivo — que revela a experiência interior de como ela está ao chegar em casa (*deprimida, pesada*) e pelo auto-questionamento sobre o que ela quer da sua vida pessoal e profissional.

(Linhas 12-14) “*Às vezes eu chego em casa muito deprimida, pesada... e eu fico até questionando se é isso mesmo que eu quero pra minha vida, pra minha carreira...*”

O próximo trecho tomado como exemplo também projeta um processo relacional intensivo (*é chato*) e constrói uma avaliação de como a enfermeira se posiciona em relação ao processo verbal (*falar*) contraposto ao processo comportamental (*omitir*):

(Linhas 19-20) “*É chato eu falar assim, mas não posso omitir*”

Ainda no que tange a experiência interior da entrevistada, embora não existam outras vozes explícitas no texto, além da voz da enfermeira Edna, é possível perceber a presença de *interdiscursividade* quando a entrevistada reproduz discursos comuns em relação a crianças e a idosos. No exemplo abaixo, a entrevistada faz uso de estratégias metadiscursivas¹, para expressar sua posição (juízo de valor) tanto em relação à sua própria fala, quanto em relação a outros dizeres (senso comum). Por meio dos recursos retóricos da ‘reiteração’ (*de bebê, de criança*) e das ‘oposições’ (*bebê, criança x velho e todo mundo x ninguém*) a enfermeira salienta o modo que a sociedade trata as crianças (“*de bebê, de criança, todo mundo gosta*”) e o modo como tratam as pessoas idosas (“*mas o velho ninguém quer*”).

(Linhas 11-12) “*As coisas são assim: de bebê, de criança, todo mundo gosta, acha bonitinho...mas o velho ninguém quer...*”

¹ Vide Koch, (2006, p.120).

Outro ponto marcante na fala da entrevistada diz respeito aos seus desejos e projetos em relação ao abrigo da Casa do Ceará. Os processos mentais (“*gostaria*”, “*penso*”) exprimem algumas das ações concretas que deseja realizar (“*mudar*”, “*acabar*”), como demonstram os exemplos:

(Linhas 1-2) “*Há muita coisa que eu gostaria de mudar [...] Eu penso nesse espaço de convivência[...]*”.

(Linhas 5-6) “*Eu penso até em acabar com esse negócio de festas de confraternização com as famílias*”.

As ações que Edna pretende que ocorram estão evidenciadas em seu discurso, por meio dos processos materiais (“*trazer*”, “*passar*”, “*virem*” “*irem*”), como se vê no exemplo abaixo:

(Linhas 1-3) “*Por exemplo, eu penso nesse espaço de convivência até mesmo para que as famílias possam trazer seus idosos para passar o dia aqui e virem buscar eles no fim da tarde, para irem para casa!*”

Destacam-se, ainda, nos exemplos acima, marcadores de foco inclusivo (“*até*”, “*até mesmo*”), usados pela enfermeira Edna como apoio a sua opinião sobre o que avalia ser errado e que pretende mudar.

Em síntese, a enfermeira descreve ‘projetos’, que resultarão em ‘ações concretas’, caso permaneça à frente da administração do Abrigo: ‘mudar’ a dinâmica do local, ‘transformar’ o que atualmente é apenas um ‘abrigo os idosos’ em um ‘espaço de convivência’.

O *significado acional* desse discurso se realiza nas mudanças pretendidas por Edna; se postas em prática, refletirão positivamente tanto na qualidade de vida dos idosos asilados naquele abrigo, quanto nas relações com seus familiares.

4.2.2 Significado Representacional

Para Fairclough (2003) os discursos são representações do mundo material, de outras práticas sociais e auto-representações reflexivas da prática em questão. *“Diferentes discursos são diferentes perspectivas de mundo, associadas às diferentes relações que as pessoas têm com o mundo, que dependem de suas posições sociais e identidades e das relações sociais que mantêm com outras pessoas”* (ibid., p. 124)¹. De acordo com o citado teórico, os discursos diferem no modo como os elementos de eventos sociais (processos, pessoas, objetos, meios, tempo, espaço) são representados, e essas diferenças tanto podem ser gramaticais quanto lexicais.

Em minhas análises, procuro destacar a representação social dos idosos, tendo em mente que o modo como os atores sociais são representados pode sinalizar posicionamentos ideológicos em relação aos mesmos. Para os fins analíticos propostos, observo as escolhas lexicais dos textos, a sintaxe, os processos de nominalização, repetições, e algumas das variáveis lingüísticas indicadas por Fairclough (2003), em especial as que envolvem inclusão, exclusão e representações de tempo e espaço.

Na análise das representações dos processos utilizados pelos participantes desta pesquisa, recorro às categorias definidas por Halliday — processos mentais, materiais e relacionais (vide Capítulo 3 quadro 1) — e a algumas das escolhas representacionais propostas por Van Leeuwen (1997) também apresentadas no Capítulo 3 (quadro 2) da presente dissertação.

4.2.2.1 A terceira idade e a lei

Sob o prisma da transitividade hallidiana, os processos nos textos legais analisados são, em sua maioria, relacionais (processos de ser), por meio dos quais se estabelece uma relação entre duas entidades distintas.

(Texto I, linhas 6-8) *“Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência [...] e todo atentado [...] será punido na forma da lei.”*

(Texto II, linha 25) *“Todos são iguais perante a lei.”*

¹ Conceito extraído da versão original, traduzido por mim.

(Texto III, linha 4) “*Todos são iguais perante a lei.*”

De acordo com os referidos textos legais, a ‘pessoa idosa’ é *portadora* de garantias e direitos que lhe são atribuídos. Entretanto, despertou minha atenção a opção lexical do legislador no art.2º do Estatuto do Idoso, ao asseverar que “*O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana*”.

Ao analisar a representação desse processo (*goza*) segundo a classificação de Halliday (1994), tem-se que é um ‘processo comportamental’. Segundo o referido autor, os processos comportamentais situam-se entre os ‘processos materiais’ e os ‘processos mentais’ e envolvem comportamentos físicos e psicológicos realizados de forma simultânea. Considerando-se que o idoso é uma pessoa humana e uma vez que o verbo *gozar*, em sua aplicação jurídica¹ também tem o sentido comportamental de ‘*desfrutar, usufruir* de algo’, os demais artigos do citado Estatuto seriam dispensáveis se o idoso, de fato, *gozasse* de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

Neste particular, expressa-se com mais clareza a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que, embora não trate especificamente de idosos, mas sim da classe superordenada ‘pessoa humana’ (“*todo ser humano*”), refere-se ao ‘gozo de direitos’ como uma prerrogativa em potencial (“*tem capacidade para gozar*”), que, para realizar-se, depende de ações que não o restrinjam ou que o garantam (“*Ninguém será submetido*”). O indicativo de que as pessoas idosas estão inseridas no universo de destinatários desses direitos e garantias é o emprego dos pronomes indefinidos de totalidade inclusiva² (*todo/ninguém*) Veja o exemplo:

(Texto II, linhas 14-15) “*Artigo II 1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie*”. [...] (linhas 21-22) “*Artigo V. Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante*”.

A palavra ‘idoso’ só aparece expressamente no Estatuto do Idoso. O uso do substantivo masculino genérico ‘idoso’ no Estatuto tem o objetivo de determinar

¹ Houaiss, A. e Villar, M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Verbete: *gozar*, definição 7.

² Cunha e Cintra (2007, p. 359). *Oposições sistemáticas entre os indefinidos*.

claramente os destinatários daquelas prescrições legais – homens e mulheres com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos –, uma vez que nos documentos norteadores do Estatuto o ator social representado é o ‘ser humano’, como se vê nos exemplos a seguir:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos menciona que não se deve fazer distinção “de qualquer espécie” nos direitos e liberdades dos seres humanos, mas não inclui a distinção de idade na enumeração que apresenta:

(Texto II, linhas 14-17) “*Artigo II 1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.*

Já a Constituição Brasileira introduz a idade em sua enumeração, mas em sentido amplo, abrangendo qualquer faixa etária:

(Texto III, linhas 2-3) “*IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*”.

A representação dos atores sociais nesses textos legais se dá basicamente por *classificação*. De acordo com a proposta analítica de Van Leeuwen (1997, p. 202), essas categorizações são altamente generalizadas, e ocorrem quando uma dada sociedade diferencia classes por características pessoais (idade, sexo, origem classe social, raça, religião, etnia, orientação sexual etc.)

Ao longo dos três textos legais analisados, as pessoas idosas estão representadas por meio de *genericização*, que é, segundo Van Leeuwen (1997,193) o emprego de substantivos como referência genérica: ‘pessoa humana’, ‘indivíduo’, ‘seres humanos’, ‘pessoa’, ‘brasileiros’, ‘estrangeiros’. Este é um recurso de ‘coesão textual’, que Koch (2006b) considera um dos princípios constitutivos da textualidade, ou seja, que visa a formar um ‘tecido’ (tessitura), assegurando ao texto a continuidade, a seqüência e a unidade de sentidos.

Os idosos também estão representados nos textos legais analisados por *indeterminação agregada* (Van Leeuwen, 1997, p.199), que se realiza pelo uso de pronomes indefinidos como ‘todo/todos’ e ‘ninguém/nenhum’ em uma função nominal.

Estes recursos lingüísticos são empregados para caracterizar que os textos legais tratam de garantias maiores, não individualizadas:

(Texto I, linhas 6) “Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência [...]”

(Texto II, linha 25) “Artigo VII. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a proteção da lei”

(Texto III, linha 8) “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.”

No conjunto dos textos legais que serviram como base para esta pesquisa, o *significado representacional* da Terceira Idade delinea-se em diferentes prismas: na Declaração Universal de Direitos Humanos, em que o texto resulta originariamente da vontade coletiva dos Estados-Membros, a pessoa idosa não é representada individualmente e sim como parte integrante de “*todos os povos e todas as nações*”; na Constituição Federal, o texto estabelece direitos, garantias e deveres que traçam os limites da Sociedade Civil, criando preceitos individuais que se traduzem em um processo coletivo, ou seja, os direitos fundamentais expressos na Constituição referem-se aos direitos da ‘pessoa humana individual’. Logo em seu Preâmbulo, a Constituição brasileira destaca a igualdade como valor supremo e traça como objetivo a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, “*sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*” (art. 3º, inciso IV, com grifo meu). Dentre os destinatários dessa ‘igualdade sem preconceitos’ insere-se a pessoa idosa.

Como já foi dito, a Declaração Universal de Direitos Humanos e a Constituição da República Federativa do Brasil são os documentos norteadores do Estatuto do Idoso, que trata especificamente do objeto deste estudo (pessoa idosa) e que, portanto, tem maior relevância que os outros textos legais analisados, no que concerne às questões discursivas. Instituído por lei, o Estatuto do Idoso tenta dar relevância individual e social às pessoas com idade propecta. Para representação dos idosos, o texto do Estatuto se utiliza, em diversos artigos, de obviedades e redundâncias (Ex.: “*O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana...*”), que se fazem necessárias diante da impossibilidade que muitos idosos têm de enfrentar, com esforço próprio as afrontas cometidas pelos mais jovens. Um exemplo dessa obviedade é o disposto no art. 2º. Exemplo, o disposto no art. 9º do referido Estatuto.

4.2.2.2 Os idosos no foco da imprensa

Analisando as escolhas lexicais da autora da matéria (**Texto IV**), verifica-se, primeiramente, que a representação da pessoa idosa é feita por *generecização* (Van Leeuwen, 1997), processo em que os atores perdem seu *status* individual e se tornam sujeitos não identificáveis no meio dos conjuntos em que são incluídos (*idosos, vítimas*); o mesmo acontece com os demais atores sociais presentes na reportagem, que também são representados no texto por meio de substantivos comuns (*parentes, vizinhos, agressores, denunciantes*).

Na perspectiva do sistema de transitividade da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1994), é possível perceber que os processos envolvendo os idosos na reportagem são, em grande parte, *processos mentais* e, em relação aos demais atores sociais (agressores e denunciantes) os processos são, em sua maioria, *processos materiais*.

Observadas essas características representacionais, os atores sociais identificados na matéria podem ser agrupados em três grandes segmentos, pelo tipo de relação que mantêm uns com os outros.

O segmento que chamo de **‘vítimas’** refere-se aos próprios idosos, representados no discurso da jornalista pelos substantivos (*idoso/idosos, vítima, aposentado*), pelos processos materiais (*comia, voltar, morava, mudei, ficar*), pelos processos mentais e comportamentais (*sofre, não sabe, protege, penso, nega, sentia*), pelos processos nominalizados (*agressões, maus-tratos, abandono, negligência*), pelos substantivos que refletem o estado emocional dos idosos (*medo, vergonha, sofrimento*). Eis alguns exemplos dessas representações dos idosos:

(Linhas 7-8) “*A vítima geralmente sofre calada, por medo e vergonha*”.

(Linhas 11-12) “*Negligência e abandono também são considerados maus-tratos por colocar os idosos em situação de risco*”.

(Linha 18) “*A precariedade da vida levada pelo aposentado junto aos parentes*”.

(Linha 26) “*A maioria dos idosos protege a família*”.

(Linha 32) “*Sentia muito medo de ficar sozinha lá à noite*”.

No segundo segmento agrupo os ‘**agressores**’, que são representados pelos substantivos (*agressor/agressores, filho, neto, familiares, parentes, genro*), pelo sujeito indeterminado (verbo na 3ª pessoa do plural)¹ e pelos processos materiais (*ameaçava, esqueciam*).

(Linhas 8-9) “*A vítima geralmente sofre calada, por medo e vergonha de que o agressor – na maioria dos casos um filho ou neto – seja punido pelos maus-tratos*”.

(Linhas 22-23) “*Meu genro me ameaçava, eu comia fora de hora, esqueciam de me dar remédios*”.

Os ‘**denunciantes**’, terceiro grupo de atores sociais, aparecem representados pelos substantivos (*vizinhos, denunciantes*), por meio do sujeito indeterminado (verbo na 3ª pessoa do plural), por nominalizações de processo (*denúncias*) e, ainda, por intermédio dos processos materiais (*telefonaram, ligaram, denunciaram*):

(Linha 16) “*A maior parte das denúncias ainda são feias no anonimato*”.

(Linhas 28-29) “*Ligaram para a polícia e denunciaram o abandono e a negligência dos parentes*”.

Como conclusão da análise da representação dos idosos no foco da Imprensa, a presença de substantivos abstratos como ‘medo’, ‘drama’, ‘vergonha’, reforça a caracterização de *vítima* que a autora confere às pessoas idosas citadas na matéria.

4.2.2.3 Idosos sob o prisma de uma idosa

Nesta subseção analiso a *auto-representação* de D. Mirian (**Texto V**), isto é, a representação que a idosa faz dela mesma. Observa-se que a D. Mirian tenta explicar ou justificar o fato de ela estar em um asilo em vez de morar com a família e associa sua condição de idosa a fatores externos que não atingem exclusivamente a ela, mas a todo “velho”.

¹ Cunha e Cintra (2007, p. 128). “O verbo não ser refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer que executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento.”

Sob o prisma das proposições de Koch (2006), destaca-se na fala de D. Mirian o uso de um recurso retórico que ‘repetição intencional’ de termos com o mesmo significado, ou seja, a falta de espaço na casa da família. Veja os exemplos:

(Linhas 2-3) “As residências são pequenas e o velho...nem sempre tem lugar pra ele.”

(Linha 5) “Dois quartos ... ficava muito, né?... Ia ter que mudar as coisas da casa”.

(Linhas 8-9) “O mal das residências hoje é que são feitas pequenas,...dois quartos,...já não comportam mais.”

D. Mirian se vale, ainda, de outras estratégias, como a ‘enumeração’ (*de viver, de se instalar, de...*) e ‘a reformulação do pensamento’ (interrupções, pausas, explicações) para reforçar suas argumentações e desviar o foco da narrativa do problema pessoal.

(Linha 1-3) “Mudou exatamente a maneira de viver, de se instalar, de...as dificuldades...são muitas...o velho fica sobrando, né?! As residências são pequenas e o velho...nem sempre tem lugar pra ele...”

(Linhas 5-6) “Dois quartos ... ficava muito, né?... Ia ter que mudar as coisas da casa, né?”

(Linhas 7-8) “Humm...eu estou satisfeita pelo que resolveu, né, mas não como uma solução...uma...porque não tem jeito”.

Como se pode notar, há muita hesitação na fala de D. Mirian, que, tanto pode ser apenas uma estratégia natural no processo de construção do texto falado, mas pode, também, ser fruto da necessidade que a narradora tem de dar explicações. Esta hesitação se evidencia nas pausas (reticências), nos suspiros, no uso repetido da expressão “né”, como elementos de apoio.

Nos fragmentos de texto utilizados nos exemplos acima, determinados advérbios e expressões atitudinais (*exatamente; não tem jeito*) marcam os momentos em que a voz da D. Mirian está efetivamente presente, e que sua fala é mais para si mesma do que para quem a ouve. Essas expressões, as quais Koch (2006) denomina ‘modalizadores epistêmicos’, são mecanismos lexicais por meio dos quais o falante avalia (parte de) o conteúdo proposicional por ele veiculado em um ato de fala e assinala seu grau de certeza com relação aos fatos enunciados.

Ao analisar o texto segundo as categorias para representação dos atores sociais, propostas por Van Leeuwen (1997), verifica-se que, em determinados contextos, os atores sociais podem ser representados por categorizações genéricas. Vimos esta representação anteriormente, na análise do substantivo ‘idoso’, presente no texto do Estatuto do Idoso. Ainda segundo o referido autor, a representação por classificação pode se dar, também, através de características físicas (‘o coxo’, ‘o careca’, ‘o velho’¹), que proporcionem aos atores sociais uma identidade única, por meio de um traço que os ressalte. Esta distinção por características físicas, não raro, é depreciativa. Vejamos um exemplo dessa representação na narrativa² de D. Mirian:

(Linha1-3) *“Mudou exatamente a maneira de viver, de se instalar, de...as dificuldades...são muitas...o velho fica sobrando, né?! As residências são pequenas e o velho...nem sempre tem lugar pra ele”*.

O exemplo acima, já foi comentado anteriormente em relação às estratégias de enumeração e reformulação. Analisando-o, agora, com base nas categorias de representação dos atores sociais no discurso (Van Leeuwen, 1997), temos um processo de ‘inclusão’, pelo emprego do substantivo ‘o velho’: com esta escolha lexical, D. Mirian representa todas as pessoas idosas e, ao mesmo tempo, “protege” sua individualidade, por meio da supressão de si própria (enquanto ator social). Além disso, ao empregar o citado substantivo, no masculino genérico (‘o velho’) em vez de utilizar a 1ª pessoa do singular (ou do plural, inclusivo) em sua narrativa, conforme orientava a questão (*“o que mudou na sua vida depois que a senhora se tornou idosa?”*), D. Mirian faz uma avaliação depreciativa de si mesma e de todos os idosos.

Ainda recorrendo às categorias de Van Leeuwen, outra característica do discurso de D. Mirian é a ‘referência exofórica generalizada’³. Isto é, para referir-se a terceiros, a entrevistada usa o pronome pessoal ‘eles’ com um sentido de sujeito indeterminado, que deixa implícito que ela está se referindo à família (ao filho, à nora...). Ao não identificá-los

¹ Os exemplos apresentados por Van Leeuwen são ‘o coxo’ e ‘o careca’. Incluí ‘o velho’, por analogia.

² Para estimular a narrativa formulei a seguinte questão: “Me conte a sua história: o que mudou na sua vida depois que a senhora se tornou idosa?”

³ “A indeterminação pode também realizar-se por meio de uma referência exofórica generalizada, e neste caso atribui aos actores sociais um tipo de autoridade impessoal, uma noção de força coerciva invisível, mas poderosamente sentida”. (Van Leeuwen, 1997, p. 199).

claramente, a idosa evita imputar-lhes responsabilidades por coerção em decisões com as quais ela não compactuava:

(Linhas 3-4) “Quando eles acharam que eu não podia mais morar sozinha, me trouxeram para Brasília”.

No fragmento de texto acima, destaca-se, também, o processo mental de avaliação (“*acharam*”), onde o experienciador é o sujeito “indeterminado” *eles*, e que resulta no processo material de que D.Mirian é o objeto afetado (“*me trouxeram*”). Em outras palavras, *eles* (o filho, a nora e/ou alguém que tem *poder* sobre a idosa), avaliaram que ela não tinha mais condição de viver sozinha e, com base nessa avaliação, tomaram sua decisão à revelia. A idosa é, pois, representada como incapaz.¹

Observa-se, ainda, o emprego da ‘identificação relacional’ (Van Leeuwen, 1997, p. 204). Quando, em sua narrativa, D. Mirian representa os atores sociais em termos do parentesco – “*meu filho*” –, ela imediatamente se inclui na ação, por meio do pronome coloquial “*a gente*”², de modo a atenuar a responsabilidade do sujeito identificado:

(Linhas 4-6) “Mas logo que meu filho casou, teve filho, [...]. Aí a gente pensou aqui na Casa do Vovô.”

Essa preocupação da idosa em evitar a responsabilização do filho é semelhante à suscitada na reportagem (**Texto IV**), quanto ao *silêncio* dos idosos.

Pela narrativa, D. Miriam demonstra resignar-se à representação de incapaz que lhe é imputada, porque, de fato, se sente incapacitada para gerir a própria vida e tem medo de perder a proteção que – bem ou mal – recebe da família.

No que diz respeito à representação da pessoa idosa pelos próprios idosos, a narrativa de D. Mirian não difere muito das narrativas das outras idosas que foram

¹ Houaiss, A. e Villar (2001). **incapaz**. 4. JUR diz-se de ou aquele que não tem capacidade legal, que é privado de certos direitos ou excluído de certas funções por força de lei.

² As gramáticas não apresentam uma posição única: ora consideram “a gente” como pronome pessoal, ora como forma de tratamento, ou ainda como pronome indefinido, etc. Preferi chamar de “pronome coloquial” para destacar que, do mesmo modo que o pronome pessoal “nós”, a forma coloquial “a gente” pode incluir, além do falante, o ouvinte e outras pessoas.

entrevistadas¹: todas elas vincularam a velhice à perda de autonomia física, à dependência e à perda de espaço. Apenas uma delas² revelou ter sido vítima de algum tipo de violência.

4.2.2.4 Idosos asilados: o olhar de quem cuida por ofício

A análise do discurso da enfermeira Edna sob o prisma da representação dos atores sociais se sobrepõe, em muitos aspectos, à que foi desenvolvida em relação ao significado acional, em virtude do forte teor argumentativo do texto (**Texto VI**). De todo modo, é de se destacar que, por meio de suas escolhas lexicais, a enfermeira Edna constrói a representação dos idosos asilados em torno dos sentimentos de ‘abandono’ e de ‘carência afetiva’.

No enfoque dos processos hallidianos, as situações de abandono se expressam fortemente por meio dos processos materiais que envolvem as relações das famílias com seus idosos, como demonstram os seguintes exemplos:

(Linha 4) “*as famílias abandonam muito...*”

(Linhas 7-8) “*as famílias vêm [...], ficam umas horinhas e vão embora”*

(Linha 20) “*eles ficam abandonados, jogados mesmo...*”

(Linha 21) “*E a maioria só sai daqui quando morre...*”

Essa situação de abandono da maioria dos idosos asilados é ratificada no discurso da enfermeira, pela circunstância em que eles saem do asilo, realizada pelo processo comportamental (*morre*), e pelo processo mental (*quer*) precedido do pronome indefinido (*ninguém*). Veja novamente nas frases:

(Linha 12) “*o velho ninguém quer”*

(Linha 21) “*E a maioria só sai daqui quando morre...*”

Destaco, ainda, o recurso retórico da ‘gradação’ (*abandonados, jogados*) utilizado pela entrevistada para reforçar a situação de abandono dos idosos:

(Linha 20) “*eles ficam abandonados, jogados mesmo...*”

¹ Todas as entrevistas realizadas estão reproduzidas integralmente na seção de anexos.

² Ver no anexo a entrevista de D. Adélia, asilada no Retiro Vivência.

A carência afetiva é vista pelos olhos da enfermeira Edna e está representada nos seguintes exemplos pelos processos mentais (*esperando, querendo*) e por meio de adjetivos (*tristes, alegres*) e de substantivos que expressam manifestações de afeto (*abraço, carinho*):

(Linha 8) “*E os velhinhos ficam aqui, mais tristes que antes...*”

(Linhas 14-15) “*Eu vejo esses velhinhos, esperando uma visita, querendo um abraço, um carinho...*”

(Linhas 15-16) “*A gente tenta dar carinho a eles, mas não é a mesma coisa que um parente, um filho, um neto...*”

(Linha 17) “*Você nem tem idéia de como uma visita como a sua deixa elas alegres!*”

Outra marca da representação dos idosos no discurso em análise, como pessoas ‘desprovidas de dignidade’ e ‘merecedoras de piedade’ é o emprego do sufixo ‘-inho’ com o sentido valorativo de carinho e compaixão, para referir-se aos idosos e às coisas que lhes são afetivas (Ex: *velhinhos, coisinhas*)

(Linhas 14-15) “*Eu vejo esses velhinhos, esperando uma visita, querendo um abraço, um carinho...*”

(Linha 17-18) “*Que elas podem conversar, falar das coisinhas delas.*”

Resumindo o significado representacional do ponto de vista de quem cuida profissionalmente, os idosos asilados são vistos como pessoas abandonadas, carentes de afeto e dignas de pena. Percebe-se também que esses idosos asilados são vítimas de um tipo de violência que é praticada pela sociedade, de um modo geral, e, em particular, pelas próprias famílias, que é o *abandono*.

Apenas a título de ilustração, a representação dos idosos na narrativa da enfermeira Edna coincide com a narrativa de administradoras¹ de outro asilo de idosos, cujo texto não faz parte do *corpus* da pesquisa, mas está disponível para consulta na seção de anexos.

¹ Ver entrevista com Silvia e Lena, do Retiro Vivência, na seção de anexos.

4.2.3 Significado Identificacional

De acordo com Fairclough (2003), o significado identificacional está relacionado ao modo como as pessoas identificam a si mesmas e aos outros e, por conseguinte, ao processo de construção das identidades¹.

O novo sentido que a modernidade tardia dá para as identidades, qual seja a busca de identificação do 'eu', marcado pelas mudanças nas condições sociais da atualidade, é o principal enfoque do significado identificacional neste trabalho, uma vez que a velocidade das transformações nas últimas décadas tem sido muito superior à capacidade de absorção dessas mudanças, especialmente para aqueles que nasceram na primeira metade do século XX e que constituem hoje a população idosa.

Giddens (2002)² argumenta que o ritmo da mudança social e a amplitude e profundidade com que essa mudança afeta as práticas sociais e os comportamentos preexistentes é muito mais veloz do que em qualquer sistema anterior. O surgimento de ordens globalizadas faz com que o mundo em que vivemos hoje seja diferente do de épocas anteriores, pois, conforme ressalta Giddens, a globalização³ *unifica* a Humanidade.

Para Giddens, existe um processo de esvaziamento do tempo e espaço (que o autor chama de *desencaixe*), que retira a atividade social de contextos localizados e reorganiza as relações sociais através de grandes distâncias espaço-temporais. Além disso, segundo o autor, as reorganizações psíquicas e as mudanças de identidade naturais na vida de qualquer pessoa (passar de adolescente para adulto, casar-se, ter filhos, tornar-se avô(ó), envelhecer...), que, no passado, se davam por meio de "ritos de passagem", na alta modernidade ocorrem em um processo contínuo de construção do 'eu', como parte de um processo reflexivo de conectar as mudanças pessoais com as mudanças sociais.

Stuart Hall (2005, p.37), também entende que a identidade não nasce com o indivíduo e sim é construída ao longo do tempo. Para ele, a construção da identidade é um processo que se desenvolve "*a partir do nosso 'exterior', pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por 'outros'*".

¹ Ver Capítulo 2, seção 2.3 - Identidade e Modernidade.

² Idem, subseção 2.3.1 – Identidade e reflexividade.

³ Lembrando o que foi comentado no Capítulo 2 (subseção 2.3.1), Giddens emprega o termo 'globalização' para expressar aspectos relacionados à inserção entre presença e ausência e ao entrelaçamento das relações sociais à distância com as locais.

Em relação à pessoa idosa, esses processos descritos por Giddens e Hall têm influência determinante na construção das identidades, porque a velocidade das mudanças e a ausência de materialidade, devidas, sobretudo, aos avanços tecnológicos (que transformam o ‘mundo real’ em ‘mundo virtual’), causam insegurança ao idoso – mesmo àquele que está em perfeito gozo de suas faculdades físicas e mentais –, gerando dependência de terceiros para executar tarefas aparentemente triviais, como efetuar o pagamento de contas, sacar dinheiro, fazer compras com cartão eletrônico, e faz como que o próprio idoso “vista a carapuça”¹ de **incapaz**².

Essa característica identitária pode ser percebida em diversos trechos dos textos analisados. Eis um exemplo:

(Texto V, linhas 3-4) “*Quando eles acharam que eu não podia mais morar sozinha, me trouxeram para Brasília*”.

Nas suas considerações sobre identidade, Stuart Hall (2005) acrescenta, ainda, que um aspecto importante a ser observado na construção das identidades é a forma como as pessoas comprometem-se com o que elas mesmas dizem no texto.

Para fazer a análise desse comprometimento, Faiclough (2003) sugere que se observem as categorias da ‘modalidade’ e da ‘avaliação’, sobre as quais discorri no capítulo teórico, subseção 2.1.4. e que pretendo aplicar nas análises atinentes ao significado identificacional.

4.2.3.1 A terceira idade e a lei

A constatação do argumento de Giddens, a respeito da globalização, salta aos olhos na presente pesquisa, quando se analisa o texto do Estatuto do Idoso, cujas diretrizes são emanadas de acordos internacionais, que estabelecem normas e padrões uniformes a serem seguidos por todos os países signatários.

O limite cronológico definido com início da terceira idade, de acordo com o Plano de Ação Internacional sobre Envelhecimento produzido em 1982, pela Organização das

¹ Houaiss e Villar (2001). “**vestir a carapuça** (*fig.*) sentir-se atingido por alusão crítica impessoalizada.” Embora seja uma expressão coloquial, pareceu-me a mais adequada para caracterizar aqui a identidade da pessoa idosa.

² Ver página 125, Nota 1.

Nações Unidas (ONU), é de 60 anos. Para estabelecer este patamar, a ONU tomou por base a média de idade de aposentadoria na maioria dos países-membros. A Organização Mundial de Saúde (OMS) segue o mesmo patamar, que é também o estipulado no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003):

Art. 1º: “*É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos*”. (Grifei)

A fixação legal do início da terceira idade pela média de idade de aposentadoria contribui para que a identidade do idoso possa ter um caráter depreciativo, que envolve improdutividade e inatividade. Talvez seja essa a principal razão para que o perfil identitário das pessoas que se consideram idosas não corresponda ao estabelecido na lei. Em outras palavras, as pessoas não se sentem compulsoriamente idosas ao completar o sexagésimo aniversário natalício.

Conforme assinalei no tópico do capítulo metodológico dedicado à seleção do *corpus* (seção 3.3.4), na faixa etária entre 60 e 70 anos, grande parte das pessoas possui autonomia física, quase todas ainda exercem alguma atividade laborativa (mesmo aquelas que estão aposentadas), não aparentam a idade que têm e não se sentem – nem querem ser caracterizadas – como pessoas idosas.

4.2.3.2 Os idosos no foco da imprensa

De acordo com as análises apresentadas no item 4.2.2.2, os idosos são representados no texto da imprensa (**Texto IV**) como ‘vítimas de violência’. Partindo dessa representação, procuro verificar aspectos do significado identificacional, cotejando as características identitárias atribuídas aos idosos no discurso da autora da reportagem com as citações em discurso direto que aparecem na matéria jornalística, uma vez que me interessa verificar como a identidade se constrói no discurso da pessoa idosa, livre de qualquer avaliação por parte da jornalista.

O texto possui dois momentos em que se destacam vozes de idosos e uma citação direta da fala de uma psicóloga, especialista na área de gerontologia. Analisando a modalidade na fala da psicóloga, nota-se um elevado grau de comprometimento com o enunciado, pelas afirmações diretas (Ex.: ‘*umenta*’, ‘*é*’, ‘*agrava*’) e avaliações que contêm (Ex.: ‘*é um drama velado*’, ‘*isso se agrava mais porque[...]*’):

(Linhas 12-13) “*O que aumenta mais a cada ano é a violência psicológica.*”

(Linhas 14-15) “*Isso se agrava mais porque a vítima não sabe como cobrar respeito*”.

Os dois exemplos supracitados delineiam aspectos identitários que caracterizam os idosos como pessoas desrespeitadas e oprimidas.

O outro exemplo de discurso direto, na matéria de jornal, reproduz a fala de Walter, um idoso de 80 anos, vítima de negligência e de violência psicológica. Ele relata as situações de violência por que passou, utilizando tempos verbais do ‘mundo narrado’¹ que indicam habitualidade (Ex.: *ameaçava, comia, esqueciam*), avalia sua atual situação por meio de afirmação categórica (“*Estou bem melhor aqui.*”) e utiliza um processo mental (*penso*) para condicionar seu retorno à casa (*‘se ele sair de lá’*):

(Linhas 22-23) “*Meu genro me ameaçava, eu comia fora de hora, esqueciam de me dar remédio. Estou bem melhor aqui. Só penso em voltar para casa se ele sair de lá.*”

Da fala de Walter depreendem-se alguns aspectos que contribuem para a construção identitária. Um deles corrobora que o tipo de violência sofrida é predominantemente a negligência. Outro aspecto importante a se observar é a perda de espaço: (o idoso tem casa, mas está vivendo em um asilo). E o terceiro aspecto é implícito, caracterizando **medo** (*‘me ameaçava’*), **dependência** (*‘esqueciam de me dar remédio’*) e **insegurança** (*‘estou bem melhor aqui’*); essas características identitárias, têm a ver com o ‘conluio de silêncio’², ventilado pela psicóloga na matéria sob análise e em outros momentos desta pesquisa, sobre questões de violência contra idosos: embora Walter admita que costumava ser maltratado, a comunicação ao “SOS Idoso” não partiu dele e sim de denúncias anônimas.

A última fala é da idosa Vânia, 83 anos, que, segundo denúncia de vizinhos, morava sozinha há cerca de três meses. No discurso da idosa também há indícios de violência psicológica e abandono, como se pode depreender do modo como ela descreve a hostilidade do genro, suavizada pelo uso do eufemismo (“*me olhava de cara feia*”); do processo mental (“*sentia muito medo*”) e da repetição saneadora (“*de ficar sozinha lá à noite, de entrar ladrão*”). A matéria explicita que D. Vânia também foi levada para um asilo porque, do mesmo modo que no caso do Sr. Walter, foi constatada a situação de

¹ Nomenclatura de Koch (2006, p. 35).

² Expressão de Faleiros (2007, p.33), já mencionada anteriormente.

abandono. Entretanto, a idosa avoca para si a decisão de ter ido morar sozinha, como demonstram os processos materiais (*'morava', 'mudei'*). Aqui, novamente, se vislumbra a questão do *'silêncio'*.

(Linhas 30-32) *“Morava com minha filha e me mudei para o apartamento porque meu genro me olhava com cara feia. Sentia muito medo de ficar sozinha lá à noite, de entrar ladrão”*.

Como a grande maioria das matérias veiculadas na mídia sobre violações de direitos humanos, a reportagem cumpre o seu papel de denunciar a violência contra idosos, comover a opinião pública, suscitar debates junto ao poder público que resultem em ações de proteção para a população idosa. Entretanto, as características identitárias que afloram da própria matéria afiguram-se como um fator que dificulta a visibilidade dessa violência – física e psicológica – e, por conseguinte, a adoção de medidas concretas para solução do problema. A identidade da pessoa idosa que se nos apresenta nas notícias sobre violência é a de baixa auto-estima, menosprezo, ausência de pertença, dependência, insegurança e, sobretudo, o medo que faz calar.

4.2.3.3 Idosos sob o prisma de uma idosa

D. Mirian, como já foi dito anteriormente, é uma idosa de 81 anos, asilada, e o texto aqui analisado (**Texto V**) é uma narrativa que a idosa faz livremente, sem qualquer interferência¹.

Analisando o significado identificacional nos trechos abaixo, nota-se que o comprometimento de D. Mirian quanto às razões de viver asilada é atenuado pelo uso da lítotes *'nem sempre'* (significando *nunca*). A questão da perda de espaço é um forte aspecto identitário presente em toda a fala a idosa, por meio de repetições enfáticas², como mostram os exemplos:

(Linhas 2-3) *“As residências são pequenas e o velho...nem sempre tem lugar para ele.”*

(Linhas 5-6) *“Dois quartos...ficava muito, né?...Ia ter que mudar as coisas da casa.”*

¹ Importante ressaltar que a entrevista foi acompanhada por uma funcionária do asilo.

² Segundo Silva, D. E. G. (2001, p.166), “Na função específica de ênfase, a repetição atua como uma espécie de valorização reiterada (por parte do narrador) de um fato, um detalhe, um elemento, uma ação ou um ponto de vista pessoal dentro da narrativa”.

(Linhas 8-10) “*O mal das residências hoje é que são feitas pequenas...dois quartos...já não comportam mais...Então eu preferi ficar aqui do que desalojar, ficar apertada...*”

Nos trechos acima, nota-se que D. Mirian procura afastar qualquer identificação com idosos que são vítimas de negligência, abandono, maus-tratos. Ao discorrer sobre sua própria situação, ela se coloca à distância, generalizando as causas (*As residências são pequenas*) e as conseqüências (*e o velho...nem sempre tem lugar para ele*”).

Algumas escolhas lexicais (advérbios e expressões atitudinais) presentes na narrativa de D. Mirian são bastante significativas, pois exprimem seu posicionamento consciente – sua avaliação – quanto à situação em que vive (*‘mudou exatamente’, ‘não tem jeito’*). Exemplos:

(Linha 1) “*Mudou exatamente a maneira de viver, de se instalar, de...*”

(Linhas 7-8) “*Humm...eu estou satisfeita pelo que resolveu, né, mas não como uma solução...uma...porque não tem jeito*”.

A afirmação avaliativa que D. Mirian faz ao concluir sua narrativa (“*estou satisfeita*”) é, aparentemente, positiva: a solução, embora não fosse a que ela desejava, a deixou “satisfeita”, porque resolveu o problema familiar. Entretanto, o que parece estar por trás dessa “satisfação” é a desvalorização e a impotência (“*porque não tem jeito*”). Mais uma vez, o foco do problema é desviado. Mais uma vez, “o silêncio fala mais alto”.

Como os dois últimos exemplos apresentados têm-se uma síntese do significado identificacional dos idosos sob o prisma de uma idosa. Ao alegar o problema da falta de espaço, D. Mirian delinea suas características identitárias, depois que se tornou idosa, como descartável, um fardo para a família. Fardo este que ela diz tentar aliviar mudando-se para um asilo.

4.2.3.4 Idosos asilados: o olhar de quem cuida por ofício

Analisando a narrativa da enfermeira Edna sobre a pessoa idosa (**Texto VI**) do ponto de vista do significado identificacional, chamou-me a atenção o fato de não se perceber no discurso da entrevistada qualquer alusão à ‘dignidade’, ao ‘respeito’, ao ‘direito’ e à ‘cidadania’. Tomando por base a teoria de Van Leeuwen (1997), a respeito da

representação dos atores sociais no discurso, é possível dizer que esses atores sociais (os idosos) são representados por *classificação* – ou seja, como grupo e não como indivíduos. Segundo o referido autor, as categorias de classificação variam histórica e culturalmente, desempenhando um papel de maior/menor importância na identificação. Van Leeuwen (ibid., p. 203), citando Berger (1966), salienta:

Qualquer função na sociedade está ligada a uma certa identidade. Como vimos, algumas destas identidades são triviais e temporárias, como nalgumas ocupações que exigem pouca modificação na maneira de ser dos seus praticantes. [...]. É difícil mudar de negro para branco. E é quase impossível mudar de homem para mulher. Estas diferenças na facilidade de mudança de papéis não nos deverão impedir de ver o facto de que mesmo as identidades que consideramos serem o mais essencial de nós próprios foram designadas socialmente.

O significado identificacional presente no discurso da enfermeira Edna é caracterizado pelas avaliações que faz da situação de **abandono** da maioria dos idosos asilados:

(Linha 12) “*o velho ninguém quer*”.

(Linha 21) “*E a maioria só sai daqui quando morre ...*”

Como dito anteriormente, a **carência afetiva** é outra característica identitária dos idosos, de acordo com a avaliação da enfermeira:

(Linha 8) “*E os velhinhos ficam aqui, mais tristes que antes ...*”

(Linhas 14-15) “*Eu vejo esses velhinhos, esperando uma visita, querendo um abraço, um carinho ...*”

(Linhas 15-16) “*A gente tenta dar carinho a eles, mas não é a mesma coisa que um parente, um filho, um neto...*”

(Linha 17) “*Você nem tem idéia de como uma visita como a sua deixa elas alegres!*”

Fazendo um apanhado das principais características identitárias, ou seja, da **identidade** dos idosos nos cinco textos analisados tem-se que:

- Os idosos são identificados pelos outros e por eles próprios como incapazes.
- Apesar de os textos legais estabelecerem a idade de 60 anos para caracterizar a terceira idade, tanto os idosos como as outras pessoas só reconhecem a condição de pessoa idosa quando, associada à idade, evidenciam-se situações de dependência (especialmente limitações físicas ou mentais).
- A pessoa idosa não tem espaço próprio (nem espaço físico, nem espaço para opinar, para agir)
- As pessoas idosas são menosprezadas e abandonadas
- Eles/elas têm carência afetiva e baixa auto-estima
- Eles/elas têm medo

4.3 A RELAÇÃO DO DISCURSO COM CRENÇAS, VALORES E IDEOLOGIA

A velhice é, e deveria ser considerada por todos, um tempo maravilhoso da vida. É parecido com o clássico entardecer do dia, quando as pessoas mais sensíveis param e se permitem curtir o espetáculo do pôr-do-sol, percebendo, mesmo sem entender, que há algo muito maior e mais importante do que a busca frenética e mesquinha pelo dinheiro, pela fama e pelo poder, na qual está empenhado o mundo.

(Chafic Jbeili, 2004)¹

Como se evidencia no presente trabalho, os discursos – ou as práticas discursivas – vão muito além da função puramente comunicativa, informativa. Na seção anterior (4.2) analisei o modo como o discurso se articula com outros elementos sociais não discursivos (ação, interação, relações sociais) e nesta seção analisarei essas articulações considerando as crenças, os valores e as questões de poder envolvidas nos discursos sobre idosos.

De acordo com as proposições de Fairclough (2001), apresentadas no Capítulo 2 desta dissertação, os discursos são originários de sujeitos com marcas identitárias específicas que os posicionam (e a seus interlocutores) de maneira ímpar na vida social. Analisando o discurso em relação ao poder e à ideologia, o autor assevera que a ideologia está intimamente relacionada com o poder, uma vez que por meio dela é que são construídas e mantidas as relações de dominação, Numa perspectiva de poder como hegemonia Fairclough (ibid.,124) entende que “*a maior parte do discurso se sustenta na luta hegemônica em instituições particulares (família, escolas, tribunais de justiça, etc.)*”.

Para Thompson (2002), a dominação ocorre quando as relações estabelecidas de poder são "sistematicamente assimétricas". Como foi visto no Capítulo 2, o autor distingue cinco modos de operação gerais da ideologia e indica algumas das maneiras como eles podem estar ligados, em circunstâncias particulares, a estratégias de construção simbólica, que servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder. Nos textos do *corpus* são identificados três desses modos de operação (a legitimação, a fragmentação e a reificação).

¹ **Chafic Jbeili** é Teólogo, Psicanalista e Psicopedagogo Clínico e Institucional. Membro da Associação Brasileira de Medicina Psicossomática do Distrito Federal.

A retomada breve desses conceitos apresentados no capítulo dedicado à fundamentação teórica (Capítulo 2) é importante para situar o leitor em relação às análises a seguir.

Em todos os textos analisados percebe-se um discurso hegemônico que sustenta as relações de dominação jovem/adulto sobre o idoso. O próprio texto legal, que tem o papel de estabelecer e garantir direitos, acaba deixando transparecer que existe uma relação de dominação – característica do modo de operação da ideologia a que Thompson (*op. cit.*) chama de *fragmentação*, por meio da construção simbólica da *diferenciação* –, quando ‘precisa’ explicitar, no Estatuto do Idoso, direitos óbvios, inerentes a qualquer ser humano: (Texto I, linhas 1-2) *Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana [...].*

No noticiário da imprensa, deparei-me com denúncias de práticas sociais que não me eram perceptíveis no cotidiano. Essas práticas também evidenciam a *fragmentação* da pessoa idosa por *diferenciação*, nas menções à usurpação dos espaços dos idosos, ao tratamento desdenhoso que recebem de seus familiares.

(Texto IV, linhas 12- 15) “*O que aumenta mais a cada ano é a violência psicológica. Muitas vezes os familiares fazem questão de deixar claro que o idoso é um problema dentro de casa. Isso se agrava mais porque a vítima não sabe como cobrar respeito*”.

Apesar das denúncias de maus tratos que circulam na mídia, essas práticas sociais só são vistas como tal (ou seja, como violência), quando envolvem agressão física ou abandono¹. Tem-se aqui ideologia operando como *reificação*, expressa pela estratégia de construção simbólica da *naturalização*, ou seja, uma criação social e histórica – que é a desvalorização da pessoa idosa – é tratada como acontecimento natural. Essas práticas sociais, que incluem negligência, desrespeito, humilhações, ameaças, apropriação de bens, redução dos espaços etc., comumente, nem são percebidas como violação de direitos, conforme se pode constatar no exemplo abaixo, extraído do **Texto VI**, em contraste com o trecho da reportagem (**Texto IV**). Note-se que a atitude das famílias em relação aos seus idosos relatada no exemplo do Texto VI demonstra que esses familiares ‘acham’ que estão tratando bem dos seus idosos, e não se dão conta de que estão cometendo o tipo de violência denunciado pela Imprensa (exemplo do texto IV).

¹ Abandono no sentido estrito de deixar o idoso sozinho, sem condições de sobreviver.

(Texto IV, linhas 10- 12) *As agressões podem ser de natureza física, psicológica e até financeira. Negligência e abandono também são considerados maus-tratos por colocar os idosos em situação de risco.*

(Texto VI, linhas 7-10) *“Aí, as famílias vêm trazem uns pratinhos, uns presentes, ficam umas horinhas e vão embora. E os velhinhos ficam aqui, mais tristes que antes...As famílias tinham é que levá-los para passar o Natal, o aniversário, as festas, em casa!”.*

Nas vozes das pessoas idosas, presentes tanto no texto da imprensa (**Texto IV**) quanto no texto da entrevista (**Texto V**), percebe-se a ideologia funcionando como *legitimação* do poder dos mais jovens sobre os idosos. Ou seja, os próprios idosos aceitam como ‘natural’ – ou, pelo menos, como ‘inevitável’ – o jugo dos familiares e ‘se calam’, endossando a situação de reificação.

(Texto IV, linhas 7-9) *A vítima geralmente sofre calada, por medo e vergonha de que o agressor – na maioria dos casos um filho ou neto – seja punido pelos maus-tratos.*

(Texto V, linhas 7-8) *Humm... eu estou satisfeita pelo que resolveu, né, mas não como uma solução...uma...porque não tem jeito.*

Essa *legitimação* pode ser ilustrada em outra fala de D.Mirian (**Texto V**), na qual a perda de espaço é um forte aspecto identitário. Como já visto em diversos exemplos anteriores, a questão do espaço está presente em toda a fala a idosa. Por meio de reiterações, repetições enfáticas e repetições saneadoras, com as quais descreve o espaço físico, D. Mirian deixa entrever a sua perda de espaço em sentido mais amplo (liberdade, privacidade, autonomia, respeito...).

(Texto V, linhas 9-10) *O mal das residências hoje é que são feitas pequenas...dois quartos...já não comportam mais...então eu preferi ficar aqui do que desalojar, ficar apertada...*

Para concluir minhas análises, apresento outro exemplo que considero marcante, na fala da enfermeira Edna¹, pois tenta chamar a atenção para certos valores do senso comum, que fazem com que a sociedade naturalize e legitime a fragmentação da pessoa idosa:

¹ Fala similar aparece na narrativa da proprietária do Retiro Vivência. Ver entrevista na seção de anexos.

(Texto V, linhas 11-12) *As coisas são assim: de bebê, de criança, todo mundo gosta, acha bonitinho... mas o velho ninguém quer...*

A violência é uma realidade que faz parte do cotidiano dos seres humanos, configurando-se das mais variadas formas e nos mais variados contextos, podendo afetar a todos. A indignação ou reação contra a violência em si só ocorre discursivamente quando a mídia alardeia algum caso grave, de homicídio, de agressão física ou de cárcere privado, por exemplo; especialmente se essa violência for praticada contra minorias sociais (que tanto pode ser contra o idoso, contra a criança, contra a mulher, etc.)

Entretanto, em relação à pessoa idosa, parece que a sociedade ainda é mais insensível ou indiferente. Dentro de uma lógica de dominação dos velhos pelos mais jovens, os valores e as crenças são reificados por naturalização, ou seja, o próprio poder dominante (dos mais jovens, dos produtivos, dos hígidos, etc.) se auto-legitima, naturalizando essas crenças e valores (que depreciam os idosos) e tornando-as aparentemente inevitáveis.

Faz parte do pensamento coletivo do mundo capitalista a valoração das pessoas segundo sua capacidade de produção e de consumo, e no Brasil não é diferente: a sociedade brasileira naturaliza a discriminação aos idosos porque aceita o padrão imposto pelo pensamento hegemônico, segundo o qual só tem vez e voz que é capaz de produzir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição entre a manhã da vida e o depois do meio-dia da vida dá-se por uma transmutação de valores. Sem nenhuma preparação, os homens chegam à segunda metade da vida, e de modo quase que imprevisto; pior ainda, atingimos o após meio-dia da vida cheios de preconceitos, de ideais, de verdades que eram até agora nosso arsenal. Ora, é impossível viver o crepúsculo da vida com a mesma programação da manhã, pois aquilo que era então importante, provavelmente, será de pouca significação e a verdade na manhã será o erro do crepúsculo.

(Carl Gustav Jung)

A velhice é uma fase da vida que, cada vez mais, se torna inevitável: não há como viver mais tempo sem envelhecer. Entretanto, o aumento da expectativa de vida vem correndo em paralelo à ampliação acentuada de novas tecnologias de informação, que requer do segmento idoso uma inserção imediata, seja nos bancos, nos postos da Previdência Social ou em serviços eletrônicos diversos.

Ocorre que os idosos de hoje foram socializados sem o uso desses equipamentos eletrônicos e digitalizados. Aliam-se, a este, outros problemas que a velhice acarreta, como diminuição da capacidade visual e da destreza física que dificultam ainda mais o acesso aos meios eletrônicos, tornando-os dependentes dos mais jovens para realizar as atividades mais triviais do cotidiano. Este é apenas um traço da identidade dos idosos na alta modernidade. Outras características identitárias dos ‘novos velhos’ foram abordadas ao longo da presente dissertação e outras, muitas outras, deixaram de ser consideradas, por se desviarem do foco deste estudo, que buscou mostrar, a partir da conjuntura descrita no Capítulo 1, situações discursivas relacionadas à chamada terceira idade, no que concerne à identidade e ao espaço do(a) idoso(a) na sociedade e na família, além de questões sociais envolvendo abandono e maus-tratos.

Essas questões são comumente analisadas sob o prisma sociológico. Entretanto a transdisciplinaridade possibilita que se perceba – e se analise – o problema do ponto de vista lingüístico. Conforme salientei ao discutir os aspectos teóricos de metodológicos (ver Capítulos 2 e 3), a Análise de Discurso Crítica mostrou-se um referencial teórico importante para compreensão das relações dialéticas entre discurso e práticas sociais e das questões de poder e ideologia, e um instrumento metodológico *eficiente e eficaz*¹ de análise das representações sociais da pessoa idosa.

¹ “Ser ‘eficiente’ é fazer certo as coisas; ser ‘eficaz’ é fazer as coisas certas”. In: SILVEIRA, Fernando Henrique N. **Eficiência e eficácia, produtividade**: Que critério adotar. Disponível em: <http://www.institutomvc.com.br>.

Feitas essas considerações, retomo as questões de pesquisa que foram apresentadas na Introdução desta dissertação buscando responder com base no que foi apresentado ao longo desta dissertação e, principalmente, nas análises desenvolvidas no Capítulo 4:

1) Que aspectos discursivos caracterizam a identidade das pessoas idosas nos discursos analisados?

Os aspectos discursivos são os que se encontram diretamente relacionados à produção textual e que geram efeitos nos sentidos dos textos, como, por exemplo, a estrutura genérica dos textos, os tempos verbais empregados, o sistema de transitividade de Halliday (processos, participantes e circunstâncias), as modalizações e as avaliações. Acredito que as análises disponíveis no Capítulo 4 respondam satisfatoriamente a essa questão.

2) Que tipo de relação existe entre os discursos do Estatuto do Idoso, da Imprensa, da sociedade e dos cidadãos idosos?

Falemos da relação tratando da distinção que mostra como cada um desses discursos desempenha sua função de acordo com o gênero discursivo a que pertence (significado acional).

O Estatuto do Idoso pertence ao gênero lei (foi instituído por uma lei) e, como tal, representa a voz do Estado, na sua competência de regulação mútua de comportamentos, por meio de descrições de ações, instruções e prescrições de direitos e deveres, estabelecimento de punições, etc. Mas as leis não têm vida própria e não são eficazes a menos que sejam aplicadas na prática. O texto do Estatuto do Idoso é um texto eficiente, que contempla a proteção da pessoa idosa em toda a sua abrangência e determina punições para quem ‘descumprir suas prescrições’; neste aspecto, o Estatuto carece de exatidão: as escolhas lexicais do legislador enumeram os comportamentos dos quais “nenhum idoso será objeto” (negligência, discriminação, violência, crueldade, opressão). Tais comportamentos são de difícil caracterização e podem ocorrer tanto em ambientes externos, quanto dentro dos próprios lares, sem conseqüências observáveis externamente. Se não são observáveis, *não podem ser punidos, a menos que alguém denuncie e, mais ainda, que a denúncia seja comprovada e caracterizada.*

A matéria da imprensa analisada no *corpus* é uma reportagem autoral (assinada) e seu conteúdo é opinativo, pois contém diversas expressões avaliativas da autora do texto. Além disso, reproduz falas em discurso direto de idosos que sofreram algum tipo de violência. Cumprindo seu papel de denunciar para provocar mudança, a reportagem alerta para a imprecisão dos termos que indicam violação de direitos dos idosos no Estatuto, como já comentamos (negligência, crueldade, discriminação etc.), e faz uso de nominalizações de processos materiais (abandono, maus-tratos, ameaças), chamando atenção para um tipo de violência comum, velada, que é a violência psicológica: não deixa marcas físicas e, portanto, *não pode ser punida, a menos que alguém denuncie e, mais ainda, que a denúncia seja comprovada e caracterizada.*

O discurso da cuidadora de idosos é uma narrativa carregada de emoção. Nele, a violência aparece novamente sob a forma abstrata de abandono, falta de afeto, descaso etc., comportamentos que *não podem ser punidos, a menos que alguém denuncie e, mais ainda, que a denúncia seja comprovada e caracterizada.*

Na narrativa da idosa asilada não há alusão a qualquer tipo de violência praticada por terceiros. Em sua fala, a ‘violência’ está na própria condição de pessoa idosa: na dependência, na perda de espaço. Este tipo de violência também não é passível de *ser punido, nem denunciado, nem caracterizado...*

Como se pode notar, há recorrência dos problemas em todos os discursos, mas a relação mais evidente entre esses discursos é a falta de elementos concretos que permitam a caracterização das violações de direitos dos idosos e possibilitem a aplicação das penas previstas em Lei: o Estatuto *regula*; a mídia *denuncia*; a sociedade *ignora*; o idoso *silencia*.

3) Que características dos diversos discursos contribuem para a percepção da identidade da pessoa idosa e sua relação com a sociedade?

Esta questão deve ser analisada, em primeiro lugar, a partir do conceito de idoso(a) estabelecido na lei (e, portanto, assumido pelo Estado), que toma como parâmetro a idade média de aposentadoria para definir que a ‘velhice’ se inicia aos 60 anos. A vinculação idade/inatividade contribui para que as pessoas idosas sejam representadas socialmente pelo Estado como ‘improdutivas’, ‘fardo social’; esta representação reverbera na

sociedade, que passa a enxergar (e, muitas vezes, a tratar) os idosos como ‘inúteis’, ‘descartáveis’.

É sabido, no entanto, que a velhice não começa em uma idade cronológica, nem ocorre de forma igual para todas as pessoas: o envelhecimento é um processo individual, que difere de pessoa para pessoa, e que também sofre mudanças conceituais ao longo da história. Por exemplo, na década de 1940, quando a expectativa média de vida da população brasileira era de 45 anos¹, uma pessoa com mais de 50 anos era considerada velha. Hoje, com a expectativa de vida em torno de 71 anos, ser ‘velho’ está muito mais associado à condição física e à aparência do que à data de nascimento. Isto faz com que os idosos hígidos não se auto-representem como pessoas idosas, associando a velhice à perda de autonomia física e/ou mental.

Ainda em relação ao conceito de velhice associado ao binômio idade/inatividade, a pesquisa suscitou algumas observações interessantes, que diferenciam homens idosos de mulheres idosas: primeiramente, a própria longevidade, que é maior entre as mulheres; depois, vem o aspecto da rejeição à identidade de idoso, que é maior entre os homens (tanto que não consegui reunir indivíduos do sexo masculino que concordassem em ser entrevistados na qualidade de idosos). Neste particular, as entrevistas realizadas sinalizam que as mulheres que atualmente estão na faixa etária acima de 70 anos são originárias de um modelo sócio-econômico de hegemonia masculina, em que cabia à mulher somente os papéis de esposa, dona-de-casa e mãe². Por conseguinte, aceitam mais passivamente e com mais resignação (ou medo!) o jugo de terceiros.

Das entrevistas que realizei com as idosas e com cuidadoras e parentes de idosos, bem como de falas de idosos em reportagens sobre violência, pude depreender que a representação que as pessoas idosas dependentes de terceiros (por falta de autonomia física, mental e/ou financeira) fazem delas mesmas e dos outros idosos é de ‘dominados’, ‘subordinados’, ‘incapazes’, ‘sem valor’ e ‘com medo’; e a representação dos idosos pela sociedade é de que são ‘improdutivos’, ‘inúteis’, ‘sem importância’, ‘um fardo’. Essa representação social de inferioridade da pessoa idosa está sempre presente, explícita ou

¹ Fonte: **Cartilha do Idoso**: mitos e verdades sobre a velhice. São Paulo: SMADS, 2006.

² Com certeza, existem exceções; porém todas as idosas que entrevistei nunca tinham trabalhado fora ou haviam deixado seus empregos ao se casarem.

implicitamente, na relação de dominador-dominado (dos mais jovens sobre os idosos), que é interiorizada por ambas as partes.

4) De que maneira a ideologia se manifesta nesse discurso?

A cultura ocidental não valoriza o idoso pela bagagem de experiência, nem no seio familiar, nem na sociedade, e menos ainda no campo profissional, onde a escassez de postos de trabalho leva o sistema a querer “livrar-se” dos empregados mais velhos (mais caros!) para dar lugar aos jovens (com maior expectativa produtiva e menor custo). Esse discurso hegemônico, que reforça a dominação do idoso pelos mais jovens, está presente em todos os textos analisados, nos quais a ideologia se manifesta, principalmente, por meio da *fragmentação*, da *reificação* e da *legitimação*¹. A começar pelo próprio Estatuto do Idoso, que, ao explicitar direitos óbvios, inerentes a qualquer ser humano, evidencia o modo de operação ideológico da *fragmentação*, expresso pela estratégia de construção simbólica de *diferenciação* do idoso.

A imprensa cumpre, na matéria de jornal analisada, seu papel de informar e alertar a opinião pública sobre o problema, denunciando não apenas a violência explícita como também práticas sociais menos perceptíveis no dia-a-dia, como o desrespeito, a usurpação de espaços, a negligência. Essas práticas evidenciam a *fragmentação* da pessoa idosa por *diferenciação* e, também, a *reificação*, pela *naturalização*, ou seja, as relações de dominação são sustentadas e a desvalorização da pessoa idosa é vista pela sociedade como acontecimento natural. Nas vozes das pessoas idosas, como vimos nas análises (Capítulo 4), essa reificação é corroborada pelos próprios idosos, que aceitam e legitimam o poder que os mais jovens exercem sobre eles.

Este ponto merece uma reflexão sobre a acepção foucaultiana de Poder. Para Foucault (2004) poder se constrói historicamente enquanto saber de si em um outro. O poder está presente nas relações sociais (familiares, econômicas, subjetivas, etc.) nas quais os ‘saberes são esquecidos e desqualificados’ nessas relações. O poder, segundo o referido autor não surge de cima para baixo e sim dos mecanismos mais elementares da sociedade (família, vizinhança, etc.) até chegar às instâncias globais.

¹ Modos de Operação da Ideologia, segundo Thompson (2002). Ver Capítulo 2.

Retomando a argumentação de Faleiros (ver Capítulo 2), os conflitos de interesse, de saber e de poder ocorrem no âmbito macrossocial e nas relações de “*mascamamento ou bloqueamento de saberes locais e marginais e também pela imposição do silêncio, do segredo e de dispositivos e de mecanismos que se exercem em níveis diferentes e domínios e extensões variadas, sem se reduzir à economia*” (Foucault, 1979, citado por Faleiros, 2007).

Cabe aqui retomar, também, as teorias de Giddens (2002), comentadas no Capítulo 2, sobre o ‘eu reflexivo’, sobre o modo como a reflexividade afeta a estruturas de classe e outras formas de organização da vida moderna e o tipo de mudança pessoal que isso acarreta. As questões do ‘analfabetismo digital’¹, a prevalência dos espaços virtuais sobre os espaços físicos, e a própria longevidade são realidades muito recentes e muito dinâmicas, que não param para ‘acompanhar o ritmo’ das pessoas mais velhas. E assim se constroem as identidades dos ‘novos velhos’...

Muito ainda há que ser analisado e refletido acerca do discurso sobre a pessoa idosa. Porém, neste momento, premida pela limitação de tempo, conformo-me em restringir o foco da análise às questões de pesquisa inicialmente traçadas, projetando para um futuro breve a ampliação do escopo e o aprofundamento das minhas investigações.

Por fim, acatando as asserções de Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2003), de que toda pesquisa social deve ser reflexiva, ou seja, todo o pesquisador deve refletir criticamente sobre suas análises, uma vez que não existe pesquisa neutra, nem análises imparciais, devo considerar que minha posição, enquanto pesquisadora, não é única e que pode haver muitas outras abordagens para lidar com o problema.

Embora a motivação inicial para interesse por aspectos discursivos sobre idosos tenha sido reforçada por um problema pessoal, familiar, procurei pautar este trabalho pelo rigor ético, excluindo do universo de entrevistados parentes e amigos de estreito convívio. Ao selecionar matérias publicadas sobre temas relacionados com a terceira idade, direcionei meu olhar àquelas que continham denúncias ou discussões sobre violação de direitos e violência, por oferecerem mais subsídios às minhas análises das identidades e representações das pessoas idosas. Nem por isso ignoro a existência de matérias jornalísticas positivas ou desconsidero a validade dessas matérias para outros estudos sobre idosos.

¹ **Analfabetismo digital** é um termo comumente empregado na atualidade (pela mídia, pelas empresas, pelo Governo, etc.) para caracterizar a incapacidade de obter informações por meios da informática, ligadas à ‘Era Digital’, como a Internet, terminais bancários ou qualquer outro meio ligado a computadores.

Refletindo criticamente sobre os resultados alcançados, concluo que o Brasil dispõe de amparo legal para proteção dos direitos e combate à violência contra a pessoa idosa. Faltam, sim, ações preventivas – muito mais do que ações coercitivas – por parte do Estado, conscientização por parte da sociedade, tolerância e amor por parte das famílias e aceitação da nova identidade por parte dos próprios idosos: a sociedade capitalista, individualista, em que vivemos não valoriza nem se sente responsável pelos idosos; a instituição ‘família’ é entendida quase que tão-somente como o núcleo familiar descendente (filhos, netos, bisnetos...) e não somos preparados para a dependência ascendente – nem para cuidar de nossos idosos, nem para sermos cuidados no futuro.

A responsabilidade pela velhice precisa ser assumida simultaneamente pelo **Estado**, pela **família** e pela **sociedade** e o enfrentamento do problema da violência contra os idosos não termina na imputação de culpa e/ou punição da família ou parente que agride. O próprio idoso teme tal punição, pois fatalmente redundará em mais abandono. De nada adianta culpar e punir a família sem que se dê condições e oportunidades concretas de mudança de comportamento (o que, muitas vezes, requer mudanças na conjuntura em que vivem). A consequência desse conjunto de fatos é, inevitavelmente, **o silêncio**. Aliás, **os silêncios**: o silêncio dos que têm poder (a quem não interessa modificar as relações de dominação) e o silêncio dos que não têm poder e temem os que o têm.

Vale acrescentar, para reflexão, a afirmação de Eni Orlandi (1993) sobre a diversidade de sentidos que o silêncio pode ter, dependendo de suas condições de produção: *“O silêncio imposto pelo opressor é exclusão, é forma de dominação, enquanto o silêncio proposto pelo oprimido pode ser uma forma de resistência.”*

Nesta pesquisa que ora encerro encontrei o medo da solidão, do abandono, do preconceito, selados com o silêncio.

Espero, com esta dissertação, fazer coro com as ‘vozes que falam’ em favor da dignidade, do respeito e da proteção à pessoa idosa.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 1ª ed. Portugal: Presença e Brasil: Martins Fontes, 1980.

ALVES, A.M. – A construção social da violência contra idosos. **Textos sobre Envelhecimento**, UnATI/UERJ, v.3, n.6. Rio de Janeiro, 2001.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. Tema e significação na língua *In*: _____ **Marxismo e filosofia da linguagem**. , p.128-136. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARROS, D. Dialogismo, polifonia e enunciação. *In*: _____; FIORIN, J. (Orgs.) **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. p.1-9. (Ensaio de Cultura 7).São Paulo: EDUSP, 1999.

BASTOS, C.; MARTINS, I. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2ª ed., 8º vol. São Paulo: Saraiva, 1998.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Tradução e organização de Angela Paiva Dionísio e Judith Chambliss Hoffnagel. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri. 5ª ed. São Paulo: Pontes, 2005.

BOBBIO, N.;MATTEUCCI,N.;PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. V. 1 e 2, 5ª ed. Brasília: Edunb, 1993.

BOGDAM, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Ed., 1994.

BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e diálogo inconcluso. *In*: BARROS, D.; FIORIN, J. (Orgs.) **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. p. 11-27. (Ensaio de Cultura 7). São Paulo: EDUSP, 1999.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil . Edição Administrativa do Texto Constitucional Promulgado em 5/10/1988, com Emendas Constitucionais**. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

_____. Saiba como amadurecer mantendo a saúde, os direitos, o prazer e o bom humor. *In*: GUIA SERASA DE ORIENTAÇÃO AO CIDADÃO - **Série Serasa Cidadania**. Brasília, DF: APOSFUB, 2006.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução coordenada por Fabiana Komesu. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COHEN, L.; MANION, L. Triangulation. *In: Research Methods in Education*. 2nd edition, p. 254-270. London: Croom Helm, 1983.

CORÔA, M.L.S. **O Tempo nos verbos do português**. São Paulo: Parábola, 2005.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **A Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, YVONNA S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução de Sandra Regina Netz. 2^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, M. **Dicionário Jurídico**. V.3. 1^a ed. São Paulo: Saraiva, 1998

ELIAS, N. Envelhecer e Morrer. *In: A Solidão dos Moribundos*. Tradução de Plínio Dentzien. P 79-103. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

FALEIROS, V. P. **Violência contra a pessoa idosa: ocorrências, vítimas e agressores**. Brasília, DF: Editora Universa, 2007.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. New York, Longman, 1989.

_____. **Discurso e Mudança Social**. Tradução coordenada por Izabel Magalhães. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. Neo-liberalism as a focus for critical research on language. **Programmatic text - Globalisation Research Network**, 1999. Disponível em: <http://bank.rug.ac.be/global/programme2.html>

_____. The Dialectics of Discourse. **Textus** v. 14, n.2, p. 3-10. Itália: Textus, 2001a. Disponível em: <http://www.ling.lancs.ac.uk/staff/norman/2001a.doc>

_____. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. *In: WODAK, R.; MEYER, M.(orgs.) Methods of Critical Discourse Analysis*. p. 121-138. London: Sage Publications Ltd., 2001.

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London & New York: Routledge, 2003.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. **Gramática**. 19 ed. São Paulo: Ática, 2003.

FERNÁNDEZ, M. **Manual de Lingüística Sistémico Funcional: el enfoque de M.A.K. Halliday y R. Hassan – Aplicaciones a la lengua española**. Argentina, Ediciones UNL, 2005.

FIORIN, J.L.; SAVIOLI F.P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FLICK, U. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução de Sandra Netz. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, M. **Nietzsche, Freud e Marx**. 4ª.ed. São Paulo: Princípios, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 20ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOWLER, R. Sobre a Linguística Crítica. *In: Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, número especial. RS: PPGCL/Unisul, 2004.

Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/09.htm>

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985/1994.

HALLIDAY, M.A.K e MATTHIESSEN, C.M.I.M. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Hong Kong: Oxford University Press, 1989.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOCH, I.V. **O texto e a construção dos sentidos**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Argumentação e Linguagem**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. **Introdução à Linguística Textual**. 1ª ed., 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

KRESS, G. Considerações de carácter cultural na descrição linguística: para uma teoria social da linguagem. *In: Emília Ribeiro Pedro (org.) Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*, p. 47-76. Lisboa: Caminho, 1998.

_____. History and language: towards a social account of linguistic change. *Journal of Pragmatics*, v. 13, n. 3, p. 445-466, 1989.

_____. Critical Discourse Analysis. *Annual Review of Applied Linguistics*, n. 11, p. 84-97, 1990.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974. (Coleção Debates)

LEAL, M.C.D. O Discurso Jornalístico sobre Privatizações e Protestos nas Ruas. *In*: I. Magalhães e K.Rajagopalan (Orgs.), **Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada: Análise Crítica do Discurso**, v.21, n. esp., p.73 -93. São Paulo: EDUC, 2005.

_____. Questões de ética e fortalecimento na etnografia crítica. *In*: D.E.G. da Silva e J.A. Vieira (Orgs.), **Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos**, p. 165-185. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras- UnB; Editora Plano, 2002.

LOPES, A. Dependência, Contratos Sociais e Qualidade de Vida na Velhice. *In*: O. R. M. von Simson, A. L. Neri & M. Cachioni (Orgs.), **As múltiplas faces da velhice no Brasil**, p.129-140. Campinas: Átomo Alínea, 2003.

LOPES, L. **Identidades Fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

LOUREIRO, A. **A velhice, o tempo e a morte**: subsídio para possíveis avanços do estudo. Brasília: Unab, 1998.

MAGALHÃES, I. **Eu e Tu: a constituição do sujeito no discurso médico**. Brasília: Thesaurus Editora, 2000.

MARTINEZ, W. **Comentários ao Estatuto do Idoso**. São Paulo: Editora LTr., 2005.

NERI, A. L. Atitudes e crenças sobre velhice: análise de conteúdo de textos do jornal O Estado de São Paulo publicados entre 1995 e 2002. *In*: O. R. M. von Simson, A. L. Neri & M. Cachioni (Orgs.), **As múltiplas faces da velhice no Brasil**, p.13-54. Campinas: Átomo Alínea, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento. ONU/2002**. Tradução de Arlene Santos. Brasília, DF : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 2ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 1993

PEDRO, E.R. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. *In*: Emília Ribeiro Pedro (org.) **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. p. 19-46. Lisboa: Caminho, 1997.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, I. **Textos selecionados de Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

SÃO PAULO (SP). SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Cartilha do Idoso** – Mitos e Verdades sobre a Velhice e um Guia de Serviços e Benefícios Sociais. Sandra Regina Gomes (Coord.). São Paulo : SMADS, 2006.

SCHIRRMACHER, F. **A Revolução dos Idosos**. Tradução de Maria do Carmo Wollny e Sérvulo M. Resende. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros Orais e Escritos na Escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

SILVA, D. E. G. **A repetição em narrativas de adolescentes: do oral ao escrito**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília e Plano Editora, 2001.

SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tradução e organização de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

STUBBS, M. **Discourse Analysis: the sociolinguistics analysis of natural language**. Oxford: Blackwell, 1983.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Tradução do Grupo de estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

VALA, J., Brito, R. & Lopes, D.. **Expressões dos racismos em Portugal**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998.

_____. O racismo flagrante e o racismo sutil em Portugal. In J. Vala (Org.), **Novos racismos: perspectivas comparativas**, p. 31-59. Oeiras: Celta, 1999.

VAN DIJK, T.A. **Cognição, discurso e interação**. Organização e apresentação de Ingedore V. Koch. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VAN LEEWEN, T. A representação dos actores sociais. In: Emília Ribeiro Pedro (org.) **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. p. 169-222. Lisboa: Caminho, 1997.

WODAK, R. What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In: WODAK, R.; MEYER, M.(orgs.) **Methods of Critical Discourse Analysis**. p. 1-13. London: Sage Publications Ltd., 2001.

_____. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n. especial. RS: PPGCL/Unisul, 2004.

Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/10.htm>

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**, pp. 7-73. Tradução e organização de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

Informativos, Periódicos e sites consultados:

ASSOCIAÇÃO CULTURAL CIDADÃO BRASIL (2006). *Portal da Terceira idade* – www.cidadaobrasil.org.br e www.portalterceiraidade.org.br.

CORREIO DA BAHIA (2006). *Idosos são as maiores vítimas de acidente de trânsito*. Flávio Costa, 27/11/2006. In: portal.antp.org.br/clip/news

FLORÊNCIO M.; FERREIRA FILHA, M; SÁ, L. *A violência contra o idoso: dimensão ética e política de uma problemática em ascensão*. Revista Eletrônica de Enfermagem [serial on line] 2007 Set-Dez; 9(3). <http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n3/v9n3a23.htm>

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (2006). *Idosos no Brasil – Vivências, desafios e expectativas na 3ª idade* - <http://www2.fpa.org.br/portal>

IBGE (2007). *Censo Demográfico 2000* – Disponível em: http://www.ibge.com.br/servidor_arquivos_est/default.php?caminho=../pub/Censos/Censo_Demografico_2000

IBGE (2006). *Pesquisa sobre do número de idosos que chefiam e sustentam famílias no Brasil*. Brasília, Agência Brasil, 01/12/2006 – <http://www.radiobrás.gov.br> e www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/12/01/materia.2006-12-01.7734964313/view

LANCASTER UNIVERSITY (2001). *The Dialectics of Discourse*. In: *Linguistics & English Language*. Textus 14(2): 3-10. [Online]. Disponível em: http://www.tilgher.it/textusart_fairclough.html

LECTURAS: EF y Deportes –Revista Digital Buenos Aires - Año 9 - N° 62 - Julio de 2003. Argentina, <http://www.efdeportes.com>

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – Classificação Brasileira de Ocupações. Atualização CBO 2002. Brasil. <http://www.mtecbo.gov.br/busca.asp>

NEPTI -Núcleo de Estudos e Pesquisa da Terceira Idade, da Universidade de Brasília (2006). *Terceira Idade*. – ACS/ UnB, 22/06/2006. www.unb.br/acs/unbagencia/ag0606-50.htm

NETI -Núcleo de Estudos da Terceira da Idade da Universidade Federal de Santa Catarina www.neti.ufsc.br/o_net_i.php

PRÓ-IDOSO - Educação permanente através da Universidade aberta à Terceira Idade – UnATI, Universidade Federal de Pernambuco. www.ufpe.br/new/fr_cursos.html

SOUTOMAIOR, M. (1996). *Solidão, Velhice & Folclore*. In: Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, n. 235. http://www.soutomaior.eti.br/mario/paginas/cur_sol.htm

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro . *Cuidadores de Idosos*. UnATI/UERJ www.unati.uerj.br/livros/liv.htm

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina. *Linguagem em (Dis)Curso*. <http://www.unisul.br/content/site/editora/revistas.cfm>

APÊNDICES

APÊNDICE A – Visita ao NEPTI

VISITA AO NEPTI – 06/09/2007 (das 9h às 11h)

Responsável: Sra. Regina, professora aposentada da UnB. Tel. 3272-0572 e 9974-0572

- O Núcleo de estudos e Pesquisas da Terceira Idade (NEPTI) é vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), da Universidade de Brasília (UnB).
- O NEPTI não está institucionalizado
- O CEAM tem estatuto, mas não existem regimentos específicos para os Núcleos.
- O CEAM não é prioridade da UnB
- O espaço contíguo à pequena sala do NEPTI, que irá ser desocupado, já está prometido para o CEAD (Estudos à Distância)

Composição do NEPTI:

- 18 pessoas, a maioria idosa (apenas 4 ou 5 abaixo de 60 anos) TODOS APOSENTADOS, exceto um estagiário do curso de Comunicação:
 - 2 – parte social
 - 2 – jornalismo
 - 3 – núcleo
 - 2 – projeto do idoso na comunidade
 - 1 – estagiário
 - 3 – projeto Lago Norte (uma dona de casa, um maestro e um químico aposentado)
 - 1 - coordenadora do Núcleo
 - 1 – responsável pela logística (física, braçal). O Sr. Jurandir, aposentado, que era o administrador do restaurante e tem penetração na UnB.
 - 1 – doutoranda da UnB, que contribuía na elaboração do jornalzinho, mas faleceu recentemente (na véspera da defesa).
- Todos são voluntários; não remunerados, exceto o estagiário.
- Só o Diretor do CEAM tem vínculo e pró-labore.

Forma de funcionamento:

- A UnB provê a infra-estrutura básica (sala, telefone, papéis, xerox, computador, etc.) e a *griffe*.
- Os voluntários possuem uma Caixinha, e contribuem mensalmente com R\$ 10,00 cada um, para despesas extras, lanche etc. Por exemplo, o papel A3, para impressão do jornal é comprado com o dinheiro da caixinha (A UnB só fornece A4)
- é aberto à comunidade e atua com parceiros internos e externos. Não têm orçamento, não fazem contabilidade, pois não mexem com dinheiro.
- A POSFUB – associação de aposentados e o NEPTI já fizeram muitas tentativas de promover eventos de integração/valorização do servidor aposentado da UnB, mas nenhuma delas vingou.
- Toda a parte operacional dos Núcleos é centralizada no CEAM (ofícios, correspondências, relatórios etc.)

Atividades e projetos de ação contínua:

- Jornalzinho – confeccionado artesanalmente no NEPTI, reproduzido em pequena quantidade por xerox, no CEAM e distribuídos nos grupos dos projetos.
- Grupos de Estudo – quinzenalmente: (às quartas-feiras, 9h30). Em cada encontro discutem um tema de interesse da 3ª IDADE (Ex: memória, mal de Alzheimer etc.)
- Coral de Portadores de Alzheimer; Coral dos idosos do Varjão; e Coral dos Cinquentões.

Obs: o projeto dos corais foi aprovado pelo Decanato de Assuntos Comunitários (com pró-labore e vínculo na UnB para os Maestros)

Impressões da Coordenadora do Núcleo:

- a Legislação é muito boa; mas falta a regulamentação de muitas ações importantes, bem como o cumprimento do dispositivo por todos.
- há imposições na Lei em relação à iniciativa privada, sem a necessária regulamentação e contrapartida. EX: duas passagens por trecho/viagem doadas p/ gratuidade de idosos, em transportes coletivos; meia entrada para idoso em teatro e cinema.

Sugestões de bibliografia:

- "Rejuvenecer a Velhice" (Ed. da UnB)
- Política Nacional do Idoso
- Estatuto do Idoso
- Terceira Idade no DF
- "Gerontologia Social", de Ricardo Moragas . Ed. Paulinas
- Novo programa quinzenal de Fernando Ladeira (para idosos), no canal 8(?) da NET. Procurar saber quando vai entrar no ar.

selene-NEPTI.doc.

APÊNDICE B – Notas de Campo

1ª ENTREVISTA

Sexta-feira, 10/8/2007

17h00 – Entrevista-piloto com D. Hilda (mãe da Dinah, antiga colega minha, da hidroginástica), em sua residência, na SQN 112. Impressões sobre o local: apartamento de 3 quartos, cômodos amplos e dependências de empregada; o banheiro social é de uso comum; a suíte é ocupada pelo casal (filha da D. Hilda e o marido), um quarto pela filha da Dinah (não anotei o nome dela) e o outro quarto é exclusivo da D. Hilda. Só se encontravam em casa a D. Hilda e a Dinah (o marido estava trabalhando e a filha estava no colégio). A entrevista foi feita no quarto da D. Hilda, sem a presença da Dinah, que, para nos deixar à vontade, foi para a cozinha para preparar-nos um lanche.

A CASA DO VOVÔ (Lar Cecília Ferraz)

Sábado, 11/8/2007

9h00 – Contato por telefone (Gerente Sra. Elza) com a **Casa do Vovô (Lar Cecília Ferraz)**, situada na L2 Norte – SGAN 603, Bl. A, lote 3 – Tel. 3223-6610.

Reunião com o responsável pela Instituição, Farmacêutico Dr. André, para explicar os objetivos da pesquisa, marcada para segunda-feira, dia 13/8, às 10h.

Segunda-feira, 13/8/2007

10h00 – Reunião com o Dr. André, que, após explicação, autorizou a realização das entrevistas, determinando à gerente, Sra. Elza, que selecionasse duas idosas com o perfil solicitado (70 anos ou mais) e em condições de lucidez para responder as perguntas, e que consultasse suas respectivas famílias. Determinou, ainda, que a Sra. Elza, indicasse uma cuidadora (auxiliar de enfermagem) para participar da pesquisa.

11h00 – Realização da entrevista com a técnica de enfermagem Cida, responsável por uma das alas de senhoras (enquanto aguardava a Gerente, Sra. Elza, fazer contato com as famílias para obter autorização das famílias)

11h10 – Após a obtenção das autorizações das respectivas famílias, comecei as entrevistas com as idosas. A primeira entrevistada foi a Sra. Dalva. A entrevista foi realizada nos aposentos da referida senhora, que é dividido com mais uma idosa. Naquele momento, estavam presentes somente a D. Dalva e a Sra. Elza, que acompanhou todo o processo de entrevistas.

11h30 – Na seqüência, entrevista com D. Mirian, realizada nos mesmos aposentos e com a presença da D. Dalva e da Sra. Elza (que acompanhou todo o processo de entrevistas)

12h00 – Período de almoço. Saí e retornei às 15h00, para fazer as duas entrevistas faltantes: com a D. Maria Helena e com a D. Ilza.

15h30 – D. Maria Helena não quis conversar comigo, disse que naquela hora não podia, pois estava ocupada; ia arrumar o quarto. No primeiro momento pareceu-nos que ela havia ficado aborrecida por não ter sido entrevistada na parte da manhã (a Sra. Elza também teve a mesma impressão, e achou que ela estava querendo “me dar o troco”, deixando que eu a esperasse); contudo, quando iniciei a entrevista com a Sra. Ilza, a D. Maria Helena ficou transitando de um lado para outro, como que querendo escutar o que conversávamos. Chamei-a, convidei-a para sentar-se conosco, mas ela ficou arredia; quando percebeu que seria uma entrevista gravada, recusou-se terminantemente a participar. A entrevista com D. Ilza não pôde ser concluída (D. Ilza não

concatena bem as idéias e tem alguns lapsos de memória, em decorrência de Alzheimer, segundo uma auxiliar de enfermagem de plantão).

Impressões sobre o local:

Trata-se de uma instituição privada, sem aporte de recursos governamentais (exceto pelas isenções legais de que gozam as entidades filantrópicas). É mantida pelo Centro Espírita do mesmo nome e pelas mensalidades dos internos pagantes. Segundo informações da gerente, Sra. Elza, as vagas são divididas em três partes iguais:

- 1) Pagantes de maior poder aquisitivo – têm suítes individuais, e pagam em torno de R\$ 3.000,00
- 2) Pagantes médios – quartos duplos, com banheiro privativo, e pagam em torno de R\$ 1.800,00
- 3) Não pagantes – quartos duplos, com banheiro privativo, que são mantidos pelo rateio do que é apurado pelos pagantes.

Obs: afóra a diferença dos aposentos, todos os serviços são iguais para todos, sem distinção.

A Casa é composta de seis alas (três masculinas e três femininas), com capacidade total para cerca de 80 idosos (atualmente a Casa está com 78 internos: 58 mulheres e 20 homens); cada ala tem um técnico de enfermagem responsável diurno e um noturno (inclusive nos fins-de-semana), além das equipes de auxiliares (cuidadores), que se revezam 24 horas por dia. Há uma equipe de limpeza e uma equipe de cozinha, e existe, também, um centro de enfermagem, com enfermeiros, farmacêuticos e médicos, em sistema de plantão. Segundo a gerente, são, ao todo 54 funcionários registrados.

Pessoas limpas, bem cuidadas, cabelos cortados, penteados; senhoras de unhas feitas, cabelos arrumados – algumas com adornos e maquiagem. Todos os funcionários são devidamente uniformizados (com uniformes e paramentos específicos e diferenciados para cada tipo de serviço). Aparentemente, são todos bem treinados e tratam os idosos com respeito e carinho.

As instalações são limpas. Ao longo dos corredores, há telefones públicos, pias com sabonete líquido e toalheiro de papel, e *dispensers* com álcool gel, junto as quais estão afixados avisos para que funcionários e visitantes passe álcool nas mãos antes de tocar nos idosos.

O mobiliário é simples, sem luxo, mas bem conservado. Há cadeiras e poltronas confortáveis espalhadas ao longo das alas, que também contam com pequenos espaços de convivência, onde há televisores, sofás, pianos. Muitos idosos utilizam cadeiras de rodas. Nos jardins, muito bem cuidados, há bancos à sombra das árvores. Nos quartos, o mobiliário também é simples: uma ou duas camas (conforme o tipo de interno), mesinhas de cabeceira e armários.

Durante o tempo em que lá estive (quase um dia inteiro), pude observar que as equipes de limpeza atuam o tempo todo, recolhendo lixo, limpando chão, paredes e vidraças, todos com luvas e botas e alguns com máscaras.

As refeições ocorrem em horários predeterminados; soam campainhas nas horas das refeições (eu estava presente nos horários de chamada para o lanche da manhã, às 10h00, para o almoço, às 12h00, e para o lanche da tarde, às 15h00). Alguns idosos, por dificuldade de locomoção, não vão ao refeitório e recebem suas refeições em bandejas. Tive oportunidade de ver algumas das bandejas do lanche da tarde – com sucos, frutas, iogurte, bolachas e sanduíches. Também pude observar que há grades com os horários de medicamentos que são ministrados aos internos pelos técnicos de enfermagem, sob a supervisão dos enfermeiros.

ENTREVISTAS ISOLADAS**Terça-feira, dia 14/8/2007**

12h00 – Contatei a cuidadora Deise, que, no ano passado, numa fase em que minha mãe precisou de cuidados especiais, prestou-nos serviço. Deise concordou em ser entrevistada, e veio à minha casa logo depois do almoço. Estávamos somente eu e ela, e iniciamos a entrevista por volta das 14h20.

19h00 – Entrevista com D. Natália, que mora sozinha no bloco B, da SQN 312. O apartamento, de três quartos, pertence ao filho dela, que é casado e mora no Lago Norte.

Sábado, dia 22/9/2007

19h00 – Na igreja, antes da Missa, conversei com a paroquiana Marina, que tem uma avó idosa internada na UTI e se dispôs a responder minhas perguntas. Fizemos a entrevista a sós, no pátio da igreja.

Domingo, 23/9/2007

9h30 – Liguei para uma afilhada de minha mãe, Isabel, que mora no Rio de Janeiro e cuja mãe, uma senhora bastante idosa, foi levada recentemente para um asilo. Expliquei o objetivo do meu trabalho e ela concordou em ser entrevistada. Fizemos a entrevista via Internet, viva-voz (pelo sistema Skype). Isabel não se opôs à gravação.

PENSIONATO PARA IDOSOS – VIVÊNCIA**Segunda-feira, 24/9/2007**

9h30 – Fiz contato telefônico com o **Pensionato para Idosos – Vivência**, localizado no Setor de Mansões do Lago Norte - SMLN - ML 03, conj. 03, casa 07 – Tel. 3468-7767. Marquei a visita para o dia 25, às 9h30.

Terça-feira, 25/9/2007

10h00 – Tive dificuldade em encontrar o Pensionato, pois as pistas de acesso às ML estão sendo ampliadas, há muitos trechos interditados, muitos desvios, e eu passei muito da entrada e não consegui encontrar o retorno. Segui até a entrada do Paranoá para, então, conseguir retornar. Cheguei com 30 minutos de atraso.

Impressões sobre o local:

O pensionato não é visível da pista. Ele está localizado à beira do Lago, em uma espécie de chácara, com uma casa ampla, cercada por jardins e com entrada bastante discreta (Há uma pequena placa de indicação).

Fui recebida pela gerente, Sra. Silvia, que me mostrou todas as instalações.

Trata-se de uma casa ampla, confortável, que foi adaptada às necessidades dos idosos. Há rampas de acesso e barras de apoio. Todos os quartos são suítes e os banheiros grandes, que têm barras de apoio. Há um cômodo reservado para o pessoal de enfermagem, onde estão os arquivos administrativos, os dossiês de cada hóspede, e armários com material de higiene, medicamentos de primeiros socorros e caixas plásticas individuais (com o nome de cada idoso) onde são guardados os medicamentos de cada um. Afixado na parede, há um quadro com todos os horários de medicamentos de cada hóspede.

A cozinha é ampla, tem fogão industrial, e as pessoas que ali trabalhavam naquele momento usavam aventais, luvas e toucas. A copa é o refeitório é coletivo. A sala principal é bem grande, tem um aparelho de TV, sofás e poltronas confortáveis (reclináveis). Há uma varanda arejada voltada para o Lago e com vista para um jardim com uma fonte e com caminhos ladrilhados circundando toda a área (que é razoavelmente grande).

Às 10h30, a gerente me levou até a primeira pessoa a ser entrevistada. A gerente acompanhou as entrevistas.

Ao terminar as duas entrevistas com as idosas, a gerente me levou até a proprietária do Pensionato, Sra. Leni, com quem também conversei um pouco sobre o local. Ela me informou que o local tem capacidade para 10 hóspedes, mas que, naquele momento, só havia oito (estavam com duas vagas, portanto). O pensionato é misto, mas havia só um homem (na verdade, um casal, marido e mulher). As demais hóspedes eram mulheres. Dona Leni esclareceu que normalmente o número de mulheres é sempre bem maior que o de homens (ela infere que as mulheres vivem mais tempo).

Perguntei-lhe sobre os custos de hospedagem e ela me informou que as mensalidades eram de R\$ 2.500,00 por pessoa (é uma das casas particulares mais baratas, de acordo com a proprietária), aí incluídas cinco refeições, material de uso geral (higiene, curativos, etc.) e serviços de atendimento 24h, inclusive nos fins-de-semana e feriados. Segundo a D. Leni, a despesa mensal de cada idoso chega, em média, a R\$ 3.500,00, pois os medicamentos, os atendimentos médicos e o material de uso pessoal (roupas, cosméticos, fraldas geriátricas, etc.) eram custeados pelos próprios hóspedes (e/ou seus familiares). Como a casa não dispõe de médico, a proprietária exige, em contrato, que os hóspedes sejam associados ao sistema “UTI Vida”, que presta socorro imediato e que, segundo ela, é um convênio muito barato (R\$ 60,00 por mês).

Depois dessa conversa informal, sugeri entrevistá-las (Leni e Silvia), seguindo o roteiro formal e elas concordaram.

POUSADA CRYSANTHO MOREIRA DA ROCHA (CASA DO CEARÁ)

Segunda-feira, 15/10/2007

9h00 - Contato telefônico com a **Casa do Ceará** - SGAN Q. 910 Conj. F - Asa Norte Tel. 3272-3833.

A Coordenadora do Abrigo de Idosos, Sra. Ivete, pediu para que eu voltasse a fazer contato em novembro, porque durante a segunda quinzena de outubro ainda haveria muitas atividades do mês do Idoso. O “Dia Nacional do Idoso” é comemorado no dia 28/10.

Sexta-feira, 30/11/2007

9h00 – Liguei novamente, mas a coordenadora estava em férias. A pessoa que atendeu pediu que eu voltasse a ligar a partir do dia 10/12.

Segunda-feira, 10/12/2007

10h00 – Falei com coordenadora, Sra. Ivete, e ela marcou a visita para o dia 20/12, entre 9h00 e 11h00. Instruiu-me a procurar a enfermeira Edna.

Quarta-feira, 20/12/2007

10h00 – Cheguei ao Abrigo da Casa do Ceará e procurei a enfermeira Edna, que não tinha sido avisada da minha visita, mas que me recebeu com muita gentileza e me autorizou a fazer as entrevistas. Ela selecionou as duas idosas a serem entrevistadas e ficou presente durante a realização das entrevistas.

A primeira entrevistada, Sra. Eni, é um caso peculiar, pois, além de idosa asilada, ela é cuidadora de outra senhora, Conceição, que também mora no Abrigo. Elas compartilham o mesmo quarto e a família da D. Conceição (que é bem mais idosa e usa cadeira de rodas) paga um salário de acompanhante para a D. Eni.

A segunda entrevistada, Sra. Adélia, disse, na entrevista semi-estruturada, que ninguém jamais a maltratara, nem tentara enganá-la. Entretanto, já descontraída, depois do almoço, veio me mostrar o tapete que estava fazendo e me contou sobre uma mulher (de aparência distinta) que esteve lá e recolheu diversos trabalhos feitos pelas idosas, dizendo que iria expô-los na Feira de Artesanato da Torre de TV e que, no domingo, voltaria para buscar as artesãs e apresentá-las em sua banca da Torre, mas nunca mais voltou. Nem para buscá-las, nem para devolver os objetos e/ou entregar o dinheiro das vendas! D. Adelina diz que passou muito mal, a pressão subiu, teve taquicardia e precisou ser socorrida e levada para o hospital. A D. Adélia conta que “nem foi tanto pelo valor das coisas, mas pela covardia” e acrescenta: “Se ela voltar aqui algum dia vai ouvir poucas e boas!”.

11h30 – Terminadas as entrevistas com as idosas, aproveitei o ensejo para entrevistar também uma acompanhante e a própria enfermeira Edna, enquanto os idosos estavam no refeitório, almoçando.

ANEXOS

ANEXO A – Entrevista com D. Hilda¹

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES – Idosa residente com familiares - Data/hora:10/8/2007, 17h00

I. Entrevistas semi-estruturadas

1. Dados pessoais:

Nome: Hilda

Idade: oitenta e sete anos.

Educação/Instrução: no meu tempo era diferente. Fiz o que era à época o curso primário, mas estudávamos até Latim!

Profissão/ocupação (atual e anterior): trabalhei na Prefeitura. Fui professora, fui chefe do serviço de pessoal... até me casar. **(E aí, a senhora nunca mais voltou a trabalhar?).** Não...

Religião/Crenças: acredito em Deus, fui batizada, mas nunca fui praticante...meu marido era um católico fervoroso...mas nunca cobrou isso de mim...

1) A senhora se considera uma pessoa idosa? Eu não me considero... eu SOU uma pessoa idosa! **E o que é ser idoso(a)? Quais as características que uma pessoa deve ter para ser considerada idosa?** Ter muitos anos de vida, né? Ter dificuldade inerente à idade... Cansaço, falta de movimentos, dificuldade de falar, né? Isso... depender dos outros...

2. Estatuto do idoso –direitos e violações

1) A senhora conhece o Estatuto do Idoso?

Não, não conheço não... **(mas já ouviu falar)** Já...mas não conheço os...os termos... Pra dizer a verdade, falta...falta...como é?... apoio para o idoso...isso (???) sim...

2) A senhora costuma ter atendimento especial para idosos? Onde?

Não...

3) Depois dos 60 anos, a senhora já foi maltratada, desrespeitada ou sofreu algum tipo de violência? Qual? (onde aconteceu, quem fez, que idade tinha a pessoa)

Não. Porque eu...n-não entrei, assim, na idade... Eu não entrei bem no problema...com oitenta e quatro anos eu era completamente...vamos dizer assim...li-livre, natural, né?! **(e depois dos oitenta e quatro anos?)** Não sei o que houve...e não me foi explicado, né... mudou...pensamento, os movimentos... até o humor, né?! **(Então, mas a senhora não sofreu nenhum tipo de violência, alguma situação em que foi maltratada, desrespeitada, por causa da sua idade)** Não, fora de casa não. Eu observo que quando as pessoas, as pessoas que cuidam da gente. que são pagas, que tem, vamos dizer assim a incumbência de cuidar... tem uma pessoa da família perto...uma filha...um parente, né?! fica muito mais solícita...quando a gente tá sozinha, trata mais fria, né?...finge que não escuta...coisas assim...

4) (se a resposta à pergunta nº 2 for afirmativa). A senhora chegou a contar para alguém (em casa ou fora de casa)? Para quem? Às vezes a gente comenta alguma coisa...mas não adianta, né? A gente precisa... Só se for alguma coisa mais grave...aí eu falo, né?!

5) Alguma vez tentaram enganar a senhora ou tentaram apropriar-se ou desviar os seus bens, benefício ou qualquer outro rendimento, por ser idosa? (quem, o que e quando)

Não...não. Eu não sofri isso porque eu, graças a Deus, eu sou muito lúcida, né?! E essa coisa não...não...isso não.

6) A senhora tem alguma fonte de renda própria, sua? Eu tenho. O seu dinheiro é suficiente para o seu sustento? Não, não é...para o que eu preciso não... Não falta porque é bem administrado...mas não é suficiente para o que eu gostaria de fazer...para os meus cuidados... pagar profissionais mais qualificados... **A senhora ajuda financeiramente em casa ou a terceiros?** Ajudo, claro!...Ajudo não: contribuo, né?...com as despesas da casa participo, vamos dizer assim...

¹ Nome fictício

7) A senhora guarda objetos de recordação, cartas, fotos, documentos pessoais, etc? Eu guardava... depois que deteriorou, né, a minha vida...estão espalhadas, nem sei onde! Ainda não consegui amearhar... **Mas a senhora tem um lugar só seu para guardar essas coisas?** Em termos, né?!

8) A senhora precisa de algum tipo de ajuda de outra pessoa? (Ex: fazer comida; tomar banho; vestir-se; ir à rua – ao banco, ao mercado). Preciso de tudo isso! Pra comer, tomar banho, me virar na cama, né... **E normalmente quem a ajuda?** São pessoas...como dizer... assim...mediante pagamento, né?! contratadas...

9) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades de uma pessoa idosa? É a pessoa não ter a auto...quando ela mesma não pode atender as suas necessidades. **E quanto às coisas materiais: finanças, moradia, remédios, a senhora imagina que a pessoa idosa tenha esse tipo de dificuldade?** Tem...tem...A casa tinha que ser uma coisa...arrumada pra ela. De um modo geral, não é, né?! As instalações...é difícil para a pessoa idosa usar... Os remédios...os remédios não são baratos, né?! São continuados... **E a senhora já conseguiu medicamentos gratuitos ou utiliza, já teve acesso a algum programa que forneça medicamentos?** Não...não...medicamento não! Tenho assistência de medicina...plano de saúde...que eu pago, né?! **Oficial, do governo não?** Não. Nada, nada, nada!

3. Relações familiares e de amizade

1) Com quem a senhora mora?

Bom...eu moro com minha filha... ela é casada, né...tem a vida dela...eles procuram se estabelecer melhor, né?!

2) Aproximadamente com que frequência a senhora recebe ou vai visitar parentes? Humm...Os parentes que moram aqui são os que eu vejo todos os dias, né... Os outros moram longe...a maioria, né?! Dos poucos que eu tenho ainda...é tudo velho como eu...fica difícil visitar, procurar...

3) Independentemente de morar junto, a senhora ajuda a cuidar de netos? De que maneira?

Meus netos já são adultos, né... e eu não teria condições de cuidar de ninguém, nessa situação...m-minha irmã tá pior do que eu, e eu não tenho condições de ajudar ela...

4) Onde a senhora costuma encontrar os amigos? (casa, igreja, bingo, clube, academia; grupos de convivência)

Pouco, porque eu não sou daqui...lá eu tinha contato diário, saía...encontrava com as pessoas conhecidas...mas eu nunca fui de participar de grupos...nada disso... nunca...desde cedo!

4. Tempo livre e lazer

1) O que você gosta de fazer quando tem algum tempo livre, ou seja, fora de suas obrigações diárias (mesmo que faça só de vez em quando)? Eu gosto muito de ler...de jogar uma cartinha... um baralho, né?! Ver um filme na televisão...e no cinema, mas como estou agora não posso mais...

2) A idade a impede de fazer hoje algo que gostaria de fazer como lazer (dançar, jogar, ir ao cinema, ler, etc.)? Todas essas coisas eu gostaria...muito! Mas não tenho condições, né...

3) Quais as atividades regulares de lazer que a senhora pratica (assistir TV, ouvir música, jogar cartas, ir ao cinema, ler, bordar, tricotar, etc.)? Eu leio bastante...gosto de palavras cruzadas...TV, às vezes...Gostava de bordar, mas não tenho mais firmeza nas mãos...

4) Quais as atividades físicas que a senhora pratica (caminhada, natação, hidroginástica, bicicleta ergométrica, fisioterapia, alongamento, etc.) Ah! Um pouquinho de caminhada, pedaladas aqui na bicicleta (ergométrica, né?) Isso... e os exercícios...como é?...fisioterapia.

5) A senhora faz algum trabalho voluntário? (Se "sim") Qual? (creche, instituições de caridade, hospital igreja, etc.)? Não tenho condições (já fez, fazia, costumava fazer? Considere a partir dos seus setenta anos) Não...só ajuda assim...fazia doações...comprava rifas direto, né? Mas ir...dar a presença...não.

6) A senhora sabe que pessoas com mais de 60 anos têm 50% de desconto nos teatros, cinemas, shows? (Se "sim") Já utilizou/utiliza esse benefício? Não...nunca tive a oportunidade de gozar desses benefícios...só no cinema...no cinema, sim. No teatro eu nem sei, porque foram eles que compraram o ingresso...não sei se foi com desconto...Mas se um dia eu tiver que comprar, vou reivindicar...com certeza!

II. Completamento de frases

Eu vou iniciar algumas frases, e peço que a senhora complete com a primeira palavra ou idéia que lhe vier a cabeça, tá bem?

- 1) **Eu gosto de...** de... ler...televisão...MUITO de conversar com meus filhos, n-netos, né?!
- 2) **Eu não gosto de...** burrice...de gente burra.
- 3) **Meu maior medo é...** velhice mesmo...
- 4) **Sinto falta de...** Sinto falta de entrosamento com meus familiares... da presença dele, vamos dizer assim !
- 5) **Eu acredito em...** Anjo da Guarda... sempre rezei pro anjo da guarda...peço mais a ele do que a Deus...Parece que o anjo da guarda está sempre mais perto...e é ele que vai interceder por nós...

III. Entrevista narrativa

Me conte a sua história: o que mudou na sua vida depois que a senhora se tornou idosa?

Em princípio, todas as liberdades que eu tinha: de sair, de andar, de resolver meus problemas, né?! ...de reger a minha vida...até pouco tempo, eu era sozinha...meus filhos participavam, mas eu mesma resolvia a minha vida...e isso tudo acabou de uma hora pra outra. Eu sinto muito isso...muito! Embora eu tenha o carinho e o apoio dos meus filhos... mudou tudo mesmo! O que eu podia fazer por mim, eu não posso fazer mais hoje... tinha mais alegria, né?! Hoje não tenho mais... (obs: pausa...quase choro.) **Mas a senhora tem momentos de alegria, né? Como é que são seus momentos de alegria?** Quando vejo um filho, um neto...gosto de ver uma amiga, né?! Encontrar com alguém com quem eu tenha mais intimidade, né?! Pra chorar as mágoas...lembrar de coisas boas... (A senhora está chorando?) Não...é coriza mesmo...eu fico assim o tempo todo!

Muito obrigada, pela entrevista, Dona Hilda. Eu volto depois, com o resultado do trabalho, tá?

De nada...

ANEXO B – Entrevista com a cuidadora Cida¹

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES – Casa do Vovô – Data/hora: 13/08/2007 – 11h00

Entrevista semi-estruturada com cuidadores (contratados e/ou parentes)

Entrevistada: Cida, Técnica de Enfermagem, da Casa do Vovô

1) A pessoa idosa enfrenta problemas? Na sua opinião, quais são os maiores problemas dos idosos?

Sim. Ela enfrenta sim...na parte de doenças, né?! QUe, ela, o idoso já vem de uma série de.... desestruturação, de, de doenças...ele chega numa certa idade ele já enfrenta certas doenças, e mesmo pelo fato também de às vezes ficar longe de casa, tem um pouco de depressão, né?! Este seria o maior, um dos maiores problemas do idoso.

2) As pessoas que lidam com idosos enfrentam problemas? Na sua opinião, quais são os maiores problemas das pessoas que lidam com idosos?

Não. Não, isso pra gente já é um pouco natural, né? No início, quando a gente começa, tudo bem...a gente enfrenta alguns problemas, porque a gente fica assim...é... sensibilizada, né? Com o tempo isso vai se tornando natural, a gente já faz por amor. Já se torna natural! Aí, você passa a conhecer o idoso, né? É como se fosse uma criança, então vc passa a conhecer ele, os hábitos dele, o que ele quer, entendeu? Aí você começa a lidar com aquilo. Aquilo se torna natural, como eu disse, porque você... conhece ele. Então, não tem tanto assim problema porque você passa a conhecer ele no dia-a-dia e TUDO passa a ser natural. Entendeu?

3) Qual é a sua rotina (para com o idoso)?

Minha rotina é como técnica de enfermagem: eu dou banho, dou alimentação, dou a medicação, é... dou carinho também... a gente é um pouco de tudo, é o lógico. Tudo deles a gente tem sempre que estar falando com eles, caminhando com eles, conversando... na falta da família, a gente é a família deles, por isso que eu falo: é amor mesmo, entendeu? Você passa a ter amor e eles passam a identificar você como parte família, entendeu?

4) Tem algo que queira acrescentar?

Eu estou aqui na Casa a quatro anos. Tenho quarenta e um anos, vou fazer 42 agora em dezembro. Aqui pra gente é uma paixão! Não que eu esteja falando da Casa, no horário de trabalho; mas eu amo isto aqui, entendeu? Eu gosto muito da geriatria, adoro os idosos, e eu gosto do que eu faço. Sinceramente, eu acho que se eu sair daqui algum dia, eu vou sentir muita falta deles... quando falece então, a gente chora, a gente de escabela... porque é como se fosse um parente da gente que fosse embora. **(E eles recebem muitas visitas, Cida?)** Recebem. Aqui é vinte quatro horas recebendo visita! Aliás, vinte e quatro horas não. Desculpa! O horário de visita aqui é das oito às 6 horas, tanto das famílias quanto de outras pessoas que vem visitar. Tem o grupo de música, que vem aos domingos; tem a Marlene, que faz aula com eles as terças e quintas-feiras... Tem a manicure, que faz as unhas deles... Então, aí também é um motivo de estar incentivando eles, entendeu, pra que eles se sintam útil, entendeu, é uma forma de passar amor, carinho pra eles, né?! Na falta da família a gente tenta fazer as vezes...

¹ Nome fictício

ANEXO C – Entrevista com D. Dalva¹

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES – Casa do Vovô – D. Dalva - Data/hora:13/08.2007, às 11h00

I. Entrevistas semi-estruturadas

1. Dados pessoais:

Nome: Dalva

Idade: 92 anos , tô fazendo agora no dia 20

Estado civil: sou viúva há 30 anos

Educação/Instrução: tenho vergonha de dizer, mas só fiz até o segundo ano ginasial

Profissão/ocupação (atual e anterior): quando solteira, novinha ainda, eu era datilógrafa, do Pal. da Redenção, lá na Paraíba. Trabalhei, batendo à maquina, uns dois anos, mais ou menos, aí eu me casei, achei de me casar (riso), e virei madame! (riso)

Religião/Crenças: como todo brasileiro, sou de tradição católica. Mas a gente, né, olha um lado, olha outro, viu?... sou de tradição católica.

1) A senhora se considera uma pessoa idosa? O que é ser idoso(a)? Quais as características que uma pessoa deve ter para ser considerada idosa?

Ah! Pela idade, não tem como negar, né? **O que é ser idoso(a)?** É assim como eu me sinto, como eu me acho. Eu me acho idosa por causa da minha idade mesmo, né, não tem pra onde fugir (riso) não tem como escapar dessa (risos)

2. Estatuto do idoso –direitos e violações

1) A senhora conhece ou já ouviu falar no Estatuto do Idoso?

Não, nunca. Acho que não...

2) A senhora costuma ter atendimento especial para idosos? Onde?

É, a gente houve falar, né, mas eu nunca precisei. graças a Deus! A gente sabe assim por jornal, por conversas, mais ou menos assim...mas eu nunca precisei!

3) Depois dos 60 anos, a senhora já foi maltratada, desrespeitada ou sofreu algum tipo de violência? Qual? (onde aconteceu, quem fez, que idade tinha a pessoa).

Eu acho que com 60 anos, a gente chegou no meio. Ou no princípio da velhice (risos). Nunca fui maltratada. Nada, nada. Zero! Nunca se passou nada disso comigo!

4) (se a resposta à pergunta nº 3 for afirmativa). A senhora chegou a contar para alguém (em casa ou fora de casa)? Para quem? (prejudicada)

5) Alguma vez tentaram enganar a senhora ou tentaram apropriar-se ou desviar os seus bens, benefício ou qualquer outro rendimento, por ser idosa? (quem, o que e quando)

Não, isso nunca se passou comigo. Não! De jeito nenhum!

6) A senhora tem alguma fonte de renda própria, sua? Seu dinheiro é suficiente para o seu sustento? A senhora ajuda financeiramente em casa ou a terceiros?

Acho que tem ainda... a pensão do meu marido.

7) A senhora guarda objetos de recordação, cartas, fotos, documentos pessoais, etc? A senhora tem um lugar só seu para guardar essas coisas?

Aqui não, né? Lá na casa de meu filho. Na casa de meu filho, em Recife, e na casa de meu filho aqui, de Vânia, (Vânia é sua filha?) Minha nora! Mas ela é muito boa comigo! Eu gosto muito de Vânia e ela de mim. Não é? Você vê, não é? (dirigiu-se à Gerente, Elza, que acompanhou a entrevista) Ela é porque é meio

¹ Nome fictício

doida (riso) mas tem muito cuidado comigo! **(Então, lá a senhora tem um lugar só seu para guardar essas coisas, né?)**

Tenho, tenho...aqui não dá, não. Lá eu tenho! Mais é livros. Eu tenho uma estante assim, deste tamanho (gesticulou), cheia de livros e de recordações...Mas essa fica lá em Recife, na casa de meu filho.

8) A senhora precisa de algum tipo de ajuda de outra pessoa? (Ex: fazer comida; tomar banho; vestir-se; ir à rua – ao banco, ao mercado). Quem a ajuda normalmente?

Nããão! Graças a Deus! Aqui eu não tenho que cozinhar, mas quando eu estava em casa eu bem que fazia minha comida, e aliás muito da gostosa! (risos). Há muito tempo eu não faço mais nada, né? Porque já tinha criado os filhos... muito antes de vir pra cá. Mas já vivi sozinha! 27 anos em Copacabana, so-zi-nha! Até que meu filho me tirou, porque eu morava... olha onde eu morava: você sabe onde é o Pavão, Pavãozinho?! Pois é, ali é um foco de...de..violência. Eu morava ali perto, e nunca me aconteceu nada! Até uns dez anos pra trás eu morava lá, sozinha! Depois vim pra casa de meu filho e aqui na Casa do Vovô eu estou há menos de um ano. **(Então, graças a Deus, a senhora não precisa de ajuda para nada, né?)**. É...e no final de semana, quando tô em casa, ainda tomo a minha cervejinha (risos)

9) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades de uma pessoa idosa? (finanças, remédio, moradia...)

É não saber agir sozinha, né? É precisar sempre de uma ajuda. E eu não. Essa menina sabe, né? (referindo-se à Gerente, Elza, que acompanhou a entrevista) Durmo só, né... bom, ali (apontando para a outra cama do quarto) é uma boliviana que dorme, mas ela também não incomoda; ela é tão quietinha... Não fala, não resmungo, nada... é quietinha mesmo. Ela precisa de ajuda; precisa que mude as fraldas dela...

3. Relações familiares e de amizade

1) Com quem a senhora mora?

Eu moro aqui.

2) Aproximadamente com que frequência a senhora recebe ou vai visitar parentes?

Aqui ainda não recebi visita, não. Faz pouco tempo que tô aqui, né? Meu filho ou minha nora quase todo dia vêm aqui, né? **(e a senhora vai muito lá)**. Não. Só raramente. Fui no domingo porque era Dia dos Pais, né?! Foi muito legal, meus netos foram pra lá... Muito bom...

3) Independentemente de morar junto, a senhora ajuda a cuidar de netos? De que maneira?

Não! Eu tenho, a coisa mais engraçadinha do mundo, eu tenho três bisnetos franceses. Eles moram lá na França! A gente nem conhece. A gente fala com eles pelo computador do meu filho, que é avô deles. São tão engraçadinhos (risos)

4) Onde a senhora costuma encontrar os amigos? (casa, igreja, bingo, clube, academia; grupos de convivência)

Por enquanto, aqui mesmo, né?! Não vou a outro lugar...Só na casa de meu filho.

4. Tempo livre e lazer

1) O que a senhora gosta de fazer quando tem algum tempo livre, ou seja, fora de suas obrigações diárias (mesmo que faça só de vez em quando)?

Eu gosto de ler, fazer palavras cruzadas...as vezes vejo um filme na televisão...

2) A idade a impede de fazer hoje algo que gostaria de fazer como lazer (dançar, jogar, ir ao cinema, ler, etc.)?

Não... até hoje eu faço essas coisas. Ainda ontem a gente dançou aqui, né? Não tenho recordação de nada que a idade atrapalhe.

3) Quais as atividades regulares de lazer que a senhora pratica (assistir TV, ouvir música, jogar cartas, ir ao cinema, ler, bordar, tricotar, etc.)?

Fazer palavra cruzadas. E ler! Gosto muito de ler, inclusive livros sobre todas as religiões: leio catolicismo, leio protestantismo, leio aquele pastor Norman Vincent Peale. É uma beleza! Ele é pastor protestante nos Estados Unidos...eu leio muito ele. Ele fala sobre o poder do pensamento positivo. Lia muito também Madalena Léa, mas ela já morreu, né? Mas eu ainda tenho um livro dela que chama "Quem tem medo de envelhecer". lindo esse livro; mas está em Recife...

4) Quais as atividades físicas que a senhora pratica (caminhada, natação, hidroginástica, bicicleta ergométrica, fisioterapia, alongamento, etc.)

Tenho preguiça! (risos)...Não é que eu não goste: é preguiça mesmo! Quando eu tava lá no Rio ou em Niterói, eu caminhava com minha irmã, na praia – a casa dela era na praia – A minha também, lá em Copacabana...era só atravessar a Bolivar e eu tava na praia, no calçadão!

5) A senhora faz algum trabalho voluntário? (Se "sim") Qual? (creche, instituições de caridade, hospital igreja, etc.)?

Já fiz, quando morei em Recife... e no Rio... hoje em dia não faço mais nada!

6) A senhora sabe que pessoas com mais de 60 anos têm 50% de desconto nos teatros, cinemas, shows? (Se "sim") Já utilizou/utiliza esse benefício?

Sei. Mas eu nunca precisei! Nunca usei!

II. Completamento de frases

Eu vou iniciar algumas frases, e peço que a senhora complete com a primeira palavra ou idéia que lhe vier a cabeça:

1) **Eu gosto de ...** de amar!

2) **Eu não gosto de...** gente falsa.

3) **Meu maior medo é...** de cobra! (risos). Tenho horror! Não posso nem ver... nem numa revista, eu num posso ver!

4) **Sinto falta de...** por ora não tô sentindo falta de nada, né? Tô bem instalada, né...a gente fez uma amizade formidável, né?!

5) **Eu acredito em...** acredito em Deus, né!

III. Entrevista narrativa

Me conte a sua história: o que mudou na sua vida depois que a senhora se tornou idosa?

Eu fui feliz, porque me casei com um homem que me amava...ele amava mais a mim do que eu a ele! (risos). Fui casada por 30 anos (breve silêncio. Se emocionou) Vivi coisas com ele...eu me lembrava tão bem...mas agora já me esqueci (risos), mas ele era muito bom pra mim; ele era gamado por mim! Ele dizia que eu sabia. Ele dizia assim, você sabe disso, né, Didinha, por isso é que você me maltrata (risos), mas não maltratava, não (risos). É que ele tinha os quatro pneus arriados por mim! (risos). Mas era tudo só na brincadeira (risos). Tive três filhos, um morreu, o mais velho mora em Recife e tem o que mora aqui. Na medida do possível...ninguém é feliz completamente... tem sempre um quê... mas eu sou uma pessoa feliz...só... tá tudo bem...

ANEXO D – Entrevista com D. Mirian¹

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES – Casa do Vovô – D. Mirian - Data/hora:13/08.2007, às 11h00

I. Entrevistas semi-estruturadas

1. Dados pessoais:

Nome: Mirian

Idade: 81 anos

Estado civil: sou viúva

Educação/Instrução: estudei o que todo mundo estudava na época...ginásio, eu acho...

Profissão/ocupação (atual e anterior): não. Nunca trabalhei fora.

Religião/Crenças: sou católica.

1) A senhora se considera uma pessoa idosa? O que é ser idoso(a)? Quais as características que uma pessoa deve ter para ser considerada idosa?

Sou. Uma pessoa é idosa quando perde a autonomia.

2. Estatuto do idoso –direitos e violações

1) A senhora conhece ou já ouviu falar no Estatuto do Idoso?

Já ouvi falar, mas nunca li.

2) A senhora costuma ter atendimento especial para idosos? Onde?

Não, não.

3) Depois dos 60 anos, a senhora já foi maltratada, desrespeitada ou sofreu algum tipo de violência? Qual? (onde aconteceu, quem fez, que idade tinha a pessoa).

Não...maltratada não...

4) (se a resposta à pergunta nº 3 for afirmativa). A senhora chegou a contar para alguém (em casa ou fora de casa)? Para quem? (prejudicada)

5) Alguma vez tentaram enganar a senhora ou tentaram apropriar-se ou desviar os seus bens, benefício ou qualquer outro rendimento, por ser idosa? (quem, o que e quando)

Ah... a gente fica velha e deixa um pouco de ter as coisas, ter bens....

6) A senhora tem alguma fonte de renda própria, sua? Seu dinheiro é suficiente para o seu sustento? A senhora ajuda financeiramente em casa ou a terceiros?

Em termos materiais, não me falta nada... tenho a pensão...de viúva...que paga aqui a Casa e sempre sobra algum dinheiro pras necessidades pessoais... (e a senhora ajuda financeiramente em casa ou a terceiros?) Não sei lhe dizer...

7) A senhora guarda objetos de recordação, cartas, fotos, documentos pessoais, etc? A senhora tem um lugar só seu para guardar essas coisas?

Só quando eu tinha minha casa. Depois ficou tudo espalhado...nem sei mais onde estão. Na casa do filho não tem espaço...é tudo muito apertado, armários apertados...não dá pra guardar nada, não...

8) A senhora precisa de algum tipo de ajuda de outra pessoa? (Ex: fazer comida; tomar banho; vestir-se; ir à rua – ao banco, ao mercado). Quem a ajuda normalmente?

Não. Tudo eu faço sozinha.

¹ Nome fictício

9) Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades de uma pessoa idosa? (finanças, remédio, moradia...)

Bom, acho que a maior dificuldade do idoso é alojamento. Espaço físico, porque a maioria dos apartamentos hoje em dia são pequenos... quer dizer, não é todo mundo, né... mas grande parte da classe média só tem condições econômicas de comprar um apartamento pequeno, de dois quartos, no máximo. É a maior dificuldade de, da gente envelhecer é ocupar um lugar que não tem mais...

3. Relações familiares e de amizade

1) Com quem a senhora mora?

Depois que meu marido morreu, quando eu não podia mais ficar sozinha, aí fui morar com meu filho...mas ele casou, tem filhos e...sabe como é...o apartamento é pequeno, falta espaço...daí eu vim pra cá.

2) Aproximadamente com que frequência a senhora recebe ou vai visitar parentes?

O Eduardo de vez em quando me pega pra almoçar fora...e...essas coisas triviais. Não tenho outros parentes aqui .

3) Independentemente de morar junto, a senhora ajuda a cuidar de netos? De que maneira?

Não... quer dizer, sempre dei presentes no aniversário...Natal...

4) Onde a senhora costuma encontrar os amigos? (casa, igreja, bingo, clube, academia; grupos de convivência)

Meus amigos, os poucos que ainda estão vivos, são velhos, moram longe...

4. Tempo livre e lazer

1) O que a senhora gosta de fazer quando tem algum tempo livre, ou seja, fora de suas obrigações diárias (mesmo que faça só de vez em quando)?

Eu gosto de ler, de ver televisão...converso bastante com a Dalva, não é Dalva?!

2) A idade a impede de fazer hoje algo que gostaria de fazer como lazer (dançar, jogar, ir ao cinema, ler. etc.)?

De ter a minha casa, a minha autonomia.

3) Quais as atividades regulares de lazer que a senhora pratica (assistir TV, ouvir música, jogar cartas, ir ao cinema, ler, bordar, tricotar, etc.)?

Como eu disse, vejo alguma coisa na TV, um filme, uma coisa ou outra...leio, converso com algumas pessoas...não tem muito mais que eu possa fazer...

4) Quais as atividades físicas que a senhora pratica (caminhada, natação, hidroginástica, bicicleta ergométrica, fisioterapia, alongamento, etc.)

Tem atividades programadas aqui: caminhada... tem aquela moça – como é? – que vem fazer massagem no pescoço, na coluna... eu as vezes sinto dores nas costa, sabe?

5) A senhora faz algum trabalho voluntário? (Se "sim") Qual? (creche, instituições de caridade, hospital igreja, etc.)?

Não.

6) A senhora sabe que pessoas com mais de 60 anos têm 50% de desconto nos teatros, cinemas, shows? (Se "sim") Já utilizou/utiliza esse benefício?

Não sabia não...Mas eu nem vou mais a esses lugares...

II. Completamento de frases

Eu vou iniciar algumas frases, e peço que a senhora complete com a primeira palavra ou idéia que lhe vier à cabeça:

- 1) **Eu gosto de ...** eu gosto de ser uma pessoa que não, não ocupe...Livre!
- 2) **Eu não gosto de...** de ser demais...
- 3) **Meu maior medo é...** perturbar os outros.
- 4) **Sinto falta de...** do meu tempo de autonomia de casa.
- 5) **Eu acredito em...** eu acredito em Deus. Que a gente foi criado desde pequena, né...pra acreditar em Deus. Então é no que eu acredito!

III. Entrevista narrativa

Me conte a sua história: o que mudou na sua vida depois que você se tornou idosa?

Mudou exatamente a maneira de viver, de se instalar, de...as dificuldades...são muitas...o velho fica sobrando, né?! As residências são pequenas e o velho...nem sempre tem lugar pra ele.

Quando eles acharam que eu não podia mais morar sozinha, me trouxeram para Brasília. Mas logo que meu filho casou, teve filho, e aí ficou difícil... Dois quartos ... ficava muito, né?... Ia ter que mudar as coisas da casa, né. Aí a gente pensou aqui na Casa do Vovô. E daí eu vim pra cá. **(E a senhora está satisfeita?)** Humm...eu estou satisfeita pelo que resolveu, né, mas não como uma solução....uma...porque não tem jeito. O mal das residências hoje é que são feitas pequenas...dois quartos...j-já não comportam mais...então eu preferi ficar aqui do que desalojar, ficar apertada...

Às vezes eu gostaria de visitar minha irmã que mora em Curitiba, mas o marido dela, às vezes, não gosta de visita...implica...eles têm lá a vida deles e eu não gosto de incomodar. Eu gostaria...assim... que ele fosse viajar, que quando ele viajasse, uns dez dias, assim... eu ficaria lá só com ela. Porque aí a gente podia conversar...Com ele lá fica chato...às vezes a gente fica num canto conversando e ele não gosta. **(e qual é a idade da sua irmã?)** A Irene é quatro anos mais nova que eu. Ela nunca veio aqui para me visitar...é longe...e, depois, o marido dela não deixa. Ele não deixa ela ir a lugar nenhum!

O que mais eu sinto falta...bem, faltar, mesmo, não me falta nada. Mas sinto falta do tempo em que eu tinha a minha casa.

ANEXO E – Entrevista com a cuidadora Deise¹

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES – cuidadora domiciliar – Data/hora: 14/08/2007 – 14h20

Entrevista semi-estruturada com cuidadores (contratados e/ou parentes)

Entrevistada: Deise

Experiência: trabalho com idosos há quase 5 anos. Fiz um estágio, fiz um curso específico, com o pessoal da pastoral da saúde, e estagiei no Hospital Universitário.

1) A pessoa idosa enfrenta problemas? Na sua opinião, quais são os maiores problemas dos idosos?

Enfrenta. Às vezes é...pra lidar, até com a família...é, é, pra pedir...é...as vezes eles sentem dificuldade, tem medo de falar as coisas que sentem ou o que eles querem fazer, e acaba envolvendo a gente de uma maneira... porque está mais próximo...é passa a compreender melhor.. porque... a família às vezes é muito ocupada, tem, tem também suas obrigações...então, né? Eles têm dificuldade, às vezes, pra não passar um problema pra família, não quer preocupar, né? Então, a gente acaba participando de tudo, aconselhando, e vendo qual é a maneira melhor de ajudar.

2) As pessoas que lidam com idosos enfrentam problemas? Em sua opinião, quais são os maiores problemas das pessoas que lidam com idosos?

Sim. Enfrentam, assim, porque nem todos cuidam direito. Então, quando a gente vai cuidar de uma pessoa idosa, então, a gente já percebe que ela tem, assim, um certo receio. Da pessoa que vai cuidar; as vezes ela já pode ter sofrido algum mau trato de outra parte, então já tem um medo... aí a gente já sabe, então, você tem que mostrar o seu lado de profissional, de como vai cuidar, compreender o lado deles, porque é muito difícil. Mas a gente tem que compreender. A gente tá ali, é uma profissão, mas, como se diz, a pessoa tem que ter um coração muito bom, pra compreender, humano, e ver que aquela pessoa que tá ali tá sofrendo, está doente, está fraca...está precisando da sua ajuda, né? A gente tá saudável. Então, a gente tem que dar tudo da gente pra essa pessoa se sentir confortável...Tem muitos cuidadores que não têm paciência; não têm a paciência que tem que ter. Isso é fundamental!

3) Qual é a sua rotina (para com o idoso)?

Se ele for acamado, uma pessoa que...vamos dizer, totalmente dependente, né, do cuidador; uma pessoa que você tem que dar banho na cama, que tá ali, não se movimentando...às vezes não sabe...não fala, né?! Ali tem que ser uma coisa... de amor mesmo! A pessoa tem que ser muito solidária e muito cuidadosa. É o banho, é quando for trocar uma fralda... limpar, fazer um asseio muito bem feito. É...sempre estar virando no leito, de um lado pro outro, que é pra não deixar dar escaras nos lugares, né? Porque se ficar muito tempo numa posição, né...então, você tem que ter esse cuidado, de estar movimentando ele, de qualquer maneira! E a alimentação, e a medicação. Principalmente a medicação. E se tiver aparelho, limpar muito bem limpo, esterelizar, fazer a troca nas horas certas, nos dias certos...porque tem muitos aparelhos que tem os dias da semana que você tem que trocar, regular...essas coisas...

(E os idosos que não são acamados?)

Aí, a rotina é procurar animá-lo, caminhar...nem que seja um pouquinho! Se não der conta de sair, caminhar dentro de casa...faz um exercícinho, uma massagem nos pés, nas pernas, tudo que é pra dar um relaxamento e ativar a circulação, porque a pessoa fica muito tempo deitada ou sentada, mesmo que não seja acamada, aquele cansaço do corpo dá um mal estar, então toda a vida você tem que estar movimentando ele, sempre procurando uma maneira melhor... de melhorar a fraqueza, né?!

4) Tem algo que queira acrescentar?

¹ Nome fictício

É mais difícil lidar com uma pessoa que não é lúcida, que tem, assim, Alzheimer ou outra coisa assim, porque tudo que você faz não agrada. Ele às vezes não quer, não entende... a pessoa que não está no seu juízo normal, no seu estado perfeito... então, a gente tem mais dificuldade de lidar com ele do que com uma pessoa lúcida; com a pessoa lúcida, você vai fazer o que a pessoa te pedir...isso é maravilhoso! A pessoa sabe o quer, e aí você vai se sentir bem melhor, e você pode saber se a pessoa está satisfeita com o seu trabalho...porque se ele não estiver, ele também vai falar, né? Então, isso é bom! E a pessoa que não tá entendendo nada, a gente fica sem...sei lá, sem referência. Tudo o que você fizer você está tentando sem saber o que ele está sentindo ou pensando...

As pessoas que cuidam de uma pessoa idosa têm que ter consciência daquele trabalho. Porque ali é como se você estivesse cuidando de uma criança, nos cuidados que a gente tem que ter...todo cuidado é pouco, né? Então, cada vez mais eu acho que a gente tem que aprender a cuidar, a tratar bem...que é tão gratificante! Eu não sei... o que eu sempre digo e que, se eu pudesse um dia, uma coisa que eu colocaria é um lugar pra amparar as pessoas idosas que não tenham condições... porque eu tenho esse amor pra dar pra eles. Com certeza!

ANEXO F – Entrevista com D. Natália¹

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES – D. Natália - Data/hora:14/08.2007, às 19h00

I. Entrevistas semi-estruturadas

1. Dados pessoais:

Nome: Natália

Idade: 78 anos

Estado civil: viúva

Educação/Instrução: estudei só até a quinta série...primária.

Profissão/ocupação (atual e anterior): não. Sempre fui dona de casa

Religião/Crenças: sou evangélica

1) A senhora se considera uma pessoa idosa? O que é ser idoso(a)? Quais as características que uma pessoa deve ter para ser considerada idosa?

Sim. **O que é ser idoso(a)?** Pra mim, é...é...cansaço. Querer participar de determinada situação e não poder. Assim como festas...porque eu sou muito...assim...acanhada! Eu antes não era assim. Agora, tudo me aborrece...eu fico...assim...sem jeito de participar de certos grupos, de conversas, até mesmo de passeios. **(Quais as características que uma pessoa deve ter para ser considerada idosa?)** Ah! Não ter complexo. Eu tenho demais! Não pareço, mas sou complexada. Todo fala pra mim que eu sou bonita, alinhada, mas eu sou complexada...por causa da idade. Você sabe, eu chego na igreja, né, até domingo quando a gente se veste melhor pra ir pro culto...as irmãs dizem: Ah, meu Deus! Mas você tá tão bonita....Eu, eu, no meu íntimo, não aceito. Eu acho que tá querendo me agradecer...quer dizer, isso é complexo de inferioridade tremendo que eu tenho. E aliás, pra te dizer com sinceridade, foi muito antes dessa idade minha. Eu sempre fui assim um tanto retraída... mas com a idade piorei muito mais!

2. Estatuto do idoso –direitos e violações

1) A senhora conhece ou já ouviu falar no Estatuto do Idoso?

Já...

2) A senhora costuma ter atendimento especial para idosos? Onde?

Não. Em nada.

3) Depois dos 60 anos, a senhora já foi maltratada, desrespeitada ou sofreu algum tipo de violência? Qual? (onde aconteceu, quem fez, que idade tinha a pessoa).

Não. Pelo contrário, eu sou muito até mimada! (risos) Até pelas amigas...às vezes eu fico...meu Deus do céu... eu, devido ao complexo de inferioridade, eu não acho que eu mereça determinado tratamento e carinho. Você acredita isso? Olha, eu vou no...ainda ontem, estive no mercado e tem a fila dos idosos, né, a caixa. Tavam dois carrinhos só, mas tão cheios...aí eu digo, ah, eu vou pra fila da caixa comum. Só tenho três coisas aqui na minha mão, três artigos...aí, quando eu fui chegando, tinham na minha frente uma senhora e uma jovem, né? Ah, não, passa aqui na frente! Com aquela atenção, aquele carinho. Aí eu passei na frente de uma; aí a outra menina: ah, não, a senhora pode na minha frente...aí eu digo: mas eu sei que essa fila é de vocês, não é minha! Não, mas a senhora vai passar na frente. Quer dizer, eu encontro muito dessas gentilezas, desse cuidado comigo na rua. No comércio, em todo o lugar que eu vou. Se eu chego no ônibus, e tem gente sentada na, nas cadeiras preferenciais, não precisa nem eu falar, vou entrando e vão logo levantando, mesmo que tenha outras pessoas idosas já em pé, na minha frente! dão lugar pra mim, graças a Deus!

4) (se a resposta à pergunta nº 3 for afirmativa). A senhora chegou a contar para alguém (em casa ou fora de casa)? Para quem? (prejudicada)

¹ Nome fictício

5) Alguma vez tentaram enganar a senhora ou tentaram apropriar-se ou desviar os seus bens, benefício ou qualquer outro rendimento, por ser idosa? (quem, o que e quando)

Não, nunca me aconteceu isso comigo, em lugar nenhum, graças a Deus! Só me aconteceu agora, com a Socorro, que me tirou dinheiro...mas não teve nada a ver com a minha idade, foi pelo mau caráter dela, mesmo. Fora isso, nunca me aconteceu nada. Eu sou sempre atendida com tanto carinho, tanta atenção, que, às vezes, eu até me admiro! Eu até falei isso pro Claudio... **(seu filho?)** ... É. às vezes, eu digo assim pra ele: ô, Claudio, a mãezinha tá aparentando muita idade, muito coitadinha, velhinha? Ó, mãe, que é isso! Eu digo: não, porque eu acredito que tem pessoas na rua...por exemplo, se eu tô aqui nesse sinal, vem gente de lá. A pessoa às vezes vem pra cá e me dá a mão pra eu atravessar! Até em ônibus e tudo, menina! Aí o Claudio começou a rir. Eu digo, eu vejo tantas pessoas, às vezes nem tão idosas quanto eu, mas aparentando assim uma fraqueza, e não têm essa atenção, esse cuidado! Mas sabe o que é que eu considero isso? Jesus Cristo. Que eu oro...sou pessoa do oração, eu oro muito. Como diz na igreja: quando a pessoa tem Cristo no coração, quando é vista, é vista de outra maneira...

6) A senhora tem alguma fonte de renda própria, sua? Seu dinheiro é suficiente para o seu sustento? A senhora ajuda financeiramente em casa ou a terceiros?

É, graças a Deus. Eu tenho uma pensão, que é suficiente pro meu sustento. **(e a senhora ajuda financeiramente em casa ou a terceiros?)** . Ajudo duas sociedades: de... dos velhinhos e de crianças. Ah! E à igreja; eu dou uma contribuição pro programa do Missionário Soares, da igreja que eu pertença, a Igreja da Graça, e tem a contribuição mensal. Aí eu boto: meu filho, minha neta e Ricardo, o irmão do meu filho.

7) A senhora guarda objetos de recordação, cartas, fotos, documentos pessoais, etc? A senhora tem um lugar só seu para guardar essas coisas?

Ah, eu guardo. Do meu filho (risos)...até as condecorações que ele ganhava quando estava no curso primário, a estrelinha, as fitinhas, retratos, tudo eu guardo. **(e a senhora tem espaço na sua casa espaço seu, que a senhora pode guardar, que ninguém mexe)** Tenho. Ninguém mexe! Nunca, nunca, antes, me haviam mexido em nada! Troço incrível, né? Mas nunca! Só agora essa safada, que se dizia minha amiga...

8) A senhora precisa de algum tipo de ajuda de outra pessoa? (Ex: fazer comida; tomar banho; vestir-se; ir à rua – ao banco, ao mercado). Quem a ajuda normalmente?

Não. Graças a Deus, não. Faço tudo, pego ônibus, ando, caminho todo dia, uma hora, uma hora e quinze, ou então, dia sim, dia não. Não sinto cansaço e dificuldade nenhuma, graças a Deus!

9)Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades de uma pessoa idosa? (finanças, remédio, moradia...)

As maiores dificuldades? Deixa eu ver... hmmm...pra mim...pros outros, deve ser sair, receber um pagamento, fazer umas compras. Isso deve ser a dificuldade de alguém. Graças a Deus, isso não me acontece, mas tem pessoas que, que não podem sair sozinha, não faz uma compra sozinha, não vai a um médico sozinha, tem tudo que ser acompanhada por outra. Eu acho que esse deve ser o maior problema, porque eu ouço muitos idosos reclamar...até da atenção de motorista... quando faz sinal o ônibus não pára; quando vai pegar, mal tá subindo, o carro já tá saindo...

3. Relações familiares e de amizade

1) Com quem a senhora mora?

Sozinha.

2) Aproximadamente com que frequência a senhora recebe ou vai visitar parentes?

Parentes.. iiiih... O filho vem sempre aqui, né? Mas outros parentes eu costumo ver de dois em dois anos, quando eu vou pro Rio. Vou sempre pra casa da minha irmã. Aqui em Brasília, eu não tenho parente nenhum...minhas amigas é tudo longe... é Taguatinga, é Ceilândia, né, Gama...as irmãs da igreja. Eu não visito por causa disso. Muito longe pra mim!

3) Independentemente de morar junto (porque a senhora já falou que mora sozinha!), a senhora ajuda a cuidar de netos? De que maneira?

Ajudo, à minha neta, todo mês. Eu, dou uma contribuição...ponho na conta-corrente dela. A cuidar não, porque ela mora longe, no Rio...Pra ajudar nos estudos, em alguma coisa que ela queira.

4) Onde a senhora costuma encontrar os amigos? (casa, igreja, bingo, clube, academia; grupos de convivência)

Na igreja.

4. Tempo livre e lazer

1) O que a senhora gosta de fazer quando tem algum tempo livre, ou seja, fora de suas obrigações diárias (mesmo que faça só de vez em quando)?

O que eu gosto de fazer, sem ser em casa? (**não, mesmo que seja em casa, mas assim, que não seja só limpar, arrumar**) ... ah, eu gosto de ler meus livros evangélicos, ouvir programa evangélico, botar os discos do Missionário Soares...eu gosto muito! Até à noite. Eu só durmo com o rádio ligado, e durmo depois de meia-noite, depois que ouvi a oração. (**e fora de casa, o que é que a senhora gosta de fazer?**) O que eu gosto de fazer, fora de casa?...sabe que eu não sei?... a única coisa que eu vou fora de casa é ao Shopping! Ver as modas, passear um pouco... e à igreja, é lógico! À igreja eu não deixo de ir nunca. Vou três vezes por semana; segunda, quarta, sexta...tirando o domingo, porque o domingo é certo!

2) A idade a impede de fazer hoje algo que gostaria de fazer como lazer (dançar, jogar, ir ao cinema, ler, etc.)?

Não... dançar e jogar eu não faço. Não gosto... Mas ler, ir a um cinema...com meu filho, de vez em quando... Tudo isso eu faço!

3) Quais as atividades regulares de lazer que a senhora pratica (assistir TV, ouvir música, jogar cartas, ir ao cinema, ler, bordar, tricotar, etc.)?

Então... é como eu falei: eu leio a Bíblia, meus livros, revistas evangélicas, assisto televisão, escuto rádio...Trabalhos manuais eu não sou disso, não. Nunca gostei muito nem de costurar, nem de bordar...

4) Quais as atividades físicas que a senhora pratica (caminhada, natação, hidroginástica, bicicleta ergométrica, fisioterapia, alongamento, etc.)

Só caminhada!

5) A senhora faz algum trabalho voluntário? (Se "sim") Qual? (creche, instituições de caridade, hospital igreja, etc.)?

Já fiz... já fui... já trabalhei como voluntária no hospital, como é que é aquele da Universidade? Como é? (**no HUB?**) HUB. Trabalhei três anos lá...aí deixei, porque eu fiquei doente, né? Este ano eu fiz duas operações, fiquei muito em casa, e não podia tá me esforçando, andar, essas coisas...

6) A senhora sabe que pessoas com mais de 60 anos têm 50% de desconto nos teatros, cinemas, shows? (Se "sim") Já utilizou/utiliza esse benefício?

Sei. Eu utilizo. Só mesmo em ônibus, que eu não pago....e cinema, que pago metade.

II Completamento de frases

Eu vou iniciar algumas frases, e peço que a senhora complete com a primeira palavra ou idéia que lhe vier a cabeça:

1) Eu gosto de ... ai...de ver um céu estrelado!

2) Eu não gosto de... eu não gosto do escuro...

3) Meu maior medo é... viajar de avião! (risos). Se tiver que viajar, eu viajo, mesmo com medo eu sei que às vezes tem necessidade, mas, não tenho prazer!

4) Sinto falta de... sinto falta...de que... do meu filho! (risos). Eu não posso ficar muito tempo sem ver ele (risos).

5) Eu acredito em... Eu acredito? acredito em Deus!

III. Entrevista narrativa

Me conte a sua história: o que mudou na sua vida depois que você se tornou idosa?

Estou aqui pensando na minha vida ... mas acho que não mudou nada, não! O mesmo respeito, as mesmas amizades...não tenho dificuldade de fazer amizade...faço amizade com facilidade... e até na rua, quando encontro com uma pessoa e fico conversando no ônibus, lá to eu com o telefone e com o endereço (risos). É verdade! Sempre... aí as pessoas são muito amáveis comigo, conversam...nem parece que eu to em Brasília! Porque no Rio de Janeiro é que isso é comum, mas aqui é difícil, né? Pra muitos! Pra mim não... **(a senhora parece que não gosta muito de Brasília, né?)** Não gosto muito? Eu não gosto nada! Não gosto de Brasília. Não é das pessoas, graças a Deus... sei lá, é o clima...apesar de, sinceramente, são pessoas assim: se você não puxar conversa, não conversam contigo; se você não cumprimentar, não te cumprimentam. Você sobe e desce no elevador, vizinhos, e nem te cumprimentam, se você não cumprimentar...Quer dizer, eu não tenho essa dificuldade, com a graça de Deus, porque eu não espero me cumprimentar, eu cumprimento. Entendeu? Eu não espero iniciar uma conversa, eu mesmo inicio, seja lá em que assunto for, mas pra aproximar dos vizinhos, pra fazer amizade, conhecimento...é assim que eu faço! **(e por que que a senhora mora em Brasília?)** Por que que eu moro aqui? Por causa do meu fiiiilho, lindo de mamãe!, que mora aqui (risos). E quando eu vou pro Rio, pra mim, um mês no Rio é uma semana aqui, a diferença...fora de brincadeira! Eu chego aqui e telefono.... quando eu telefono pra Zeth, eu digo: ó minha irmã, quando é que eu estive aí? Natália, tem um mês, Natália...E eu digo, é mesmo! Poxa, pra mim parece que tem tanto tempo... É verdade! Quando eu chego aqui eu fico pensando, há quanto tempo que eu já to aqui? Não por falta de memória. Mas é pelo prazer de estar no lugar...ou não!

Então, sabe como é que é? O importante é que eu vou pra lá quando eu quero. Eu não dependo de ninguém! Fico mais aqui é pela parte afetiva...a dependência que eu tenho é só na parte afetiva. Aqui no prédio, todos me consideram, me respeitam, são muito amáveis comigo. Os vizinhos, o porteiro...quando eu vou no mercado...tanta gente me chama pelo nome, que eu já nem sei mais quem é! (risos)

ANEXO G – Entrevista com Marina¹

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES -- Marina - Data/hora: 22/09/2007, às 19h.

I. Entrevista narrativa com familiares que convivem com idosos (não necessariamente cuidadores)

Nome: Marina

Idade: 22 anos

Estado civil: solteira. Na verdade, estou noiva...assim que ele conseguir um emprego, tiver com a vida mais estabilizada, nós vamos marcar o casamento

Educação/Instrução: superior (cursando)

Profissão/ocupação (atual e anterior): trabalho como recepcionista em uma clínica odontológica.

Religião/Crenças: sou católica

Bem, Marina, como você se dispôs a me ajudar na minha pesquisa, eu vou pedir que você me conte a sua história: em que a convivência com o(a) idoso(a) afeta a sua vida?

Tudo bem! Sem problema! Eu até preciso mesmo falar um pouco, desabafar... Agora que minha avó está no hospital ...e eu às vezes sinto muito remorso, sentimento de culpa, sei lá. Porque eu nunca tive mesmo muita paciência com ela! **(Como é mesmo o nome da sua avó?)** Clarisse. **(Então, me conte a sua história com a D. Clarisse!)**

Ela veio pra nossa casa há uns dez anos. Antes, ela morava com o vovô em Goiânia - nossa família quase toda mora lá – e depois que o vovô morreu, ela continuou por uns tempos sozinha lá na casa deles. Mas é pertinho da casa da minha tia: umas duas ruas adiante. E tem outros parentes lá: sobrinhos, afilhados...Aí ela começou a ficar meio triste...depois que o vovô morreu **(que idade eles tinham?)** Quando vovô morreu? Ah...acho que ele tinha uns setenta e oito...ele era cinco anos mais velho que a minha avó, e hoje ela está com oitenta e três... **(Então, ela veio para Brasília!).** É. Minha mãe achou que ela estava muito acabrunhada, não via mais graça nas coisas, não queria conversar mais...Aí, ela conversou com a minha tia – a de Goiânia – e com meu pai, eles resolveram trazer ela pra cá. **(hum-hum)**. Eu tinha uns doze anos e o Maurício, meu irmão, uns nove.

No começo eu achei legal ter a vovó por perto; porque enquanto ela vivia em Goiânia ela nunca foi muito de ligar pros netos, não. Mas depois...

Sabe, nós moramos num bom apartamento, com três quartos, dependência de empregada e coisa e tal. Cada uma tinha seu próprio quarto e eu tive que dividir o meu quarto com a minha avó. Passei a minha adolescência toda dividindo o quarto com a minha avó! Não tinha aquela privacidade, sabe, aquela coisa dos segredinhos com as amiguinhas... ficar no telefone dizendo bobeira e rindo, sabe? **(Seeei, eu também já fui adolescente!)** (risos) Então. Quando minhas amigas telefonavam eu escutava mais do que falava. Nem podia rir muito. Ficava com vergonha da minha avó... ou com medo de que ela reclamasse com a minha mãe...sei lá...Ela ficava a maior parte do tempo calada. Não era aquela avó que brinca com os netos...

Hoje eu até sei que ela ficou muito triste e depressiva, depois que o vovô morreu ...Ela ficava com o pensamento loonge... E de lá pra cá, ela só foi piorando, se isolando cada vez mais... Mas eu era criança. e TINHA que dividir meu espaço com ela. Meu espaço e a atenção da mamãe, coitada, que desde que assumiu a vovó não teve mais descanso... (algumas lágrimas)

(Ô, Marina, desculpe! Se não quiser, não precisa falar mais...já está ótimo!). Não! Tudo bem... eu só fico um pouco emocionada, porque ela está lá no hospital, inconsciente...não sabemos se vai se recuperar...A minha mãe é quem mais sofre, porque cuida dela como quem cuida de uma filha, de um bebê... às vezes eu olho para a minha mãe e vejo ela tão cansada...Eles – meu pai e minha mãe – sempre gostaram de sair, ir ao cinema, ir dançar...agora eles quase só vem à Igreja, porque não podem deixar a vovó sozinha por muito tempo. **(Mas vocês não têm empregada? Sua avó não tem cuidadora).** Tem sim. Tem uma senhora muito boa que cuida dela já há uns seis meses. Mas ela só demonstra um pouquinho de reação, de alegria, se a minha mãe estiver por perto... Aí, a mamãe fica com pena de deixar ela em casa, e acaba nem se divertindo

¹ Nome fictício

quando sai... Isso me deixa com raiva. Pôxa! Daqui a pouco é a minha mãe que está doente, está velha... ela não pode parar de viver por causa da vovó! **(hm-hm)**

Tinha vezes que eu conversava um pouquinho com a minha avó, e até gostava; me sentia bem. Mas às vezes, na maioria das vezes, o ambiente lá em casa era tão pesado, tão triste – minha avó, magrinha!, andando curvada, como que está sofrendo, ou, então, sentada horas e horas naquela cadeira em frente a televisão, mas sem ver nada, sem esboçar nenhuma reação, sabe... Às vezes eu queria que ela morresse logo de uma vez, pra acabar com o sofrimento dela e com o nosso também! (chôro)... Desculpa, Selene, mas essa é a verdade. É assim que eu me sinto às vezes. Depois me dá um remorso ENORME, quando eu olho para aquela velhinha...um feixinho de ossos...Mas eu NÃO CONSIGO dar amor a ela! Peço a Deus todos os dias que me perdoe por isso...Mas é além das minhas forças...eu só consigo sentir pena – às vezes raiva – mas não consigo sentir amor nem carinho por ela.

Agora que ela está inconsciente, na UTI, eu tenho vontade de ir lá pedir perdão a ela! O Padre José disse que, se eu tenho vontade, eu devia ir lá e pedir perdão a ela. Mesmo que ela não escute, não esteja consciente, é uma forma de pedir a Deus que me reconcilie com ela. Não quero que ela morra sem eu ter pedido perdão a ela! **(E você vai?)** (Suspiro) Estou tomando coragem! (sorriso)

É isso...

Só uma última pergunta. Pelo que você pode observar na convivência com a sua avó, quais são os maiores problemas dos idosos? Ah, eu acho que é a solidão, mesmo...Quando um dos dois morre, o outro fica muito sozinho! Os mais novos têm sua vida e, por mais que tratem bem os velhos, não têm a paciência que eles precisam. As pessoas não têm muito tempo para ficar conversando com eles; o ritmo deles é diferente, né? Muito mais lento...pra falar, pra comer, pra andar... E eles gostam de ficar repetindo histórias, lembrando coisas do passado. Pelo menos é isso que dizem os meus amigos que moram com avós. No caso da minha avó, acho que o maior problema era mesmo a falta que ela sentia do meu avô...E também a falta do espaço dela, né? Antes, ela era dona da casa. De repente, teve que passa a dividir um quarto de apartamento com uma “aborrecente”... Pensando bem, acho que ela devia sentir a mesma falta de privacidade, de espaço, que eu sempre senti desde que ela veio morar com a gente.

Ok. Você tem algo que queira acrescentar? Não.

Bom, como eu lhe disse, eu vou transcrever essa gravação e não vou usar o nome de vocês em nada. Só preciso mesmo analisar algumas falas, tá? No problem! Então, muito obrigada. Fique com Deus. Amém!

ANEXO H – Entrevista com Isabel¹

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES –Isabel - Data/hora: 23/09/2007, às 10h.

I. Entrevista narrativa com familiares que convivem com idosos (não necessariamente cuidadores)

Nome: Isabel

Idade: 56 anos

Estado civil: sou separada.

Educação/Instrução: sou formada em Direito

Profissão/ocupação (atual e anterior): era funcionária do INSS. Agora já estou aposentada, mas trabalho pra caramba como advogada. O pessoal que me conhecia lá do INSS vive me procurando para ajudá-los nos seus processos de aposentadoria, revisão de pensão, essas coisas.

Religião/Crenças: acredito em Deus

Bem, como você se dispôs a me ajudar na minha pesquisa, eu vou pedir que você me conte a sua história: em que a convivência com o(a) idoso(a) afeta a sua vida?

Ah! Como você deve saber, porque tem a dindinha, não é nada fácil! A mamãe é muito forte, e esteve lúcida até uns quatro, cinco anos atrás. Só que depois que ela teve o problema do glaucoma e ficou quase que totalmente cega, as coisas ficaram muito complicadas aqui em casa. Ela, com aquela AUTORIDADE toda, dizia que não era inválida, que conhecia cada canto da casa e que podia muito bem se movimentar sem ter que ser carregada por ninguém! A pobre da Edileusa vivia levando bronca, cada vez que tentava ajudar ela... **(Só pra esclarecer, Edileusa é a empregada?)** É. Ela está com a gente há quase 20 anos. É como se fosse da família. Ela até chama a mamãe de “vó Elza”, por causa dos meninos, quando eram pequenos... Quando ela chegou aqui o Maninho tinha 4 anos! **(hum, hum! Mas, eu te interrompi. Você ia dizendo que as coisas se complicaram depois do glaucoma.)** É. Ela queria continuar fazendo tudo sozinha. Não queria que a Edileusa ajudasse. Os meninos passavam o dia todo fora, trabalhando e estudando, e eu, você sabe, tenho atividades em Saquarema e só vinha pra casa nos fins de semana. Era uma luta! Mamãe ia ao banheiro e não se limpava direito...às vezes, com as mãos sujas ia pegar coisas na cozinha... os meninos ficaram com nojo de comer em casa... Tudo cheirava mal... Uma vez, quando eu cheguei em casa, a Edileusa estava chorando e me disse: “eu gosto muito de vocês, adoro a Vó Elza, mas não consigo mais ficar aqui”. Ela está cada vez mais agressiva comigo, e o Aluizio e o Maninho também chegam em casa e brigam por causa do cheiro de xixi, do banheiro sujo... Hoje, o puxador da geladeira estava sujo de cocô! Fui falar com ela e ela quase me bateu! Disse que eu era paga pra limpar...Só que eu não dou conta...”. Aí, você imagina. Não tive mais sossego. Sem a Edileusa a situação ficou muito pior. Ela até continuou vindo aqui pra me ajudar, enquanto eu procurava outra pessoa, mas eu tive até que me afastar por um tempo do escritório pra tentar controlar as coisas aqui em casa. **(sei...)** Só então é que eu me dei conta da gravidade da situação. Imagina só: tudo estava ficando contaminado e estávamos todos correndo risco de pegar uma infecção, uma coisa mais grave... ela, principalmente, que já é velhinha! **(Mas, e aí? Você conseguiu contratar outra acompanhante, outra empregada?)** Não. E foi aí que eu tomei aquela decisão, que deixou a Iraci, a tia Léa e a tia Nilza revoltadas comigo. Me acusaram de crueldade, de ser egoísta... até de estar querendo usurpar as coisas da minha mãe, de expulsar ela de casa e ficar com a casa só pra mim e pros meus filhos! **(Que decisão foi essa?)**. Peraí. Já vou contar tudinho. Mas o que eu queria dizer é que eu sou filha única e não estou usurpando nada de ninguém. Quando a mamãe se for, a casa vai ser minha mesmo. Mas eu não preciso dessa casa. Aliás, até me atrapalha, porque os meninos já estão grandes, já trabalham e podiam ir morar por conta própria, em outro lugar, menor e com menos despesa! E eu poderia ficar de vez lá em Saquarema, onde tenho minha casa, meu trabalho. As pessoas de fora gostam muito de criticar, mas ninguém olha o que estava acontecendo! **(hum, hum)** O que eu fiz foi leva-la para um asilo de idosos. Muito bom, PAGO, onde ela é cuidada por profissionais e está muito bem! Agora, ela ficou lá chorando, e as tias me chamaram de insensível. Aí eu perguntei por que é que então uma delas não levava ela pra casa pra cuidar?! Nossa! Ficaram todas ofendidas porque eu disse isso. A Iraci **(quem é a Iraci?)** É a cunhada da mamãe, viúva do tio Manoel, que é, de fato, uma pessoa muito boa, muito caridosa, mas que não tem idéia do problema – acho que ninguém tem. Só quem vive mesmo! – Ela ficou de mal comigo. Ela tomou as dores das outras tias, dizendo que elas também já eram velhas e dependiam da ajuda dos seus próprios filhos, que não tinham

¹ Nome fictício

como assumir a responsabilidade de cuidar da mamãe, etc, etc. Ela me disse: “você que é a filha, é quem tem obrigação de cuidar da sua mãe, que te criou!”. Não fala comigo até hoje...

(Ela está nesse asilo até hoje? Como ela está?) Ah! Está muito melhor do que se estivesse em casa. A cada dia eu me convenço mais de que tomei a decisão correta. Ela já fez noventa anos e já tem problemas de memória, esquecimento. Às vezes ela nem reconhece algumas pessoas. É difícil pra nós, porque toda vez que vou lá ela me pergunta: “você vai me levar pra casa?”. Dá mesmo um pouco de dúvida, de remorso...Mas quando eu olho pra ela, limpinha, alimentada, cuidada por profissionais especializados, com médicos, enfermeiras, dia e noite! Sei que é o melhor pra ela e pra nós também.

Acho que é isso que eu tinha pra dizer. Acho que já falei tudo...Ah! Tem o negócio do dinheiro, da casa, das críticas de que eu estava querendo ficar com as coisas dela. Os meninos continuam morando lá na casa, porque o que é que podemos fazer? Alugar, vender? Não posso fazer nada disso enquanto a mamãe estiver viva. A casa é dela! Só que o que ela recebe por mês do INSS, juntando a aposentadoria dela e a pensão que o papai deixou, não chega a oitocentos reais por mês. Só a mensalidade do asilo custa mil reais. Ainda tem os remédios, as coisas de uso pessoal...eu tenho que complementar as despesas!

Só uma última pergunta. Pelo que você pode observar na convivência com a sua mãe, quais são os maiores problemas dos idosos? Ah, eu acho que é tudo muito difícil... a velhice é muito difícil. Tenho medo do que me espera se eu chegar lá. É muita solidão, muita dificuldade mesmo... é horrível...

Ok. Tem alguma coisa que você queira acrescentar?

Não...

Bem, como eu lhe disse, eu vou transcrever essa gravação e não vou usar o nome de vocês em nada. Só preciso mesmo analisar algumas falas, tá? Tudo bem. **Então, muito obrigada. Fique com Deus.** Vocês também. Dê um beijo na dindinha. Tchau!

ANEXO I – Entrevista com D. Adélia¹

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES –Pensionato para Idosos – Retiro Vivência Data/hora: 25/9/2007 – 10h30

I. Entrevistas semi-estruturadas

1. Dados pessoais:

Nome: Adélia

Idade: 76

Estado civil: viúva

Educação/Instrução: não, eu só estudei o primário, né, mas depois tirei cursos assim no Senac, né, fiz diversos cursos no Senac.

Profissão/ocupação (atual e anterior): E a senhora chegou a trabalhar profissionalmente? Trabalhei. Trabalhei cinco anos na Varig e cinco anos na Sidney Roche, do Melhoral.

Religião/Crenças: Católica, né? Só que eu não pratico

1) A senhora se considera uma pessoa idosa? Eu me considero. **O que é ser idoso(a)?** Ser idoso é passar dos sessenta. **Quais as características que uma pessoa deve ter para ser considerada idosa?** Depende muito da cabeça da pessoa, não é? Porque ela pode ser idosa, mas não velha, não é? Idosa! E ainda tá bem de cabeça, aí eu acho que é idosa, mas fugir da idade não dá, não é? E em termos de limitações? Ah, a gente vai perdendo tudo. Se deixar a gente fica numa cadeira mesmo, não é? Porque vai perdendo o movimento, sabe, assim, vai perdendo, vai ficando sensibilizada, não é?

2. Estatuto do idoso – direitos e violações

1) A senhora conhece ou já ouviu falar no Estatuto do Idoso? Já.

2) A senhora costuma ter atendimento especial para idosos? Onde?

Não. Nunca precisei. É o meu filho que cuida disso. Eu tenho só um filho, não é? Ele que cuida disso e ele... Cumpre todas as obrigações de um filho, não é? Então eu não me preocupo com isso.

3) Depois dos 60 anos, a senhora já foi maltratada, desrespeitada ou sofreu algum tipo de violência? Qual? (onde aconteceu, quem fez, que idade tinha a pessoa).

Já. (e a senhora pode contar?) Não. (Tá. Mas já sofreu!). Já. Grave, muito grave!

4) (se a resposta à pergunta nº 2 for afirmativa). A senhora chegou a contar para alguém (em casa ou fora de casa)? Para quem?

A muitas pessoas eu contei. Pedia socorro. E nada adiantou, não adiantou nada, tive que sofrer o que sofri e fui vencendo assim, fui lutando contra a coisa e...e...cheguei a vir parar aqui. Lá de Porto Alegre, vim parar aqui, não é? (Ah, a senhora morava em Porto Alegre!) Morava. Vai fazer um ano que eu vim pra cá. (Seu filho mora aqui ou mora lá?) Mora aqui, não é? Por isso que eu vim pra cá.

5) Alguma vez tentaram enganar a senhora ou tentaram apropriar-se ou desviar os seus bens, benefício ou qualquer outro rendimento, por ser idosa? (quem, o que e quando)

É...já...mas só que eu não posso dizer quem é...não posso estender o assunto. (Não tem problema!)

6) A senhora tem alguma fonte de renda própria, sua? Seu dinheiro é suficiente para o seu sustento? É suficiente. Quer dizer, não é. Pro total não é, mas o meu filho completa. Eu não passo nenhuma necessidade. (A senhora ajuda financeiramente em casa ou a terceiros?) Já ajudei muito. Ajudava a minha irmã. Lá em Porto Alegre. Agora não ajudo mais...não dá, não é?

7) A senhora guarda objetos de recordação, cartas, fotos, documentos pessoais, etc? A senhora tem um lugar só seu para guardar essas coisas?

Eu não guardo mais, porque desde que eu fiquei cega...aí eu dei tudo pra minha irmã guardar. Tão lá em Porto Alegre. Fotografia de mamãe, de papai, da família toda, não é? Tudo isso eu dei pra ela guardar. Ela

¹ Nome fictício

diz que a hora que eu quiser de volta ela me devolve...mas eu não enxergando, pra que que eu quero, não é? **(A senhora mora aqui no Retiro?)** Moro, moro aqui. No meu quarto eu só tenho uma grande coisa: um desenho da minha netinha de seis anos (sorriso). Ela fez um desenho, com pouquinha coisa, e botou: “vovó, eu te amo!”

8) A senhora precisa de algum tipo de ajuda de outra pessoa? (Ex: fazer comida; tomar banho; vestir-se; ir à rua – ao banco, ao mercado). Quem a ajuda normalmente?

Ah, é! Eu dependo totalmente das pessoas daqui, que são muito atenciosas que atendem a gente muito bem. Eu necessito de todo o atendimento, não é? **(e pra se alimentar, tomar banho?)** Ah, não! Isso tudo eu faço sozinha. Elas me ajudam ali, colaboram ali vendo as coisas, mas eu que tomo meu banho, como com a minha mão, o que eu posso fazer sozinha eu faço.

9) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades de uma pessoa idosa? (finanças, remédio, moradia...)

Ah, a gente sente dificuldade porque eu, por exemplo, é que comprava todas as minhas coisas. Até eu vir pra cá, era eu que fazia todas as minhas coisas. Aí eu me sinto assim ruim, porque eu tenho que incomodar os outros pra, pra conseguir alguma coisa, comprar, assim, adquirir. Não me falta nada, não é? Mas eu peço pra comprar, eu tenho que pedir pra pessoa comprar, e é isso que me incomoda, não é? De eu não ser mais independente, né? Isto é a pior coisa!

3. Relações familiares e de amizade

1) Com quem a senhora mora?

Eu moro aqui no Retiro, mas tenho o meu filho que mora aqui em Brasília e que vem me visitar sempre.

2) Aproximadamente com que frequência a senhora recebe ou vai visitar parentes?

Recebo visita só do meu filho. Quase todo o fim de semana ele vem! **(E sua nora, sua netinha, elas vêm também?)** Não. Ele vem sozinho.

3) Independentemente de morar junto, a senhora ajuda a cuidar de netos? De que maneira?

Não... Por causa que meus netinhos sempre moraram longe de mim.. A minha netinha, não é? Só duas netinhas que eu tenho. Tenho só esse filho. E... e sempre estiveram com os pais, não é? Sempre moraram longe de mim. Moraram em Curitiba. Nasceu lá a primeira neta, aí, depois, agora, nasceu aqui em Brasília a segunda neta, há dois anos.

4) Onde a senhora costuma encontrar os amigos? (casa, igreja, bingo, clube, academia; grupos de convivência)

Não...Aqui eu não tenho amigos. Eu não conheço ninguém aqui. (Interferência da Gerente: “mas a senhora recebe sempre telefonema, cartas”). Ah é! Eles ligam de Porto Alegre pra cá. Eu tenho uma amiga que todos os meses ela liga uma vez por mês pra mim. Tenho uma sobrinha que ela também chama seguido, que me quer muito bem e eu quero bem a ela! Me manda presente...Agora minha irmã disse que vai escrever uma carta, viu Silvânia? (Silvânia é a gerente do Retiro, que acompanhou as entrevistas). Aí eu quero que alguém leia pra mim...Que ela fica aflita de não poder falar sempre. É que ela era muito ligada, sabe?E agora a gente não pode quase falar, não é? Ela porque não tem condições... é pobre, não tem condições! A ligação é cara. Às vezes ela está sem telefone. Às vezes tem telefone, às vezes não tem...Então, é por isso que não dá certo. Aí ela disse que vai escrever uma carta pra mim.

4. Tempo livre e lazer

1) O que a senhora gosta de fazer quando tem algum tempo livre, ou seja, fora de suas obrigações diárias (mesmo que faça só de vez em quando)?

Gosto de ouvir música. Nós também temos uns trabalhinhos, assim...uma, duas vezes por semana nós temos assim uma T.O., sabe? **(O que é uma T.O.?)** Terapia Ocupacional. Aí a gente faz alongamento, sabe? Também tem umas pedras lá dentro d’água, a gente caminha lá nas pedras, dentro d’água. Uma beleza!

2) A idade a impede de fazer hoje algo que gostaria de fazer como lazer (dançar, jogar, ir ao cinema, ler. etc.)?

Hmmm...Acho que não...Tem muita coisa que eu não faço mais mesmo, mas não propriamente pela idade. Acho que não...

3) Quais as atividades regulares de lazer que a senhora pratica (assistir TV, ouvir música, jogar cartas, ir ao cinema, ler, bordar, tricotar, etc.)?

Tem. Vem uma senhora da igreja, que toda quinta-feira vem rezar aqui com a gente. Sempre tem festas. Festa Junina, Natal tem também uma festa, aí vem os parentes de todo mundo, assim. Meu filho no Natal não vem porque quase sempre ele está de férias, não é? Aí vai pra fora, descansar, não é? Trabalha muito.

4) Quais as atividades físicas que a senhora pratica (caminhada, natação, hidroginástica, bicicleta ergométrica, fisioterapia, alongamento, etc.)

Todos os dias eu caminho. Subo essa lomba aí, até a entrada lá em cima no portão, pra movimentar, pra alongar as pernas, não é?

5) A senhora faz algum trabalho voluntário? (Se "sim") Qual? (creche, instituições de caridade, hospital igreja, etc.)?

Não. Não fiz nunca nada assim, por causa que eu ganhava que dava pra mim viver bem, mas apenas isso. Se eu me descuidasse, já ia fazer falta pra mim, não é? Porque eu queria sempre que sobrasse um pouquinho pra mim ajudar a minha irmã, não é? (ã-hã) Então eu ajudava ela (Ela é mais nova ou mais velha que a senhora?). Ela é quatorze anos mais nova que eu! (Ah, é?!) No que eu podia eu ajudava ela quando tava morando lá. Não tô ajudando mais porque agora é todo usado aqui o dinheiro, né? Aí não dá mais... Eu fazia tudo que eu podia por ela...quero muito bem a essa irmã!

6) A senhora sabe que pessoas com mais de 60 anos têm 50% de desconto nos teatros, cinemas, shows? (Se "sim") Já utilizou/utiliza esse benefício?

Nunca utilizei, não.

II. Completamento de frases

Eu vou iniciar algumas frases, e peço que a senhora complete com a primeira palavra ou idéia que lhe vier a cabeça:

- 1) **Eu gosto de ...** cachorro
- 2) **Eu não gosto de...** falsidade
- 3) **Meu maior medo é...**de..durar muito.
- 4) **Sinto falta de...** da minha família, não é? De ver a minha família!
- 5) **Eu acredito em...** Deus.

III. Entrevista narrativa

Me conte a sua história: o que mudou na sua vida depois que você se tornou idosa?

O que eu posso contar é...as decepções que eu tive na vida, com essa perseguição que eu tive na vida, não é? Aí eu sofri muito, só que eu não posso estar expandindo, contando, me complica muito, não é? Como eu não tenho muita coisa boa pra lembrar, é melhor não, não falar nada...

ANEXO J – Entrevista com D. Eli¹

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES – D. Eli - Pensionato para Idosos – Retiro Vivência

Data/hora: 25/9/2007 – 11h00

I. Entrevistas semi-estruturadas

1. Dados pessoais:

Nome: Eli

Idade: Olha, na base dos oitenta, por aí... (**A senhora lembra o ano que nasceu?**) Não. Porque os documentos estão todos com eles, eu tenho muitos filhos, são cinco! (Obs: 85 anos, segundo os registros do asilo)

Estado civil: sou viúva, mas tenho neto até Juiz. Ele veio ontem aqui me ver.

Educação/Instrução: só estudei o que se estuda naquela época. Nem lembro bem como chamava...

Profissão/ocupação (atual e anterior): **A senhora chegou a trabalhar profissionalmente?** Não, não. Sempre trabalhei do lar, sempre tive a minha casa, criei meus filhos, estão todos criados, tudo bem arrumado, todos com apartamento, com seu carro, tudo!

Religião/Crenças: Sou católica. Sou!

1) A senhora se considera uma pessoa idosa? Olha, eu acho...isso, idosa, se sou o não sou, pra mim não faz diferença. **O que é ser idoso(a)?** Uma pessoa idosa é que não pode fazer nada mais. Eu não, eu faço crochê o tempo todo! (**estou vendo!**) Eu faço essas toucas... Ontem eu fiz um monte assim que a minha filha levou. Eu faço, eu dou pras crianças com câncer, no Hospital do Câncer. Eu faço e a minha filha leva. **Quais as características que uma pessoa deve ter para ser considerada idosa?** Ah, é a dificuldade, né, de andar, de falar...Às vezes fica esquecida das coisas... Acho que é isso.

2. Estatuto do idoso – direitos e violações

1) A senhora conhece ou já ouviu falar no Estatuto do Idoso?

Já.

2) A senhora costuma ter atendimento especial para idosos? Onde?

Não. Aqui eu não preciso dessas coisas...

3) Depois dos 60 anos, a senhora já foi maltratada, desrespeitada ou sofreu algum tipo de violência? Qual? (onde aconteceu, quem fez, que idade tinha a pessoa).

Ah, isso nunca! Por Ninguém! Nada! Tenho muita amizade, muita coisa...

4) (se a resposta à pergunta n° 2 for afirmativa). A senhora chegou a contar para alguém (em casa ou fora de casa)? Para quem?

Prejudicada.

5) Alguma vez tentaram enganar a senhora ou tentaram apropriar-se ou desviar os seus bens, benefício ou qualquer outro rendimento, por ser idosa? (quem, o que e quando)

Não. Minha cabeça funciona muito bem. Ninguém vai me passar a perna, não. (sorriso)

6) A senhora tem alguma fonte de renda própria, sua? Tenho a pensão do meu marido, da Caixa Econômica. Ele foi presidente da Caixa Econômica de Goiás! Seu dinheiro é suficiente para o seu sustento? É. Além de ter a minha pensão, com minha poupança, com tudo, os filhos também, quando preciso, eles ajudam, porque todos eles estão bem de vida! Não me falta nada, graças a Deus! (A senhora ajuda financeiramente em casa ou a terceiros?) Eu ajudo, eu faço essas toucas e dou tudo. Não cobro nada. Deus me livre de cobrar!

¹ Nome fictício

7) A senhora guarda objetos de recordação, cartas, fotos, documentos pessoais, etc? A senhora tem um lugar só seu para guardar essas coisas?

Não. Aqui eu não tenho, porque tá tudo lá com os filhos, eles que cuidam das minhas coisas, porque o meu apartamento eu aluguei, né? Mas sei que eles guardam tudo, fotografias, álbuns, tudo... Não faz falta, não... Só sinto falta das minhas lãs...

8) A senhora precisa de algum tipo de ajuda de outra pessoa? (Ex: fazer comida; tomar banho; vestir-se; ir à rua – ao banco, ao mercado). Quem a ajuda normalmente?

Não, não preciso... Às vezes, a gente deixa pra lá e elas fazem... Tem essas duas aí (apontou para a gerente Silvânia e para uma auxiliar de enfermagem) que são duas pessoas boas... nossa gerente ali, tudo aqui é... tudo me ajuda...no que eu faço. (Mas a senhora consegue fazer as suas coisa, né, come sozinha...) Ah, isso eu faço. Como com a própria mão!

9) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades de uma pessoa idosa? (finanças, remédio, moradia...)

Acho que é a de não saírem da cadeira e de não escutarem. Todos, quase todos aí são surdos.

3. Relações familiares e de amizade

1) Com quem a senhora mora?

Eu moro aqui. Daqui eu não saio. Já tô aqui há um ano. Eu tenho meu apartamento próprio, com tudo, mas aluguei. Eu pagava empregada, faxineira, mas não dava certo. Eu vim pra cá, pra ter mais conforto!

2) Aproximadamente com que frequência a senhora recebe ou vai visitar parentes?

Eu vou, de vez em quando vou almoçar na casa de um. Mas dos outros eu não gosto porque eles moram muito longe. Tudo em Águas Claras. E eu tenho muitos anos de Brasília. Eu conheço tudo. Na inauguração de Brasília eu vim. (Mas a senhora recebe visitas, além dos parentes, de amigos?) Não, porque todo mundo acha aqui muito longe.

3) Independentemente de morar junto, a senhora ajuda a cuidar de netos? De que maneira?

Não... Meus netos...Tenho muitos netos, tenho bisnetos, estão todos criados. Estão muito bem.

4) Onde a senhora costuma encontrar os amigos? (casa, igreja, bingo, clube, academia; grupos de convivência)

Olha, eu não saio daqui. Eu fico mais é com as pessoas daqui, com os hóspedes mesmo... Aqui tem tudo. Vem massagista, psicóloga... Às vezes vem algum padre ou pastor pra fazer oração com a gente e tem essas meninas que cuidam.

4. Tempo livre e lazer

1) O que a senhora gosta de fazer quando tem algum tempo livre, ou seja, fora de suas obrigações diárias (mesmo que faça só de vez em quando)?

Tá aqui, ó, o que eu gosto de fazer (faz um movimento com as mãos, mostrando o crochê que está fazendo). Eu gosto muito de fazer tricô. Mas tive um problema nessa mão e não posso mais pegar duas agulhas!

2) A idade a impede de fazer hoje algo que gostaria de fazer como lazer (dançar, jogar, ir ao cinema, ler, etc.)?

O tricô. Eu gostava muito de fazer tricô!

3) Quais as atividades regulares de lazer que a senhora pratica (assistir TV, ouvir música, jogar cartas, ir ao cinema, ler, bordar, tricotar, etc.)? (Já respondida)

4) Quais as atividades físicas que a senhora pratica (caminhada, natação, hidroginástica, bicicleta ergométrica, fisioterapia, alongamento, etc.)

A gente aqui faz caminhada, faz atividade... Faz tanta coisa!

5) A senhora faz algum trabalho voluntário? (Se "sim") Qual? (creche, instituições de caridade, hospital igreja, etc.)?

Eu já ajudei, ajudava na igreja, ajudava os pobres, visitava. Agora não dá mais. Mas continuo ajudando com o meu crochê...

6) A senhora sabe que pessoas com mais de 60 anos têm 50% de desconto nos teatros, cinemas, shows? (Se "sim") Já utilizou/utiliza esse benefício?

É. Já ouvi falar, mas nunca precisei.

II. Completamento de frases

Eu vou iniciar algumas frases, e peço que a senhora complete com a primeira palavra ou idéia que lhe vier a cabeça:

- 1) **Eu gosto de ...** daqui
- 2) **Eu não gosto de...** que me aborreçam com perguntas! (risos)
- 3) **Meu maior medo é...**trovoada, de trovoada, né? Eu fico rezando...
- 4) **Sinto falta de...** ah, de nada...
- 5) **Eu acredito em...** Deus.

III. Entrevista narrativa

Me conte a sua história: o que mudou na sua vida depois que você se tornou idosa?

Já contei o que tinha pra contar. Agora vou almoçar. (As cuidadoras estão trazendo os idosos para o refeitório)

Vai, sim, Dona Eli, que a comida está cheirosa! Obrigada, viu? Tá. Um abraço.

ANEXO K – Entrevista com D. Sílvia e D. Lena¹

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES – Cuidadoras – Pensionato para Idosos - Retiro Vivência -
Data/hora: 25/09/2007 – 11h30

Entrevista semi-estruturada com cuidadores (contratados e/ou parentes)

Entrevistadas: Sílvia (Gerente); Lena (Proprietária).

1) A pessoa idosa enfrenta problemas? Na sua opinião, quais são os maiores problemas dos idosos?

(Sílvia:) Ah, com certeza!

(Lena:) Há um problema que engloba todos os idosos, que envolve nem só rico, nem só pobre: é a frieza de tratamento, não só dos parentes, mas das pessoas de um modo geral (**eles sofrem preconceito, D.Lena?**) Sofrem. A verdade nua e crua é esta: ninguém gosta de idoso! Se dizem “Ah, que lindinho!” Nada a ver. É mentira. Porque é difícil é difícil você encontrar quem tenha paciência pra cuidar, né? A paciência que se requer com o idoso é uma ‘paciência de Jó’, porque... você... você fala assim, quer ver? Eu trabalhei 12 anos na casa do Cauhy (**aquela casa de idosos lá do Núcleo Bandeirante?**) É. Eu trabalhei lá como voluntária, 12 anos! Cheguei até o cargo de diretora. Foi quando saí. O abandono tanto do rico quanto do pobre é o mesmo. Aqui não tem esse abandono porque eu fico em cima. Tem que vir visitar, tem caderno pra assinar quando vem visitar, por que eu digo: “ó, esse caderno é o pessoal da Promotoria que pede”. Aí todo mundo assina. Então, assina pra mostrar que ta comparecendo! (**então, não tem diferença, se é mais largado é porque é mais pobre...**) Não, não tem não! Aqui é igual lá. As pessoas acham.. o velho quando come, baba...é nojento! Você já viu algum velho, assim velho (aponta para a o refeitório, onde há idosos almoçando), sentado numa mesa junto com a família? “Não, a gente dá comida pra ele primeiro, porque...” Eu acho que dentro de casa – vamos dizer que tenha um aniversário –, bote ela na mesa e dê comida pra ela! Não. Não pode! Ela tem que comer sozinha porque vai fazer sujeira, isso e aquilo. (**Mas e os próprios idosos, eles não têm vergonha?**) Olha, quando é lúcido ele tem; tem vergonha mesmo. Tem vergonha disso porque ele SABE que ele é discriminado. Porque uma criancinha babando, comendo na boca, é bonitinho...”Olha, que gracinha!”. Pois devia ser a mesma coisa com o idoso! Você vê campanha pra idoso AGORA, porque as pessoas querem A-PA-RE-CER! “ Eu fiz a lei tal pros idosos”, “eu fiz” não-sei-o-quê, porque ta na onda o idoso. Do velho, do, da criança você tem tudo! É claro, a criança é uma esperança, é uma esperança de um Brasil melhor, mas o velho já DEU tudo o que ele podia dar, e é uma vida que ele dedicou ao país. . (**E da legislação, o que a senhora acha?**) Existem as leis e os Programas para a Terceira Idade, mas os programas são mais pra que eles apareçam do que propriamente pra atender as necessidades do idoso. “Eu vou fazer uma lei, eu vou ser conhecida, vou aparecer na televisão falando que eu fiz isso e aquilo”, e vai ganhar votinho nas eleições! Então, não há uma coisa sem interesse. Não há. Com o idoso NÃO HÁ. Isso aí, de dizer que ta fazendo porque gosta...eu uma vez fui ver um promotor no Ministério Público e eu falei “olha doutor, eu faço isso por amor...” Ele olhou pra mim e falou assim: “Não mente, Lenita!” e eu falei: “por que é que eu to mentando?!”. Ele falou assim: “porque ninguém faz nada pra velho por amor!”. Eu falei pra ele; “pois eu faço. E o senhor quer saber duma coisa, eu não ganho nem um tostão nessa casa!”. “Então você não serve pra ser empresária ou você é maluca.” ELE me falou isso conversando comigo.Um Promotor de Justiça! Agora, eu faço. Eu não ganho nem um tostão nessa casa, boto do meu. Só pra você ter uma idéia, nós temos aqui 19 funcionários, de carteira assinada, pra cuidar de dez idosos. Hoje nós estamos só com oito, tem duas vagas. E essa casa não é minha, eu pago aluguel! Quer dizer...O meu marido era médico, faleceu, eu tenho pensão de dois lugares. E é tudo enfiado aqui. Minha filha vive brigando comigo, que eu não passeio mais, que eu não viajo – quando meu marido era vivo a gente viajava muito, ia pro exterior pelo menos uma vez por ano, fazia tudo. Agora, eu vivo o tempo todo aqui. A minha filha diz assim: “isso é uma cachaca sua. Você vai morrer lá!”. Morro. Morro feliz! To fazendo o que eu quero! Então, eu acho que... quando essa pessoa me falou isso, que eu não sabia ser empresária, a minha filha concordou e quis que eu fizesse um curso pra aprender a administrar. E eu disse a ela: “minha filha, o que eu faço vem daqui de dentro (pôs a mão no peito), vem do coração, ninguém precisa aprender, não tem escola que ensine ou modifique isso!” Agora, tem muita gente que fala assim “eu vou abrir uma casa de velhos”, mas ta visando o dinheiro, só isso! Aí, é por isso que a gente vê aí nos jornais, nos noticiários esses problemas, essas denúncias, envolvendo casas de idosos, e maus tratos...é por isso!

¹ Nome fictício

2) As pessoas que lidam com idosos enfrentam problemas? Na sua opinião, quais são os maiores problemas das pessoas que lidam com idosos?

(Lena) Olha, nós encontramos, às vezes, alguns problemas com a família... com a família, a gente encontra! Aqui é muito difícil, quase não tem, mas quanto eu estava lá no Núcleo Bandeirante tinha muito problema. Quando iam visitar – porque lá é completamente abandonado, o idoso, lá no Cauhy, né, principalmente aquele lado pobre, é assim...Eu ficava revoltada porque levava a mãe, “Mamãe senta aqui. Eu vim trazer você aqui pra você ver como é” e, ó, dava no pé e largava a mãe ali! Hoje não é mais assim, por causa do Conselho do Idoso, o pessoal tem medo. Porque se localizar tem processo por abandono, né... Mas na nossa época acontecia muito. Largavam os velhos lá, iam embora e nunca mais apareciam pra visitar! Diziam “venho te buscar daqui a pouco” e o velhinho, coitado, ficava sentado, que não queria sair dali, esperando o filho vir buscar...Tinha que ser preso, não é mesmo? Aliás, nesse ponto, hoje melhorou muito, porque tem lei, o Estatuto do Idoso ajuda muito. Naquele tempo não tinha lei, não tinha nada. O idoso era mal tratado, abandonado, e ficava por isso mesmo!

3) Qual é a sua rotina (para com o idoso), do cuidador?

(Silvia) De manhã, o banho. Terminou o banho, o café. Terminou o café, o banho de sol e as atividades físicas. Depois, tem a colação – colação é um lanche, né? - por volta das nove horas. Aí eles ficam por aqui, vêem televisão, ficam fazendo crochê, lendo alguma coisa... Aí, o almoço, doze horas, depois do almoço eles vão descansar até as duas horas. Duas horas tem a troca e a higienização, volta pra cá. Depois a gente faz outra atividade, caminhada, o lanche e pronto. Uns vão ver um pouco de TV, outros vão para o quarto...Além do que é feito em conjunto – refeições, atividades físicas, existem cuidados individuais, conforme a necessidade de cada idoso: tem a rotina dos remédios, que é controlada pelas auxiliares de enfermagem, dia e noite; tem aqueles que não se locomovem – atualmente aqui nós temos três cadeirantes -, e que têm que ser virados na cama, para não dar escaras, recebem massagens para ativar a circulação, essas coisas... Os cuidadores e as auxiliares de enfermagem trabalham por turnos, uns de dia outros de noite. Tem sempre funcionários, 24 horas por dia. Ah! E a dieta que eles fazem é passada por uma nutricionista para as cozinheiras. Todos comem a mesma coisa, a não ser que tenham alguma restrição alimentar feita pelos seus médicos. Se tiver, a cozinheira faz comida separada.

4) Tem algo que queira acrescentar?

(Lena) Eu bato muito nessa questão do idoso, do velho e da criança, porque precisam muda o modo de encarar as coisas. Por exemplo, o idoso PRECISA de uma atividade. Algumas empresas até estão fazendo alguma coisa. De vagar, mas estão fazendo. O Pão de Açúcar era uma empresa que costumava contratar idosos, par perguntar se você encontrou tudo o que estava procurando, esses negócios assim... Mas eu nunca mais vi nenhum idoso por lá. O Macro é o único que eu sei que ainda contrata. É o único lugar que eu vejo agora. Tem sempre uma senhora que fica lá na frente, fica até meio dia, e a tarde vem outro senhor. Agora, você sabe que o idoso precisa de uma atividade, ele precisa. Porque se fica só sentado, daqui a pouco aqui tá doendo, ali tá doendo e, principalmente, ele precisa se sentir útil! Aqui em Brasília um professor, Medeiros, ele foi uma pessoa que criou muito coisa pros idosos. Ele diz que adora idoso, eu acredito. Mas, sem desmerecer, acho que ele também quer aparecer. Ele é um gaúcho, que tá sempre nesses grupos de idoso, do Guará, grupo de não sei de onde, ele tá sempre no meio de tudo. Mas ele acha que idoso só quer saber de dançar. E não é isso! Você quer ver: essa semana começa lá no Conjunto Nacional as comemorações do Dia do Idoso. Aí, faz o quê? É botar o idoso pra dançar! Montam um palco, colocam uma música, e põem o idoso pra dançar lá no meio. Eu, eu, fico com vontade de ir lá, mas não vou mais. Eu ia, mas, sabe o que é? Eu ficava lá no meio do povo, e a hora que botavam aquela senhora toda alegre pra dançar, eles diziam “olha só aquela velha, que ridícula!”, “não tem vergonha de ficar dançando uma com a outra daquele jeito”. “Parece até que tá faltando homem”, e coisas desse tipo. Eles, o Medeiros e esse pessoal, não ficam escutando a periferia. Eles ficam lá no meio e tal, botando os coitados dos idosos pra dar espetáculo pros outros! Eu fico doente... Que você leve os idosos pra fazer um passeio na Água Mineral, no Jardim Zoológico, que faça uma festa pra eles nos asilos ou em qualquer lugar mais reservado, tudo bem! Mas não bota o velho pra dançar lá no meio do Conjunto Nacional, que todo mundo fica debochando! A natureza do Ser Humano é má. Ninguém se lembra que vai ficar velho um dia...

ANEXO L – Entrevista com D. Eni¹

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES - Casa do Ceará (Abrigo) - Data/hora: 20.12.2007 – 10h15

I. Entrevistas semi-estruturadas

1. Dados pessoais:

Nome: Eni

Idade: 74

Estado civil: sou casada. Meu esposo mora em Taguatinga

Educação/Instrução: estudei até o terceiro ano primário

Profissão/ocupação (atual e anterior): não, só no lar; só dona de casa mesmo. A minha vida de casada toda!

Religião/Crenças: creio, creio, eu sou cristã. Sigo a religião católica, né?!

1) A senhora se considera uma pessoa idosa? Me considero pela idade assim, né (riso), sou obrigada a considerar que sou idosa, mas... (risos) **O que é ser idoso(a)?** Ah, ser uma pessoa idosa é quando é assim muito sem ânimo de cuidar das coisas, de reagir...eu reajo com as coisas...assim, o serviço de fazer, eu reajo. Eu gosto de trabalhar, não gosto de ficar parada. E eu vou levando minha vida assim (risos). **Quais as características que uma pessoa deve ter para ser considerada idosa?** Observaria que eles dorme muito, caduca muito. É as pessoas idosas é assim; e é carente das pessoas cuidar delas! Tem hora que ela não da conta nem de, às vezes, pegar um copo de água assim pra tomar, né, tem que ter ajuda. Eu sou a favor delas ter acompanhante – as que precisa, né – pra ter qualidade de vida melhor assim pra ela, né, saúde melhor. Tem dia que a ela está bem, mas tem dia que está baqueada. Eu cuido da idosa Conceição, eu sou acompanhante dela aqui; nós dorme no mesmo quarto e eu sou acompanhante dela. Tem dia que ela está assim bem espertinha em tudo, até pra tomar banho. Tem dias que ela está, oh, só querendo dormir; às vezes a gente vê que é cansaço da velhice, né?

2. Estatuto do idoso – direitos e violações

1) A senhora conhece ou já ouviu falar no Estatuto do Idoso?

Não. Não...

2) A senhora costuma ter atendimento especial para idosos? Onde?

Eu tenho todo atendimento aqui dentro, né. Eu moro aqui. Agora, assim uma consulta médica também, umas eu faço aqui e outras eu já fiz fora; porque a doutora marca uns exames aqui e eu fiz naquele hospital Talento, fiz todos os exames. Até eu fiz um check-up esses dias agora. Tô bem, os meus exame, o meu problema que deu nos exame foi “tiriça”. Tô tomando remédio pra “Tiriça”. (**O que é isso?**). “Tiriça” eu não sei se é a mesma (ininteligível), não sei se é! Mas já tô sendo medicada, tô tomando remédio. Só o que deu. Fiz exame de sangue, fiz todo exame que precisava. Agora, o que eu sinto, mesmo eu cuidando, é coluna, menina! Eu tive uma dor aqui nesse lado direito, no rumo aqui do, do quadril, em cima do osso do quadril. Tem dia que tô baqueada, tem dia que tô melhor: faço ginástica, hidroginástica...agora eu tô achando é que vou precisar de fazer uma massagem, né, pra tirar essa dor. É só essa dor. Tem dia que num sinto, tem dia que levanto já da cama sentindo... agora, também é que eu pego muito peso, né? Porque ali pra cuidar da Conceição, tirar da cadeira de roda, pra cama, depois da cama pra levar no vaso, no banheiro, eu que tiro, me esforçando. E ela é pesada...eu pego ela nesse braço pra ajudar ela, porque se eu soltar ela, ela cai. Então eu tô achando que deve ser um pouco o peso, né? Porque a coluna da gente, todo dia a gente forçar...Mas fora isso eu não preciso de ajuda pra nada...ainda, né? Faço minhas coisas sozinha.

3) Depois dos 60 anos, a senhora já foi maltratada, desrespeitada ou sofreu algum tipo de violência? Qual? (onde aconteceu, quem fez, que idade tinha a pessoa)

Não. Às vezes as pessoas não têm paciência assim....com o velho, né... mas eu graças a Deus ainda não tive esse problema não.

¹ Nome fictício

4) (se a resposta à pergunta nº 2 for afirmativa). A senhora chegou a contar para alguém (em casa ou fora de casa)? Para quem? -x-x-

5) Alguma vez tentaram enganar a senhora ou tentaram apropriar-se ou desviar os seus bens, benefício ou qualquer outro rendimento, por ser idosa? (quem, o que e quando)

Não, não. Isso não aconteceu. Graças a Deus isso nunca aconteceu. Faz quatro anos que eu, com setenta anos eu vim pra cá, né? Faz quatro anos que eu moro aqui... e aqui as menina são muito boas e tudo... o atendimento delas... eu não tenho do que me queixar. Nunca queixei pra ninguém porque não tenho... não vejo necessidade de eu fazer queixa delas pra outras pessoas, a respeito de não me atender numa hora que eu preciso. Elas são muito ótimas!

6) A senhora tem alguma fonte de renda própria, sua? Não, não tenho nada. (Nem o seu esposo?). Não, nem ele, não tem nada... Não, ele é aposentado de velho, que já tem setenta e dois anos, e também de doença, tem problema de diabete... Doentinho que só, viu?! Ele não agüenta mais a trabalhar... recebe pelo INSS. Eu acho que é pelo INSS porque ele já pagou o INSS muitos ano, né? Então ele já tem o direito ao INSS, né? Ou pela idade ou por, como é que é que fala? Por invalidez, porque a pessoa quer trabalhar, vê necessidade de trabalhar, mas o corpo não consegue mais... diabético, dieta de alimento maior do mundo e, eu acho que ele nunca mais trabalhou assim como trabalhava, assim, em firmas grandes, pegar serviço grande pra fazer, eu acho que ele não consegue mais... Ele vive com a ajuda do meu filho. Assim, ele é aposentado e o meu filho que ajuda muito ele, assim, na parte de hospital, necessidade de levar ao médico ou então mesmo da comida, viu, ele lá ajuda bastante. No que ele pode, né? Porque tem gente que pode mais, aí ajuda mais. Mais ele não tem também, né? Ganha pouco e tem muita despesa... Antes era ele, o meu filho, que pagava aqui, mas depois, agora que eu to cuidando da Conceição, eu falei: pode deixar que eu vou pagando. Eu que moro aqui, eu vou pagando! Lá fica pra outras coisas, né, e pra me ajudar quando precisa. E eu pago aqui. Com o que eu ganho eu pago. E aqui nós tem comida, roupa, quer dizer, roupa é nossa, mas é lavada, passada aqui, tudo incluído!

7) A senhora guarda objetos de recordação, cartas, fotos, documentos pessoais, etc.?

Não... tenho umas fotografias... do filho quando era pequeno...tenho...

(A senhora tem um lugar só seu para guardar essas coisas?) Eu moro no quarto da Conceição. O aluguel é dela. Eu pago aluguel e ela também paga. Eu tenho direito à minha cama lá, porque sou acompanhante dela. A minha cama é dela, a geladeira é dela, tem um armário que também é dela, um sofazinho... ali um lugarzinho pra ela sentar... Ficou um quarto assim maior, porque era de quatro cama, né? Agora eles só pôs duas camas. No meu é duas camas, tem outros que é três. Então ela tem essas coisinhas, armário, geladeira, que a filha dela pôs aí pra ela. **(E suas, a senhora tem alguma coisa aqui?)** Não. Minha só a roupa...

8) A senhora precisa de algum tipo de ajuda de outra pessoa? (Ex: fazer comida; tomar banho; vestir-se; ir à rua – ao banco, ao mercado). Quem a ajuda normalmente?

Não, graças a Deus não. Faço tudo sozinha.

9) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades de uma pessoa idosa? (finanças, remédio, moradia...)

Eu acho que... primeiro, o que precisa é na despesa, né, assim, no alimento, uma coisa assim... e outra, de uma pessoa pra cuidar dela. A Conceição mesmo é carente de tudo, até de “carçar” uma meia no pé dela. Ela não “carça” uma meia, um sapato. Camisola à noite, eu que tiro a roupa que ela tá pra vestir a camisola. Cubro ela. Então, uma pessoa idosa, na idade dela, como ela, necessita uma pessoa que cuide assim! Eu também, quando estiver assim, igual ela, com a coluna arrebentada, eu não agüentar, e eu precisar levantar pra ir no banheiro, também vou sentir “farta” de uma pessoa que me ajude... Acho que a necessidade maior é mesmo de um acompanhante. Se a pessoa se sentir assim sozinha ela fica sem tranqüilidade, não alimenta direito... porque parece que... que “contrareia” né? E fica com “farta” de apetite, outra hora não dorme direito... Se ela pudesse fazer, ela fazia, né, mas não consegue... pra sentar no vaso, se não cuidar, cai mesmo! E, assim, antes de tirar a calcinha já suja, né... é muito triste...

3. Relações familiares e de amizade

1) A senhora já me falou que tem família. É, eu tenho três filho, uma filha e dois filho. Era pra ter quatro, mas um morreu. Todos é casado. Eles tem as despesa deles também e não pode me dar muita coisa, mas o que eu precisar eles ajuda. Assim, me levar num hospital, compra uma roupa... não ajuda melhor porque não tem né? Mas a pessoa que ganha pouco... as dificuldades é enorme, minha filha... E então, como eu disse, eu é que pago aqui... às vezes eles paga... eu recebo pra cuidar da Conceição e é com esse dinheirinho eu faço as

minhas despesas. **Com quem a senhora mora?** Eu moro aqui. Fico aqui todo tempo... sábado, domingo, feriado... no domingo é que meu filho às vezes vem me buscar. Quando pode. Quando, às vezes, ele vai passear lá na casa da sogra dele, aí eu não vou, eu fico.

2) Aproximadamente com que frequência a senhora recebe ou vai visitar parentes?

Eles quando tem uma folga vem aqui me visitar. Os filhos, os netos. Mas o outro filho me busca aqui todo domingo pra passar a tarde em casa com eles e depois me traz de volta. Ele me pega logo depois do almoço. Eu saio daqui depois do meio-dia. Às vezes eu chego lá e ainda almoço mais um pouquinho, né? (riso). Fico lá e a tarde, na base das cinco horas, eu chego de volta. Ele me traz de volta.

3) Independentemente de morar junto, a senhora ajuda a cuidar de netos? De que maneira?

Não, não... eu não ajudo a cuidar, né, mas eu ajudo a minha filha, que passa muita dificuldade. Ela e meu genro sustenta os três filho e a minha neta já tem um filho... eles é que sustenta...eu ajudo ela como posso, né.

4) Onde a senhora costuma encontrar os amigos? (casa, igreja, bingo, clube, academia; grupos de convivência)

Tem meus irmãos. Não é de fora, é da família também. Tem uma irmã que mora em Florianópolis, ela sempre liga pra mim, meu irmão também sempre vem aqui, o que mora aqui. E a outra irmã que mora em Taguatinga também vem...não é uma visita assim contínua, toda hora, todo dia mas...o normal, né? Porque eles não vai querer também todo dia vir aqui sem necessidade, né? Porque às vezes tem uma necessidade, se uma necessidade aqui acontecer, nós liga pra eles. Os filhos vêm logo! Então eu tenho as visitas...mas outros amigos são os daqui mesmo.

4. Tempo livre e lazer

1) O que a senhora gosta de fazer quando tem algum tempo livre, ou seja, fora de suas obrigações diárias (mesmo que faça só de vez em quando)?

Ah, eu tenho atividade ali na hidroginástica, né. No domingo, a Maria José fazia tapete, eu também fazia tapete, né (riso), mas pra divertir, né. Mas eu gosto de fazer assim qualquer serviço que eu sei fazer, que eu fui criada fazendo...quer dizer, eu, eu casei, fiquei assim na vida doméstica, né, então eu gosto do serviço doméstico. Passar uma roupa, fazer alguma comida que eu souber fazer ou dar uma arrumação na casa, no nosso quarto, ou de varrer, ou de lavar...eu gosto!

2) A idade a impede de fazer hoje algo que gostaria de fazer como lazer (dançar, jogar, ir ao cinema, ler, etc.)?

Não graças a Deus até agora não. Eu vim pra cá fazendo tudo o que eu já fazia. Eu nunca tive empregada, minha filha! Acho que é por isso que eu tenho essa saúde. Tem mulher da minha idade que não dá conta mais. **(E de lazer mesmo, assim, televisão, cinema, a senhora gosta?)** Gosto. Mas eu gosto mais é de som musical, rádio. Eu prefiro mais um radinho pra mim escutar e ir fazendo minhas coisas do que parar pra ver televisão...acho que minha paciência é meia pouca pra ficar sentada televisão (riso). **(E cinema?)**. Cinema? Ih! Nem lembro mais quando foi a última vez que eu fui (riso).

3) Quais as atividades regulares de lazer que a senhora pratica (assistir TV, ouvir música, jogar cartas, ir ao cinema, ler, bordar, tricotar, etc.)? (já respondida na questão anterior)

4) Quais as atividades físicas que a senhora pratica (caminhada, natação, hidroginástica, bicicleta ergométrica, fisioterapia, alongamento, etc.).

Então, eu faço aqui a hidroginástica. Três vezes por semana. E caminhada, só aqui dentro mesmo.

5) A senhora faz algum trabalho voluntário? (Se "sim") Qual? (creche, instituições de caridade, hospital igreja, etc.)?

Aqui mesmo eu ainda não fiz nenhum, não. Porque eu não posso deixar a Conceição, que eu cuido dela, né? **(E ela paga pra senhora cuidar dela, né!).** Me paga, quer dizer, ela não, porque ela já não cuida mais dessas coisas. Mas a filha dela, a gente conversou antes de ela vir pra cá, se eu podia cuidar dela e eu aceitei. E ela paga pra mim. Antes de cuidar da Conceição, às vezes eu ia ali passar roupa ali no Coronel Lucena, pra ajudar, né? Agora, não é porque eu não tenho tempo. Às vezes, quando a Conceição já está banhada, assistindo TV ou dormindo, eu podia fazer outra coisa, mas eu tenho medo de deixar a Conceição aqui e a filha dela reclamar, porque ela me paga pra atender ela ali. E se eu deixa pra cuidar de outro serviço...se for pra fazer alguma coisa aqui dentro, aí pode, né, porque eu estou olhando ela.

6) A senhora sabe que pessoas com mais de 60 anos têm 50% de desconto nos teatros, cinemas, shows? (Se "sim") Já utilizou/utiliza esse benefício?

Eu sei...mas nunca fiz uso não. Assim: se eu for ao mercado ou a alguma firma, eu fico na fila...

II. Completamento de frases

Eu vou iniciar algumas frases, e peço que a senhora complete com a primeira palavra ou idéia que lhe vier à cabeça:

1) **Eu gosto de ...** dos filhos

2) **Eu não gosto de...** (riso) Eu não gosto de, eu não gosto...dos inimigos, se eu tiver algum. Não sei se tenho, né, mas não vou gostar (riso)

3) **Meu maior medo é...**solidão! A solidão mata uma pessoa, você acredita? Se uma pessoa se achar muito só, muito só, vai ficando assim triste, às vezes sem querer se alimentar, sem querer dormir...a solidão mata aos poucos...

4) **Sinto falta de...**eu sinto falta é de estar em casa...assim, aqui é muito bom e tudo, assim, que eu já até acostumei aqui, mas eu sinto falta: deles, dos filhos, do marido. O marido tá lá, né (riso), sofrendo lá também, porque ele é meio impaciente, ele não tem paciência, menina! Ele pode tá precisando da gente ajuda ele, mas ele não pede ajuda. Aí, vai fazer, tenta fazer as coisas, pensa que dá conta, mas não dá conta e, e, no fim, sente mal!

5) Eu acredito em... em você! (risos, abraço)

III. Entrevista narrativa

Me conte a sua história: o que mudou na sua vida depois que você se tornou idosa?

Por exemplo, o que mudou depois de eu estar aqui. Muita coisa que eu cuidava em casa eu não cuido aqui, né? A respeito de sair, ou passeio, aqui e lá é a mesma coisa, porque quase não saio, faz muito tempo que eu não viajo pra longe e, e aqui e em casa é quase a mesma coisa. Porque sempre tem o que fazer e a gente envolve muito em fazer. Antes dos sessenta eu cuidava mesmo de casa. O que mudou é muitas coisas que eu tinha que fazer em casa, aqui eu não faço. Tenho mais tempo pra descansar. Se eu quiser eu deito, eu encosto ali e dou um cochilo; enquanto Conceição dorme, se eu quiser dormir eu também durmo, porque aqui eu não...minha obrigação aqui é só com ela...e ela dorme bem à noite, só acorda lá pelas quatro, cinco horas, aí eu levo ela pra fazer xixi e ela volta pra cama e dorme de novo! Nesse ponto eu, eu aqui, né? No dia que eu fui pra Taguatinga, que eu passei o Natal lá, né? Ela não deixou as meninas em paz! Dizem que ela não deu sossego! Acho que é costume. Eu não sei, comigo ela fica tranqüila, mas parece que com as outras parece que ela não tem tranqüilidade...é o costume, né? Velho é assim, igual criança, né, tem o costume de fazer as coisas ali, ele acostuma com uma pessoa e depois não acostuma com as outras (risos).

E, e eu to por aqui... O meu filho, comprou casa em Taguatinga e arrumou um lugar pra mim morar lá. Ele falou que a hora que eu quiser ir é só ir! Eu tenho vontade de ir...porque eu ia cuidar das mesmas coisas em casa e, e, o Zé tá lá. Se ele precisar de alguma coisa ali em casa tem eu. Mas é mais pra companhia, né, porque ele vive muito só e a solidão tá matando ele mais do que ficar doente...ele é velho e tem pobrema de diabete em grau alto mesmo! Fica muito cansado, quer fazer as coisas mas o corpo não ajuda...Tem a minha nora que mora lá, né? Ela em muito boa pra ele meu filho também é muito bom pra ele, mas eu acho que o fraco dele maior é a solidão (risos), eu acho, né! (risos). É isso. Então, olha, o meu filho diz assim que a hora que eu quiser ir é só falar pra ele porque o lugarzinho tá pronto. Mas eu fico pensando, aqui eu tenho as coisas e ainda ganho esse dinheirinho certo, porque eu ajudo a minha filha, né, a minha filha também não tem nada. Eu ajudo ela, às vezes com duzentos real por mês, que já ajuda pra ela fazer as comprinhas dela com os filhos – tem três filhos! – e tudo isso...aí eu penso isso e vou levando, vou levando, mas na hora que eu vir que estou mais cansada, assim no ponto de querer ficar lá, cuidando do meu velho, tendo umas coisa pra mim fazer, porque trabalhar eu acho que ele mesmo não tem mais condição, né. Por enquanto eu vou ficando por aqui. Sou muito feliz aqui, as meninas é tudo muito boa pra nós aqui, né, pelo menos até aqui, né, as que eu conheço, porque as que já saiu eu não sei...

Obrigada, D.Eni, da minha parte é só isso. Se a senhora quiser acrescentar alguma coisa, fique à vontade!

Não, não...não quero, não... A única coisa que eu às vezes sinto, assim, é que a gente...eu moro aqui...tudo, tudo bom aqui...mas a gente sente saudade da casa da gente porque...às vezes os filhos chega lá, a gente tá em casa, faz uma comida, ter um teto da gente é um ponto, assim, melhor. Agora, se a pessoa tornar a sentir assim um mal, tornar, dificuldade de cuidar , cansaço... porque a vida cansa, né, a vida doméstica, todo dia a mesma coisa, todo dia a mesma coisa, tem um dia que você tá mais cansada. Mas se ficar mesmo precisando ajuda, aí a pessoa sai e vai procurar um lugar...

ANEXO M – Entrevista com D. Francisca

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES– Cuidadora domiciliar - Data/hora: 20/12/2007 – 11h30

Entrevista semi-estruturada com cuidadores (contratados e/ou parentes)

Entrevistada: Francisca, 45 anos.

Francisca, você é acompanhante da idosa que mora aqui? Sou. Eu cuido da D. Maria de Lourdes. **Qual é a idade dela?** 91 anos. **Faz muito tempo que você lida com idoso?** Faz só esses dois anos e seis meses. Foi quando eu comecei a cuidar dela.

1) A pessoa idosa enfrenta problemas? Eu acho que não! **Não?! A Dona Lourdes, eu acho que não. Mas, na sua opinião, quais são os maiores problemas dos idosos? Do que eles se queixam mais?** A D. Lourdes reclama da vida dela, ela reclama que vive cheia de dor, que os remédios que os médicos passam não servem mais pra nada...

2) As pessoas que lidam com idosos enfrentam problemas? Na sua opinião, quais são os maiores problemas das pessoas que lidam com idosos?

É uma profissão um pouquinho complicada. O cuidador acho que tem um pouco mais de dificuldade assim quando, geralmente, ele tem que realmente dar banho, trocar fralda, né? Porque ... a minha, que eu cuido, não precisa disso ainda, né? Graças a Deus ainda não é o caso dela, ela ainda banha sozinha. Eu fico sempre do lado, pra ajudar, pra não deixar cair, né? Mas ela ainda faz as coisas sozinha: come com a mão dela...Então eu não sei, mas eu acho que pra quem tem que levar no colo, trocar fralda, dar banho...deve ser um pouco difícil!

3) Qual é a sua rotina (para com o idoso), do cuidador?

Eu chego aqui, fico com ela. Levo ela pra hidroginástica...acompanho ela pra ir no banheiro, tomar banho, né? Arrumo ela, aí ela fica esperando dar o horário do almoço. E eu fico sempre do lado dela pra se ela precisar de alguma coisa. **(Ela come sozinha?)** Come. **(Então, qual é mesmo a sua rotina toda, até a hora de você ir embora?)** Meu dia inteiro, todinho, até a hora de eu ir embora, é ficar sempre do lado dela. Agora mesmo eu estou aqui porque ela está descansando. Às vezes ela dorme e eu fico lá sentada, olhando... **(Você lê pra ela, caminha com ela, faz alguma atividade?)**. É, agora porque ela tá com um pouquinho de depressão, né...Aí, pra sair do quarto com ela é uma luta. Mas, mesmo assim, hoje eu já consegui levar ela pra hidroginástica. Segunda-feira ela não quis ir. Aí hoje eu cheguei e ela já estava um pouco melhorzinha, graças a Deus! **(E a família dela, dá assistência?)** Dá.

4) Tem algo que queira acrescentar?

Acho que está tudo normal. Não lembro assim alguma coisa que eu queira acrescentar não... Um dia ela virou pra mim e falou assim: “Francisca, o que é que você tá achando de ser babá de velha?” Eu disse: “D. Lourdes, ser babá de velha é bom, só que eu não posso dar umas palmadas na senhora (risos) e na criança eu posso (risos)”. Aí ela: “Na criança também você NÃO pode! Criança a gente põe de castigo.”, ela falou pra mim bem assim. Ela é muito lúcida (risos). Eu gosto dela, Já me acostumei com ela... Quando eu comecei a acompanhar ela, ela morava na casa de uma amiga, que ela considera essa amiga como um parente, né, da família dela, que é a Heloísa. Então, de lá, de onde a gente morava, eu já comecei a acompanhar ela pra vir ao médico, pra ir na farmácia, porque sempre tudo dela foi aqui no Plano, né? Aí, eu sempre acompanhava ela. Até o dia que ela veio pra casa da filha dela de novo. Porque ela já esteve aqui outras vezes. Aí ela vai, fica com alguém, algum outro parente, fica uns tempos, e depois volta...

ANEXO N – Entrevista com D. Adelina

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES - Local - Casa do Ceará (Abrigo) - Data/hora: 20.12.2007 – 11h00

I. Entrevistas semi-estruturadas

1. Dados pessoais:

Nome: Adelina

Idade: 83

Estado civil: viúva. Sou viúva. Eu fui casada duas vezes. O primeiro foi só doze anos. O outro já foi 20 anos. Mas todos dois, foi...subiu, e eu fiquei sozinha mesmo, e pronto!

Educação/Instrução: estudei muito pouco. Só até a terceira série. Não estudei quase nada, mas ler eu sei. Leio muito bem.

Profissão/ocupação (atual e anterior): não, nunca trabalhei não porque meu marido achava que mulher não devia trabalhar fora. Tinha que ficar em casa, cuidando de casa, então...na época, eu até que gostaria de trabalhar, e falava com ele, e ele “não, lugar de mulher é dentro de casa!”. Então, pra não brigar (riso) ficava mesmo é dentro de casa...era o jeito, né!

Religião/Crenças: eu acredito em tudo. Só que tem que eu só sigo uma coisa. É o que eu digo, religião não salva ninguém, quem salva a gente é Deus, né, então, eu sigo mesmo a Jesus, eu gosto mais do Evangelho. Meu marido era evangélico, ele era presbítero de Igreja. Então, eu aceitei os evangélicos foi depois que eu casei com ele. Então, segui e tô seguindo até hoje! Faço minhas orações, leio a Bíblia todo dia de manhã. Se eu não leio parece que está me faltando alguma coisa. Aquilo ali pra mim é que é uma religião. Porque religião nenhuma salva ninguém, né, quem salva mesmo é Jesus!

1) A senhora se considera uma pessoa idosa? Mais ou menos. Eu não me considero muito idosa, não! Porque a minha mente não é muito de idosa. **O que é ser idoso(a)?** Aí eu não sei, porque... Sei lá...acho que é quando a pessoa fica mais caída, não sei... Acho que é completamente diferente. Eu falo assim eu não sou idosa, numa parte, é porque eu não sinto meu espírito de idoso. Sinto um espírito de pessoa! Eu converso com todo mundo, tenho muitas amizades, converso com homem, com mulher, com todo mundo, brinco com todo mundo... Levo a vida caminhando, conversando, brincando...Graças a Deus! **(A senhora mora há muito tempo aqui?)** Nove anos, vai fazer nove anos em março agora. Mas eu moro aqui porque EU quero morar aqui! É. Porque o meu filho quer que eu fique com ele. Ele mora no Guará II. **(E a senhora é que resolveu vir pra cá?)** Foi. Eu pedi a minha nora pra arrumar um lugar pra mim ficar, porque, na época, eu tinha saído do hospital, fiquei, eu tinha problema de coluna, e osteoporose, eu não andava! Eu não andava. Vim do Rio pra cá pra cuidar, passei três meses no Sarah e aí, quando eu vim de lá, eu fiquei. E ela, era com, com... netos pra cuidar, ela praticamente criava os netos, porque as mães ia trabalhar, elas tinha que trabalhar, né, e, pelo menos, pra não ficar dando muito trabalho e preocupação, porque não tinham empregada nem nada – só tinha diarista, faxineira, que ia uma vez por mês fazer a limpeza – , então eu falei com ela um dia ; “Olha, Magali” – Magali é a minha nora – “por que que vocês não arranjam um lugar pra mim ficar?” **(Mas, então, eu não entendi: não era a senhora não ficava com os netos?)** Não. Ela é que ficava. Ela olhava os netos, pra eles não ficar só, quando as mães ia trabalhar. E mais eu, doente, lá, vinda de hospital, tinha que ficar na cama, porque ainda não conseguia andar direito, eu andava com aquele andadorzinho, então eu tava era dando trabalho também, trabalho de criança, né! Então, ela já tinha aquele trabalho todo, de deixar tudo pronto, cuidar de tudo, cozinhar... e ainda esperar o marido, porque era ali, tudo na mão! Então eu achei que eu era demais. Achava que era. E era mesmo! Aí ela falou “ Então, se a senhora quer, nós vamos ver.” Aí vieram, ela e meu filho, ela veio até com um netinho no colo. Um bisneto meu, né, eu tenho três bisnetos. Informaram que aqui talvez tinha vaga. Aí ela veio, deu sorte que tinha, né, porque eu nunca tinha vindo nessas casas, né. Aí, vim e achei até bom né...Aí eu falei com a dona, chamava, chama, Domingas. Ela falou: “a senhora fica uns dias e vê se gosta. Se gostar, continua”. Aí eu falei: “Pois é, o problema meu é esse, é que eu nunca fiquei nessas casas”. Quer dizer, no Rio eu até ia pra visitar outras pessoas, mas pra ficar, pra morar, não. Mas aí eu vim e gostei. Fiquei pra experimentar. Fiquei uns dias pra experimentar. Aí fiquei um mês, dois... e fui ficando e falei “é, tá ótimo!” e tô aqui até hoje! **(E quem paga as despesas da senhora?)** Quem paga as despesas são eles, meu filho e minha nora. Quer dizer, com a minha pensão – porque eu não sou aposentada, só tenho a pensão do marido, né? - , eu falei pra eles, “eu pago lá com a minha pensão e o que eu precisar vocês me dão”. Então tudo que eu preciso eles me dão: é remédio, é roupa, tudo, tudo o que a gente precisa por fora, né, porque aqui casa, comida, roupa lavada. Mas eu que lavo a minha roupa porque eu não gosto de dar na lavadeira, porque lavadeira estraga...Eu lavo a

minha roupa, cuidado da minha roupa e, e, não é porque precisa não. É porque eu gosto de lavar, fico fazendo exercício nas mãos, é bom pra cabeça...

2. Estatuto do idoso –direitos e violações

1) A senhora conhece ou já ouviu falar no Estatuto do Idoso?

Conheço mais ou menos...

2) A senhora costuma ter atendimento especial para idosos? Onde?

Não, não. Acho que nunca precisei não... Só ônibus, quando eu andava de ônibus, né. Depois que eu passei dos 60, eu tirei a carteirinha. Usava a carteirinha!

3) Depois dos 60 anos, a senhora já foi maltratada, desrespeitada ou sofreu algum tipo de violência? Qual? (onde aconteceu, quem fez, que idade tinha a pessoa)

Não. Graças a Deus nunca tive esse problema... Família...eles me respeitam...Graças a Deus!

4) (se a resposta à pergunta nº 2 for afirmativa). A senhora chegou a contar para alguém (em casa ou fora de casa)? Para quem? -x-x-

5) Alguma vez tentaram enganar a senhora ou tentaram apropriar-se ou desviar os seus bens, benefício ou qualquer outro rendimento, por ser idosa? (quem, o que e quando)

Não, não...

6) A senhora tem alguma fonte de renda própria, sua?

Tenho só a pensão do meu marido, né.

7) A senhora guarda objetos de recordação, cartas, fotos, documentos pessoais, etc.?

Eu tenho uma foto deste tamanhinho assim, que tá eu com meu filho, quando meu filho tinha um ano. É só, é a única coisa que eu tenho aqui. Porque eu tinha tudo, mas ficou tudo lá no Rio, porque eu vim pra cá carregada, né. Quando cheguei aqui foi o genro do meu filho que me carregou no colo. E eles me carregavam no colo pra lá e pra cá. Depois eu só andava de andador, né, mas aí eu disse: “Não. Tenho que ter força de vontade de deixar esse andador e vou deixar. Vou andar só com a bengala!”.

(A senhora tem um lugar só seu para guardar essas coisas?) Eu tenho minha cama, um armariozinho pras minhas roupas, com tranca, tudo direitinho... (E os seus aposentos, a senhora divide o quarto com alguém?) . São três pessoas. Cada quarto é pra três pessoas, mas já tem um tempo, bastante tempo, mas de um ano eu acho, que nós somos só duas.

8) A senhora precisa de algum tipo de ajuda de outra pessoa? (Ex: fazer comida; tomar banho; vestir-se; ir à rua – ao banco, ao mercado). Quem a ajuda normalmente?

Não, neem, nada, hã, faço tudo sozinha!

9) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades de uma pessoa idosa? (finanças, remédio, moradia...)

Algumas aqui tem problema de abandono... Algumas até já morreu desgosto, já morreu duas aqui por causa de depressão, por causa da família não vir aqui nem pra visitar as pobres... Às vezes eu ia lá pra casa do meu filho e perguntava: “você não vai também, Fulana, lá pra casa do seu filho?” “— Não...Eles não vem aqui nem me ver, quanto mais me levar...” Meu filho não. Ele vem sempre aqui! Ele trabalha aqui perto. É coordenador de um colégio. Ele é professor aposentado, mas trabalha. Agora tá com dois trabalhos.

3. Relações familiares e de amizade

1) A senhora já me falou que tem família. É. Aqui eu tenho esse filho, a nora, netos, bisnetos... (E amigos, a senhora tem muitos?) Tenho, tenho. Por aí tudo! Ao menos na aparência, parece ser amigo. Porque é tão difícil a gente saber se alguém é ou não é amigo, né? (riso). Amigo é uma palavra muito forte. Mas, mas, pessoas assim amigáveis, pra mim é assim: eles me tratam bem e eu também trato muito bem eles; eles me respeitam e eu também respeito, né?

2) Aproximadamente com que frequência a senhora recebe ou vai visitar parentes?

(Já foi respondida em outras perguntas)

3) Independentemente de morar junto, a senhora ajuda a cuidar de netos? De que maneira?

(idem)

4) Onde a senhora costuma encontrar os amigos? (casa, igreja, bingo, clube, academia; grupos de convivência)

A gente faz as nossas coisas todas por aqui mesmo, na Casa do Ceará.

4. Tempo livre e lazer

1) O que a senhora gosta de fazer quando tem algum tempo livre, ou seja, fora de suas obrigações diárias (mesmo que faça só de vez em quando)?

Nós aprendeu a fazer várias coisinhas, que eles vem aqui ensinar a gente, aí. Mas eu agora aprendi mesmo é fazer tapete, aquele de tirinha. Eu faço! Daqueles que amarra as tirinhas, sabe? É haja mão pra cortar, né?! (riso) **(Nossa! E a senhora tem força pra cortar?)** Hi, tenho força à beça! Aperta a minha mão aí pra você ver só. Agora deixa eu apertar sua mão! O médico mesmo diz que eu tenho muita força (risos)! **(A senhora vai ao médico fora daqui, né?)**. Não. É aqui mesmo, na Casa do Ceará, tem médico.

2) A idade a impede de fazer hoje algo que gostaria de fazer como lazer (dançar, jogar, ir ao cinema, ler, etc)?

Eu nunca fui de muita brincadeira, não... Dançar, eu até que gostava de dançar, mas agora não dá mais...tenho osteoporose...não dá! Há muito tempo não faço essas coisas... Até pouco tempo eu nem andava, né, e hoje ando de bengala...

3) Quais as atividades regulares de lazer que a senhora pratica (assistir TV, ouvir música, jogar cartas, ir ao cinema, ler, bordar, tricotar, etc.)? (já respondida em questão anterior)

4) Quais as atividades físicas que a senhora pratica (caminhada, natação, hidroginástica, bicicleta ergométrica, fisioterapia, alongamento, etc.).

Faço massagem aqui na massagista que temos. Tudo aqui dentro. Não pago nada por fora, nem médico, também não pago. Também eu não vou muito a médico não. Só quando o meu coração dispara, a pressão sobe, aí em tenho que ir no cardiologista, que é aí. Ele é cardiologista e é também clínico geral. Ah, e faço caminhada, toda manhã. Depois almoço, descanso. E só começo meu serviço depois de uma hora da tarde. Aí eu digo “agora vou trabalhar. É hora do trabalho!” **(E o que é “trabalhar”?)** . Trabalhar é fazer tapete! **(E o que a senhora faz com os tapetes?)** Vende, minha filha! Nós vende tudo que faz aqui! **(Vendem ali no bazar da Casa do Ceará?)** A gente vende aqui mesmo. Vem gente de fora pra comprar! Tô com quatro encomendas, minha filha, já pra esse ano!

5) A senhora faz algum trabalho voluntário? (Se "sim") Qual? (creche, instituições de caridade, hospital igreja, etc.)?

Já fiz alguma coisa quando era mais nova, né. Agora não...

6) A senhora sabe que pessoas com mais de 60 anos têm 50% de desconto nos teatros, cinemas, shows? (Se "sim") Já utilizou/utiliza esse benefício?

Sei. Uma vez eu saí na televisão. Fui entrevistada e tudo... Eu não uso porque quase não saio mais, né. E em mercado, banco, também não, porque é meu filho que resolve tudo, né. Mas quando, às vezes que eu fui com ele, fui bem atendida...não fiquei na fila...

II. Completamento de frases

Eu vou iniciar algumas frases, e peço que a senhora complete com a primeira palavra ou idéia que lhe vier a cabeça:

1) Eu gosto de ... de música. Até vem uma pianista aqui, tocar pra gente, e ela já sabe. Toca direitinho aquelas músicas antigas que eu gosto... Ela toca muito bem. Pelo menos eu acho que ela toca muito bem. Eu gosto! Aí, quem é a cantora: sou eu! (muitos risos). **(Ah, e eu perguntei o que a senhora gostava de fazer e a senhora nem me contou que gostava de cantar, né?)** (risos) Ah, eu canto alguma coisa, acompanhada. Ela chama: “vamo’ cantar!”, e eu “então vamos” (risos). E eu canto música antiga...

2) **Eu não gosto de...** de...e agora? Na hora a gente pensa, mas depois esquece... Eu não gosto de, por exemplo, eu não gosto dessas músicas doidas que anda por aí agora. Eu não gosto! Pra mim isso não é música.

3) **Meu maior medo é...**de ser acidentada, de acontecer alguma coisa de ruim...De cachorro brabo, eu também tenho medo...é.

4) **Sinto falta de...**uhm...não sei...acho que não sinto falta de nada, não...

5) **Eu acredito em...** em Deus. Eu acredito em tudo de bom, principalmente em Deus, porque Deus pra mim está em primeiro lugar de tudo!

III. Entrevista narrativa

Me conte a sua história: o que mudou na sua vida depois que você se tornou idosa?

Depois que eu me tornei uma pessoa idosa eu acho que a vida ficou bem melhor de que quando eu era mais nova. Acho que tudo modificou pra mim. Ficou melhor. Melhorei muito. Eu sinto muito mais a melhora em ser idosa do que quando era nova! **(Mas melhora em que sentido? Fala um pouquinho disso pra mim!)** Assim, tudo, tudo pra mim, eu acho que melhorou. Uns cem por cento. Sinto mais feliz. Sinto bem melhor a vida, eu acho que a vida é bem melhor eu idosa...Eu acho muito bom. Eu gostei de ser idosa. Também porque o meu espírito é jovem. Meu espírito não é de velho. Eu também não sou velha, aliás, esse negócio de velhice não existe. Existe é idoso, né. Velho é aquilo que a gente joga fora!

A minha família é muito boa. Tenho família no Rio, tenho aqui. A minha família veio há pouco tempo. Agora esse mês passado, veio me visitar uma sobrinha, que é muito minha amiga... Então, eu me sinto bem, feliz! Eu acho melhor agora, sou mais visitada, tenho mais amizade do que quando eu era jovem, não sei por que! Acho que tem negócio de marido. Então, tem certos maridos que gostam de prender a gente... Antigamente, esses maridos prendia mesmo a gente, né (riso), tinha que fazer o que eles querem. E então a gente ainda é boba...vai acreditando e tem, acaba, que se sente só. Acho que é por isso, não sei...Eu me sentindo bem tá tudo bem. Eu me alimento bem, estou andando melhor agora, enxergo bem, faço tudo sem óculos. E é isso aí, garota!

Muito obrigada pela ajuda! Pode vir outra vez, tá? Se quiser saber mais alguma coisa, mais alguma ajuda...**Venho sim. E vou querer ver os seus tapetes!** Eu vou almoçar, agora, mas se você esperar eu mostro daqui a pouco. Estou fazendo um...Se você ainda estiver aqui eu mostro, tá bem?! **Tá bem!**

ANEXO O – Entrevista com a enfermeira Edna

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES – Casa do Ceará (Abrigo) - Data/hora: 20/12/2007 – 11h30

Entrevista semi-estruturada com cuidadores (contratados e/ou parentes)

Entrevistada: Edna

Edna, você é a enfermeira responsável aqui pelo abrigo de idosos?

Sou. Eu estou aqui há pouco tempo. Há seis meses. Antes, eles tinham só técnicos e auxiliares de enfermagem, mas aí houve uma exigência legal de se contratar uma enfermeira formada para ser responsável pela equipe que cuida dos idosos e eu, então fui contratada. Trabalho aqui diariamente, de segunda a sábado, das 8 da manhã ao meio-dia.

Me fale um pouco sobre o asilo, como ele funciona, como são as instalações, que são os mantenedores.

Bem, aqui é uma instituição filantrópica, mantida pela Casa do Ceará. Os idosos abrigados pagam uma pequena mensalidade, de até um salário mínimo, conforme o caso. Porque a maioria dos quartos são para três ou quatro abrigados. Tem uns quartos que só tem duas pessoas, mas é porque há leitos disponíveis. E também tem um caso, o da D. Déa, aquela senhora que falou com você lá na frente, quando você chegou, que o quarto é só dela. **E qual é a capacidade do abrigo? Quantos abrigados há? São só mulheres?** São duas alas com quatro quartos cada, então, a capacidade máxima seria de trinta e duas pessoas, mas, no momento, nós só temos dezenove: quinze mulheres e quatro homens. **E quanto às instalações?** Bem, a estrutura aqui não é muito boa não. É muito pequeno. Os espaços comuns são insuficientes. Tem aquela salinha com aqueles sofás e a televisão, onde você ficou fazendo as entrevistas, e tem o refeitório aqui em frente, ao lado da cozinha. Tudo funciona direitinho, todos os quartos tem banheiro, com chuveiro quente, com barras de apoio. Tem barras de apoio também nos corredores. A mobília é muito simples, mas tem cama e armário individuais para todos. Às vezes, as famílias que podem, trazem alguma coisa para dar um pouco mais de conforto: uma televisão, uma geladeira, um ventilador, pra pôr no quarto... Fica a critério deles. **E como funciona o atendimento aos idosos?** Eles são assistidos 24 horas por dia. Temos quatro atendentes diurnos e dois noturnos, todos os dias. Fora os da limpeza, a cozinheira, a nutricionista que prepara os cardápios e vem aqui uma vez por semana para acompanhar. Além disso, tem os idosos que tem cuidadores particulares, que vêm aqui todo dia, ou duas ou três vezes na semana. Ah! E tem a Eni, que você entrevistou, que é idosa abrigada, mas que cuida de outra idosa, a Conceição. **E a medicação, como é feita?** As famílias deixam conosco as prescrições médicas ou, então, quando alguém passa mal é assistido pelos médicos aqui da Casa do Ceará mesmo. Eu supervisiono a medicação e são as auxiliares de enfermagem ou as cuidadoras que dão os remédios aos idosos nas horas certas. Os medicamentos ficam todos guardados na enfermaria, em caixas identificadas com o nome de cada idoso, pra não corrermos o risco de alguém tomar o remédio errado.

A pessoa idosa enfrenta problemas? Na sua opinião, quais são os maiores problemas dos idosos?

O maior problema que eu vejo aqui no Abrigo é que os idosos ficam muito sem atividade... Eles usam a estrutura aqui da Casa do Ceará – médicos, dentistas, hidroginástica -, mas o meu sonho, seu eu continuar por aqui, é construir um espaço de convivência ali no fundo, pra que eles possam ter atividades recreativas, atividades de integração com os familiares, oficinas de arte. Tem voluntárias que vêm aqui ensinar trabalhos manuais: renda de bilro, bordado, pintura tapetes, como aqueles de tirinhas que a D. Adelina estava falando pra você... Mas não tem um espaço apropriado para que a gente possa desenvolver essas atividades regularmente! Essas coisas são feitas só mesmo porque tem pessoas que se empenham, vêm aqui, trazem retalhos de tecido, telas para os idosos, tudo isso...

Há muita coisa que eu gostaria de mudar... Por exemplo, eu penso nesse espaço de convivência até mesmo para que as famílias possam trazer seus idosos para passar o dia aqui e virem buscar eles no fim da tarde, para irem para casa! Porque, eu nem sei se deveria dizer isso, mas as famílias abandonam muito... Eu penso até em acabar com esse negócio de festas de confraternização com as famílias. Teve uma recentemente, no “dia do idoso”, e já está tudo preparado para o Natal. Aí, as famílias vêm, trazem uns pratinhos, uns presentinhos, ficam umas horinhas e vão embora. E os velhinhos ficam aqui, mais tristes que antes... As famílias tinham é que levá-los para passar o Natal, o aniversário, as festas, em casa! Depois três de volta, ora, tudo bem... Mas não é isso que acontece... É muito triste! As coisas são assim: de bebê, de criança, todo mundo gosta, acha bonitinho... mas o velho ninguém quer... Às vezes eu chego em casa muito deprimida, pesada... e eu fico até questionando se é isso mesmo que eu quero pra minha vida, pra minha carreira... Eu vejo esses velhinhos, esperando uma visita, querendo um abraço, um carinho... A gente tenta dar

carinho a eles, mas não é a mesma coisa que um parente, um filho, um neto... Você nem tem idéia de como uma visita como a sua deixa elas alegres! Que elas podem conversar, falar das coisinhas delas. É muito bom. O dia parece que fica todo mais animado (**É... Eu vou voltar mais vezes...**). É chato eu falar assim, mas não posso omitir: eles ficam abandonados, jogados mesmo... e a maioria só sai daqui quando morre...

As pessoas que lidam com idosos enfrentam problemas? Na sua opinião, quais são os maiores problemas das pessoas que lidam com idosos?

Olha, eu fico vendo algumas cuidadoras aqui...Ainda falta qualificação. Tem muita gente despreparada para lidar com os idosos...Não é nem que tratem mal. Até porque nenhuma delas vai ter coragem de tratar mal um idoso aqui, na frente da gente. Mas tratam com uma certa indiferença, sem carinho, sabe? Às vezes a gente percebe que elas estão meio impacientes, ou meio agoniadas, às vezes porque não entendem bem o que o idoso está querendo, ou dizendo, ou porque não sabem mesmo o que fazer em determinadas situações.

4) Tem algo que queira acrescentar?

Você falou sobre a legislação, sobre o Estatuto do Idoso. É claro que as leis podem melhorar, que as autoridades podem e devem olhar mais para os idosos... Mas já está tudo escrito lá. As coisas é que não são feitas. A proteção não ocorre na prática. E eu fico me perguntando o que é que está faltando? Tem lei até para punir os casos de abandono e de maus tratos! Acho que não é só um problema de lei, não... o que eles precisam é de amor...Difícil, né!

ANEXO P – Estatuto do Idoso

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;

IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;

VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;

VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

§ 1º É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.

§ 2º As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 5º A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade à pessoa física ou jurídica nos termos da lei.

Art. 6º Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

TÍTULO II

Dos Direitos Fundamentais

CAPÍTULO I

Do Direito à Vida

Art. 8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.

Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

CAPÍTULO II

Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II – opinião e expressão;

III – crença e culto religioso;

IV – prática de esportes e de diversões;

V – participação na vida familiar e comunitária;

VI – participação na vida política, na forma da lei;

VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

§ 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

CAPÍTULO III

Dos Alimentos

Art. 11. Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil.

Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.

Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.

Art. 14. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

CAPÍTULO IV

Do Direito à Saúde

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

I – cadastramento da população idosa em base territorial;

II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios;

III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;

IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural;

V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das seqüelas decorrentes do agravo da saúde.

§ 2º Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

§ 4º Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.

Art. 16. Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

Parágrafo único. Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.

Art. 17. Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.

Parágrafo único. Não estando o idoso em condições de proceder à opção, esta será feita:

I – pelo curador, quando o idoso for interditado;

II – pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil;

III – pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar;

IV – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.

Art. 18. As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de auto-ajuda.

Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra idoso serão obrigatoriamente comunicados pelos profissionais de saúde a quaisquer dos seguintes órgãos:

I – autoridade policial;

II – Ministério Público;

III – Conselho Municipal do Idoso;

IV – Conselho Estadual do Idoso;

V – Conselho Nacional do Idoso.

CAPÍTULO V

Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

CAPÍTULO VI

Da Profissionalização e do Trabalho

Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Parágrafo único. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

Art. 28. O Poder Público criará e estimulará programas de:

I – profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;

II – preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;

III – estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

CAPÍTULO VII

Da Previdência Social

Art. 29. Os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social observarão, na sua concessão, critérios de cálculo que preservem o valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuições, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados na mesma data de reajuste do salário-mínimo, **pro rata**, de acordo com suas respectivas datas de início ou do seu último reajustamento, com base em percentual definido em regulamento, observados os critérios estabelecidos pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 30. A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício.

Parágrafo único. O cálculo do valor do benefício previsto no **caput** observará o disposto no **caput** e § 2º do art. 3º da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, ou, não havendo salários-de-contribuição recolhidos a partir da competência de julho de 1994, o disposto no art. 35 da Lei nº 8.213, de 1991.

Art. 31. O pagamento de parcelas relativas a benefícios, efetuado com atraso por responsabilidade da Previdência Social, será atualizado pelo mesmo índice utilizado para os reajustamentos dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, verificado no período compreendido entre o mês que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento.

Art. 32. O Dia Mundial do Trabalho, 1º de Maio, é a data-base dos aposentados e pensionistas.

CAPÍTULO VIII

Da Assistência Social

Art. 33. A assistência social aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes.

Art. 34. Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.

Parágrafo único. O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do **caput** não será computado para os fins do cálculo da renda familiar **per capita** a que se refere a Loas.

Art. 35. Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.

§ 1º No caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.

§ 2º O Conselho Municipal do Idoso ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no § 1º, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

§ 3º Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o **caput** deste artigo.

Art. 36. O acolhimento de idosos em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais.

CAPÍTULO IX

Da Habitação

Art. 37. O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

§ 1º A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.

§ 2º Toda instituição dedicada ao atendimento ao idoso fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.

§ 3º As instituições que abrigarem idosos são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades deles, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei.

Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

I – reserva de 3% (três por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos;

II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso;

III – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso;

IV – critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

CAPÍTULO X

Do Transporte

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.

§ 3º No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos no **caput** deste artigo.

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: (Regulamento)

I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;

II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

Art. 41. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Art. 42. É assegurada a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo.

TÍTULO III

Das Medidas de Proteção

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 43. As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento;

III – em razão de sua condição pessoal.

CAPÍTULO II

Das Medidas Específicas de Proteção

Art. 44. As medidas de proteção ao idoso previstas nesta Lei poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Art. 45. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I – encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade;

II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III – requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar;

IV – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação;

V – abrigo em entidade;

VI – abrigo temporário.

TÍTULO IV

Da Política de Atendimento ao Idoso

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 46. A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 47. São linhas de ação da política de atendimento:

I – políticas sociais básicas, previstas na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994;

II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem;

III – serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV – serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;

V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos;

VI – mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento do idoso.

CAPÍTULO II

Das Entidades de Atendimento ao Idoso

Art. 48. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso, conforme a Lei nº 8.842, de 1994.

Parágrafo único. As entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos:

I – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

II – apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei;

III – estar regularmente constituída;

IV – demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.

Art. 49. As entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios:

I – preservação dos vínculos familiares;

II – atendimento personalizado e em pequenos grupos;

III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;

IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;

V – observância dos direitos e garantias dos idosos;

VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

Parágrafo único. O dirigente de instituição prestadora de atendimento ao idoso responderá civil e criminalmente pelos atos que praticar em detrimento do idoso, sem prejuízo das sanções administrativas.

Art. 50. Constituem obrigações das entidades de atendimento:

I – celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso;

II – observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos;

III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente;

IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade;

V – oferecer atendimento personalizado;

VI – diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares;

VII – oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas;

VIII – proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso;

IX – promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer;

X – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;

XI – proceder a estudo social e pessoal de cada caso;

XII – comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas;

XIII – providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei;

XIV – fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos;

XV – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;

XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;

XVII – manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica.

Art. 51. As instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso terão direito à assistência judiciária gratuita.

CAPÍTULO III

Da Fiscalização das Entidades de Atendimento

Art. 52. As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso serão fiscalizadas pelos Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.

Art. 53. O art. 7º da Lei nº 8.842, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Compete aos Conselhos de que trata o art. 6º desta Lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas." (NR)

Art. 54. Será dada publicidade das prestações de contas dos recursos públicos e privados recebidos pelas entidades de atendimento.

Art. 55. As entidades de atendimento que descumprirem as determinações desta Lei ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, às seguintes penalidades, observado o devido processo legal:

I – as entidades governamentais:

a) advertência;

b) afastamento provisório de seus dirigentes;

- c) afastamento definitivo de seus dirigentes;
- d) fechamento de unidade ou interdição de programa;

II – as entidades não-governamentais:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas;
- d) interdição de unidade ou suspensão de programa;
- e) proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.

§ 1º Havendo danos aos idosos abrigados ou qualquer tipo de fraude em relação ao programa, caberá o afastamento provisório dos dirigentes ou a interdição da unidade e a suspensão do programa.

§ 2º A suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas ocorrerá quando verificada a má aplicação ou desvio de finalidade dos recursos.

§ 3º Na ocorrência de infração por entidade de atendimento, que coloque em risco os direitos assegurados nesta Lei, será o fato comunicado ao Ministério Público, para as providências cabíveis, inclusive para promover a suspensão das atividades ou dissolução da entidade, com a proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público, sem prejuízo das providências a serem tomadas pela Vigilância Sanitária.

§ 4º Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o idoso, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da entidade.

CAPÍTULO IV

Das Infrações Administrativas

Art. 56. Deixar a entidade de atendimento de cumprir as determinações do art. 50 desta Lei:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), se o fato não for caracterizado como crime, podendo haver a interdição do estabelecimento até que sejam cumpridas as exigências legais.

Parágrafo único. No caso de interdição do estabelecimento de longa permanência, os idosos abrigados serão transferidos para outra instituição, a expensas do estabelecimento interditado, enquanto durar a interdição.

Art. 57. Deixar o profissional de saúde ou o responsável por estabelecimento de saúde ou instituição de longa permanência de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra idoso de que tiver conhecimento:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicada em dobro no caso de reincidência.

Art. 58. Deixar de cumprir as determinações desta Lei sobre a prioridade no atendimento ao idoso:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais) e multa civil a ser estipulada pelo juiz, conforme o dano sofrido pelo idoso.

CAPÍTULO V

Da Apuração Administrativa de Infração às

Normas de Proteção ao Idoso

Art. 59. Os valores monetários expressos no Capítulo IV serão atualizados anualmente, na forma da lei.

Art. 60. O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção ao idoso terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por duas testemunhas.

§ 1º No procedimento iniciado com o auto de infração poderão ser usadas fórmulas impressas, especificando-se a natureza e as circunstâncias da infração.

§ 2º Sempre que possível, à verificação da infração seguir-se-á a lavratura do auto, ou este será lavrado dentro de 24 (vinte e quatro) horas, por motivo justificado.

Art. 61. O autuado terá prazo de 10 (dez) dias para a apresentação da defesa, contado da data da intimação, que será feita:

I – pelo autuante, no instrumento de autuação, quando for lavrado na presença do infrator;

II – por via postal, com aviso de recebimento.

Art. 62. Havendo risco para a vida ou à saúde do idoso, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares, sem prejuízo da iniciativa e das providências que vierem a ser adotadas pelo Ministério Público ou pelas demais instituições legitimadas para a fiscalização.

Art. 63. Nos casos em que não houver risco para a vida ou a saúde da pessoa idosa abrigada, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares, sem prejuízo da iniciativa e das providências que vierem a ser adotadas pelo Ministério Público ou pelas demais instituições legitimadas para a fiscalização.

CAPÍTULO VI

Da Apuração Judicial de Irregularidades em Entidade de Atendimento

Art. 64. Aplicam-se, subsidiariamente, ao procedimento administrativo de que trata este Capítulo as disposições das Leis nºs 6.437, de 20 de agosto de 1977, e 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 65. O procedimento de apuração de irregularidade em entidade governamental e não-governamental de atendimento ao idoso terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público.

Art. 66. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade ou outras medidas que julgar adequadas, para evitar lesão aos direitos do idoso, mediante decisão fundamentada.

Art. 67. O dirigente da entidade será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

Art. 68. Apresentada a defesa, o juiz procederá na conformidade do art. 69 ou, se necessário, designará audiência de instrução e julgamento, deliberando sobre a necessidade de produção de outras provas.

§ 1º Salvo manifestação em audiência, as partes e o Ministério Público terão 5 (cinco) dias para oferecer alegações finais, decidindo a autoridade judiciária em igual prazo.

§ 2º Em se tratando de afastamento provisório ou definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade judiciária oficiará a autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, fixando-lhe prazo de 24 (vinte e quatro) horas para proceder à substituição.

§ 3º Antes de aplicar qualquer das medidas, a autoridade judiciária poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo será extinto, sem julgamento do mérito.

§ 4º A multa e a advertência serão impostas ao dirigente da entidade ou ao responsável pelo programa de atendimento.

TÍTULO V

Do Acesso à Justiça

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 69. Aplica-se, subsidiariamente, às disposições deste Capítulo, o procedimento sumário previsto no Código de Processo Civil, naquilo que não contrarie os prazos previstos nesta Lei.

Art. 70. O Poder Público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

§ 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

CAPÍTULO II

Do Ministério Público

Art. 72. (VETADO)

Art. 73. As funções do Ministério Público, previstas nesta Lei, serão exercidas nos termos da respectiva Lei Orgânica.

Art. 74. Compete ao Ministério Público:

I – instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso;

II – promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco;

III – atuar como substituto processual do idoso em situação de risco, conforme o disposto no art. 43 desta Lei;

IV – promover a revogação de instrumento procuratório do idoso, nas hipóteses previstas no art. 43 desta Lei, quando necessário ou o interesse público justificar;

V – instaurar procedimento administrativo e, para instruí-lo:

a) expedir notificações, colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado da pessoa notificada, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar;

b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta e indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;

c) requisitar informações e documentos particulares de instituições privadas;

VI – instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, para a apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção ao idoso;

VII – zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

VIII – inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas;

IX – requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços de saúde, educacionais e de assistência social, públicos, para o desempenho de suas atribuições;

X – referendar transações envolvendo interesses e direitos dos idosos previstos nesta Lei.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo dispuser a lei.

§ 2º As atribuições constantes deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade e atribuições do Ministério Público.

§ 3º O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a toda entidade de atendimento ao idoso.

Art. 75. Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida esta Lei, hipóteses em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos, requerer diligências e produção de outras provas, usando os recursos cabíveis.

Art. 76. A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

Art. 77. A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.

CAPÍTULO III

Da Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos

Art. 78. As manifestações processuais do representante do Ministério Público deverão ser fundamentadas.

Art. 79. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:

- I – acesso às ações e serviços de saúde;
- II – atendimento especializado ao idoso portador de deficiência ou com limitação incapacitante;
- III – atendimento especializado ao idoso portador de doença infecto-contagiosa;
- IV – serviço de assistência social visando ao amparo do idoso.

Parágrafo único. As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, próprios do idoso, protegidos em lei.

Art. 80. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

Art. 81. Para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, consideram-se legitimados, concorrentemente:

- I – o Ministério Público;
- II – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- III – a Ordem dos Advogados do Brasil;
- IV – as associações legalmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa, dispensada a autorização da assembléia, se houver prévia autorização estatutária.

§ 1º Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta Lei.

§ 2º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado deverá assumir a titularidade ativa.

Art. 82. Para defesa dos interesses e direitos protegidos por esta Lei, são admissíveis todas as espécies de ação pertinentes.

Parágrafo único. Contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições de Poder Público, que lesem direito líquido e certo previsto nesta Lei, caberá ação mandamental, que se regerá pelas normas da lei do mandado de segurança.

Art. 83. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não-fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento.

§ 1º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, na forma do art. 273 do Código de Processo Civil.

§ 2º O juiz poderá, na hipótese do § 1º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente do pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 3º A multa só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado.

Art. 84. Os valores das multas previstas nesta Lei reverterão ao Fundo do Idoso, onde houver, ou na falta deste, ao Fundo Municipal de Assistência Social, ficando vinculados ao atendimento ao idoso.

Parágrafo único. As multas não recolhidas até 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas por meio de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados em caso de inércia daquele.

Art. 85. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

Art. 86. Transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao Poder Público, o juiz determinará a remessa de peças à autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão.

Art. 87. Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável ao idoso sem que o autor lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada, igual iniciativa aos demais legitimados, como assistentes ou assumindo o pólo ativo, em caso de inércia desse órgão.

Art. 88. Nas ações de que trata este Capítulo, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

Parágrafo único. Não se imporá sucumbência ao Ministério Público.

Art. 89. Qualquer pessoa poderá, e o servidor deverá, provocar a iniciativa do Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os fatos que constituam objeto de ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

Art. 90. Os agentes públicos em geral, os juízes e tribunais, no exercício de suas funções, quando tiverem conhecimento de fatos que possam configurar crime de ação pública contra idoso ou ensejar a propositura de ação para sua defesa, devem encaminhar as peças pertinentes ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

Art. 91. Para instruir a petição inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, que serão fornecidas no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 92. O Ministério Público poderá instaurar sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa, organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

§ 1º Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil ou de peças informativas, determinará o seu arquivamento, fazendo-o fundamentadamente.

§ 2º Os autos do inquérito civil ou as peças de informação arquivados serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público.

§ 3º Até que seja homologado ou rejeitado o arquivamento, pelo Conselho Superior do Ministério Público ou por Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, as associações legitimadas poderão apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados ou anexados às peças de informação.

§ 4º Deixando o Conselho Superior ou a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público de homologar a promoção de arquivamento, será designado outro membro do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

TÍTULO VI

Dos Crimes

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 93. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

CAPÍTULO II

Dos Crimes em Espécie

Art. 95. Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal.

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

§ 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente.

Art. 97. Deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

Art. 98. Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Art. 100. Constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa:

I – obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade;

II – negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho;

III – recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa;

IV – deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

V – recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 101. Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente o idoso:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

Art. 103. Negar o acolhimento ou a permanência do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 104. Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Art. 105. Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa do idoso:

Pena – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Art. 106. Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 107. Coagir, de qualquer modo, o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 108. Lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

TÍTULO VII

Disposições Finais e Transitórias

Art. 109. Impedir ou embaraçar ato do representante do Ministério Público ou de qualquer outro agente fiscalizador:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 110. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 61.

.....

II -

.....

h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida;

....." (NR)

"Art. 121.

.....

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.

....." (NR)

"Art. 133.

.....

§ 3º

.....

III – se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos." (NR)

"Art. 140.

.....

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:

..... (NR)

"Art. 141.

.....

IV – contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria.

....." (NR)

"Art. 148.

.....

§ 1º.....

I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge do agente ou maior de 60 (sessenta) anos.

....." (NR)

"Art. 159.....

.....

§ 1º Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o seqüestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha.

....." (NR)

"Art. 183.....

.....

III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos." (NR)

"Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo:

....." (NR)

Art. 111. O art. 21 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, Lei das Contravenções Penais, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 21.....

.....

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) até a metade se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos." (NR)

Art. 112. O inciso II do § 4º do art. 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

§ 4º

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

....." (NR)

Art. 113. O inciso III do art. 18 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18.....

.....

III – se qualquer deles decorrer de associação ou visar a menores de 21 (vinte e um) anos ou a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou a quem tenha, por qualquer causa, diminuída ou suprimida a capacidade de discernimento ou de autodeterminação:

....." (NR)

Art. 114. O art 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei." (NR)

Art. 115. O Orçamento da Seguridade Social destinará ao Fundo Nacional de Assistência Social, até que o Fundo Nacional do Idoso seja criado, os recursos necessários, em cada exercício financeiro, para aplicação em programas e ações relativos ao idoso.

Art. 116. Serão incluídos nos censos demográficos dados relativos à população idosa do País.

Art. 117. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei revendo os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, de forma a garantir que o acesso ao direito seja condizente com o estágio de desenvolvimento sócio-econômico alcançado pelo País.

Art. 118. Esta Lei entra em vigor decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação, ressalvado o disposto no **caput** do art. 36, que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2004.

Brasília, 1º de outubro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Antonio Palocci Filho

Rubem Fonseca Filho

Humberto Sérgio Costa Lima

Guido Mantega

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Benedita Souza da Silva Sampaio

Álvaro Augusto Ribeiro Costa

Texto publicado no D.O.U. de 3.10.2003